



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUTA ANTIMANICOMIAL EM MANAUS: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA POR
CIDADANIA CULTURAL (1975-2025)

MANAUS – AM

2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAMILY FROTA PANTOJA

**LUTA ANTIMANICOMIAL EM MANAUS: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA POR
CIDADANIA CULTURAL (1975-2025)**

Orientador: Prof. Dr. Nelson Tomelin Jr.

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Amazonas,
como requisito para obtenção do título
de Mestre em História.

Manaus – AM

2026

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P198l Pantoja, Ramily Frota
Luta antimanicomial em Manaus: memória e resistência por cidadania cultural (1975 - 2025) / Ramily Frota Pantoja. - 2026.
191 f. : il., color. ; 31 cm.

Orientador(a): Nelson Tomelin Junior .
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História, Manaus, 2026.

1. Luta Antimanicomial. 2. Reforma Psiquiátrica. 3. História Oral. 4. Saúde. 5. Memória . I. Tomelin Junior, Nelson. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título

RAMILY FROTA PANTOJA

LUTA ANTIMANICOMIAL EM MANAUS: MEMÓRIA E RESISTÊNCIA POR
CIDADANIA CULTURAL (1975-2025)

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Amazonas,
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em História.

Aprovada em 27/02/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Nelson Tomelin Junior –
Presidente (Universidade Federal do
Amazonas – UFAM)

Prof^ª. Dr^ª. Poliana Santos
Membro Titular
(Universidade Federal do Maranhão –
UFMA)

Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Rodrigues da Silva
Membro titular
(Universidade Federal do Amazonas –
UFAM)

AGRADECIMENTOS

Agradeço eternamente aos meus pais por todo o investimento em estudos que puderam fazer enquanto trabalhadores na esperança de uma boa formação para as filhas. Investimentos esses, que, financeiros, com esforço, não se restringem ao material, dizem respeito ao investimento político e esperançoso de acreditar na educação pelas escolas e universidades públicas, e a formação humana com que nos ensinaram a nos relacionar com o mundo e com as pessoas. E agradeço a minha irmã Pâmilly Frota. Sou muito grata, com lágrimas nos olhos.

Agradeço ao presidente Lula e presidenta Dilma Rousseff pelas políticas para a educação pública da qual fui sempre beneficiada e pelas quais pude ter acesso e permanência na educação de qualidade da universidade pública brasileira. No início do mestrado e até a defesa da dissertação, tive consciência de estar vivendo o Brasil feliz de novo, precisávamos!

Agradeço às minhas sempre amigas Lora e Glenda pela nossa infância e pelo nosso presente, por sermos quem somos hoje, por termos compartilhado tanta caminhada nas ruas e escolas públicas da zona leste de Manaus. Brincamos de escola dentro de casa e hoje todas somos as professoras e pesquisadoras que queremos e podemos.

Agradeço ao meu companheiro, Lucas Moura Printes, historiador com quem na graduação compartilhei de política à conversa fiada, e hoje compartilhamos uma vida repleta de amor e horizontes históricos. Obrigada por me ouvir, por me ler, por compartilhar referências, por me incentivar sempre e me ensinar tanto também com sua pesquisa e com sua prática docente.

Agradeço à minha irmã Tamily Frota, também pelos motivos que agradeço a Lora, Glenda e Lucas. Iniciamos juntas uma graduação marcante e compartilhamos, até hoje, perspectivas históricas sobre pesquisa e ensino de história que são fortalecidas no cotidiano familiar e escolar.

Agradeço ao professor Nelson Tomelin Jr., por ter com ele aprendido sempre sobre história e pesquisa em absolutamente todas as disciplinas em que pudemos estar juntos desde a graduação, antes da experiência de pesquisa compartilhada no mestrado.

Autor de um dos meus livros favoritos. Mesmo fora das disciplinas, aprendo sempre com seus textos.

Agradeço à professora Patrícia Silva, por ter me recebido na iniciação científica e ter contribuído em minha formação de maneira imprescindível. Para além da importância acadêmica, é lembrança muito afetuosa que tenho das nossas tardes de leitura coletiva de textos como de E.P. Thompson e Alessandro Portelli no LABHORA, antigo LHO.

Sou grata aos amigos historiadores que são a favor da história e que tornam a vida mais plena de sentido com risadas escandalosas, sorrisos elegantes, confidências sensíveis e indignações pertinentes: Angra Hinessa, Leonardo Bentes Rodrigues, Jéssyka Sâmia, Priscila Diógenes, Rafaela Bastos, Sarah Santos, Talita Magalhães, Carol Gaspar, Raphaela Martins, Richard Cândido, Macarena Mairata.

Pela formação, sou grata aos professores que sempre traziam os melhores textos e cujas aulas me surpreendiam desde a graduação: Nelson Tomelin Jr., Patrícia Rodrigues da Silva, Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, Alexandre Isídio Cardoso, Davi Avelino Leal, Síval Carlos Mello Gonçalves e agradeço a professora Maria Luiza Ugarte Pinheiro (*in memoriam*) por ter ensinado que “toda pesquisa é descoberta, senão para os outros, pelo menos para quem realiza e descobre o prazer da própria descoberta”.

Agradeço aos meus alunos, principalmente do ensino fundamental, quando querem aprender tudo o que a história pode oferecer e ainda além, quando se enganam achando que algum assunto não tem a ver com a história, e também quando parecem não querer muito, de maneira descontráida, também ensinam sobre tempo e história. Tantos que foram compreensíveis quando em sala de aula eu estive lendo textos para a pesquisa e lia sozinha com apenas o meu silêncio pois o da sala era quase impossível, e também quando li em voz alta, para eles, textos que envolviam temas da minha pesquisa, eles também gostam de história. Agradeço aos que me perguntavam o que eu fazia além da escola e curiosos com o que seria o mestrado, foram adoráveis torcedores dessa trajetória. E que na volta de uma viagem na qual eu apresentaria trabalho, me perguntavam como eu fui “no seminário” ou se eu tirei “10” na apresentação.

Agradeço aos narradores desta pesquisa. Teria sido impossível a realização do trabalho, tal como ele foi, se não houvesse sua disposição e interesse em compartilhar comigo sobre suas experiências, desejos e memórias.

Agradeço à FAPEAM pela bolsa de pesquisa.

E agradeço ao PPGH.

RESUMO

Esta pesquisa buscou investigar sentidos da luta antimanicomial em Manaus entre 1975 a 2025 em uma dimensão de luta e resistência experienciadas por sujeitos engajados no campo da saúde, buscando revalorizar as memórias e oralidades desses sujeitos, relacionando-as à questão da dignidade, enquanto participantes ativos da construção histórica. Era interesse da pesquisa também identificar processos de produção de direitos a partir de experiências de trabalho, coletividades e múltiplas linguagens. A pesquisa foi orientada principalmente pela perspectiva da História Oral, buscando alargar análises e problematizações a partir de conjuntos documentais diversificados. A partir de distintas narrativas, é possível perceber não um panorama do que foi a luta antimanicomial em Manaus, mas pensar como diversas experiências compõem um importante quadro de transformações no estado do Amazonas. Importantes movimentações em torno da dignidade e cidadania às pessoas em sofrimento mental para que não fossem mais violentadas pela lógica manicomial dentro do hospício. E fora do manicômio, a rede de atenção psicossocial pudesse realizar o trabalho de um projeto coletivo de sociedade, através da reforma psiquiátrica que acontecia por todo o Brasil. Tais movimentações aconteciam não igual ao que foi feito em cidades paulistas e mineiras, por exemplo. Os sujeitos nesta pesquisa evidenciam isso a partir de seu entendimento e do conhecimento construído junto daqueles com os quais puderam perceber caminhos para lograr as mudanças pelas quais lutavam.

Palavras-chave: luta antimanicomial; reforma psiquiátrica; História Oral; Saúde; Memória

ABSTRACT

This research sought to investigate the meanings of anti-asylum struggle in Manaus between 1975 and 2025 in a dimension of struggle and resistance experienced by subjects engaged in the field of health, seeking to revalue the memories and oralities of these subjects, relating them to the issue of dignity, as active participants of the historical construction. It was also in the interest of the research to identify processes of production of rights from work experiences, collectivities and multiple languages. The research was mainly guided by the perspective of Oral History, seeking to broaden analysis and problematizations from diverse sets of documents. From different narratives, it is possible to perceive not a panorama of what was the anti-asylum struggle in Manaus, but to think how various experiences compose an important framework of transformations in the state of Amazonas. Important movements around dignity and citizenship to people in mental distress so that they are no longer violated by the psychiatric logic within the hospice. And outside the asylum, the network of psychosocial care could carry out the work of a collective project of society, through the psychiatric reform that was happening throughout Brazil. Such movements did not happen the same as what was done in cities of São Paulo and Minas Gerais, for example. The subjects in this research demonstrate this from their understanding and knowledge built with those with whom they could discern ways to achieve the changes for which they were fighting.

LISTA DE SIGLAS

CAIC — Centro de Atenção Integral à Criança

CAPS — Centro de Atenção Psicossocial

CESMAM — Centro de Saúde Mental do Amazonas

CNJ — Conselho Nacional de Justiça

CPER — Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro

CRDQ — Centro de Reabilitação em Dependência Química

DAB — Departamento de Atenção Básica

FASMA — Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental e Luta Antimanicomial do Amazonas

HEMOAM — Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas

HPER — Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro

HUGV — Hospital Universitário Getúlio Vargas

INAMPS — Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

ISAT — Instituto Silvério Tundis

MTSM — Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental

NAPS — Núcleo de Atenção Psicossocial

RAPS — Rede de Atenção Psicossocial

SEMSA — Secretaria Municipal de Saúde de Manaus

SES — Secretaria de Estado de Saúde

SRT — Serviço Residencial Terapêutico

SUS — Sistema Único de Saúde

SUSAM — Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas

UBS — Unidade Básica de Saúde

UFAM — Universidade Federal do Amazonas

-SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – TRABALHO E LUTA ANTIMANICOMIAL EM MANAUS: A LÓGICA MANICOMIAL E SUJEITOS PRESENTES	24
<i>1.1 O MANICÔMIO, A LÓGICA MANICOMIAL</i>	<i>26</i>
<i>1.2 TRABALHO E LUTA ANTIMANICOMIAL EM MANAUS.....</i>	<i>42</i>
<i>1.3 “A HISTÓRIA SÃO TODOS ESSES SENTIMENTOS”</i>	<i>55</i>
<i>1.4 LUGAR DE PRESENCAS, SUJEITOS PRESENTES!</i>	<i>61</i>
<i>1.5 HOSPÍCIO COMO PATRIMÔNIO? PERSPECTIVAS DE DESTINO PARA O ESPAÇO FÍSICO DO EDUARDO RIBEIRO.....</i>	<i>69</i>
CAPÍTULO 2 – NARRATIVAS QUE CONSTROEM DIGNIDADE – EXPERIÊNCIAS E SABERES	75
<i>2.2 INFÂNCIA, SAÚDE E MUNDOS DO TRABALHO</i>	<i>83</i>
<i>2.3 CRISES E SOCIEDADE: UM SUJEITO EM APRENDIZADO E LUTA</i>	<i>101</i>
<i>2.4 DEMOCRACIA E MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE A PARTIR DA SAÚDE MENTAL</i>	<i>117</i>
<i>2.4.1 CAPS NO MUNICÍPIO DE MANACAPURU.....</i>	<i>122</i>
CAPÍTULO 3 – LINGUAGENS, CULTURA E RESISTÊNCIA ANTIMANICOMIAL	132
<i>3.1 CAPS NO CARNAVAL: CONFLITOS ENTRE GESTÃO ESTADUAL E DEMAIS SERVIDORES DA UNIDADE. A CULTURA DESFILA NA AVENIDA E TAMBÉM CAMINHA NA PERIFERIA (2008)</i>	<i>141</i>
<i>3.2 O MARACATU QUEBRAMURO</i>	<i>154</i>
<i>3.3 O SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPÊUTICO (SRT) EM MANAUS: PERSPECTIVAS E CONTRADIÇÕES QUE PERSISTEM</i>	<i>175</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	185

APRESENTAÇÃO

No filme *Imagens do Inconsciente: em busca do espaço cotidiano*¹ a voz do narrador, que fala através de diálogo com a psiquiatra Nise da Silveira, além de outras narrativas orais de artistas e pacientes, apresenta o modo como a psiquiatria vinha se interessando pelos aspectos externos da esquizofrenia e por uma miséria que era vista aos olhos daquela ciência. Menos se observavam então questões de possibilidades internas, expressões e sentimentos que os pacientes poderiam manifestar, principalmente a partir de relações com as artes. A alternativa percebida como necessidade pela médica Nise da Silveira também pode ser campo fértil de pesquisa histórica, não no sentido médico, mas no que diz respeito a ter um outro olhar em direção àquelas pessoas, marcando outra perspectiva, a da História. Observar com atenção e valorizar o trabalho desempenhado na proposta de Nise da Silveira com os internos, que também foram artistas, trabalhadores, seres humanos atravessados por questões de classe, raça e gênero e as discussões acerca desse trabalho que chegam ao cinema de Leon Hirszman “contribui para avançarmos na direção de uma pluralização de vozes e perspectivas interpretativas nas ciências sociais, enfrentando a superação da divisão entre o erudito e o popular, o planejamento e a execução, o normal e o anormal, e outras exclusões da sociedade de classes” (TOMELIN Jr., 2020).

Nos últimos anos, alguns regressos envolvendo as políticas de atenção à saúde mental no país foram propostos, os ataques ao SUS também incidem sobre essas políticas que são praticadas, sobretudo, no âmbito da saúde pública no Brasil, mas que não deixam de ter uma parcela em domínio de setores privados. Tais setores não são conhecidos por levarem a cabo os princípios colocados no que se entendeu como reforma psiquiátrica brasileira.

No fundo, lugares como o Juquery - sobre os quais há quem julgue preferível manter um conveniente silêncio - mostram bem mais que a maneira pela qual as pessoas consideradas “disfuncionais” são vistas e tratadas em uma sociedade organizada pelo lucro, pelo utilitarismo e pela ausência de respeito. Eles revelam aspectos profundos de nossa sociedade que, tanto tempo depois de iniciar uma caminhada para um futuro mais equânime e igualitário, parece olhar com placidez bovina esse doloroso retorno ao ponto de partida (CUNHA, 2022, p. 18)

¹ HIRSZMAN, Leon. *Imagens do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983/1987. Episódio I - Em Busca do Espaço Cotidiano: Fernando Diniz (80 minutos).

Compreendemos que não há maneira de fazer uma reflexão histórica sem olhar para o presente e que, mesmo com algumas conquistas, é preciso observar as concepções de “vencedores”, repensar o que se diz sobre os “vencidos”, pois o presente também está povoado de vida, e vidas sociais que também insistem em seus projetos de sociedade. Além disso, sigo com Edward P. Thompson quando o historiador afirma que “se supomos que o direito não passa de um meio pomposo e mistificador através do qual se registra e se executa o poder de classe, então não precisamos desperdiçar nosso trabalho estudando sua história e formas” (THOMPSON, 1987, p. 359).

Ao discutir “o tempo vivo da memória”, Ecléa Bosi (2003) sugere como a memória, o vínculo com o passado, pode ser compreendida como uma questão de Direitos Humanos uma vez que ela tem a ver com a formação de identidades. Para isso, é necessário a atenção às sensibilidades que compõem essa memória e esse vínculo. Pensamos então na importância da oralidade justamente por nos trazer a contradição ao lugar onde se prezava pela unilateralidade institucional, conforme a autora aponta (BOSI, 2003).

Essas histórias trabalhadas no fazer historiográfico que valorize suas demandas e a necessidade de presença, de valor, de reconhecimento possibilitam que o direito ao passado seja visto como possível e “reencontrado como dimensão histórica” pela população. Nas palavras de Maria Célia Paoli

A construção de um outro horizonte historiográfico se apoia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos. Ela pressupõe que a tarefa principal a ser contemplada em uma política de preservação e produção de patrimônio coletivo que repouse no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania, é resgatar estas ações e mesmo suas utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo. Aposta, portanto, na existência de memórias coletivas que, mesmo heterogêneas, são fortes referências de grupo mesmo quando tenham um fraco nexos com a história instituída (PAOLI, 1992, p. 27).

Na mesma direção, também há um investimento aqui em uma pesquisa histórica que, tal como sugeriram Maria do Pilar de Araújo Vieira, Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Yara Maria Aun Khoury, pense

a produção do conhecimento histórico não como aquele que tem implicações apenas com o saber erudito, com a escolha de um método, com o desenvolvimento de técnicas, mas como aquele que é capaz de aprender e incorporar essa experiência vivida, é fazer retornar homens

e mulheres não como sujeitos passivos e individualizados, mas como pessoas que vivem situações e relações sociais determinadas, com necessidades e interesses e com antagonismos (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2002, p.18).

Questão importante também é a temporalidade, que aqui foge a marcos dados arbitrariamente, sendo assim, optou-se por valorizar as temporalidades — no plural — trazidas pelos narradores, que não se desvencilham de suas subjetividades. E justamente na história oral a subjetividade sai do lugar de empecilho e se torna o fundamental, uma vez que não fugimos dela e sim trabalhamos com ela. E em história oral, variando conforme a postura do pesquisador, a relação estabelecida no ato da entrevista e o diálogo aberto tecem impactos na narrativa oferecida, de modo que, por vezes, uma interrupção na busca por uma datação exata destoa do íntimo dado pelo narrador naquele momento. Não se interrompe um choro para perguntar o quanto já foi chorado antes e quando, ou na chama de entusiasmo de uma boa memória o balde d'água fria para que sobressaia dali a datação. Ademais, o momento da oportunidade de frisar as datações, período, temporalidade, não é escuso no trabalho com história oral, não somos menos criteriosos, e ainda assim há que se considerar que existe uma dinâmica de interesses na entrevista, na qual estão presentes simultaneamente as agendas do entrevistador e do entrevistado. Alessandro Portelli ao comentar sobre essas agendas, ensina ainda que “para o profissional de história oral, uma entrevista é sempre uma lição de aprendizagem” (PORTELLI, 2001, p.20).

Temporalidade não tem a ver com o tempo dos relógios, mas com as vontades e os valores morais em jogo durante o fazer-se dos sujeitos sociais em suas experiências sociais. As diferentes temporalidades históricas têm relações com amores e desamores, com o sim e com o não, com o eu e com o outro, com sonhos e decepções, com conformismos e enfrentamentos, com lutos e recuos, com o real e o imaginário, com o explícito e com o silencioso, com o dissimulado e com o escancarado, com o partido e o filiado, com o sindicato e com o sócio, com os políticos e com os cidadãos, com homens e mulheres, com o trabalhador e com o patrão, com o pobre e o pobre (SOUZA, 2017, p.32).

Persistindo com a história oral e as discussões propostas por Carlos A. Alves de Souza (2017) podemos ter a percepção de que esta metodologia pode nos colocar defronte a múltiplas temporalidades, para as quais, o diálogo com Walter Benjamin atia a percepção do “tempo saturado de agoras”. São esses “agoras”, afinal a memória é mobilizada do presente, que nos fazem transitar entre passado e presente não de maneira

ingênuas, elaborando identidades, assim sendo, interessadas. Existe, portanto, um sentido para o narrador na relação que ele constrói com a memória e com o próprio tempo. Sentido que pode escapar a linearidade e cronologia desejáveis. Na tradição oral é possível evidenciar resistências pois que se trata de uma expressão constituída no cotidiano. O autor observa que se trata de “um meio de transmissão de valores que permeiam o seu viver, fortalecida por memórias de experiências vividas, numa sociedade de que convive hoje com outras linguagens” (SOUZA, 2017, p. 29). A opção por priorizar as fontes orais para esta pesquisa não limitou o uso de outras fontes e linguagens, por isso foi de suma importância para este trabalho refletir sobre outras produções e sujeitos que tiveram e têm importante presença na construção de direitos e luta por dignidade no âmbito da saúde mental no estado do Amazonas.

INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado é resultado de pesquisa que buscou investigar sentidos da luta antimanicomial em Manaus no passado e presente enquanto cultura política, em uma dimensão de luta e resistência experienciadas por sujeitos engajados no campo da saúde, buscando revalorizar as memórias e oralidades desses sujeitos, relacionando-as à questão da dignidade, enquanto participantes ativos da construção histórica. Era interesse da pesquisa também identificar processos de produção de direitos a partir de experiências de trabalho, coletividades e múltiplas linguagens. Através dessa pesquisa também é possível observar as relações que os sujeitos envolvidos nesta história teceram e tecem com a cidade e a possibilidade de inclusão pela cultura. A pesquisa foi orientada principalmente pela perspectiva da História Oral, buscando alargar análises e problematizações a partir de conjuntos documentais diversificados.

Estão presentes no trabalho perspectivas fundamentais de reflexão sobre memória e patrimônio que corroboram para a visibilidade da luta por cidadania cultural entre esses sujeitos. Se entendermos, primeiramente, que cidadania tenha a ver com “a formação, informação e participação múltiplas na construção da cultura, da política, de um espaço e de um tempo coletivos” (PAOLI, 1992, p.27). De modo que aprendemos com os sujeitos narradores nesta pesquisa, uma diversidade de modos dessa luta pois os mesmos alargam perspectivas de cidadania, termo que passou por disputas ao longo de tempos e diferentes projetos políticos. Compreendendo que a cultura está no ordinário da vida, constituída no social.

Outras noções de patrimônio são reivindicadas, seja pela valorização de suas histórias e trajetórias através das próprias narrativas, da cultura, da música produzida, da defesa de um novo significado e destino para um patrimônio físico já existente, como é o caso do prédio do Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, pela reivindicação expressada nas narrativas por uma cidade mais habitável seja em espaço físico ou de segurança para que pessoas em vulnerabilidade por sofrimento mental não sejam excluídas, perpassando essas noções, também são pautadas outras formas de cuidado, bem como de perspectivas de trabalho construídas. E porque como ressaltado por Dea Fenelon, “os seres humanos estão constantemente engajados em refletir sobre sua

própria ‘experiência’, bem como a dos outros e assim cresce sua compreensão da vida social, sua cultura” (FENELON, 1993, p. 90).

No primeiro capítulo, intitulado “Trabalho e luta antimanicomial em Manaus: a lógica manicomial e sujeitos presentes” buscou-se evidenciar a ação de sujeitos trabalhadores da saúde e um usuário do sistema de saúde, que vivenciaram através do trabalho ou internação em instituições de saúde e psiquiátricas na cidade de Manaus a lógica manicomial operando nessas instituições, bem como a visão que têm dessa lógica. Uma médica psiquiatra, uma assistente social, um psicólogo, um técnico de enfermagem e um enfermeiro produzem narrativas sobre suas histórias de vida desde antes de iniciar o trabalho nas instituições e como se encontram com as questões da saúde mental, desde a formação acadêmica às suas experiências em outras cidades. Narrativa importante é também a de Setemberg Rabelo, trabalhador que fora internado no Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, mas que a partir da experiência pôde não apenas relatar o cotidiano do hospício, mas também criticá-lo, ao mesmo tempo em que ao longo da vida passa a construir sólida formação na crítica à instituição. Por esses aprendizados, que são políticos e acadêmicos, articula memórias e experiências que lhe remetem à resistência. Em muitas das narrativas aqui trabalhadas, os sujeitos percebem em suas trajetórias posturas de enfrentamento e crítica da realidade ao seu redor quanto à fome, desigualdades, direito ao trabalho e estudo, e narram como se movem em busca daquilo que lhes parece melhor para a vida, mostrando-nos assim como a possibilidade de escolher significa também o direito à vida, e luta por dignidade.

Entre as diversas trajetórias e o contato que cada uma teve com o manicômio ou a lógica manicomial, vimos que não fora necessário estar no hospício para lutar contra ele. Entendemos assim, como Manaus não esteve de fora nem das violências manicomiais que muitas vezes foram apontadas na imagem de manicômios como de Juquery e Barbacena, e também a cidade não passou ao largo das críticas levantadas pelo movimento criado no Brasil pela reforma psiquiátrica e luta antimanicomial. Nira, que jamais trabalhou no hospício, mas sabendo do que lá acontecia, juntava-se a um grupo de artistas para manifestações na rua em frente ao hospital psiquiátrico, a fim de chamar atenção da sociedade para as práticas violentas que aconteciam muro adentro. Ildebrando, servidor lotado em um hospital psiquiátrico, sabia que sua necessidade de trabalho era no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), aparelho substitutivo ao

modelo manicomial dos hospícios, serviços que, ademais, só alcançam ser instituídos a partir de muita luta, trajetória essa que se verifica em vários municípios do país.

Ainda neste capítulo nos atemos à discussão dos sentidos de trabalho mobilizados pelos sujeitos dessa pesquisa e suas relações com a cidade, inclusive para um trabalhador nordestino que tem uma longa trajetória de migrações entre cidades no sertão do Ceará e outras capitais nordestinas, até chegar em Manaus. Nessa perspectiva, considero a importância de ampliar a noção de trabalho para revalorizar as experiências de outros sujeitos, quando, para isso, as fontes apresentadas nessa pesquisa, contam com as narrativas orais de trabalhadores que ocupam diferentes profissões e cargos tanto entre si, quanto mesmo em sua trajetória pessoal, sendo esses uma médica psiquiátrica (que trabalhou como médica no INAMPS, política substituída pelo SUS, tendo sido também gestora de hospital psiquiátrico), um enfermeiro (servidor das secretarias estadual e municipal de saúde, tendo experiência com trabalho em manicômio de outro estado), um técnico de enfermagem (que trabalhou no hospital psiquiátrico e também atuou como gestor na Coordenação estadual de Saúde), um psicólogo (que também foi gestor do CAPS e do Hospital de Custódia), um cantor e pintor (que também é concursado como arte-terapeuta na Secretaria de Saúde, trabalhando no CAPS), uma assistente social (que foi trabalhadora de clínica psiquiátrica privada, mais tarde concursada na Secretaria Estadual de Saúde). Não foi intencionalmente que entrei em contato com esses diferentes profissionais, mas também não foi ao acaso. A luta antimanicomial é realizada precisamente nessa diversidade, que não diz respeito somente à profissão ou cargo, mas traz consigo diferentes memórias e experiências.

Ainda no primeiro capítulo, ampliam-se perspectivas a partir das fontes orais, quando a entrevista de Setemberg Rabelo contribui para pensar no manicômio também como um lugar de presença, de sujeitos presentes, o que é importante para trazer outra perspectiva da instituição que não seja a do vazio, ou a insuficiente noção de “instituição total”. Nesse sentido, valorizamos a subjetividade do sujeito que, internado em instituição autoritária e hostil, insiste que as relações constituídas ali foram importantes para outra memória do lugar e por isso mesmo, no presente, vale a pena reivindicar outros usos para o espaço físico do manicômio, assim é também quanto ao tema do patrimônio que a discussão incide.

O segundo capítulo, “Narrativas que constroem dignidade — Um sujeito em aprendizado e luta”, busca aprofundar temas a partir da entrevista com Setemberg,

atendo-se a sua trajetória de vida pessoal e profissional. Assim, são discutidas as formas pelas quais o narrador deu sentido à sua própria trajetória, à sua formação militante e profissional, o modo como a infância é lembrada e nela e sobre ela também são construídas perspectivas de resistência. E mais uma vez o tema do trabalho aparece como relevante na pesquisa. As crises e momentos de grande sofrimento mental também são narrados por Setemberg e discutidos como aspectos do autoritarismo e exclusão provocados pela sociedade. E vemos como as reflexões políticas apreendidas pelo sujeito direcionam também o próprio cuidado e responsabilidades consigo mesmo no presente.

Seguindo com a história oral e a constituição dessas fontes, assumo, conforme Yara Aun Khoury, que aí toma espaço significativo, o que a autora compreende pelo “direito de falar” (KHOURY, 2005), algo que ganha sentido no curso da investigação, desde o momento em que observo, pouco antes do dia marcado para a entrevista, a atuação de Setemberg em um evento na cidade de Manaus. Isso porque está presente ao longo da narrativa de Setemberg um esforço de dar significado à sua história de vida e fazê-la presente em eventos organizados em torno do tema da saúde, pois entende que há importância naquilo que quer falar, naquilo que lhe aconteceu e no que fez daquilo que lhe aconteceu. Sua trajetória, portanto, não se resume às internações, pois mesmo apesar das violências das internações ele pôde se colocar como sujeito histórico. Parte-se assim da metodologia da história oral, por uma perspectiva histórica “capaz de pensar o presente como uma dimensão que nos impulsiona, na busca dos sentidos da transformação social, da construção de um futuro melhor, mais justo e democrático” (PEIXOTO, 2006, p. 156).

O tema da infância foi importante aqui. A princípio não surgiu como um interesse próprio de pesquisa, mas a presença do tema na fonte exigiu que sobre ele se refletisse. Assim, as discussões se deram entendendo que na infância também é possível observar as resistências históricas construídas pelo sujeito. Assumimos aqui uma perspectiva de narrativa da infância como aquela que Jeanne Marie Gagnebin (1997) discute a partir de Walter Benjamin: a de elaboração de experiência. Encontrei também no trabalho de Maria do Rosário da Cunha Peixoto (1997) importantes reflexões sobre infância, compreendendo que

Numerosos são os artífices dessa construção e bastante diferenciados entre si: pais, mestres, psicólogos, pedagogos, publicitários, estilistas,

industriais, comerciantes, escritores, editores. Determinam quando, como e em quais circunstâncias as crianças devem viver, comer, estudar, aprender, brincar, comprar, vestir, ler, etc. Igualmente variados são os espaços nos quais essa produção ocorre: escola, família, consultórios, lojas, *playgrounds*, editoras, bibliotecas, livrarias, etc (PEIXOTO, 1997, p. 148).

O narrador não fala de si mesmo em termos de diagnósticos e isso também já indica uma perspectiva política. Ao lembrar do que viveu no manicômio, e de situações de preconceito vividas mesmo fora da instituição, elabora críticas que apontam para a necessidade de não entender a instituição como algo isolado e pontual na nossa sociedade autoritária. Mas o capítulo não trata somente das violências, atentamos também para o que é dito sobre a sua formação militante e profissional no que diz respeito à saúde e à saúde mental. É destacada a presença de Setemberg em instituições acadêmicas como universidades públicas, Fiocruz e instituições de saúde como gestão municipal em cidades no interior do Amazonas. O esforço de Setemberg no início dessa jornada é compreensível dentro das importantes e belas discussões trazidas por Raymond Williams ao nos ensinar que “a cultura é algo comum, ordinário” (WILLIAMS, 2015, p.5), momento em que entende que sua presença é fundamental, dado que sua experiência está inclusa nas discussões tratadas pelo saber acadêmico. É também luta do narrador firmar sua presença nos lugares onde entende que poderá aprender, sabendo também que terá algo a contribuir naquelas discussões. Uma resistência que afirma sua história como importante, que abre espaço, reivindica presença, e que produz frutos.

Entre estes frutos estão alguns CAPS criados no interior do estado, que apontam para um processo muito importante no que diz respeito à saúde pública e à democracia no Brasil, qual seja a municipalização da saúde. O processo de abertura de CAPS no interior do Amazonas, possibilitado pelas discussões realizadas na Fiocruz com profissionais em formação e que já atuavam nos municípios do estado e, claro, por um momento de profundos investimentos na atenção à saúde mental pelo Ministério da Saúde, indica um importante trabalho que trazia consigo também as perspectivas de municipalização da saúde do Amazonas. A municipalização é um termo que também traz noções de “democratização” da saúde no Brasil, não apenas porque saúde é democracia, mas porque sua gestão precisa passar e continuar pela democracia. O contrário da municipalização é a concentração de poder e recursos no governo federal,

com aumentados riscos de acentuação dos limites e desigualdades na saúde, além de benefícios ao setor privado, como já praticado na ditadura civil-militar de 1964. Não que a municipalização esteja imune às privatizações e demais falhas, mas sua realização possibilita outros caminhos e práticas.

O terceiro e último capítulo analisa as “Linguagens antimanicomiais em Manaus”, iniciando com uma discussão acerca da exposição “Memórias da Loucura”, em sua 4ª edição realizada na cidade. Essa discussão se alicerça por minha experiência nesse espaço, em que estive acompanhando ao longo de alguns meses registros visuais meus, além dos apontamentos feitos no caderno de campo durante a exposição e sua programação, que contou com algumas rodas de conversa envolvendo sujeitos com algum engajamento no tema em diferentes tempos na cidade. Neste capítulo também é pontuada a participação de usuários do CAPS em desfile de uma escola de samba em Manaus, experiência da qual problematizamos as relações entre gestão da saúde e demais trabalhadores, a insistência de que seria possível a participação no carnaval também é vista como um dos modos de resistir pela cultura. As fontes que apoiam este tópico são a entrevista com Clóvis Rodrigues, artista e trabalhador no CAPS Silvério Tundis, a entrevista com Aluísio e um acervo fotográfico do mesmo compartilhado comigo, do qual selecionei algumas imagens para o trabalho. Nesta sessão, nos valem da metodologia de análise específica dessas fontes, buscando problematizar a historicidade de uma imagem fotográfica, a intencionalidade do ato do registro e suas formas de preservação, o que Boris Kossoy chama de “trajetória da fotografia” (KOSSOY, 2001, p. 45).

Outro tópico do capítulo é o que trata do Maracatu Quebramuro, grupo percussivo criado no CAPS Silvério Tundis e sustentado por trabalhadores e usuários da instituição. Para a análise empreendida sobre o grupo nos apoiamos em Natalie Zemon Davis (1990) e Edward Palmer Thompson (2012) que nos dizem como, partindo da análise das fontes sob a investigação histórica e evitando visões folcloristas sobre estas, é possível compreender outros movimentos e significados acerca de determinadas práticas desde que nossas noções de política estejam alargadas. Além das fontes orais, a entrevista de Ildebrando, registros em caderno de campo a partir de minha presença em alguns ensaios do Quebramuro e de apresentações que pude assistir em eventos na cidade, as fontes trabalhadas foram as letras das músicas compostas pelo grupo.

Acompanhando Adalberto Paranhos², entendemos o trabalho com este tipo de linguagem não restrito às letras, observando-se também os sons aí evocados. Na perspectiva histórica com que temos trabalhado, é fundamental entender o Maracatu Quebramuro e sua cultura como Raymond Williams nos sugere, “na formação dos modos de pensar: o aprendizado de novas habilidades, as mudanças de relacionamentos, o surgimento de linguagens e ideias diferentes” (WILLIAMS, 2015, p. 4).

Discussão importante também posta no capítulo diz respeito ao Serviço Residencial Terapêutico (SRT) criado em Manaus, o qual, se por um lado é serviço instituído na cidade amparado na lei da Reforma Psiquiátrica, e entendido nacionalmente como conquista da luta antimanicomial, por outro lado, indica também que o modo como o SRT foi implantado na cidade e como funciona ainda hoje aponta contradições, no presente, no que diz respeito à pauta fundamental da luta antimanicomial: o cuidado em liberdade. As fontes trabalhadas neste tópico são as entrevistas de Aluísio e Ildebrando. O serviço, no entanto, não passa sem críticas e isto aponta disputas ainda necessárias em nosso presente no que diz respeito ao direito à cidade e ampliação daquilo que se entende por saúde mental, numa perspectiva de saúde que não esteja limitada à noção de ausência de doença.

Estamos falando, neste trabalho, de sujeitos marcados por diversas experiências com a saúde e, de maneira específica, a saúde mental. Essas experiências variam desde a internação no manicômio ao trabalho naquela instituição. Incluem também quem não trabalhou no manicômio, mas em clínica psiquiátrica privada, o trabalho no manicômio judiciário, trabalho em manicômio de outro estado em outra região do Brasil e quem trabalhou sob outra forma de cuidado, criada a partir da lei que ficou conhecida como a “Lei da Reforma Psiquiátrica” no Brasil, a lei 10.216/2001. São os narradores desta pesquisa:

Aluísio Campos — Técnico em enfermagem que trabalhou com este cargo no Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro. Teve experiência em gestão da saúde através da Secretaria de Estado de Saúde. Militante da luta antimanicomial organizado na FASMA (Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental e Luta Antimanicomial no Amazonas).

² PARANHOS, Adalberto. Sons de sins e de não: a linguagem musical e a produção de sentidos. In: Projeto História, São Paulo, (20), abril de 2000. pp. 221-226

Ana Maria Marques — Médica psiquiatra com experiência de trabalho no Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro. Presidente do Instituto Silvério Tundis, OSC que oferece serviços de assistência a pessoas com transtornos mentais em Manaus.

Clóvis Rodrigues — Artista e músico de Manaus, servidor público, trabalhador do CAPS Silvério Tundis com arte terapia.

Gibson Santos — Psicólogo, já foi professor universitário e teve experiência de gestão no manicômio judiciário em Manaus e CAPS Silvério Tundis, tendo estado à frente da ABRASME (Associação Brasileira de Saúde Mental), quando ao presidir a instituição realizou encontro nacional da entidade em Manaus.

Ildebrando Leite — Enfermeiro, teve experiência de trabalho em manicômio no Nordeste, breve passagem no Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro antes da criação do CAPS Silvério Tundis, onde é servidor público e batuqueiro do Maracatu Quebramuro.

Nira Lopes — Assistente Social, hoje aposentada pelo estado, foi servidora pública trabalhando em sua área e, antes disso, trabalhou em uma clínica psiquiátrica privada na cidade de Manaus.

Setemberg Rabelo — Militante da saúde mental, faz parte da atual gestão da ABRASME (Associação Brasileira de Saúde Mental), teve experiência de internação no hospício e também de gestor na área da saúde, atuando nos municípios de Manacapuru e Manaquiri, tendo sido importante articulador pela abertura de vários CAPS no interior do Amazonas.

CAPÍTULO 1 – TRABALHO E LUTA ANTIMANICOMIAL EM MANAUS: A LÓGICA MANICOMIAL E SUJEITOS PRESENTES

Busca-se evidenciar aqui a ação de sujeitos trabalhadores da saúde e um usuário do sistema, que vivenciaram através do trabalho ou internação em instituições de saúde e psiquiátricas na cidade de Manaus a lógica manicomial operando nesses serviços, bem como a visão que têm dessa lógica. Uma médica psiquiatra, uma assistente social, um psicólogo, um técnico de enfermagem e um enfermeiro produzem narrativas sobre suas histórias de vida desde antes de iniciar o trabalho nas instituições e como se encontram com as questões da saúde mental, desde a formação acadêmica às suas experiências em outras cidades. Narrativa importante é também a de Setemberg Rabelo, trabalhador que fora internado no Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, mas que a partir da experiência pôde não apenas relatar o cotidiano do hospício, mas também criticá-lo, ao mesmo tempo em que ao longo da vida passa a construir sólida formação na crítica à instituição, tomando aprendizados que são políticos e acadêmicos pelos quais articula memórias e experiências que lhe remetem a resistência. Em muitas das narrativas aqui trabalhadas, os sujeitos percebem em suas trajetórias posturas de enfrentamento e crítica da realidade ao seu redor quanto à fome, desigualdades, direito ao trabalho e estudo, e narram como se movem em busca daquilo que lhes parece melhor para a vida, mostrando-nos assim como a possibilidade de escolher significa também o direito à vida, e luta por dignidade.

Entre as diversas trajetórias e o contato que cada uma teve com o manicômio ou a lógica manicomial, vimos que não fora necessário estar no hospício para lutar contra ele. Entendemos assim, como Manaus não esteve de fora nem das violências manicomiais que muitas vezes foram apontadas na imagem de manicômios como de Juquery e Barbacena, e também a cidade não passou ao largo das críticas levantadas pelo movimento criado no Brasil pela reforma psiquiátrica e luta antimanicomial. Nira, que jamais trabalhou no hospício, mas sabendo do que lá acontecia, juntava-se a um grupo de artistas para manifestações na rua em frente ao hospital psiquiátrico, a fim de chamar atenção da sociedade para as práticas violentas que aconteciam muro adentro. Ildebrando, servidor lotado em um hospital psiquiátrico, sabia que sua necessidade de

trabalho era no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), aparelho substitutivo ao modelo manicomial dos hospícios, serviços que, ademais, só alcançam ser instituídos a partir de muita luta, trajetória essa que se verifica em vários municípios do país.

O presente capítulo está dividido em três tópicos. O primeiro apresenta o manicômio e a lógica manicomial na cidade. Uma descrição do hospício é feita pela psiquiatra Ana Maria, ao lembrar e contar do aspecto arquitetônico do prédio do Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro às relações que ali também foram construídas. Além de entrar em contato com essa lógica, não a encararam como receptáculos ou meros executores da ordem estabelecida. Dentro de suas percepções e maneiras de agir, elaboraram a crítica, ora individual, ora coletiva do que viam ao seu redor e buscaram, com outros, caminhos para causar mudanças na instituição à qual estavam vinculados ou não. Essas mudanças não eram alcançadas de maneira brusca, sequer eram alcançadas sempre ou a cada tentativa, mas esses sujeitos mostram como puderam trabalhar a partir do que tinham.

O segundo tópico se atém à discussão dos sentidos de trabalho mobilizados pelos sujeitos dessa pesquisa e suas relações com a cidade, inclusive para um trabalhador nordestino que tem uma longa trajetória de migrações entre cidades no sertão do Ceará e outras capitais nordestinas, até chegar em Manaus. Nessa perspectiva, considero a importância de ampliar a noção de trabalho para revalorizar as experiências de outros sujeitos, quando, para isso, as fontes apresentadas nessa pesquisa até aqui, contam com trabalhadores que ocupam diferentes profissões e cargos tanto entre si, quanto mesmo em sua trajetória pessoal. São esses uma médica psiquiátrica (que trabalhou como médica no INAMPS, política substituída pelo SUS, tendo sido também gestora de hospital psiquiátrico), um enfermeiro (servidor das secretarias estadual e municipal de saúde, tendo experiência com trabalho em manicômio de outro estado), um técnico de enfermagem (que trabalhou no hospital psiquiátrico e também atuou como gestor na Coordenação estadual de Saúde), um psicólogo (que também foi gestor do CAPS e do Hospital de Custódia), um cantor e pintor (que também é concursado como arte-terapeuta na Secretaria de Saúde, trabalhando no CAPS), uma assistente social (que foi trabalhadora de clínica psiquiátrica privada, mais tarde concursada na Secretaria Estadual de Saúde). Não foi intencionalmente que entrei em contato com esses diferentes profissionais, mas também não foi ao acaso. A luta antimanicomial é

realizada precisamente nessa diversidade, que não diz respeito somente à profissão ou cargo, mas traz consigo diferentes memórias e experiências.

1.1 O MANICÔMIO, A LÓGICA MANICOMIAL

Porque manicômio tem um cheiro que é tradicional. É um cheiro engordurado, né, um cheiro de ser humano mal tratado, entendeu? E é... os barulhos internos são muito similares, né, barulho de tranca, e fechamento de grade (Gibson)

Apesar de que lá, anteriormente, foi o melhor trabalho que eu fiz, o trabalho que eu mais gostei porque é... lá havia muita liberdade, os portões eram abertos, né? A clínica era moderna, lá só entrava pessoas que tinha grana, né, pra pagar. Tinha muita facilidade de fazer muitos trabalhos, né, que não fosse dentro das celas, né? Lá não tinha cela (Nira)

Com uma estrutura física comparada às das trincheiras de guerra, não foi só o aspecto físico ou arquitetônico do Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro que impôs o clima de guerra: o terror, a política, a morte, a doença, a insegurança. O ferro das grades. A *pernamanca*, protótipo de cama convertido em arma, armados pelo descaso. Corroborava aí a opção por determinadas maneiras de lidar com a loucura, a regra. Corroborava o medo entre funcionários da unidade de denunciar irregularidades ali praticadas desde administrativas até de protocolos da própria saúde. Corroborava a solidão de mulheres dividindo o escasso espaço de confinamento umas com as outras e mais dejetos. Para substituir o odor das fezes, creolina, para escapar da tortura manicomial, o esgoto. A doença, que antes, apenas “mental” se mistura a outras mazelas do cotidiano insalubre, evitáveis, se o hospício não fosse hospício. A hora da limpeza do chão era a hora do acesso ao jardim, mas a hora do banho, não significava necessariamente limpeza, não nas condições daqueles banhos coletivos, com mangueira. A estrutura murada causava medo ainda nos anos 2000. Quantos sabiam o que passava lá dentro? Quantos e quem derrubaram tantos muros, se não físicos, então do autoritarismo, do silêncio, da corrupção, enfim, o manicômio.

As histórias acerca das práticas dos manicômios e psiquiatria dão conta de uma série de violências direcionadas aos pacientes que ali viviam por vezes até a morte, e morriam, não por outra coisa, mas pelo hospício³, lugar permeado pela ideologia médica

³ “Antigamente, quando morria alguém sempre o sino tocava, agora não toca mais. Quando tocava o sino, todos diziam: ‘Ai meu Deus, pena que não sou eu quem morreu’, diziam, ‘que estou tão cansado de levar esta vida aqui dentro’ Quantos deles não morreram, quando podiam estar vivos e cheios de saúde. Mas

e relações de poder (TOMELIN Jr., 2020). Franco Basaglia (1985) ao falar das “instituições da violência” e de maneira propositiva aponta o manicômio como uma dessas instituições, percebe o lugar da violência e da exclusão na sociedade, a partir de uma leitura que percebe diferentes modos pelos quais a violência é empregada, ocultada, e transferida para quem possa praticá-la de maneira técnica nessas instituições. Também faz lembrar de Antonio Candido (1991) ao falar desse autor da “verdade sobre a repressão”, na qual nos mostra como a polícia, também em sua face violenta e burguesa trata de “disfarçar o arbítrio da vontade dos dirigentes por meio da simulação da legalidade”. Basaglia fala ainda sobre as dificuldades encontradas quando se busca, enquanto trabalhador inserido na lógica excludente manicomial negar o “mandato social” destinatário das autorizações para o uso da violência. Mas sinaliza que é fundamental unir-se à consciência da violência e da exclusão junto daqueles a quem a violência é empregada. E há, portanto, uma negação desse sistema, que surge a partir do seu campo de ação (BASAGLIA, 1985).

Na experiência brasileira, a história da Luta Antimanicomial se inscreve em um contexto de resistência à ditadura civil-militar (1964-1985), e a ocorrência de manifestações durante o momento das “Diretas Já” podem ser, de acordo com a historiadora Maria Clementina Pereira Cunha, associados a um significado: “o apreço pelos direitos humanos” (CUNHA, 2022, p. 10). Nelson Tomelin Junior ao discutir o legado de Nise da Silveira afirma que

A luta antimanicomial no país é invenção da democracia e abertura histórica pela experiência de muitos sujeitos, que assim como Nise e os artistas do Museu de Imagens do Inconsciente, deram a conhecer outras formas da sociedade de classes, vivenciadas por usuários, técnicos e familiares em serviços públicos e privados de atendimento à saúde mental. (TOMELIN, Jr., 2016, p.88)

É nessa perspectiva de lutas por direitos como a saúde, dignidade, mas também ao trabalho que entendemos a mobilização construída pelos sujeitos que fizeram parte

não, humilhados, porque não tinham nenhuma porta de saída, recusavam-se a comer. Enfiavam a comida pelo nariz deles com a borrachinha, mas não dava pra fazer nada porque estavam presos aqui dentro e não tinham nenhuma esperança de sair. Como uma planta que fica seca porque não chove e as folhas murcham, assim ficavam as pessoas aqui”. Relato de um interno do Hospital Psiquiátrico de Gorizia trazido pelo jornalista Nino Vascon, a partir de oportunidade ocorrida quando da experiência italiana de contestação do manicômio dentro do manicômio, em equipe coordenada pelo psiquiatra Franco Basaglia. O jornalista produziu naquele país um documentário com a temática, além de contribuir, junto com o psiquiatra, na publicação de textos que davam conta de suas observações do hospital, entrevistas com internos e assembleias realizadas naquele ambiente. Nas palavras do autor: “a situação do doente mental na Itália é vergonhosa: ele é o único doente que não tem direito de ser doente porque é definido como “perigoso para si mesmo e para os outros, e causa de escândalo público” In: BASAGLIA, Franco. A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985 p.13

dessa história. Ao falar de sua pesquisa no manicômio Juquery, Maria Clementina Pereira da Cunha afirma que “é uma experiência que comove e incomoda” (CUNHA, 2022, p. 23) mas que é preciso ser encarada como desafio para a história uma vez que ela também diz sobre a experiência histórica e, portanto, experiência coletiva que se torna visível em um objeto que esteve somente nos domínios de outros campos do saber. Estes saberes mais interessados em classificações em perspectivas patológicas e naturais ignoraram ao longo de séculos, as dimensões sociais e coletivas do que fora tratado como loucura e desconformidades com alguma necessidade produtiva da sociedade capitalista. Pensando nas subjetividades com as quais nos vemos de frente ao pensar historicamente as experiências humanas, vale considerar que

não só ao poeta, mas também a historiadores incumbe recuperar lágrimas e risos, decepções e esperanças, fracassos e vitórias, fruto de como os sujeitos viveram e pensaram sua própria existência, forjando saídas na sobrevivência, gozando alegrias da solidariedade ou sucumbindo ao peso de forças adversas (KHOURY et al., 2002, p. 12).

O trabalho de pesquisa apresentado aqui se justifica da feita que, alinhado à ideia de que a história não somente das práticas violentas existentes no que conhecemos como história da loucura, da psiquiatria, e da medicina (observa-se que, grosso modo, o objeto e a atenção de pesquisadores têm se voltado para as instituições, sem evidenciar os sujeitos aí presentes) é dado importante da história, mas que pensando a partir da perspectiva da história social, importa o conteúdo produzido e vivenciado na resistência às opressões praticadas dentro de manicômios. São resistências fortalecidas por trabalhadores da saúde mental e pacientes/usuários de serviços que se propõem de atenção à saúde mental, tema imprescindível na medida em que a experiência engendrada nesse campo nos informa sobre modos de vida desses sujeitos. Além de entender que os movimentos de contestação daquelas práticas foram força que possibilitou uma construção de compreensões e também da produção de direitos a partir de uma cultura de resistência que chegaram, inclusive, no campo da lei.

Ao falar do manicômio em Manaus, a memória do período e a arquitetura da instituição ganham outra substância na narrativa de Ana Maria. Da sua narração sobressaem também importantes sentidos surpreendidos nos gestos de suas mãos, que arrastam na mesa um imaginário desenho da planta do hospício durante a entrevista. Trata-se de um mapa da memória, tal como vivenciado por ela ao longo de tantos anos de trabalho na instituição como médica psiquiatra.

— Quando eu entrei lá, toda a tubulação de esgoto do hospital eram obstruídas, todos. Aquilo era uma construção que era a casa de campo do Eduardo Ribeiro, então pra você ter uma ideia, a tubulação de esgoto era de alvenaria, era uma canaleta que dava pra uma pessoa magra, que era uma paciente do hospital, sair se arrastando. Não sei como é que chama aquele exercício que os militares fazem quando tão em campo de batalha que tem que ir nadando na terra pra poder se... como é que chama aquilo?

— Como se fosse uma trincheira?

— Trincheira! Que eles saem se arrastando como cobra, né, digamos assim. E a nossa cliente magrinha lá do Eduardo Ribeiro, ela fugia do hospital por aquela rede de esgoto, pra você ter uma ideia que a tubulação de esgoto cabia um ser humano magrinho. A ponto de que essa moça, em duas fugas que ela fez, ela... ela tem que ser tratada de pneumonia por aspiração de conteúdo contaminado, do esgoto. Pra cê ter noção da calamidade que era aquilo. Mas sim, os pacientes dormiam na enfermaria, né, tinha a ala, tinha um corredor que passava aqui. Do lado de fora você saía daqui da enfermaria A, da B, da C e tal e dava num corredor de acesso. Elas saíam do dormitório à noite, que elas dormiam no chão e se chamava leito-chão, era o termo utilizado pelo Ministério da Saúde naquela altura, né? As conta quando botavam leito, era leito-chão, tá registrado lá.

— Tão oficial que era, né?

— Era. Oficial que era, leito-chão. Naquela altura, tinha 225 pessoas trancafiadas dentro do hospital

— Lá no Eduardo Ribeiro?

— Lá no Eduardo Ribeiro, nessa altura, início da década de 80, eram 225 pacientes abandonados, abandonados, tá?! Que não podiam sair do hospital. Naquela altura não existia pronto-atendimento, pronto-socorro, não existia ambulatório no jardim do hospital, que é criado posteriormente. Então era só o hospital e todos os pacientes que apresentavam algum transtorno na cidade, na rua, em via pública ou que a família trazia, às vezes traziam do interior, às vezes vinham de outro estado. Os da cidade eram trazidos no carro de polícia, não existia SAMU, então entrava direto pra hospitalização, tá legal? Quando nós chegamos no hospital, esse era o panorama. Então o hospital àquela altura parecia mais um campo de concentração, né? Porque dum lado a ala feminina e masculina, o portão era de ferro, e dentro da... da...tinha as enfermarias com esse corredor, que era o local onde elas saíam da enfermaria e iam defecar no corredor, no corredor dentro do pavilhão, era a construção.

— Não era no banheiro?

— Não tinha banheiro, o banheiro, a descarga, se fizesse lá, como tava tudo obstruído, fluía. Se desse descarga ia transbordar o cocô em todo... (risos) ao redor do banheiro e eles iam escorrer pelos corredores. Então elas já iam, se agachavam, urinavam e defecavam no corredor, que era o que levava pra onde elas circulavam quando levantavam, tinha que sair da enfermaria e circular naquele corredor pra acessar o refeitório, pra acessar o pátio, pra acessar o posto de... de... de atendimento do pessoal de enfermagem, etc, etc. Era ali que elas transitavam e podiam permanecer durante o dia sentadas no chão, né, elas se sentavam ali pelo chão, né, não tinha cama, então elas viviam... Onde é que elas sentavam? Não tinha cama, não tinha cadeira, assim, aquela coisa nos corredores, era no chão. E aquele chão quando era de manhã, ele tava infestado de... evacuações, né?

Tanto de urina como de fezes. Pra você ter noção, eu vinha pra trabalhar no hospital, eu não conseguia entrar na enfermaria pra ir atender no posto da ala, no local de antedi... no consultório da ala mas... feminina, onde eu era lotada, eu não conseguia entrar porque o mal cheiro de fezes, você vem de casa, acabou de tomar o seu desjejum... eu vomitava. Eu tinha que esperar até que desse 9h da manhã porque já tinham feito a higienização daquele pavilhão. Como é que faziam? Faziam uma solução de creolina muito forte, creolina, que todo mundo deve conhecer. Era fortíssima... se o cocô é horrível por causa do mal cheiro, a creolina é forte, te dá um enjoo no estômago enorme. Então elas faziam aquela solução de baldes grandes e jogavam e puxavam aquela sujeira todinha para um pátio que tinha descoberto lá da parte interna daquela... daquele pavilhão. E nesse pátio era onde ficavam as pacientes que tinha que ser retiradas, olha bem, elas tinham que ser retiradas pra ir pro pátio descoberto enquanto limpavam. E lá tinha uma parte que jogava aquilo pra ir pra rede de esgoto, não sei como é que elas jogavam porque a rede de esgoto do banheiro era entupida, eu não sei qual era a forma... como é que aquilo escoava... E as pacientes estavam lá, tá?

— Elas eram tiradas de um lugar e recebiam a sujeira em outro?

— Em outro, mas eu acho que ess... mas nesse pavilhão, nesse descoberto, eu não me lembro exatamente como era a drenagem que faziam dessa sujeirada porque as pacientes tinham que ficar ali, num ambiente aberto que tinha, enquanto limpavam a área que elas tinham que ficar contidas, que era essa... esse espaço que se chama enfermaria. Então isso era um terror em termos de qualidade de vida, de forma de tratamento. Então eu conheci o hospital nessas condições. (Ana Maria)

A reflexão em torno de utopias e realidades proposta por Franco Basaglia é interessante na medida em que o autor traz a ideia de que a utopia, se produto da abstração em vez de tecida na trama viva da história e suas prementes realidades de luta, pode acabar cooptada no campo da ideologia.

Em outra região da cidade, é possível conhecer que havia diferente forma de lidar com a questão. Aconteceu em uma clínica psiquiátrica privada que existiu concomitante ao Eduardo Ribeiro e às situações relatadas pela psiquiatra anteriormente. Ao falar de sua trajetória de vida e trabalho, Nira evidencia que o trabalho em uma clínica psiquiátrica inicia por conta da “necessidade da existência de uma assistente social nessa área, nesse ramo de trabalho”. A presença de assistente social na clínica tornava-se atrativo para pessoas que buscavam aquele serviço. Diferente do hospício, onde não importava, por um longo período, que não existisse tal área de especialização. A psiquiatra Ana Maria evidencia em sua narrativa que quando o hospital se torna “Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro” é que outros serviços passam a ser incluídos ali. As falas também nos lembram que as questões que dizem respeito à saúde mental nunca foram somente próprias à medicina, embora esta tenha se legitimado através dos tempos

e por diversas estratégias, até alcançar hoje patamares impensáveis, como apontam os estudos e críticas à medicalização da vida de nosso presente. Contudo, será proibido esquecer que para a interpretação das mazelas sociais às quais a medicina, e mais especificamente a psiquiatria, prestaram sua contribuição, não cabe a ideia de “desvirtuação”. Se compreendemos que o que aí acontecia se dava dentro de “sua própria origem histórica, como um conjunto de saberes e de práticas engendrado pela e para a ordem burguesa que se instituía”, como nos informa Maria Clementina Pereira Cunha (2022), vemos o quão fundamental é para o entendimento do assunto em tela e, portanto, para o aprofundamento da presente pesquisa, entender que procedimentos e projetos no campo da saúde mental são políticos e politicamente orientados. A autora traz essa discussão, ao se deter nos debates sobre o surgimento da psiquiatria no Brasil, quando mesmo surgida sob “um marco institucional ainda pré-terapêutico”, também lhe caberia aderir ao que ademais caracterizava fora do Brasil: “com a ‘razão’ combater o desatino, com a ordem científica a desordem social, criando o lugar da loucura e separando-a da esfera dos fenômenos comuns da vida cotidiana” (CUNHA, 2022, p.95). A autora levanta perspectivas do pensamento e prática do médico psiquiatra Franco da Rocha, o qual via na psiquiatria o campo prático de ação sobre dois eixos, o “problema científico” e o “problema social”.

A escolha de Nira pela formação em serviço social passa pela revolta diante de instituições com tantas regras, como o colégio de freiras em que estudou, ainda na modalidade de “semi-internato”. Experiência que foi encarada com certa rejeição, apesar de ela gostar de estudar. Talvez porque precisasse justamente de um lugar mais propício aos estudos, à criatividade, aos seus questionamentos, e que levasse em conta maiores liberdades, Nira decide pela carreira de Serviço Social. Tratava-se de um interesse que se pronunciava na direção da defesa dos direitos humanos.

— É... eu tinha saído de um gru... de uma... de um colégio de freira, né? Eu ficava num semi-internato e... e aí depois de o... do ensino médio hoje, né? Eu revoltei lá, não quis mais ficar. Passar o dia, né? Mas eu não... eu gostava muito de estudar e resolvi dar prosseguimento aos estudos, né? Então, é... terminando o ensino... o ensino médio, o ensino... nem lembro mais como é que chama aquele outro ensino depois do ensino médio no passado (risos) que a gente fazia o pós... o científico e não sei o que, né? Aí terminado os 3 anos desse ensino que eu não sei mais o nome, eu... eu... eu decidi que eu iria fazer... continuar estudando e fazer faculdade em uma área onde eu pudesse aprofundar os meus estudos e que tivesse ligada, na questão dos direitos, né, humano...

— Ah... nossa, que interessante.

— Aí foi isso que determinou a minha... a minha escolha porque matemática pra mim é foda e... essa área de cuidado mais imediato, com resultado imediato, né, de prestar serviço ao corpo, isso sempre me horrorizou, eu jamais daria pra isso: médico, enfermeira, fazer esses cuidados imediatos. Então a minha área é muito mais filosófica, entendeu? É muito mais questionamentos. Na minha família também eu sempre fui muito assim, muito questionadora, sempre quis aprofundar muito, né, questões do comportamento que acontecia na família, filosofar em cima disso, buscar resposta pra essas coisas. Então foi assim, então a chamada pra ir trabalhar nessa clínica, ela de uma certa forma até meio inconsciente, né? Ela veio contemplar essas... essas minhas necessidades. E como a gente sai da faculdade assim, meio sem saber qual é o rumo, né? Ou trabalhar onde e em quê. Essa área se apresentou, a área da saúde mental e eu comecei a estudar mais sobre isso, e pra mim, hoje eu digo, ainda hoje, que foi o melhor trabalho que eu já fiz, que eu já tive, o trabalho que eu mais gostei de fazer, foi lá, entendeu?! (Nira)

Ao contar sua trajetória e valorizar posturas questionadoras, momentos de inconformação que destaca, assume autoria de suas críticas, reforça posicionamentos e tudo o que é elaborado a partir de uma leitura de mundo que a narradora possui, por isso também a decisão pela formação passa pela percepção sobre seus limites tanto quanto pela necessidade de acrescentar e servir para suas perspectivas políticas. É determinante para sua escolha a sua experiência social. A narradora ressalta ainda por essa experiência o quanto é importante que pudesse ter e praticar sua liberdade de pensar e isto torna-se visível pela forma como pensa a si mesma e sua trajetória. Ao que nos remete a discussão de Alessandro Portelli sobre a “filosofia e os fatos”, autor cujas reflexões ensinam que não deixamos “mais convincentes” a fala de um narrador, como se nossas teorias fossem as únicas responsáveis por essa garantia. Suas escolhas e rejeições estão intimamente ligadas ao modo como estabelece sua subjetividade e isto revela a “capacidade de ver, interpretar, influir na história”. (PORTELLI, 1996, p.3)

Quando passa a compor os quadros funcionais da Secretaria Estadual de Saúde, onde atuou por quarenta e dois anos, Nira diz não ter mais trabalhado na saúde mental “porque a oportunidade que tinha era só o hospício”. Nas palavras dela: “O hospício pra mim era impraticável porque eu tava empenhada mais na luta, né, de acabar com o hospício, né? Então eu trabalhava com políticas na comunidade, e saúde mental, não”. Ao lembrar da clínica psiquiátrica, que resguardava suas diferenças do hospício, Nira comenta:

— Lá na clínica psiquiátrica nós tínhamos... tínhamos como nome dos pavilhões lá, nome dos pavilhões eram nomes de teóricos da saúde mental. Então, tipo assim, um pavilhão era “Mira y Lopez” e aí a

gente, a gente começava a estudar os teóricos dos nomes dos pavilhões porque o Benedito Barbosa ele era um estudioso, né? E depois entrou... depois não... quando eu cheguei lá já estava, né? Já estavam os médicos psiquiatras... Quando eu cheguei lá na clínica já haviam muitos médicos que vieram de outro estado, né, pra... por causa da facilidade de se abrir clínica particular e tudo, né? Então vieram muitos médicos pra Manaus, e a vinda desses médicos junto com alguns daqui propiciava muito grupo de estudo pra gente, né? E aí eu comecei a ler, minha leitura passou a ser isso, né? Quando começou o movimento da reforma, é... o Benedito Barbosa ele foi embora de Manaus e... e vendeu a clínica para um outro médico que não era de Manaus também. E aí esse médico, é... esse médico que comprou essa clínica na época era um dos diretores, era o diretor do hospício, então ele era o dono da clínica e diretor do hospício.

— Diretor lá do Eduardo Ribeiro, né?

— Não, ham... eu tava totalmente dentro, né?

— Sim

— Apesar de que lá, anteriormente, foi o melhor trabalho que eu fiz, o trabalho que eu mais gostei porque é... lá havia muita liberdade, os portões eram abertos, né? A clínica era moderna, lá só entrava pessoas que tinha grana, né, pra pagar. Tinha muita facilidade de fazer muitos trabalhos, né, que não fosse dentro das celas, né? Lá não tinha cela [...] Sim, aí esse foi o... a minha inserção. Só que quando, é... quando começou o processo da reforma psiquiátrica eu me envolvi mesmo, apesar do diretor.

Nos chama atenção o que Nira diz sobre a facilidade de abrir clínicas em Manaus, uma vez que o período em que ela esteve trabalhando na clínica psiquiátrica compreende período anterior ao SUS. A escassez de recursos financeiros destinados ao Eduardo Ribeiro e às pessoas que ali eram atendidas contrasta com a forma de atendimento e os frequentadores do outro local, o da clínica. O atendimento destinado a quem podia pagar ou que parecia ter uma relação mais próxima de familiares é um atendimento que parece não ser marcado por violências físicas, com abertura para passeios, retorno dos pacientes à sua casa e possibilidades de estudo por parte dos trabalhadores não passa perto da realidade a ser encarada no manicômio, lugar de inseguranças onde “a própria história de cada paciente é o que primeiro se nega” (TOMELIN Jr., 2020, p.141). A clínica onde “só entrava pessoas que tinha grana” é distinta do manicômio onde entravam todos, todos aqueles encaminhados por parentes ou recolhidos da rua, que experienciavam de outra forma ou posição os mundos do trabalho. Da entrada de pessoas que viviam pelas ruas dão conta outros relatos de trabalhadores da saúde de Manaus.

Quando do período anterior ao SUS, em que a partir da década de 60, com a unificação dos institutos de previdência social, boa parte da saúde esteve vinculada à previdência social, o acesso ao serviço era restrito e participavam dessa modalidade

somente aqueles que estavam formalizados em vínculos empregatícios. Eram esses os que tinham possibilidades maiores de algum atendimento. Nesse momento, a saúde, por sua vez, não estava vinculada a concepções de cidadania, e os demais eram sujeitados a pagar pelos serviços ou tentar atendimentos em lugares de filantropia e outros hospitais dos estados e municípios. Prevalecia a ideia de que a saúde era uma questão individual e não de direito, responsabilidade do estado (PAIM, 2009).

Em Manaus, uma médica psiquiatra⁴, que por um tempo foi trabalhadora do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), ao rememorar seu trabalho naquela instituição e comentar da saúde na cidade também fala da clínica psiquiátrica citada por Nira. E isso nos diz muito sobre o modo como a capital amazonense se encontrava naquele sistema⁵. É interessante a perspectiva das duas narradoras que trazem uma questão que diz respeito a quem tinha condições de acessar a clínica. Por um lado, a ideia vem na forma de que eram pessoas que tinham muito dinheiro, por outro, vemos que esse montante era expresso sob as possibilidades de um vínculo empregatício e, portanto, de inscrição na previdência social.

— Nessa época, Manaus contava com uma clínica psiquiátrica privada, psiquiátrica, que é o Instituto Eugene Minkowski, onde é em frente à UFAM, Boas Novas.

— Ah, sim! Eu já ouvi falar dessa clínica, mas não tenho informação nenhuma sobre ela.

— Essa clínica era uma clínica aberta, foi uma proposta bem ousada pro... pra época, de um colega psiquiatra chamado Benedito Barbosa, que fez um estágio na França, conheceu o Eugene Minkowski e traz a proposta de uma clínica aberta numa época que a única referência de tratamento psiquiátrico aqui era o hospício que era uma estrutura absolutamente manicomial e fechada, totalmente desumanizada. Eu cheguei a conhecer a clínica Eugene Minkowski porque à essa altura eu já... eu me tornei médica do INAMPS, como eu já falei, e eu fui... como não tinha outros psiquiatras lá pra fazer esse trabalho... tinha, mas me escolheram, me convidaram, e eu fui fazer supervisão de internação das pessoas que se internavam pela previdência social, pelo antigo INAMPS lá na clínica. Eu fui como su... é... supervisora pra

⁴ Ana Maria, 75 anos, médica psiquiatra. Entrevista concedida em 25 de setembro de 2024 nas dependências do Instituto Silvério Tundis, seu local de trabalho.

⁵ A clínica é mencionada nas entrevistas de Nira, Ana Maria e Gibson, sendo mais falada pela médica psiquiatra, embora em entrevista ela interrompa a gravação por alguns momentos. As fontes orais sugerem uma datação da década de 80 para as atividades da clínica. O conteúdo narrado fora da gravação não é trazido para o texto, em respeito à entrevistada e também à uma aproximação com a experiência de história oral trazida por Alessandro Portelli, na qual o autor apresenta a história oral como além da escuta, mas uma relação, compreendendo além daquele momento do diálogo, “a relação entre o presente sobre o qual se fala e o passado do qual se fala (memória); a relação entre o público e o privado, a autobiografia e a história; a relação entre a oralidade (da fonte) e a escrita (do historiador)”. Para ver mais: PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. In: Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.7, nº13 jul-dez, 2017.

acompanhar se tava tudo correto, no tempo de internação, se era cumprido. Naquela altura se podia dar uma licença no final de semana, quando se tava fazendo a alta experimental do paciente, o paciente ia passar a semana, no final de semana em casa pra conviver com seus familiares pra depois se chamar e saber como é que tinha sido a interação, se as coisas tavam evoluindo na convivência da pessoa internada dentro de casa, a família que... Depois era feita uma entrevista pelo hospital que internava sobre como que foi a convivência dessa pessoa numa alta experimental de final de semana, era assim que se chamava: alta experimental. Podia deixar até uns dias em casa pra você fazer a alta experimental, mas na hora que dava a alta experimental era suspenso aquele período de internação e depois... não era dada a alta definitiva, era uma alta experimental e isso era computado como um processo lento e gradativo de alta, o nome diz: alta experimental, tá? Depois o paciente, se não está ainda totalmente bem e a família chega “— doutora, ainda tá instável, não tá dormindo”, tá qualquer coisa desse tipo, o paciente continuava... voltava a ficar no hospital dando continuidade a um tratamento mais prolongado. Era uma estrutura aberta, não tinha muros nesse hospital, então de certa forma, foi uma coisa inovadora, foi uma coisa progressista

— Hum... entendi. Mas era privado?

— Privado. Privado, totalmente privado.

— Mas o INAMPS encaminhava pra lá?

— Sim, fazia convênio. Fazia contrato, como toda iniciativa privada, você pode ser credenciado pra internar pessoas pelo antigo INAMPS e agora pelo SUS.

— Era assim naquela altura porque era a única até porque era a única opção de internação psiquiátrica fora o manicômio, que era uma coisa que as pessoas temiam muito, ser internadas em manicômio. Então o manicômio era, praticamente, as pessoas de classe social mais simples, que hoje seria, assim, um grande público do SUS, né? Aquelas pessoas mais carentes que não têm a menor condição de internação em qualquer outra modalidade de... de... de leito. Então quem eram as pessoas que tavam enchendo o hospital com esses 225? (Ana Maria)

Fica explicitado como os recursos financeiros definiam também o tratamento: o abandono, a desumanização, os muros, a sujeira, ou a participação da família, a não privação do contato e, de certa forma, lazer e liberdade. Esquecidos por familiares, algumas vezes, só de não dispor de um telefone ou celular, internos perdiam o contato com a família.

— Eu acompanhava relato de que pessoas que se internavam aqui na cidade de Manaus, pessoas simples que moravam em periferia, internavam seu paciente, depois o serviço social registrava moradia, quando iam deixar o paciente, tinham se mudado e deixado rastro nenhum. Ou seja, não tinha nem como entregar o seu paciente. Naquela época não tinha celular, né, minha filha... telefone era bem de luxo, naquela altura. Uma linha de telefone era muito caro naquela época, não era pras pessoas simples. (Ana Maria)

A precarização relegada ao manicômio impactava também sobre limitações quanto à vida com o trabalho. E o modo como os sujeitos passavam a entender toda aquela situação sinaliza para a necessidade de outra forma de compreensão de saúde que se expressava tanto na concepção dela como um direito a ser conquistado, bem como a garantia para o seu funcionamento, o que envolve financiamento.

Eu fiquei muito cansada no hospital, era muito desgastante aquilo ali, tá? Eu tive episódios ali impressionantes, né? Quando eu tava na direção daquele hospital, eu... a condição do hospital era muito precária em termos de... só tinha cama, mas era difícil a gente sustentar o hospital, por que?!, porque não existia SUS. (Ana Maria)

As práticas de desumanização e crimes ocorridos dentro de manicômios compartilhadas entre sujeitos que levantaram vozes de crítica e derrubada daquele padrão sustentado dentro das instituições, além de denúncia, dão contorno ao que, naquela perspectiva, poderia ser uma ruptura com a lógica praticada. E apontam ainda para outras formas de cuidado, pela compreensão incisiva de que o olhar deveria ser outro, o de reconhecimento da dignidade das pessoas que habitavam dentro daquelas instituições. Não se tratam de denúncias vazias, ou de vozes que não tinham encontro nenhum, elas informam sobre um projeto de sociedade, sobre perspectivas que são políticas e que, portanto, fazem-se com pessoas. Trata-se de matéria viva e movente que constrói, que disputa, que se inscreve na história e não atribui a outrem seus sonhos e o resultado de suas ações. Que, partindo de uma experiência real, busca transformações reais, procurando também caminhos e táticas para essa ação. É preciso, porém, abrir mão de uma rigidez e, nesse movimento, tal como sugerem as Déa Fenelon, Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, “aguçar nossa sensibilidade” (2000, p. 08). Isso para ouvir outras vozes e experiências que encontram ou não aquilo que pensávamos sobre determinados movimentos. Trata-se de, antes mais nada, estar aberto a outros movimentos também, entendendo que trabalhadores podem manifestar-se sob outras organizações (e mesmo formas não organizadas de lutas), além do movimento operário. E são essas falas de trabalhadores da saúde que têm vindo à tona e à minha escrita a partir da escuta aberta pela presente pesquisa. Alguns ressaltam a experiência, o susto, a indignação que engendram suas críticas. Outros atribuem, inicialmente, aos estudos sua mudança de perspectiva com relação ao tema, embora saibam que, em si, o valor pelo que é humano e digno não pode estar ausente nessa trajetória. Para alguns, as relações estabelecidas entre companheiros de trabalho são valorizadas, percebida como

organização, outros percebiam limites naquelas práticas, mas reconhecem a mudança e o que ela afeta em si, considerando a si mesmo um “reformado”. Daí perceber como não estamos falando de leis ou estruturas desconformes da construção paulatina elaborada e sentida por esses sujeitos.

— Eu venho de uma visão, né, completamente turva, embora tentando acertar, como gestor, por exemplo, e como psicólogo, que eu atuei. Mas eu não tinha essa visão tão nítida na minha frente, né, a partir do momento em que eu passo a ver disciplinas sobre a história, de onde vem, como foi, né, e como se entendeu, é... no Brasil, né, a importância, é.. da própria legislação, da... da [lei] 10.216, de como é que foi constituído tudo isso, da carta de Bauru, certo? Como... o que foi que aconteceu nesse encontro em que surgiu a carta de Bauru, as pessoas que eram referências na... na... na questão da luta antimanicomial, tentando fazer brotar novos atores, entendeu? E... e que... nesse ambiente que a gente vivia. A gente vivia num certo ostracismo, né, de que as pessoas que se relacionavam era só aquele pequeno grupo que falava sobre isso e que não criavam raízes, nem... nem abriam espaço pra outras pessoas participarem, a coisa ficava meio limitada. Então eu me considero assim, que eu sou a amostra de que eu não sabia quase nada, eu não tinha um grau de conhecimento, né, que me proporcionasse uma visão sobre o que era um manicômio, na verdade, e qual o sentido, essencialmente, do tratamento manicomial que era dado e por que a gente tava lutando, né, por uma mudança nesse modelo. Em todos os aspectos, né, então eu falo que eu sou a prova viva da reforma, porque eu também fui reformado. (Gibson)

Gibson, que “tentando acertar” ainda passava pela redefinição de suas próprias perspectivas e convicções, fala além dos estudos sobre o tema, bem como da sua experiência como gestor do manicômio judiciário e do CAPS. Não se coloca como alguém violento, um agressor do estado, não é disso que fala, mas ressalta que a partir da história, com o conhecimento que pôde formar a partir do contato com a luta antimanicomial e seus princípios ainda no presente, pôde ser reformado, adquirir uma melhora em sua prática, em suas relações, trabalho e maneira de ver e estar no mundo. Em outro momento, fala das grades abertas do hospital de custódia como uma tentativa sua de tornar aquele ambiente menos opressor. Ainda que o encontro dessas denúncias e projetos ora pareça mais com a polifonia de vozes em conjuntos corais, dispostas em camadas tonais, é evidente que nelas estão compartilhadas as palavras de ordem que nortearam Brasil afora o coro que lutou contra o silenciamento da loucura: “por uma sociedade sem manicômios”, “manicômio nunca mais”, “contra todas as formas de manicômios”, conforme lembra André Nader (2019, p.21). Esses motes foram

desenvolvidos na percepção que os sujeitos elaboravam do manicômio e do que buscavam como substitutivo para pôr no seu lugar, como negação daquele modelo.

Isso acontece porque também modos de pensar, que a princípio poderiam ser individuais, tão logo elaborados, desenvolvidos, aprimorados e verificados na experiência, articulados com novidades dotadas de significados apreendidos em diálogo com esse novo, abrem espaço para outras maneiras de compreender e agir no mundo, pois são cultura. E, como tal, não perdem de vista aquilo que já sabem, mas também mobilizam aptidão para invenções, novas práticas e aprendizados (WILLIAMS, 2015). É o que parece acontecer com Gibson quando reconhece que inicialmente suas práticas eram de uma perspectiva da lógica manicomial, quando evidencia também outras reflexões sobre cuidado, sobre humanidade. E é a partir do contato com a luta antimanicomial que passa a assumir-se então como “prova viva da reforma psiquiátrica”.

— eu venho de uma visão, né, completamente turva, embora tentando acertar. (Gibson)

(...)

— E aí eu sei que a partir daí eu me engajei, né, de... de... de me envolver mesmo na atividade, militância, luta, e a partir daí eu digo que eu sou a prova viva da reforma, né, psiquiátrica, né, da luta e da reforma porque eu tinha um... uma visão, embora fosse bem humanista, mas ainda manicomial. (Gibson)

(...)

— A gente acredita que as pessoas pra serem tratadas, elas não precisam estar presas, né, elas precisam passar... tudo bem, eu digo que... Engraçado, cê chega numa instituição pública, que, exemplo, cuida de cardiologia. Você chega num hospital público de cardiologia, quando tu entra lá, é tudo limpinho, tudo organizado, né, a especialidade é cardiologia. Mas tu entra dentro de um hospital psiquiátrico, é sujo, é gorduroso, é mal cheiroso... Por que que tem que ser assim? Por que que não pode ser um lugar em que seja limpo, em que seja, né, todas as condições ... e todo humanizado o atendimento? Por que que tem que ser fedorento? Por que que tem que provocar esse asco como se as pessoas fossem dejetos humanos? Porque é essa a ideia que tenta se passar, né? De que aquelas pessoas fedem e tão sendo colocadas à margem da sociedade, tão sendo banidas porque essa sociedade ela não quer o sujo, não quer o que é feio pra sociedade, né? E aí fica essa... essa ideia de que o hospital com essa... com esse aspecto, diz assim “eu não aceito esse tipo de... eu não quero esse tipo de coisa”. Só que aí você para pra pensar, se fosse um familiar meu, você vai deixar jogado num lugar daquele, entendeu? Né? Abandonado, que tem que ficar amarrado pra fazer contenção, que... sabe? (Gibson)

Encarar o manicômio, onde quer que seja, jamais foi descrito, ao menos nestas fontes, como uma experiência agradável de se ver, nem para trabalhadores. Lembremos da rejeição com que alguns souberam da possibilidade de lotação na unidade, e menos ainda para aqueles que eram os destinatários da instituição. Pudera que eles não encontrassem a instituição, a instituição os encontrava, levados pelas famílias de bairros de Manaus ou cidades do interior do Amazonas, com relatos de toda uma viagem, conduzidos compulsoriamente, amarrados de um município a outro, em kombis, quando outros chegaram pela via policial. As falas sobre o odor do manicômio, por exemplo, aparecem tanto nas entrevistas gravadas como em falas públicas, em eventos de que pude participar. O horror ao Eduardo Ribeiro não é vivido como novidade para alguns que entraram em contato com manicômios em outros estados como Ceará e Rio Grande do Sul: partilham dessa experiência Ildebrando, Ana Maria, Gibson e Aluísio.

Ao falar das ações tomadas na contestação do Eduardo Ribeiro, Ana Maria diz que na década de 1980, em Manaus, se encontrou com algumas pessoas que ao seu lado iniciaram um processo de “humanização” no manicômio. Para a narradora, aquele momento não implicava uma reforma psiquiátrica, uma vez que entre eles não eram esses termos que definiam o que estavam movendo. Apesar de que Brasil afora a bandeira estivesse sendo erguida pelas suas memórias, Ana Maria organiza e dá sentido a essa história, que também é sua, e, assim, a divide em alguns momentos. Vale lembrar que estamos pensando experiências que se manifestam de maneira integral, desde as necessidades, eventualmente conformismos e submissões, mas não sem resistências (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989). Por muitas vezes, embora houvesse um grande desejo de mudança naquilo que se vivia, no cotidiano que era imposto àquele espaço, bem como algumas conquistas, parecia que isso nunca se dava do jeito que se queria. A cada momento, havia mais o que conquistar, o que melhorar, pois não chegava, como não chegou até hoje, o ponto em que a Reforma Psiquiátrica é dada como finalizada ou ganha. Ainda assim, e com isso, algumas mudanças iam acontecendo em forças ora de contestação a alguma diretoria, ora assumindo a própria diretoria, criticando o Estado ou aceitando dele aquilo que era entendido como direito, sabendo que esses direitos não são concessão, mas conquistas à base de ação. Trata-se de reflexão e luta, afinal, “o campo da política ultrapassa o âmbito estritamente institucional, os limites da presença e da ação do Estado, para se colocar na multiplicidade de formas de poder contidas nas estratégias de controle e de subordinação no social” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 8). Ana Maria compreende a dinâmica deste movimento que a coloca, junto

com seu grupo, em uma posição de vislumbrar que ainda é preciso lutar em vez de dar-se por satisfeitos.

Pensar a psiquiatria era uma tarefa incorporada à prática da psiquiatra Ana Maria, e essa prática lembra a preocupação sobre o futuro da psiquiatria, conforme pensada por Franco Basaglia. O psiquiatra italiano assume uma posição sabendo que ela deveria estar necessariamente atenta à humanidade e às formas de organização social nas e com as quais essa psiquiatria iria atuar (BASAGLIA, 2010). Para o autor, ignorar todas as referências sociais do lugar onde essa psiquiatria e seus serviços estão é impraticável, pois tal movimento e as respostas psiquiátricas devem acontecer “no terreno concreto das necessidades” (BASAGLIA, 2010, p. 226). Sua crítica é clara e aponta para um erro na psiquiatria que assume compromisso apenas com a “ideologia técnico-científica de quem está incumbido de geri-la” (BASAGLIA, 2010, p. 226). Há que se ter atenção: utopia e realidade instrumentalizadas pela ideologia tornam-se duas faces de um mesmo fenômeno, pois a própria ideologia produz a partir da classe dominante dizeres sobre o que é a realidade, quando esta que não se conforma com o que temos por concreto ou prática. Quanto à utopia, o autor escreve “como elemento contraditório de uma realidade que não pode revelar suas contradições porque não as quer transformar, traduz-se na ideologia da transformação, realizável enquanto usada como instrumento de domínio” (BASAGLIA, 2010, p.227). Em outras palavras, se acaso cria realidade, também cria uma falsa possibilidade de mudança dentro daquela realidade criada, e essa possibilidade de mudança também está enquadrada.

Isso nem sempre nas condições ideais, pois não há cartas marcadas. A morte de um paciente aponta para mais uma necessidade. Se antes não havia cama, não significa que bastava qualquer cama.

— Nós já começamos a fazer coisas como: primeiro “vamos humanizar esse hospital, né? Vamos tornar esse hospital pelo menos com leito, né? Vamos botar leito no hospital?” Foi uma das primeiras coisas. Aí nós fomos pro secretário: “secretário, precisamos de leito, de cama pros pacientes, cama hospitalar”. As primeiras camas que foram dadas pro hospício, porque hospício é hospício, né, não tem direito à cama hospitalar. Naquela altura não tinha, né? Deram cama de madeira, madeira tosca. Como é que se chama aqueles pedaços de pau, assim, que você prega e faz aquela cama bem tosca, que nem lixa pra não ficar ferindo a tua mão? E o colchão era de palha.

— Nossa!

— É! Cama tosca de madeira, que não era envernizada, sabe, era só um... mal lixada, que se você pegasse, assim, você... *pernamanca*! Pronto. Aquelas *pernamanca* botava um estrado tosco, botava o colchão e aí essa foi a primeira cama do hospício. Até que, não sei

precisar o tempo, aí os pacientes já dormiam no colchão, né? Mas no colchão de palha.

— Como é que era esse colchão de palha? Era palha dentro, aí revestia?

— Era dentro do tecido, é... Antigamente os colchões não eram de... de mola, não, isso aí já era luxo, era pra quem já tinha mais dinheiro. Os primeiros colchões de palha... os colchões eram de palha, era palha... eu não sei te dizer qual era a palha que enchiam aqui no Amazonas [...]. Até que um dia, na ala masculina do hospital, um paciente agitado quebra uma cama, brigando com outro e bate na cabeça dum com uma das pernas da cama que é um... um pedaço de madeira e teve uma fratura craniana que matou o outro.

— Sério?

— Não me pergunte o ano, que isso aí, só se a gente for nos registros da Secretaria de Saúde. Mas isso gerou o que? A partir disso aí, a secretaria de saúde resolveu botar cama hospitalar no centro psiquiátrico. Então o processo de melhorias foi sendo em cima de coisas que a gente tentava e não conseguia no primeiro momento, depois vinha um fato e a gente ia conquistando isso.

Considero fundamental para estas reflexões as perspectivas de análise abertas por Michel de Certeau (2014) quanto aos modos de agir e operar de sujeitos que elaboram segundo sua história, cultura, experiência e no cotidiano de suas práticas. Entendo, com o autor, a importância de deslocar tais práticas de um lugar do “fundo noturno da atividade social” (CERTEAU, 2014, p.37), e que, uma vez trazidas à tona na discussão, elas possam ser colocadas em perspectiva, a fim de se analisar em que pé de passividade, ou não, têm acontecido. Isso porque olhar para o cotidiano com atenção, de maneira como proposta pelo autor, permite confrontar ideias pré-concebidas sobre a passividade desses sujeitos. Walter Benjamin (2012) é contribuição importante para a presente pesquisa a partir de suas reflexões sobre a literatura, e que também se desenvolvem a partir do campo de análise da História. A matéria da qual estamos falando e pensando não pode ser concebida e desenvolvida dentro de molduras, do contrário seria sufocá-la. Elas têm mais sentido se pensadas a partir de sua realidade, aberta, do que retiradas dela para serem impostas em outros lugares e com outras dimensões sem conformidades. E isso em um duplo movimento: podem não servir para explicar o todo e o todo também pode não as explicar. É preciso verificar. Assim é a pesquisa histórica, assim é tentar realizar um trabalho que fuja à ideologia, e não engesse a realidade para que caiba em conceitos.

1.2 TRABALHO E LUTA ANTIMANICOMIAL EM MANAUS

A luta antimanicomial se articula no campo social e histórico mais amplo do mundo do trabalho e, portanto, da luta de classes no país. Não à toa, no Brasil, é base do tema a “Carta de Bauru”, escrita em muitas mãos, e mãos de trabalhadores, servidores da saúde e de outras profissões, mas que àquele momento se apresentavam como usuários do sistema de saúde. Em um momento em que se percebeu que a luta pelo cuidado em liberdade teria de ser pauta fundamental dos direitos humanos, da democracia e da crítica ao capital na recusa do que seria um “papel de agente da exclusão e da violência institucionalizadas”⁶ aqueles trabalhadores buscavam ampliar sua crítica à luta de demais trabalhadores e movimentos sociais brasileiros.

A luta antimanicomial, como ademais todas as formas de luta política, se articulam de dentro de cidades. Destruir o manicômio sem destruir o que há de vida no interior daquelas habitações pareceu imprescindível para aqueles trabalhadores, mas não somente, a luta pela liberdade também se preocupa em retomar a articulação com os diversos modos de vida e relações sociais que existem fora das instituições psiquiátricas. Antônio Lancetti, psicólogo engajado na luta antimanicomial em Santos afirma: “clanicávamos para pôr de pé os cidadãos psiquiatrizados e para promover uma intensa interação com a cidade, com pessoas e movimentos de diversas partes do Brasil e de outras partes do mundo” (LANCETTI, 2016, p.22). O autor volta a dar ênfase na cidade quando, ao relatar sua experiência na Casa de Saúde Anchieta escreveu que “uma das primeiras atitudes durante o processo de intervenção foi pregar um mapa da cidade de Santos numa parede do hospício para colocar a cidade na cabeça de todos nós” (LANCETTI, 2016, p. 41). Nessa esteira, cabe recuperar a perspectiva assumida por autoras como Déa Fenelon, Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto (2005) que ao refletirem o tema da cidade observam que esse requer considerar “dimensões pouco visíveis e excluídas da história conhecida”, mesmo quando já sabemos querer discutir manifestações políticas e culturais.

Estamos falando de trabalhadores que forjaram maneiras de exercer um trabalho digno e que conferisse dignidade aos internos em instituições psiquiátricas, mesmo

⁶ Manifesto de Bauru. O documento foi redigido na ocasião do II Congresso Nacional de Trabalhadores em Saúde Mental em 1987. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/manifesto-de-bauru.pdf>. Acesso em; 15 de setembro de 2024

quando o que era exigido deles era outra coisa. Sonharam e falaram de CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) ou NAPS (Núcleo de Atenção Psicossocial) antes de definições de fluxo e garantias em lei do modelo de atenção à saúde mental que consideravam digno. Inventaram a partir da própria experiência instituições que, segundo Lancetti (2016, p. 45), foram responsáveis pelo que chamou de “irradiação da cultura antimanicomial”.

Em Manaus, a crítica da luta antimanicomial, em distintas temporalidades, também não se descola de demais pautas de uma sociedade que busca respiro em meio ao direcionamento autoritário em que a política institucional opera. Valendo-me ainda da metodologia da história oral, busco refletir aqui sobre as experiências e demandas através da narrativa de alguns trabalhadores do SUS ligados à saúde mental. Entre outras tantas coisas que suas falas revelam, apresento nesta pesquisa as questões relativas ao mundo do trabalho, e que partem de suas experiências.

Inicialmente, chamo atenção para o esforço de alguns historiadores em não corroborar com as falas que sugerem marasmo ou isolamento geográfico do Amazonas e da cidade de Manaus no período de ditadura civil-militar. É o que discute Leonardo Bentes Rodrigues (2022) ao pensar experiências estudantis do Amazonas no período citado. O autor aponta como aqueles movimentos não estavam desarticulados de outras pautas de reivindicação, contando com a presença de Rogério Casado, à época estudante de medicina na Universidade Federal do Amazonas, mas que posteriormente torna-se médico psiquiatra referenciado no tema da luta antimanicomial em Manaus. Rogério Casado assumiria então a direção da Coordenação de Saúde Mental do Estado do Amazonas. Naquele contexto, e até o nosso presente, a saúde é entendida como direito, sendo campo de disputas e de construção histórica.

Entre as fontes utilizadas até o momento nesta pesquisa, encontramos na fala de uma militante da saúde alguns sinais dessa construção, embora em uma outra organização do tempo, a da memória e da oralidade. Vemos como há aí um espaço para que estas memórias se articulem, bem como os sentidos que a narradora confere àquele período.

— Aí então teve o surgimento dos conselhos de saúde do município, do estado... É... eu nunca parei, sempre tive essa participação junto com o grupo, de movimentar a saúde pelos direitos, né, a saúde. Que

antes da constituição de 88 eu já trabalhava nas comunidades para falar sobre o direito, né, de... à saúde... direitos... (Nira)⁷

— Já trabalhava nos grupos nas comunidades, né? E aí já havia uma movimentação no país todo para a criação, né, da... a reformulação da Constituição onde entrou a saúde... o item da saúde. Então em 80... 88 foi a constituição. Saiu a constituição já com tudo o que foi conquistado na conferência dois anos antes, de 86. Logo em 86 em Manaus a gente não tinha uma organização suficiente para participar dessa conferência nacional, né, mas eu já fazia esses... esse trabalho com um grupo de artistas. (Nira)

Apesar da dificuldade de participação em espaços de discussão que extrapolavam a região norte e o Amazonas, foi nesse lugar que pôde alcançar a sua prática e compreensão própria de direitos e cidadania. Percebemos através de alguns dos relatos aqui apresentados, que há uma intenção de marcar um esforço que era empregado através do trabalho em saúde diretamente nas comunidades, e esse trabalho era também o de estabelecimento de diálogo com pessoas de várias partes da cidade. Tratava-se de um diálogo que surgia pelo campo de interesses comuns em torno da saúde e de sua defesa como um direito. Se não é possível participar de conferências nacionais, a possibilidade era fazer aqui, e tinha de ser feito, o que não aconteceu sem dificuldades. Um entendimento de que cada ação era importante aparece no reconhecimento de que mesmo fora de Manaus, não foi de um dia para o outro que conquistas foram alcançadas. Dois anos antes as discussões levadas para a conferência de 1986 circulavam pelo país, chegando também na região norte, no estado do Amazonas, e movimentando pessoas em Manaus.

Vivendo em uma sociedade autoritária, não foi sem dificuldades que as práticas foram sustentadas: de críticas aos “ideais” a remoções forçadas em um cargo público, Nira sente-se respaldada após a conquista, não apenas como um direito do qual ela usufruiria enquanto usuária, cidadã, mas como direito ao próprio trabalho e no trabalho, onde quer que fosse realizado e no mais das vezes em atuações diretas nas periferias da cidade. É importante dizer que o uso do termo “periferia” não trata apenas de noções geográficas, mas, sobretudo, sociais, para os quais, em determinadas leituras, a ausência de direitos é o que lhe dará contorno. Estamos falando de serviços básicos, muitas vezes tratados como favores e concessões. Trata-se, e tratava-se também naquele período, de uma *sociedade autoritária*, como aponta Marilena Chauí (1994). Nessa obra, a autora

⁷ Nira Lopes, assistente social hoje aposentada pelo estado, entrevista concedida em janeiro de 2022.

observa que “representação, liberdade e participação têm sido a tônica das reivindicações democráticas que ampliaram a questão da cidadania fazendo-a passar do plano político institucional ao da sociedade como um todo” (CHAUÍ, 1994, p.62). O trabalho de Nira, ao fim e ao cabo, se dava, pois que, mesmo que não fosse ouvida no espaço de uma conferência, era escutada dentro das comunidades, e aí com o respaldo da construção social e política.

— Depois que saiu a Constituição de 88 e o SUS foi criado, isso... já não tinha mais problema pra nós porque quando eu ia pra comunidade eu já tava falando de legislação, de constituição, eu não tava falando de ideais, né? Porque antes, quando eu tava falando de ideais, eu fui muito punida, me tiravam do lugar, me botavam mais longe da minha casa [...] Uma atividade muito atribulada porque era uma coisa que por um lado gerava uma simpatia, uma adesão, e por outro lado gerava uma antipatia, né, do pessoal... (Nira)

— Aqui em Manaus, é... saiu a Constituição de 88 e aí nós continuamos a fazer esse trabalho na comunidade, né, e só... já em 1990 que foi que a gente conseguiu viabilizar uma coisa mais formal, né? Porque a gente trabalhava na comunidade no sentido de criar... Era uma Comissão Interinstitucional de Saúde ainda, entendeu? Era um grupo que não era conselho de saúde, que a... que é (...) era uma comissão. Aí era assim: ia pra comunidade, quando era segunda-feira eu tava lá no gabinete do secretário “porque a senhora tá fazendo política do PT”, né? Eu digo “não senhor, estou fazendo política de saúde”. (Nira)

Entre atuação como servidora pública ou em uma clínica privada, a assistente social que entrou para a saúde mental e hoje está aposentada diz: “o meu trabalho, pra mim, era terapêutico. Foi a melhor época da minha vida”. O engajamento político e a luta por esses direitos dá sentido ao seu trabalho.

É nessa perspectiva de lutas por direitos como a saúde, dignidade, mas também ao trabalho, que entendemos a mobilização construída pelos sujeitos que fizeram parte dessa história. Ao falar de sua pesquisa no manicômio Juquery, a historiadora Maria Clementina Pereira da Cunha (2022, p.23) afirma que “é uma experiência que comove e incomoda”, mas que é preciso ser encarada como desafio para a história, uma vez que ela também diz sobre a experiência histórica, experiência que se torna visível em um objeto que esteve somente nos domínios de outros campos do saber. Estes saberes mais interessados em classificações, em perspectivas patológicas e naturais ignoraram por séculos as dimensões sociais e coletivas do que fora tratado como loucura, em desconformidade com alguma necessidade produtiva da sociedade capitalista.

Os relatos das práticas desumanizantes direcionadas às pessoas internadas nesses locais, bem como de práticas desumanizadoras as quais trabalhadores recém chegados ou veteranos nessa lógica manicomial comuns nos manicômios Brasil afora também têm presença em Manaus. Nesses caminhos, Aluísio Campos, técnico em enfermagem que trabalhou no Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro ainda aponta a especificidade e necessidade da capacitação para quem trabalha com saúde mental. Durante o estágio de formação, ele chegou a visitar o Eduardo Ribeiro. Somente quando lotado em 2000 para iniciar seu trabalho naquela instituição é que ele percebeu com o que lidaria dali para diante, momento vivenciado inicialmente como uma experiência de medo.

— Eu saí do ensino médio técnico de enfermagem e logo em seguida entrei no Eduardo Ribeiro, ainda com 19 anos, é... meu primeiro trabalho foi no Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro. E eu acho até interessante, né, porque quando eu fui pegar a minha... a minha lotação na secretaria de estado, né, que eles lotaram por região onde você morava, e como eu moro no bairro de Flores, próximo ali da Chapada, né, me lotaram no Eduardo Ribeiro. E eu tinha uma... muito de... muito medo de pessoas com transtorno mental, de doido... Eu gosto da palavra doido, do louco, acho que louco é mais gostoso de falar, eu tinha muito medo do louco porque quando criança eu fui perseguido por um. (Aluísio)⁸

Maria Clementina Pereira Cunha (2020, p. 18) assinala uma mudança de olhar e de perspectivas de tratamento/lida com os loucos a partir da República no Brasil, onde anteriormente recebiam aceitação e eram tolerados, “protegidos espontaneamente pela população das cidades, objeto às vezes de forte apreço popular, motivos de riso frequentemente, mas não necessariamente de medo e inquietação, como hoje”. Para a autora, essas mudanças podem ser atribuídas ao aspecto cultural da sociedade. A fala de Aluísio traz um pouco daquele passado, quando ele lembra do seu olhar e medo de criança daquele louco, medo inventado e introduzido à ele, é claro, pela sociedade que, já adulta, segue perpetuando.

Em nosso presente mais recente, essa cultura que atribui o perigo rapidamente o atrela à ideia de exclusão, pois se vale de perspectivas de inutilidade desses sujeitos. Tal dimensão é explicitada na fala de Aluísio ao contar o narrador das dificuldades que sentiu acessando esse mundo do trabalho, isso desde o despreparo quanto ao

⁸ Aluísio é técnico em enfermagem. Trabalhou no Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, sua primeira experiência na área. Depois trabalhou em espaços de gestão da saúde no estado. Atualmente é membro da Frente Ampliada em defesa da Saúde Mental e da Luta Antimanicomial no Amazonas.

conhecimento do tema e de posturas diante das pessoas com quem lidaria, até a falta de diálogo com outros pares que preferiam tratar de um jeito e não de outro as pessoas que chegavam ao hospital. Para ele, a formação é importante e, embora fale de algo que vivenciou há vinte anos atrás, percebe, evidentemente a partir do presente e da sua militância que continuou mesmo fora do hospital, que essa mudança no olhar não chegou para algumas outras pessoas que continuam trabalhando. Negar a lógica manicomial é trabalho que deve se fazer presente quando compreendemos que se trata de uma luta incessante, sobretudo em uma sociedade dividida em classes. Como a democracia, os princípios da luta antimanicomial e da saúde gratuita e universal permanecem sob vigilância e disputa.

— Foi bem difícil os três primeiros meses, mas por incrível que pareça, eu consegui superar sem nenhum tratamento ou ajuda de ninguém, né, porque muito jovem ainda, empolgado com o trabalho, né? Agora foi um desafio pra mim porque eu tive que encarar algumas situações dentro da psiquiatria que eu não fui preparado no curso (...) porque a urgência e emergência em saúde mental ela tem uma totalmente diferente da urgência e emergência que a gente tá acostumado a ver em hospitais, né, que é acidente, coisas graves, a gente vê a pessoa sangrando, né, e...e... Mas não deixa de ser menos grave porque a pessoa coloca a sua vida em risco e a de terceiros. Então eu acho que... eu sempre toco muito nessa tecla do... do... da capacitação pra quem trabalha com saúde mental (...) E foi muito interessante porque quando... quando eu já me... consigo me relacionar e ver a forma que os colegas mais antigos tratavam os usuários, é... aquilo me despertou algo que... sabe? Em todo meu curso, na minha experiência de vida eu não tinha... não visto ainda porque a ideia que eu tinha era muito errada de pessoas com transtorno mental, de que elas não tinham nenhum tipo de recuperação porque era o mínimo de informação que chegava em mim, que eu acho que infelizmente até hoje é o que chega na grande maioria da sociedade, né? (Aluísio)

Nira Lopes, ao falar do período em que trabalhou em uma clínica psiquiátrica privada em Manaus, lembra desse período como “a melhor época” de sua vida. Aos 71 anos de idade afirma: “hoje eu digo, ainda hoje, que foi o melhor trabalho que eu já fiz, que eu já tive. O trabalho que eu mais gostei de fazer foi lá, entendeu?”⁹. Em outros momentos ela fala de grupos de leitura que fazia com outros trabalhadores da clínica, orientados principalmente pelos psiquiatras. Seu relato parece buscar uma diferenciação entre o que fazia na clínica privada e o que sabia acontecer dentro dos manicômios.

⁹ Nira Lopes, assistente social, aposentada pelo estado. Entrevista concedida em janeiro de 2022

Poder trabalhar sem o imperativo da violência física, que parecia uma regra entre trabalhadores do Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro – até mesmo para os recém-chegados, como se para estar ali eles tivessem que seguir o protocolo de violência -, poder compartilhar e conhecer novas leituras com os colegas de trabalho e participar de atividades de lazer com os pacientes com os quais ela convivia, são boas lembranças para ela e que parecem vir com alguma satisfação. Sua satisfação com o próprio trabalho não era compreendida pelo seu marido à época. O papel dos familiares também é ambíguo, mas o que fica explícito são as discrepâncias da qualidade dos serviços quanto a quem pode pagar ou não por esses cuidados.

Ainda assim, sua postura é de somar aos atos que contestavam o manicômio, juntava-se a grupo que faziam atos na Avenida Constantino Nery, onde se localiza o manicômio. A narradora relata, ao longo da entrevista, que era acompanhada por um grupo de artistas da cidade.

— O meu trabalho, era... pra mim era terapêutico, entendeu? Era terapêutico. Foi a melhor época da minha vida, né, assim, não tinha nenhum problema com relação a minha família, só assim, né, que meu... meu ex-marido dizia que eu era meio louca, que eu podia tá trabalhando com outra coisa, ganhando mais dinheiro e eu preferia tá trabalhando ali com os doido, né, era assim, mas... [...] trabalhar com doido... “você não tem doido na família, você quer trabalhar com doido, você é doida!” né, até hoje ainda tem isso. E as pessoas que tem um doido na família têm que se virar pra dar conta, ou então larga, né? Ou abandona [...] Lá na clínica não era diferente não, não tinha essa família amistosa com... com... os internos, não, seus familiares. Era muito assim... porque a nossa equipe era muito unida, entendeu?

— E eles levavam pra lá porque não queriam dar conta, né?

— Então tinha muita atividade, lá. Exatamente, eles não queriam ter trabalho, lá na clínica tinha tudo.

— Não queriam ou não conseguiam, né?

— É, também, né. Fim de semana a gente fazia festa lá, sabe? Festa mesmo, tinha um salão enorme, a gente levava uma música ao vivo. Nossa, fazia... enchia um ônibus ia lá pra beira de um igarapé com todo mundo, tinha muito lazer, sabe?

(...)

— Lá havia muita liberdade, os portões eram abertos, né? A clínica era moderna, lá só entrava pessoas que tinha grana, né, pra pagar. Tinha muita facilidade de fazer muitos trabalhos, né, que não fosse dentro das celas, né? Lá não tinha cela.

— Ah, sim, não tinha.

— Sim, aí esse foi o... a minha inserção. Só que quando é... quando começou o processo da reforma, eu me envolvi mesmo apesar do diretor, né? Eu trabalhava o dia todo lá na clínica e no final da tarde eu

juntava com o pessoal, a gente ia pro semáforo distribuir panfleto em frene ao hospício, né?

— É mesmo?

— E fazer arruaça. (Nira)

Quando perguntada sobre participação em outros movimentos, Nira comenta que passou a se envolver com a luta política desde que entrou para o serviço público, ao longo de sua vida, por vezes, ocupando cargos no conselho profissional ou no sindicato:

— A gente continuou sempre no movimento de trabalhador, né? No movimento de... de... das pessoas, né, do trabalho com as pessoas em situação de vulnerabilidade, tipo, tipo morador de rua, tipo, é... é... pessoas com transtorno mental, né? E, assim, eu nunca parei, né? (Nira)

O movimento dos trabalhadores, então, é articulado com outros direitos de diversos sujeitos da sociedade. Outro ponto que parece ter relevância em sua narrativa tem a ver com a maneira como ela se percebe fiel ao que acredita, recusando cargos com receio de que, aceitando, pudesse acontecer algum silenciamento de suas indignações, além de entender como assédio moral as ofertas de cargo.

— Num vai melhorar minha vida, sabe?

— Entendi.

— Então eu não quero mesmo, eu não quero e eu não quero mais trabalhar dentro daquela sede. Entendeu? Eu trabalho nos movimentos sociais de graça.

(...)

— Eu nunca... nunca assumi cargo exatamente pensando nisso, que esse cargo seria calar minha boca. [...] Seria me vender, eu não estava disposta a me vender, por preço nenhum. E hoje eu tô aí, né, hoje eu posso falar isso, que eu saí ilesa dessa situação (risos). Que eu não fui contaminada, eu posso falar isso onde eu for porque a minha história é essa [...] eu nunca... sempre deu pra viver com o salário que eu ganhei, né? (Nira)

Um ponto muito caro aos historiadores quanto à metodologia é a valorização do tipo de fonte com que trabalhamos, quando importa pensar não só a dominação, mas também a resistência (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989). Penso em Nira com suas remoções, mas também penso que as fontes orais podem trazer além da dor e dos percalços, a beleza do falar, as emoções presentes no tom de voz dos narradores, no olhar, ora de esperança ora de frustração que também trazem consigo.

A Lei 10.216¹⁰, entendida como conquista da luta antimanicomial brasileira também tem desdobramentos e não pode ser esvaziada de historicidade nos aspectos de percepção de trajetória, o reconhecimento de ganho ao notar a beleza e o entendimento de que eventualmente as coisas acontecem na feitura de uma construção, no processo mesmo de fazer. Enquanto projeto de lei, seu conteúdo não veio pronto, não partiu de um autor, mas de muitas vozes que compuseram o coral misto e difuso que soava pela liberdade, pela dignidade e puderam encontrar arranjo em outras forças políticas sensíveis àquela demanda. A abertura dos CAPS em Manaus, sendo o primeiro o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS Silvério Tundis, confere esse sentimento em um trabalhador da saúde naquele espaço, o enfermeiro Ildebrando.

— Graças ao CAPS, né... porque, assim, a reforma psiquiátrica, a beleza dela, é isso, né, porque nada acontece de uma vez, alguém planta uma semente. A primeira semente plantada foi a Lei 10.216 que já vem uma lei... que antes de ser aprovada tem uma luta enorme, desde os anos 70 até que ela fosse aprovada, sancionada em 2001, de autoria do deputado Paulo Delgado, do PT. (Ildebrando)

Clóvis Rodrigues, arte-terapeuta do CAPS Silvério Tundis, e músico conhecido das noites de Manaus, inicia sua labuta na saúde mental em 2004 a partir de um projeto no Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro destinado a usuários daquele serviço que não eram internos, mas que eram atendidos pelo Ambulatório Rosa Blaya que oferecia as oficinas de arte antes mesmo da criação do CAPS. O músico, apontando para a noção de que o CAPS não fora a primeira manifestação da reforma na cidade de Manaus, observa: “a nossa turma foi a que veio justamente pela reforma psiquiátrica”¹¹.

As possibilidades de direito ao trabalho digno, à cidadania e à cultura decorrentes desses ganhos acontecem de maneira concreta na vida dos que escolheram trilhar por esses caminhos: na vaga em um concurso, na realização de um desejo de estar na saúde mental, na espera pela construção de um Centro de Atenção Psicossocial

¹⁰ A Lei 10.216 de 6 de abril de 2001 que “Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtorno mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” é também conhecida como “Lei Paulo Delgado”, proposta por este deputado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e fruto de reivindicações de trabalhadores da saúde e usuários dos serviços de saúde mental. O projeto, construído a muitas vozes, tramitou cerca de dez anos no Congresso. “O mesmo ato jurídico que extinguiu oficialmente o hospital psiquiátrico no Brasil lançou as bases para a implantação uma rede de serviços substitutivos no campo da saúde mental - os CAPS - produzindo um deslocamento do modelo hospitalocêntrico - naturalizante e patologizante - para centrar-se em estratégias de atenção psicossocial”. Ver: FILHO, Kleber Prado e LEMES, Flavia Cristina Silveira. Uma breve cartografia da luta antimanicomial no Brasil. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v.2, n. 1 jan-jun 2012 pp.45-63.

¹¹ Clóvis Rodrigues, músico e arte-terapeuta no Centro de Atenção Psicossocial Silvério Tundis, em entrevista concedida em maio de 2024.

(CAPS) com vistas à substituição do hospício, com a criação de um grupo musical fala do cotidiano amazonense e de memórias do hospício.

— Eu cheguei aqui em 2005 através de um concurso da SEMSA e na SUSAM e... é... fui agraciado com a chamada na SUSAM e poder ter conseguido uma vaga na saúde mental, que era o que queria. Mais que isso, foi num CAPS e... antes de assumir o concurso, eu já tinha buscado na SUSAM ver se tinha vaga pra saúde mental [...] E tive a sorte de saber que haveria um CAPS, né? Então eu pedi pra essa pessoa pra, se possível, me direcionar pra essa vaga, e... é... depois eu fui chamado, é... fui direcionado pra trabalhar no Eduardo Ribeiro, inicialmente, até que o CAPS tivesse condições de... de serviço porque ainda tava em construção, na verdade. (Ildebrando)

Ildebrando teve breve experiência de trabalho em manicômio. Trabalhador que ao se graduar precisava logo se inserir no mundo do trabalho, ele conta, impressionado: “o meu primeiro trabalho, incrível que pareça, foi num manicômio”. Além disso, percebemos que a “experiência horrível” não se dava só pelo fato de estar em um manicômio, e privado, com condições “degradantes”, mas ele também fala de um cotidiano de durezas por morar em uma cidade e trabalhar em outra, isso antes de se transferir para o Amazonas, tendo que pegar três conduções para chegar ao trabalho, além de sequer ter um lugar para morar que não fosse a universidade, mesmo que já formado. Essa experiência me faz lembrar a de tantos outros estudantes pobres que cursam a universidade pública, mas que são invisibilizados por uma ideologia que diz que ela é para ricos, visando apartar cada vez mais os trabalhadores pobres desses espaços, principalmente a partir do momento em que eles realmente puderam aí estar com maior presença. Trata-se de presença que se fortalece no contexto de ampliação das universidades públicas federais no país e acesso ao ensino superior, implementados e fortalecidos pelos governos Lula e Dilma na presidência a partir de 2003.

— Eu trabalhei algum... depois de me formar lá na universidade... no segundo semestre de 2003, eu tive alguns empregos. O meu primeiro trabalho, incrível que pareça, foi num manicômio

— Foi mesmo?

Que foi uma experiência horrível porque era um manicômio privado e eu saía de Re... Eu morava em Recife, ainda tinha terminado a universidade, eu morava na residência estudantil, dentro da universidade. E aí nesse primeiro emprego, eu não tinha recursos, não tinha condições financeiras de alugar um lugar, continuei lá após terminar a universidade por algum tempo, e aí eu tinha que... pra chegar nesse trabalho, era uma cidade vizinha chamada Camaragibe.

— Qual era a cidade?

— Camaragibe. Então tinha que acordar cinco horas da manhã, pegar um ônibus, um metrô e outro ônibus pra trabalhar nesse lugar. Então, com 1 mês de trabalho eu pedi demissão e fui, é... pra outro emprego que era mais próximo e as condições de trabalho melhores porque [antes] era um manicômio privado e as condições degradantes. (Ildebrando)

Thompson (1987) argumenta que diante de um lugar-comum sobre interesses históricos, comparações e perguntas levantadas sobre um tema, outros interesses podem parecer trivialidades e, para as questões que envolvem a lei, faz uma crítica a determinadas formas de marxismo “sofisticado” que fazem herdeiros dentro de uma tradição e enviesam percepções a respeito de temas como as leis. Em seu estudo, o autor aponta como é insustentável a maneira de entender as leis na perspectiva de “um elemento da ‘superestrutura’” (THOMPSON, 1987, p. 350) que está separado de uma realidade na qual se encontram as relações de produção. Os sentidos da lei que aparecem na fala de Ildebrando não sugerem sua criação a partir de um lugar que não seja o da luta.

— Eu gosto muito de números, eu gostava de matemática. Mas eu sonhava em voltar pra casa, pro sertão, ficar perto dos meus pais. Então se eu fizesse área de exatas eu não ia ter emprego, então eu terminei fazendo saúde. Mas aí eu descobri que não bastava fazer saúde porque precisava ter concurso. Porque quando você ia trabalhar, é... ou no serviço privado, ou nas prefeituras sem contrato, sem estabilidade, você é assediado, você é ameaçado, você não pode fazer o que você quer, não tem pensamento crítico. Então aí eu já pensei... eu já percebi que eu não gosto de viver sob instabilidade. Aí então eu busquei passar num concurso.

— Essa questão que você fala do pensamento crítico, tu acha que já tem, assim, em ti desde quando?

— Ah, acho que desde... desde sempre já acompanha aí porque quando você vem do sertão e aquele lugar já é muito difícil e você saiu, você não quer algo que faça mal mais.

— Aham.

— Então você vai lutar sempre por algo melhor (risos) que te acalme.

— É, né, que te acalme. (Ildebrando)

Tal luta é travada na realidade vivida por sujeitos, como os narradores deste trabalho, em trajetórias que abrem a pesquisa para o pensar o político em lugares comuns de trabalhadores, bem como perspectivas da política pensada em sentido amplo e conduzida pelos mesmos. Kazumi Munakata (2010, p.20) sugeria: “um projeto nunca é um *a priori* dado, mas um eterno fazer-se”. Nesse caso, tenho a certeza de que não há como pensar em leis, direitos e todo aparato jurídico sem pensar em política e assim

evidenciar os sujeitos que estiveram mobilizados em torno da construção dessas leis. Bem como é incabível falar em termos de luta antimanicomial sem o aparato jurídico que envolveu desejos e projetos políticos de um conjunto da sociedade. Uma outra questão é o quanto a história desses trabalhadores e trabalhadoras é revalorizada socialmente e no campo da pesquisa acadêmica.

Quando falo em ouvir, não se trata de ouvir por ouvir, como se houvesse trabalho em história desinteressado. Por outro lado, também não é de ouvir apenas com interesse de instrumentalizar falas, narrativas de sujeitos que se dispuseram a compartilhá-las. Alessandro Portelli (1997) já nos dizia o que faz a história oral ser diferente. Tal autor é muito citado por uma compreensão própria de história que acontece no encontro, quando, por vezes, a entrevista é “uma situação de aprendizado para o entrevistador, especialmente se a motivação é (de modo amplo) política” (PORTELLI, 2016, p. 24). Acompanho neste tema as reflexões elaboradas por Marcos Silva (2003) que nos permitem elevar a relação com essa escuta, da feita que deslocamos a compreensão de patrimônio daquele ângulo do físico, principalmente muito ligadas e por vezes circunscritas à arquitetura, e passamos a tratar destas narrativas também como patrimônio.

— As pessoas... as pessoas têm uma vida muito sofrida, não têm acesso a cultura, à espaços de lazer, é uma cidade... você veja, até... a arborização de Manaus é pouca, era pra ser um exemplo de cidade em meio ambiente... Então, o CAPS, ele tem esse papel de acolher as pessoas que estão doentes e tentar amenizar o seu sofrimento e dar um olh..., de alguma forma, é... dar força pra que a pessoa siga em frente, né? E o Quebramuro, por exemplo, essa oficina que eu participo, e que fui um dos ideli... ideliaz... ideliz..., como é, ideliazadores.

— Idealizadores?

— Um dos idealizadores em 2011. Foi... é gratificante porque é onde você vê que uma... a magia de uma lei, as pessoas que lutaram lá atrás... Quebramuro só existe graças à luta de alguém que veio antes de mim, e assim essa... A Reforma, né? É uma... é uma coisa de ações pequenas que geram ações lá na frente, em que tudo pode parecer lento, mas parece que tudo tem... é como um grande crochê, uma teia. (Ildebrando)¹²

Que historiador veria magia neste processo? Quando não pudermos ver, que então possamos ao menos reconhecer. Mas vi o vislumbre nos olhos do narrador enquanto este elaborava suas reflexões e, depois, vi esse olhar se voltando para mim, como que se reafirmando em nosso encontro. Neste ponto, é importante considerar

¹² Quebramuro é o nome do grupo de maracatu criado e sustentado por trabalhadores e usuários do CAPS Silvério Tundis. O grupo também oferece oficinas de percussão abertas a quem quiser participar.

novamente Alessandro Portelli (2016, p. 15), quando este lembra dos espaços abertos em uma entrevista, que também são espaços que devem se abrir no próprio historiador: “a abertura dos historiadores sobre eles mesmo e sobre o propósito de seu trabalho é um fator crucial”.

A “magia” nos dá a dimensão da coletividade que mobiliza os acontecimentos, ou que posteriormente é contemplada por eles. Conforme significado atribuído por ele, a “magia” da lei é sentida pelo prazer de estar com seus companheiros de baque em liberdade, fora do manicômio, e de saber de uma dimensão histórica e coletiva dessa luta. Ao longo da entrevista, se ora se refere a alguns atos como semente, é possível entender também ao longo dela que no presente desfrutasse de frutos.

Antes disso, na história de vida de Ildebrando, percebemos, pelo seu relato, a marca do desejo de estudar, o medo da fome e os deslocamentos entre cidades, no nordeste mesmo, onde pudesse ter a vida que queria. Sua fala também deixa explicitado para nós, uma percepção de mudanças que o Brasil passou, sobretudo a partir dos anos 2000, com a criação de novas universidades a partir do governo Lula. Entendo a importância de sublinhar esse marco, pois da mesma forma ele destaca que a Lei 10.216 foi de autoria de um deputado do PT (Partido dos Trabalhadores), com a grande participação dos movimentos sociais.

— Eu nasci no sertão, no Ceará (...) E naquela época não era como hoje, com universidade pra todo lado. Então eu só pude fazer na minha cidade até o ensino fundamental, e depois fui... é... fazer o ensino médio em Juazeiro do Norte, cidade mais próxima de Jardim.

— Jardim, então, é tua cidade, né?

— É. Aí de Juazeiro eu fui morar na casa do estudante de Fortaleza pra fazer o terceiro ano lá...

— Familiares?

— Consegui bolsa num colégio particular.

— Eram familiares seus?

— Morou em casa alugada eu e meus irmãos em Juazeiro. E depois fomos, eu, desses quatro irmãos, dois foram morar em Fortaleza morar na casa dos estudantes, a gente era os mais adiantado. Morar na casa do estudante pra fazer o terceiro ano lá. Claro, a gente veio de escola pública sempre e não teve condições de passar de primeira vez. Aí a gente, é... fez vestibular não em Fortaleza, fomos fazer em Recife porque tem um irmão lá, um irmão, não.

— Quantos irmãos?

— Um primo, um primo.

— Você é de uma família de quantos irmãos?

— Três.

— Todos já estavam saindo lá da cidade pra fazer universidade?

— Estudar (...) Porque a única alternativa era viver no campo da agricultura. Não tinha como estudar, tipo assim, não tinha formação, nada, naquela época era diferente de hoje que tem universidade pra

todo lado. E aí estudei 95 em Fortaleza. Não passei no vestibular de primeira vez e fui morar em Recife, só que em Recife a gente conheceu lá uma estrutura que os estudantes era muito melhor. É... assistência estudantil. A Casa do Estudante de lá tinha café, almoço e janta, era uma refeição ade... muito boa, diferente de Fortaleza, em que os estudantes não tinham refeição na Casa do Estudante. Era maior dificuldade... viviam em... é... como é? Como é aquele termo que a gente fala? Insegurança alimentar, os estudantes. Se você conseguisse que seus pais mandassem recurso pra você fazer suas refeições, tinha. Se não, é... passava muita dificuldade. Então por isso a gente decidiu (risos), mesmo não tendo passado no vestibular em primeira vez, ficar em Recife porque (risos) a... ali... porque a segurança alimentar era melhor. (Ildebrando)

Os narradores com quem dialoguei revelam ações em momentos que datam do período da ditadura civil-militar no Brasil, momento de enfrentamento e luta pela defesa e construção da democracia e com ela a luta pela saúde no Amazonas, e espaços de direitos na cidade. E em um período mais recente, de expansão do ensino público superior no Brasil, com suas necessidades e oportunidades de trabalho, aposentadoria e participação em outras frentes de luta que revelam “condições para o exercício da democracia”. A dimensão do trabalho e da política são, portanto, elementos indissociáveis do tema aqui proposto.

A partir desses temas que dialogam e se interseccionam, a perspectiva histórica presente permanece no exercício e defesa daquilo que foi bastante refletido por Déa Ribeiro Fenelon (1993) sobre nossa prática comprometida, enquanto historiadores/as atentos a perceber manifestações do direito ao trabalho e projetos alternativos elaborados por sujeitos em sua cultura e experiências que não são individuais.

1.3 “A HISTÓRIA SÃO TODOS ESSES SENTIMENTOS”

Entre as perspectivas construídas acerca do manicômio, de dentro ou de fora dele, nenhuma das apresentadas até aqui traz a de quem o vivenciou por fora do consultório com cadeira, da mesa de trabalho, do fardamento ou ao menos da roupa pessoal e limpa. Uma outra fonte, também produzida em narrativa elaborada pela memória não trará peso desnecessário à investigação aqui realizada. Aliás, não há o que temer se a acusação fosse de “excesso de memória”, pois como aponta Alessandro Portelli (2016, p. 45), tais ideias vinculadas a uma perspectiva de sobrecarga do “peso

do passado”, como se este impossibilitasse novidades no presente são ideias que não têm conformidade e poupariam uma reflexão crítica sobre o passado, bem como sobre o presente. Esse entendimento só poderia ser daquele que considera a memória mero depósito (PORTELLI, 2016). A memória não pode engessar o presente pois ela mesma não se configura como concreto imutável, ainda que pareça uniforme a alguém, outras memórias convivem na sociedade e ambas as partes (aquilo que parece individual e aquilo que parece coletivo) têm estreitas ligações. A memória com a qual trabalharemos aqui não se figura na de “memória-monumento” institucional aprendida com Portelli, a qual versa em perspectivas institucionais “que só recorda aquilo que a orgulha, ocultando as sombras e contradições” (PORTELLI, 2016, p. 48), é no entanto, monumental no sentido de construir identidade pessoal. Contudo, ela não encerra possibilidades de revisitar o passado provocando outras e novas questões ao narrador. A memória, por seu movimento, não natural, mas partindo do presente, também dá menos ou mais importância a determinados assuntos, temas, episódios e por isso também pensamos nesta “vivacidade” da memória articulada com a história oral. Nesse diálogo entre memória e história oral vale também deixar registrado que, conforme aponta Michael Pollak, “a memória é um fenômeno construído”, de modo que “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 204).

Ainda no sentido de compreender o Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, junto com as fontes anteriores, a perspectiva trazida agora é a de quem por vezes não via onde sentar, senão “no chão”. Que teve que aprender por dentro do hospício em que medida ele se aproximava ou se diferenciava de uma penitenciária, mesmo sem saber qual teria sido o crime a ser pago naquele cárcere. Vida tão diferente que as paredes e grades cercavam um mundo que pensava ser outro também, ou pelo menos outro país. Não era outro país, era ainda o Brasil, o que nas primeiras experiências de República encarcerou até mesmo Lima Barreto (2017), autor cuja obra reserva espaço para denunciar o papel civilizador do cárcere (BARRETO, 2017, p. 205), também narra em tons literários a captura de Fernando, um dito “inofensivo”, tomado de Manaus em “carro-forte”, “masmorra ambulante”, acusado de louco não por neurose, psicose, ou demais enquadramentos clínicos. Suspeito de louco na cidade sobretudo por “certas despreocupações” (BARRETO, 2017, p. 209). No texto de Lima Barreto a preocupação com o “inofensivo”, assim chamado pelo narrador, está em segunda ordem, visto que motivo de comoções maiores é a família, esta sim sofria por vexame que o louco

causava. Entretanto, não é o louco propriamente e sim a vizinhança, a sociedade em que fazer acusações sobre o estado de saúde mental de Fernando podia ser visto como sinal de inteligência. Não só neste momento, mas ao longo do texto, Lima Barreto também ridiculariza personagens que buscam se passar por inteligentes.

A narrativa de Setemberg apontava ele mesmo confuso sobre o país em que se encontrava, talvez não soubesse que era o mesmo país que sempre habitou e que na ditadura civil-militar encarcerou e matou indiscriminadamente nessas instituições tantos, se não sem nome, mas sem documentos, lucrou com a venda de corpos considerados indigentes, mortos pela ciência e não salvos por ela. Nem mortos estariam a salvo, para lembrar Walter Benjamin (2012). Era no Brasil, Manaus, cidade real da ficção literária em que “o homem”, personagem de Lima Barreto, experimentou o manicômio antes mesmo de cruzar muros, sequer saiu da ambulância e ali teve abreviada a sentença para a loucura. Contudo, a partir da fonte que conheceremos a seguir, é preciso realçar que essa experiência, diferente da literária, guarda também espaço para outros sentimentos e olhares apurados de quem teima com a vida e se a vida não é levada apenas na dor, a história precisa comportar o que “são todos esses sentimentos”¹³.

Setemberg não se apresenta segundo um diagnóstico e isso já diz sobre uma perspectiva política deste sujeito: não laudatória e que resiste à medicalização. Em detrimento disso, um cuidado, possível hoje, de observar os próprios sentidos, o que quer dizer o sujeito antes da doença. E este sujeito compreendendo a importância de suas sociabilidades, afetos, em uma rede de apoio composta de amizades e também relações que mantém com profissionais, sociabilidades de outra ordem, fora das barreiras do manicômio. Se ora a narrativa vem carregada de informações e significados, o silêncio e o esquecimento também têm sua vez. O trabalho diuturno da memória “filtra os vestígios da experiência entregando ao esquecimento aquilo que já não tem significado na atualidade — mas também aquilo que tem significado demais” (PORTELLI, 2016, p. 47).

— Nessa época, eu tinha acabado de... nesse dia eu tinha pego alta de uma internação.

— Até quando você teve internação?

— Ah, eu não lembro mais não, eu já deletei isso aí.

— Deletou?

¹³ Setemberg Rabelo em entrevista.

— Uhum. É... hoje a gente não trabalha nesse aspecto do CID, é o que eu tô sentindo no momento, né? Quando eu vejo que eu não dou conta eu ligo pra alguém ou... uma vez eu fui lá na emergência, lá. (Setemberg)

Um cuidado que aprendeu a elaborar fugindo à medicalização, não que negue uma atenção específica quando necessária, isso não. Quando precisa, busca cuidado especializado, faz parte do processo de cuidado que aprendeu a ter, incorporando esforço de escapar ao CID, humanizando o próprio sofrimento. Algo que seria muito mais difícil se vislumbrado no hospício pois era um tratamento que suprimia diálogos entre hierarquias médicas e paciente, a linguagem, visto que num primeiro momento, até a conversa com outro paciente parece ser em outro idioma. Até o espaço físico do hospício parece mudar o espaço geográfico da cidade, do país.

— Aí eu acabei vindo, aí o surto já... aí já era agudo, o surto psicótico, aí eu fui parar no hospício.

— Foi parar lá como? Foi sozinho?

— Não, me levaram, né, me amarraram e foram me levar pra lá.

— Mas quem?

— A minha família, né? O pessoal que tava lá no momento. E aí... aí quando eu saio ali daquela crise... tipo, quando eu dou por mim ali, naquele lugar esquisito, entendeu? Aí quando eu dei por mim eu tava amarrado, mas era uma amarração desconfortável. Aí eu tentava chamar atenção de alguém, né, pra me soltar. Até que foi um... uma pessoa foi lá, aí o que me chama atenção... era pra mim trazer mas não tá aqui, um livrinho em quadrinho onde a gente tem alguns trechos, né, de algumas histórias. Aí eu mostro lá isso, que o cara chegou lá, me tirou da contenção, mandou eu levantar. Mas aquele tratamento moral. Nenhum momento ele não chegou pra mim “oi, boa tarde, bom dia, eu sou o enfermeiro, sou o técnico de enfermagem, sou João, sou Maria, enfim, você tá no hospital”, não, o cara... aquele tratamento moral, aí começou me rele... me remeter o quartel. O cara... um rapaz que tava ao meu lado, ele falava, assim, numa língua que eu não entendia. Aí eu digo “poxa, eu acho... me prenderam, eu tô num outro país”. Aí o cara mandou eu tomar banho, ir pro banheiro, “tira a roupa!”, aquele discurso firme, um tratamento muito moral. E ali tirei a roupa, aí eu entro lá no box do banheiro, mas não tinha a torneira, era uma válvula, a estrutura lá toda era de... de metal, até o cano. Aí ele regulava porque não tinha o chuveiro, a água saía e, tipo, em certo momento caía. E ali eu me molhei, em nenhum momento ele me deu sabão, me deu alguma coisa... Aí o interessante é que tinha fezes na unha do pé até no fio do cabelo. Porque a cama era aquele iso... napa, né? E ali deu vontade de urinar, de defecar, e tal, e não tinha como eu botar... sair dali, então...

— No primeiro dia, já?

— Eu não lembro se era, eu não lembro, assim, se era o primeiro dia. Aí eu só sei que o cara me molhou e aquele cheiro, né, um cheiro

horrível, um mau cheiro. Aí eu pego e começo a olhar onde eu tô, aí vou com um rapaz que tava deitado, aí ele falava a língua dele, eu não entendia. “Nossa, em que país eu tô?”. Aí eu comecei a perceber que tudo lá era gradeado e tinha um sensor no portão do corredor que batia ferro com ferro, a pessoa apertava aquele botão “tréeee”. (Setemberg)

A narrativa inicialmente e até aqui não é a da tentativa de humanizar o hospício ou das dificuldades de trabalho na instituição, trata de como fora sentido pelo paciente o real do tratamento, da precariedade do hospício não como alguém que depois de bater o ponto estará em casa. Já vimos que não só aos usuários era possível perceber a violência, porém, as narrativas orais trazidas aqui dão outra perspectiva. O hospício como breve moradia não oferecia conforto algum, dignidade alguma, as informações mais elementares, o sem respostas é antes não ter alguém para quem perguntar, apenas a suspeita de estar sendo observado. O confinamento sem explicações, o isolamento do mundo anteriormente conhecido cria perguntas que não podem ser entendidas como ingênuas, como “em que país eu tô?”. Apontam antes para a dimensão de uma interrupção senão vida, na maneira de viver, antes já comportando contradições da reivindicação pelo direito à cidade, mas decerto vivendo uma liberdade contrária ao manicômio. Portelli ao refletir sobre memórias de judeus na Itália sobreviventes de um episódio de confinamento antes de o grupo em que estavam ser levado para Auschwitz aponta que a certeza de sobrevivência que aquele grupo de centenas de pessoas guardou consigo ao longo dos breves dias de confinamento antes do genocídio tratava-se de “um sinal não de quão ingênuos eram, mas de quão inimagináveis eram os crimes programados pelos nazistas” (PORTELLI, 2016, p.133), tão inimagináveis que nem uma dezena sobreviveu dos mais de mil judeus presos naquela ocasião.

— Aí então eu comecei ver as grades e eu... tinha um basculante, eu não conseguia ver ali o muro, o que tinha ali. Aí eu tive a ideia de afastar... afastar a cama pra eu me atrepar, aí suponho eu que, o posto de enfermagem era na frente, o profissional tava vendo, então ele tava vendo aquela... aquele comportamento estranho. Acho eu que ele foi no médico e... e relatou, mas em nenhum momento ninguém foi lá conversar comigo.

— Sim.

— Aí nisso que eu tô indo pro banheiro pra ver... tentar subir no vaso pra ver o que que tinha depois dali, eu vi que era um muro bem imenso, que é muito característico de prisão, aí eu digo “poxa”, aí eu comecei a ficar mal, ficar triste, querer chorar. É quando entra os dois profissionais de jaleco branco, aí eles vêm assim na direção, aí eu disse que eu era brasileiro, que eu precisava fazer uma ligação pra minha família... Aí os caras vieram, aí eu meio... a gente teve uma

lutinha ali, eles me jogaram no chão, aí me aplicaram a medicação, aí me amarraram de novo. Aí vai uns dois, três dias de novo amarrado. Aí quando me tiram da contenção era já final de tarde ali. Pense na fome! Aí me levaram pro refeitório, aí me serviram um copo grande de plástico e um pão seco, um pão duro, e ali a fome faz o tempero. E ali eu tomei... comi aquilo e por lá fiquei, aí fiquei lá por alguns dias, até que me levaram pra casa. Mas uma coisa me chamava muita atenção porque as famílias iam visitar, né, os pacientes.... a minha mãe nunca tinha ido visitar e aquilo me doía muito. Lá era um lugar muito bonito, cheio de árvores, gramado, aí tinha tipo uma pracinha, as famílias sentavam naquela pracinha. Aí eu, num dado momento, eu já tô em casa, aí eu tô em casa, é... aí tem aquela orientação que é pra mim fazer o acompanhamento ambulatorial. E mal eu sabia o quanto a minha mãe tava sofrendo, só tempos depois eu fui compreender: se eu tivesse um irmão lá no Puraquequara e eu tivesse ali no hospício, mamãe ia fazer uma promessa pra soltar o meu irmão do Puraquequara porque só fica até 30 anos preso, agora... agora... Aí quando... é... me perdi.

— Não entendi, é... Você falou, né, se tivesse um irmão preso no Puraquequara, aí ela faria uma promessa pra...

— Ah, sim. Uma promessa, ela ia de joelho até o Puraquequara pro meu irmão ser solto, ele ia ser solto porque no Brasil só fica até 30 anos preso, já lá no hospício, não, “uma vez doido, sempre doido”, “lugar de doido é no hospício”. Então... (chora) É... pra minha mãe, ela tinha perdido...

— Ela não pensava na sua volta?

— Não. Assim, pra ela, tinha perdido. Uma vez doido, sempre doido, lugar de doido é no hospício, é uma coisa que não tem jeito. Não é? (Setemberg)

A percepção decepcionante de que estava preso gera angústia extravasada na “lutinha”, reações físicas do corpo que recusa tanto o enclausuramento, como a contenção que irá conhecer pelas formas química e mecânica. Outro sentimento de ordem física é o da fome, que como dito popularmente, “dói”, e esta é suprida sem possibilidade de escolha, sem cardápio, sem tempero a não ser ela mesma, a própria fome. A solidão sentida no manicômio o faz desejar a mãe e nesse instante só de lembrar da mãe o hospício passa a ser narrado com formas de beleza e natureza nas áreas comuns compartilhadas por familiares que passam em visita aos seus entes. Por outro lado, lembrar essa ausência ainda gera dor no presente, ao que o ritmo da narrativa muda na entrevista pelo momento em que chora.

A presença de Setemberg no hospício, contudo, vai além do período de internações, também não pode ser resumida no sofrer passivamente os desmandos do hospital. Também apesar de ter sentido a solidão na falta dos familiares, citando a mãe, não é o sentimento que perpassa toda aquela experiência, por alguns motivos: o narrador também frequentou o Eduardo Ribeiro na modalidade de acompanhamento

ambulatorial, participou de projeto de extensão da universidade no manicômio e oficinas em que, segundo ele, aprendia sobre cidadania e seus direitos. Ademais, mesmo em contexto de internação, pode tecer relações, observações e perspectivas solidárias com outros internos. A solidariedade é força tão importante que também se torna alvo a ser barrado na lógica manicomial.

1.4 LUGAR DE PRESENCAS, SUJEITOS PRESENTES!

A instituição não guarda apenas as proibições e passividades, se estivermos atentos, podemos observar nos meandros de narrativas tão pessoais sinais do não na contramão, olhares que se, por ora, visualizam de baixo pra cima, entre pares, o plano é outro: o do olhar horizontal, de semelhança, de compartilhamento de angústias, da busca pelo estabelecimento de diálogo. Da rejeição a determinado copo, no nojo do banheiro, tais posturas marcam presença de quem teima em negar e reagir. É fundamental, com isso, recusar também um aspecto do lugar-comum e ideológico atribuído ao manicômio: a do espaço vazio, do sujeito ausente.

Por isso é importante pensar uma história que não seja amarrada em estruturas prévias, para que outras narrativas sobre o manicômio possam ser ouvidas, sem negar a violência, apontam também possibilidades de resistência, mesmo fora daquilo que é enquadrado como luta organizada. É esse o tom da solidariedade e relações constituídas que fazem do hospício um lugar de contradições diante do conceito de “instituições totais” (IGNATIEFF, 1987) e antes que eu pudesse elaborar isso em escrita, a narrativa de Setemberg também dá conta desse olhar.

A entrevista com Setemberg ocorreu por ocasião de um evento, em Manaus, sobre “Saúde mental e pessoas em conflito com a lei no Amazonas”. Eu já havia entrado em contato com Setemberg em anos anteriores, mas pelo fato dele morar em outra cidade no interior do estado, a entrevista não pôde ocorrer. Com a realização do evento, imaginei que Setemberg estaria em Manaus e entrei em contato novamente, quando conseguimos, finalmente, nos encontrarmos para a entrevista ao final do evento. No caminho, compartilhamos um carro e o narrador começou a falar do assunto, o que

imaginava que eu esperava ouvir, e disse que iria falando para que depois eu pudesse fazer minhas perguntas. Não liguei o gravador, estava em uma conversa, mas já prestava bastante atenção no que ele também queria dizer. Inicialmente, notei que ele mencionou um interno do Eduardo Ribeiro que também apareceu na narrativa de Aluísio. As temporalidades são confusas, mas o Rufino, mencionado pelos dois narradores, está presente nas narrativas do que parece ser uma memória compartilhada (POLLAK, 1992). Ele aparece como um trabalhador negro abandonado. Antes de iniciar a entrevista, enquanto estávamos a caminho do local de gravação, ao falar de Rufino, o narrador faz todo um quadro do centro da cidade de Manaus, falando sobre o que era considerado longe na cidade, como era o transporte urbano, sobre os navios que atracavam e mulheres trabalhadoras do sexo em regiões próximas à zona portuária.

— Eu queria que tu comentasse uma questão que a gente veio falando no carro, que era sobre o... aí meu Deus, aquele homem que veio no navio que cê falou, começa com “R” o nome dele

— Ah, o Rufino?

— O Rufino, é.

— Pois é, num tem só ele, né, o Rufino. Ele veio... ele era um sujeito alto, né, magro, negro, é... aí consta os relatos que ele v... ele trabalhava num navio e ali pelo centro acabou tendo um surto psicótico ou bebeu demais, né, não sei que... e ele acabou parando lá no hospital. E aí ele falava um idioma que ninguém entendia, né, naquela época... E o que é curioso é que a gente... é... na estrutura manicomial, ela te limita às vezes no essencial, né, de ser cidadão. De pessoas que sequer tem registro, você só vê a prescrição médica, a repetição medicamentosa, mas nenhuma conduta terapêutica de reabilitação e... e não olha pro sujeito, né? Então o Rufino... quantos profissionais ali passaram e sequer trocaram uma ideia pra ele, com ele ou pra tentar... pra ver que língua, que dialeto ele falava, né? Aí ele foi um sujeito que viveu a vida dele trancado num hospício.

— Você não chegou a conhecê-lo?

— Eu conheci ele.

— Você conheceu?

— Conheci, eu tentava conversar com ele, ele só ria... de mim...

— É de que período isso, Setemberg?

— Isso é no início dos anos 90.

Ao lembrar de um trabalhador que consta em sua memória e também na de outros sujeitos que passaram pelo Eduardo Ribeiro em circunstâncias que não de internação, a memória sobre outros internos vêm à tona também. Percebemos a noção de uma comunidade presente e diversa nesse relato, diversa no sentido de, entre aquilo que é mencionado, tratam de várias características desde físicas, subjetivas e culturais

dos sujeitos observados por Setemberg. Há uma tentativa sua também de explicar, por concepções médicas, os motivos de alguns serem o que são, não para submetê-los novamente a mais uma inferiorização, mas que podem ser entendidas como dados de que o narrador esteja compartilhando algo do que pode aprender, daquilo que parecia ser legítimo dizer e, nesse caso, o legítimo era a medicina. Na narrativa trazida, aqueles sujeitos não parecem ser tratados como massa amorfa e desprovida de história despejada nos corredores e pátios da instituição, não é essa a narrativa que Setemberg constrói, e isso devemos valorizar.

— Aí tem muitas situações, ó, criança... a Sandrinha com o irmão, são dois irmãos que eram síndrome de down, aí a Sandrinha lá com o irmão, e o irmão já falecido... e ela ficou. A Fátima também, é... ficou 40 ano... 45 anos internada. Aí a Fatinha não falava, mas era a que mais se comunicava, que mais percebia as coisas à volta.

— É? Como é que ela se comunicava? Como é que você percebia que ela percebia?

— Os gestos... entendeu? Os gritos dela, né? Ela tem uma deficienzinha e o quadro dela a gente vê que é neurológico, então... não era... e ela chegou criança lá, ela e o Jorge. E ficaram por... por todo tempo, eu acredito que o Jorge acabou cuidando dela, né, porque ela, tipo, era mais frágil, e depois eles ficaram como marido e mulher.

— É mesmo, é?

— É. Aí tem o caso do Zacarias. O Zacarias era o comerciante lá do hospício, ele e o Chico Inácio. O Chico Inácio, ele ainda... antes de se cronicar, digamos assim, o Chico Inácio vendia bombom lá no Centro. E aí a equipe da instituição sequer prestavam a desenvolver, né, essa habilidade dele, e... pelo contrário, iam trancando mais ele.

— Iam o que?

— Iam trancando, deixando ele trancado, trancado.

— Ah, sim. Puxa.

A sensibilidade e o interesse de Setemberg em ouvir fazem com que também ele tenha buscado revalorizar experiências dos homens e mulheres que conheceu na condição de internamento manicomial. Sabendo algo da vida de Zacarias antes da instituição e que a história de Zacarias havia interessado uma pesquisadora, ele também deseja ouvir essa história. Mais uma vez é da cultura e sobre a cultura que ele está falando, de suas percepções, de um cotidiano de trabalho de outra pessoa e ao mesmo tempo em que faz sua própria avaliação sobre a saúde deste interno, este que, se não enquadrado em diagnóstico lógico para o narrador, estaria livre daquela prisão, não deveria estar lá. Não nega, porém, peculiaridades destes sujeitos e consegue tirar humor disso. Entendo aqui a importância do diálogo em dois tempos: no tempo em que

entrevisto Setemberg e estamos produzindo essa relação, e do conteúdo narrado por ele, no qual este também lembra e elabora relações com os demais com quem teve interlocução.

— Tem um caso, que eu acho bem interessante, foi trabalhado numa ma... mamografia de uma aluna, Brenda Lacerda. O Zacarias, o Zacarias era o comerciante lá nas instituições: comprava cigarro, vendia pra outros pacientes, Coca-Cola e era um cara que não era pra tá lá, entendeu? Aí qual era a situação? Ele era do município de Coari, eu fui lá entrevistar a família dele.

— Ah, cê conversou com a família dele?

— Conversei.

— Ham...

— A sombra... roubaram a sombra dele, aí por isso que ele endoidou.

— Como é que é isso?

— Num... não conseguiram explicar pra mim, eu digo “poxa, até agora ainda num botaram ele contra o sol pra ver se a sombra tá lá?”, né? Então a gente vê muito essa questão, né, da... questão do preconceito...

Contra o preconceito que invalida pessoas com transtorno mental ou ao menos lugares-comuns que em nada contribuem para a dignidade destas pessoas, é com irreverência que Setemberg intervém com uma pergunta para a fala que não respondeu sua questão inicial sobre a internação do chamado Zacarias. O narrador considera antes de tudo aquilo que está presente ao longo de postura política que ele constrói: a de ver antes o ser humano, e nisso lhe chama atenção para o trabalho do outro interno, suas habilidades, seu local de origem.

As questões com a família chamam a atenção de Setemberg e aparecem na sua narrativa por diversos momentos, buscando tratar também da sua, por vezes no sentido do desamparo. Por algum motivo chama de “situações maternais” relatos de descaso. Este desamparo ele não deseja a outros que com ele conviveram na instituição. Assim, ao falar de projetos dos quais ele participou no hospício, é de uma solidão que ele busca evitar, amenizar, confrontar. Este confronto se dá através de sua presença, mesmo na condição não de interno, ele volta para visitar outros que já havia conhecido, não de qualquer jeito, mas considerando peculiaridades de companheiros, buscando o encontro de pessoas que já tinham relações de amizade em que mesmo em igual instituição, os encontros às vezes não fossem facilitados. Quem pensara em acessibilidade no manicômio? Pessoas com deficiências físicas e visuais sofriam outras questões, e isso não passava despercebido para Setemberg.

Mas tem muitos... muitas situações maternas ali, eu vi, né? Tem uma que eu tô lembrando agora, do seu Leonardo, né? Ele era um senhor de mais de 70 anos, o Leonardo era cego, o Leonardo era cego e... poxa, o seu Manoel tinha sofrido uma queda e fraturou o fêmur, ele vivia numa cadeira de roda. O espaço dum... como é? Dum pavilhão pro outro, é como daqui pra Bemol, ou era mais perto, aí os... os usuários se conheciam, ficaram velho, eles não sabiam que o outro tava ali naquele mesmo espaço. Aí eu... aí eu acompanhava o seu Manoel, que tinha um projeto lá, encon... visitantes, então a gente ia visitar. Você vai lá no 28 de Agosto, na hora da visita é lotado, aquele negócio e... tu ia no Eduardo Ribeiro, ninguém ia visitar. Então esse projeto, a gente ia lá visitar eles, e tal. Aí eu era o responsável pelo seu Manoel. Eu pego a cadeira de rodas...

— Porque você ia lá?

— Pra visitar.

— Já conhecia e aí voltou pra continuar visitando?

— É. Vários de nós fazíamos isso.

— É mesmo?

— Lá do programa Encontro... projeto Encontro.

— Projeto Encontro.

— E aí eu pego a... né, a cadeira de roda e saio com o seu Manoel. O seu Leonardo tá cego, tá sentado num banco, passava o dia todo sentado naquele banco. Aí o seu Manoel reconheceu ele, rapaz...

— Reconheceu de onde?

— Reconheceu. Eles são da mesma época de internação, chegaram lá jovens, e aí se relacionavam ali, né? Quando envelhecem, eles não conseguem mais ir ali porque o seu Manoel tá na cadeira de roda e o seu Leonardo tá cego que passa o dia todo no banco na frente do pavilhão. Eu pego a cadeira de rodas e vou passando perto do seu Leonardo, o seu Manoel reconhece o seu Leonardo. O seu Manoel: “Menino, esse é o Leonardo?” Eu disse “é.”, “rapaz, eu pensei que ele já tava era morto! Quantos anos...”. Ele falando assim, parece que eles viviam em cidades diferentes. Aí encostei a cadeira lá pra eles interagir: “ei, mano”, aí eu digo, “e tá cego”, e tal. “Ei, ei, Leonardo, sou eu, Manoel!”. Aí ele não enxergava, [incompreensível] contato e toque. Aí o seu Manoel pegava nele, aqui, o seu Leonardo “menino, mas tu tá muito velho, Leonardo, e não sei o quê”, aí o seu Leonardo não podia comentar nada que ele não vê. Os dois eram brancos, a característica do seu Leonardo era mais, assim, do sul e do seu Manoel é nordestino, né? Aí eu chego pro seu Manoel, lá nós tínhamos um salão, que o nome do salão, da atividade lá do salão era “Meu Visual”, onde a gente trabalhava essa questão do visual porque com pessoa que tem transtorno mental, parece que tem que andar com roupa velha, andar com roupa suja... então a gente trabalhava essas questões com eles.

A arquitetura do hospício não fora lembrada só pela psiquiatra Ana Maria, mencionada no início deste capítulo. Também está presente na memória de Setemberg o prédio e as relações possíveis com ele e dentro dele. Não só os muros separam os

internos do mundo lá fora, mas o espaço entre os pavilhões figura barreiras do descaso e opressão mesmo em seu interior, sobretudo para pessoas que apresentam alguma deficiência física. O manicômio não foi pensado para tratamento e produção de laços de companhia e solidariedade. Tanto não tratava que doenças de ordem física também são ignoradas pelos saberes médicos.

Aí entre a... até a minha namorada, na época [incompreensível] no salão. Aí eu “olha, amor, quem eu trouxe” e tal, né, ela gostava que só do seu Manoel.

— Ela era funcionária lá?

— Não, era acadêmica. Aí ela coordenava lá essa parte de projeto, ela pintava a unha das meni... das mulher, fazia sombra, e tal. Aí lá tinha um espelho que era imenso, assim, bem grandão numa parede. Eu me toquei que ele tinha falado que o seu Leonardo era velho, levei a cadeira de roda na frente do espelho. Ei, ele levantou. Cara, foi uma cena muito linda. No hospício não tem espelho, fazia anos que ele nunca tinha se visto.

— Eu não tinha pensado nisso.

— Cara... ei, foi um... assim, aquilo... aquilo me machucou muito, eu fiquei muito dolorido. Eu, a... e a moça, né, que era minha namorada. Rapaz, naquela época, dois mil e, acho que, seis... Como que em 2006 no hospital não dá pra botar um espelho?!

— No banheiro, né, que seja.

— Menina, o banheiro, Deus me... Jesus amado! Aí, então, cara... é muito... assim, eu tô resgatando a cena dele de decepção.

— Como?

— Decepção.

— Decepção sua?

— Não, dele. Decepção “Meu Deus, Jesus!”, se levantou...

— Que foi, seu Manoel? “— Nossa, como eu tô velho! Não acredito! Isso é eu?”. Né? Que é uma coisa também essencial, né, no banheiro, né, um espelho... poxa, diretora, os terapeuta, né, funcionário, todo mundo se vê no espelho. Então, qual é a razão que pro doido, pra pessoa que tem transtorno mental não pode compartilhar? Um espelho. Aí então isso foram coisas... de ver o... o seu Manoel. Cara, ele ficou muito mal, ele chorou que só: “— nossa, eu tô acabado, eu tô um morto vivo”.

O que pode ser evidenciado a partir desta memória salta como mais uma maneira de ignorar os sujeitos que ali vivem, uma vez que mal vistos pela sociedade e negligenciados na instituição pelos médicos e demais corpo de funcionários. Setemberg fala também, pelo espelho, de uma impossibilidade que eles mesmos se vejam, até o cuidado de si é dificultado. O que parece de menor importância para os sujeitos técnicos na instituição não pode mais uma vez ser minimizado pela história. Se para quem vive em liberdade, por vezes o espelho possa significar vaidade, no hospício é outro, ou ao

menos é desse significado que a memória de Setemberg nos traz com a narrativa: é da possibilidade de se ver, de agir, de decidir, de ser sujeito que está se reivindicando, ainda que com o recurso de um espelho. Da possibilidade de, por um momento, levantar-se da cadeira de rodas, de ver-se envelhecer, isto que para alguns é encarado como curso natural da vida, para uma grande maioria e para pobres, asilados, são percebidas diferenças constituídas socialmente que impedem a naturalidade deste curso com menos sofrimento, com alguma dignidade. Por isso também o sofrimento, e mais ainda este sofrimento encarcerado, não deve ser visto apenas pelo projeto médico (TOMELIN, Jr., 2015). Lembramos, portanto, “a profunda relação entre História e vida” (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004, p. 6).

— Cara, é... toda... final da tarde era comum eu tá sentado deba... era um jambeiro. Tinha uma área lá no final da tarde que o sol... fazia uma sombra bonita e aí a gente ficava conversando, entendeu? Ali. Então eu conversava com a Dária, ela era uma senhora.

— Ela era uma... uma senhora.

— Paciente?

— Paciente também. Tinha o Amanajás, eu aperreava muito ele, né? Porque ele era... se dizia pescador e aí eu dizia que ele não pescava nada. E também tinha outros colegas... outras pessoas que a gente sempre se encontrava lá na internação. Faz muito tempo... faz muitos anos que eu não vejo: o Charles, era um rapaz, assim, é... bem presença, né? E conforme as internações a gente vai se deformando enquanto ser humano, né? Ixi, a gente conversava muito eu e ele ali. É... com quem mais eu gostava de conversar? Com o Moisés, o Moisés é um negão grandão, ele, Moisés, aí o Moisés a expectativa dele muito era de tão logo sair dali, de conseguir um trabalho. Aí o Jorge, o Jorge Feliciano, gostava duma Coca-Cola... a gente conversava muito, aí tinha algumas músicas que ele gostava, aí eu mobilizava ele ali pra cantar algumas músicas, música antiga. Aí quem mais? Ah... eu conheci a dona Raimunda, era uma senhora já bem de idade, eu acho que 70 anos, 70 e poucos anos, ela não falava, aí era toda sorrisona. A gente falava alguma coisa e ela sorriiii e tal, era uma senhora bem forte e ela viveu lá 50 internada, 50 anos.

— Sem altas?

— 50 anos sem alta! Então ela viveu mais tempo lá presa de que aqui fora.

— O Moisés gostava de cantar o que? Não, era o Jorge!

— Ah, o Jorge, desculpa.

— Esses forrós antigo, brega antigo. Ele tinha um problema na fala, ele era meio gago, aí era bem... é... como é? Interessante, ele é muito galanteador, era um negro, né, que chegou criança lá.

— Você se autoafirma negro, Setemberg?

— Não. Aí quem mais? Ah, cara, tem um... pô, tu precisava conhecer. A Ana Utram.

— Como?

— Ana Utram. O cabelo dela era bem baixinho, assim, espetadinho e ela usava umas batas, só andava descalça. Aí era muito sentida, chorona, tudo era exagerado...

— Era o que?

— Chorona, tudo... assim, mimada. Aí quando me via, aí chamava “Berg”, aí me abraçava, dava cada abraço que Jesus amado! Aí ela dizia que me gostava “macetão, macetão, macetão, macetão, macetão!” (falando em tom crescente) aí ela exagerava no macetão. E era... pô... fumava mais do que uma caipora também... E quem mais que eu gostava de conversar? Quem? Ah, o próprio seu Manoel, né? Eu batia maior papo com ele, o seu Manoel.

Entre Rufino, Sandrinha, Fatinha, Zacarias, Chico Inácio, seu Leonardo, seu Manoel, Dária, Amanajás, Charles, Moisés, Jorge e Ana, é importante observar que o narrador elabora estas caracterizações como um esforço de dar rosto e corpo aos sujeitos com quem conviveu, brincou ou gostaria de ter tido a companhia, do carinho com que diz ser tratado por alguns e as brincadeiras. Chama atenção ainda que a paciente mais afetuosa era a reconhecida por sobrenome de remédio para dor, opioide, “Ana Utram”, ou quem sabe, antidepressivo, “Unitram”? *“E conforme as internações a gente vai se deformando enquanto ser humano, né?”* A memória é isto que também pode adquirir várias formas, a narrativa de Setemberg é composta de ritmos e momentos. Problematizaremos no capítulo três a questão de que, de outro modo, as internações não apenas deformam, e se você não é deformado *“enquanto ser humano”*, pode ganhar outra forma. Na trajetória de Setemberg entendemos como ele se forma, politicamente, na crítica ao manicômio e na luta pela saúde mental e consolidação da reforma psiquiátrica no Amazonas.

A narrativa deste sujeito trazida aqui é sobretudo relato de criação de presenças. Assim, compreendemos uma memória que se faz política e que disputa espaços. Elenca várias pessoas com as quais conviveu, criou admiração, recebeu afeto, para as quais viu também injustiças, cuidou, incentivou também, ao tempo em que se trata de um movimento de criar solidariedades. Essas pessoas, também diversas em gênero, raça, idade, tendo em comum, entretanto, a condição de pertencerem à classe trabalhadora.

O manicômio tem sua função legitimada pela sociedade de classes. Entre eles, há o que gostaria de sair dali para arranjar um trabalho, já era trabalhador em sua trajetória anterior ao manicômio, ou ao menos entendia que, nessa sociedade, a possibilidade de reconhecimento de cidadania é mais provável quando empregado. Na narrativa de Ana Maria há o momento, ainda, em que os trabalhadores internos no hospício cobraram por que a instituição pagava gente de fora para capinar o jardim se

eles, ali dentro, muitos vindos do interior do estado e com experiência de trabalho no roçado, sabiam fazer aquilo. Tentativas de trabalho e ganho com esse trabalho.

A narrativa de Setemberg traz sinais de resistência, uma vez que muitas falas sobre o hospício passam a ser questionadas ou ampliadas sob as perspectivas de cultura que o narrador fala, de trabalho, de cotidiano, e isto se faz nas maneiras mais comuns também de lembrar músicas que gostavam, mais uma vez, na companhia de outros, com os quais o hospício vem como um lugar ensolarado pelo fim da tarde na qual se encontra uma sombra de árvore para sentar. Não é só isso, evidentemente, mas surpreendemos a possibilidade de saberes também no que difere de tantos outros momentos já narrados na voz do abandono, da solidão e do sofrimento, mesmo pelo próprio narrador e outros.

1.5 HOSPÍCIO COMO PATRIMÔNIO? PERSPECTIVAS DE DESTINO PARA O ESPAÇO FÍSICO DO EDUARDO RIBEIRO

Ao falar dos diversos sentimentos e experiências é que Setemberg mobiliza sentidos para outros usos do espaço atual do Eduardo Ribeiro. Questiona a ideia de que naquele espaço não havia vida ou possibilidades, afinal, ali viveu um romance, conheceu o amor. Assim, através do que diz ter sido possível viver ali, o mesmo traz em sua fala uma crítica a ideia homogênea e engessada do que seria a “instituição total”, o romance com uma acadêmica que tinha atividades na instituição é maneira pela qual ele busca negar a “total” regulamentação da vida” prevista pelas instituições a que Erving Goffman chamou de “total”, conforme nos traz à discussão Michael Ignatieff (1987). A instituição que se pretenda total só pode assim se sustentar na operação de ocultações e produção do “termo ausente” proposto por Thompson (1981). O autor também aponta para preocupação na mesma obra, com autoridades intelectuais que criam prisões conceituais, a força dos “conceitos de junção” se sobreporia ao que estivéssemos buscando previamente, assim nada ouviríamos de nossas fontes (THOMPSON, 1981, p. 181).

— Então, como a gente tava conversando, essa questão da instituição total, né? Ela é total, traz o estigma, todo aqui do negativo. Mas as pessoas vivem também vários dramas, né? Então lá naquela

instituição, além do sofrimento, da amargura, do preconceito, eu tive uma história de amor, né? Eu tive um... um... como é? Um namoro com uma pessoa que tava lá.

(...)

— Assim meio grogue, meio sonolento... a medicação, eu tava sob efeito. Eu tinha a percepção, mas eu tava meio lento. (...) Aí ela finalizou, me deu banho e vestiu lá minha roupa, aí a enfermeira sentou lá no outro leito e olhando lá ela me cuidando. Tirou o lençol que tava lá, foi, pegou o lençol limpo, forrou e me botou lá pra deitar e deitou lá do meu lado. (...) Ela conversou com o doutor pra me liberar que ela ia cuidar de mim em casa (riso). (...) Aí ela me levou pra casa dela e ligou pra mamãe, falou que eu tava na casa dela, aí ela cuidou lá de mim”.

A ideia de ter um romance evidencia o desejo de ser bem cuidado mesmo naquelas condições, de uma companhia, um afago, uma roupa própria, um outro modo de banhar-se, uma roupa de cama e o desejo de sair dali. Curiosamente, neste momento eu já havia desligado o gravador, mas o narrador pergunta se está sendo gravado, então entendo que ele quer que eu grave, foi então que liguei o gravador novamente. Pelo romance também afirma uma postura que luta por outra memória, para que não seja e não sejam aqueles de quem ele fala vistos como vitimizados, mais uma vez, pela sociedade. Reivindica que o espaço físico do manicômio tenha outra ocupação, neste presente, política.

— Aí... aí tem essas coisas também, entendeu? De... que apesar de a gente tá nesse ambiente, né, mas existe outras possibilidades, né, de... né? Por isso que eu acho importante a gente dar um outro... ressignificado pra aquele espaço que ele tá na lembrança da população. Então eu acho importante a preservação daquele lugar porque quando eu passo por lá, eu lembro das coisas que eu vivi ali, né? E era uma forma da gente mostrar pra sociedade, fazendo um centro de convivência lá que existe outras formas da gente entender, se relacionar e compreender a loucura, né? Que a gente vê isso muito nas práticas da doutora Nise da Silveira, né? E... é... sei lá, tô pensando de... em várias coisas ali, que eu vivi ali, entendeu?

Um destino para o espaço físico do Eduardo Ribeiro também preocupa Ildebrando. Quando comento sobre o fechamento oficial do hospital psiquiátrico e falamos sobre o novo serviço em saúde mental criado no Amazonas, serviço tão incomum, que mesmo não sendo um hospício, ele ainda é entendido como se fosse o Eduardo Ribeiro que tivesse mudado de lugar, importante também para pensarmos a

atualidade do manicômio. A crítica que o enfermeiro elabora é de supressão do espaço e de sua história para o qual ele opõe e se opõe ao uso do espaço para o lucro alheio.

— E o Eduardo Ribeiro, como que tá hoje?

— [risos] O Eduardo Ribeiro, olha que coisa. Tu sabia que o Eduardo Ribeiro daí eles fecharam o Eduardo Ribeiro aí e botaram lá no Campos Elíseos?

— Botaram o que?

— Agora tá dentro de um CAIC! Ali no Campos Elíseos, ou seja, olha, tudo bem que a gente luta contra a existência de um hospital psiquiátrico, mas já que existe o hospital psiquiátrico, mantenha pelo menos no lugar histórico onde ele é, central na cidade, né, de fácil acesso. Agora o Eduardo Ribeiro tá dentro de uma policlínica lá no Campos Elíseos. Lugar apertado, é onde era um CAIC. Então fizeram umas adaptações lá e ele agora é ali onde é... parece que é... eu não sei de fato, eu não fui lá ainda, mas me disseram que é perto de... daquela Caixa Econômica do Campos Elíseos ali.

— Mas tem... leva o nome ainda de Eduardo Ribeiro?

— Leva. Só mudou o lugar. Já pensou? Tornou mais difícil o acesso.

— E tem gente internada lá?

— Tem. Assim, não tem internação crônica mais. Os crônicos estão na SRT.

(Ildebrando)

(...)

— Eu não sabia que tinha mudado de lugar o Eduardo Ribeiro.

— É.

— Eu achei que tinha fechado, apenas.

— Você imagina que é pra uma coisa boa? Não, vai ser algum projeto privado ali.

— Então, sim...

— É um lugar muito localizado, estratégico, né, já tem algumas negociatas, ninguém sabe pra que é. Simplesmente tiraram, o prédio tá lá abandonado. Vai ser um shopping? O que que vai ser? Uma bolsa de valores? [risos]

(Ildebrando)

As especulações em torno do espaço físico do Eduardo Ribeiro, do que vai ser, do que estaria sendo negociado, incertezas que produzem informações desencontradas, e expressam a dimensão da indignação do narrador. Com o fechamento do hospital psiquiátrico, o novo serviço criado, chamado CESMAM (Centro de Saúde Mental do Amazonas) é acusado por militantes da luta antimanicomial em Manaus de não ter tipificação no SUS, serviço criado para funcionar em 24h, atende emergência psiquiátrica, realizando também breves internações, o que deveria ser feito pelos hospitais gerais. A mesma crítica, de não ter tipificação no SUS passa o CRDQ (Centro

de Reabilitação em Dependência Química Ismael Abdel Aziz), sendo este por diversos momentos assimilado como uma “comunidade terapêutica”¹⁴ do estado¹⁵. Também como as comunidades terapêuticas, em sua maioria, o serviço é localizado fora dos bairros, em estrada intermunicipal (Manaus- Rio Preto da Eva).

Chama atenção também na fala de Ildebrando, acima citada, a preocupação com a localidade do serviço inaugurado por ser uma zona um tanto na “contramão”, o que para ele contrasta muito com a localização do Eduardo Ribeiro em uma das principais avenidas da cidade. Preocupações que apontam para a circulação de pessoas comuns, trabalhadores que dependem do transporte coletivo na cidade. Setemberg em entrevista e sobre outro serviço inaugurado questiona “tudo pra saúde mental é difícil, tem que ser longe”. Ainda nesse sentido, outra crítica foi apontada quanto ao, até então, único CAPS AD¹⁶ existente na cidade de Manaus: por ele estar situado no Adrianópolis, bairro que já abriga poucas linhas de ônibus, talvez por abrigar inúmeros prédios, dos mais valorizados em Manaus, com sua população que não depende do transporte público. Em uma rua quase camuflada, confundindo-se com a entrada de um dos condomínios da região. Assim, encontramos falas que ainda que não compartilhem a mesma entrevista ou tenham a mesma visão, trajetória e posturas políticas, têm em comum o questionamento do direito à cidade no acesso aos serviços de saúde mental de Manaus.

Ao longo do período de 18 de maio a 18 de agosto de 2024 foi realizada em Manaus, novamente, a exposição “Memórias da Loucura”¹⁷, no Centro Cultural Palácio da Justiça. Com várias rodas de conversas que foram realizadas em alguns dos sábados,

¹⁴ As comunidades terapêuticas nesse caso, são chamadas as casas de recuperação para dependentes químicos espalhadas por todo o Brasil e que, na maioria dos casos, trata da questão por viés religioso e da abstinência, sendo contrárias, portanto, aos princípios da reforma psiquiátrica e da redução de danos. No Brasil, diversos são os casos que vêm a público em jornais ou relatórios sobre torturas nestas instituições, que não são públicas, mas recebem recursos do estado. Em Manaus é comum ver nos ônibus pessoas abrigadas nestas comunidades vendendo miudezas para arcar com o funcionamento da instituição, com muito apelo emocional e religioso vislumbrando a cura e a colaboração dos passageiros.

¹⁵ Aqui me refiro à falas públicas de militantes na área da saúde e saúde mental em eventos como rodas de conversa promovidas em ocasião da exposição “Memórias da Loucura” e por ocasião da Semana do 18 de Maio (2024) com o debate “Relatórios de Inspeção de Comunidades Terapêuticas e Hospitais Psiquiátricos”, evento promovido pelo Coletivo Nise da Silveira na Universidade Federal do Amazonas.

¹⁶ O CAPS AD é o serviço responsável pelo atendimento à populações com transtornos mentais e uso abusivo de álcool e outras drogas.

¹⁷ A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas divulgou a exposição que aconteceu naquele ano como sua 4ª edição. Na ocasião foram divulgadas em torno de 48 obras “criadas por pacientes do Hospital Colônia Eduardo Ribeiro, entre 1985 e 1990”. Em outra atividade da exposição estiveram presentes artistas que trabalharam no Eduardo Ribeiro e viveram com pacientes o momento de produção das obras. Ver: <https://cultura.am.gov.br/exposicao-memorias-da-loucura-reflexao-e-arte-na-luta-antimanicomial-inaugura-neste-sabado/#:~:text=Reflex%C3%A3o%20e%20Debate,de%20suas%20dores%20e%20medos>. Acesso em: 16/11/2025

a do dia 17 de agosto foi divulgada sob o tema “Resistência — Memórias da Loucura e Luta Antimanicomial” e com convidados como a FASMA (Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental e Luta Antimanicomial do Amazonas), o ISAT (Instituto Silvério Tundis), o curador da exposição Turenko Beça e outros convidados. Na ocasião, uma pessoa presente, L.¹⁸, apresentava preocupação com o espaço físico do Eduardo Ribeiro denunciando o que chamou por “destruição da memória”, uma vez que o HEMOAM (Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas), prédio vizinho ao Eduardo Ribeiro e atualmente com parte de seus serviços privatizados havia “invadido” o terreno do Eduardo Ribeiro transformando parte do espaço em estacionamento. No 1º Fórum Estadual de Saúde Mental e Pessoas em Conflito com a Lei no Amazonas realizado em julho de 2024, foi discutido entre os GTs do evento a criação de um Centro de Convivência no espaço físico do Eduardo Ribeiro.

Por ocasião da entrevista com Setemberg, ele compartilhou comigo também uma “moção de reivindicação” apresentada na 3ª Conferência Estadual de Saúde Mental, realizada em Manaus no Centro de Formação Profissional Padre José Anchieta — CEPAN entre os dias 27 a 30 de junho de 2022. Do conteúdo da moção observamos que através dela cobravam do governo a criação do Centro de Convivência Dr. Rogélio Casado, também a ser concretizado no espaço do Eduardo Ribeiro para fins de atividades culturais e atividades com atenção a emprego e renda. Quem apresentou a proposta foi Setemberg, pautando também a criação de um “Museu da Loucura”. Em 2024, o governo federal oficializou como integrante da RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) os centros de convivência, oficializando também os recursos federais para os equipamentos a serem administrados por estados e municípios. O Ministério da Saúde entendeu que “são pontos de atenção à saúde mental que fortalecem a desinstitucionalização, o cuidado em liberdade e a reabilitação psicossocial [...] atuando como pontos de articulação com a vida cotidiana e a cultura”.¹⁹

Reivindicar que o prédio do Eduardo Ribeiro seja patrimônio coletivo está para além do prédio físico, uma vez que, como percebemos, ele pode ser reivindicado a partir de outras memórias, é o que faz, principalmente Setemberg. Nesse sentido,

¹⁸ Os relatos escritos aqui neste momento partem de memória pessoal e registros em caderno de campo, por ocasião em que estive presente na referida data da atividade, assim como em algumas outras rodas de conversas promovidas com a exposição. Por não ter gravado ou formalizado perguntas e entrevista, optei por preservar a identidade da pessoa participante.

¹⁹ “Saúde mental regulamenta os centros de convivência como parte da Rede de Atenção Psicossocial” Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/saude-regulamenta-os-centros-de-convivencia-como-parte-da-rede-de-atencao-psicossocial>. Acesso em: 17/11/2025

acompanhamos as reflexões propostas por Marcos Silva ao discutir patrimônio histórico considerando a importância de atribuir-se como patrimônio as “falas e práticas de múltiplos agentes sociais” (SILVA, 2003, p.41). Para o autor, “essa ampliação não se confunde com a simples diversidade de ‘objetos’ ou ‘temas’ abordados pelos historiadores: está-se diante de fazeres sociais. Para cada material interpretado, há um contato com lutas, acordos, potencialidades, limites” (SILVA, 2003, p.41). Por isso, em uma perspectiva de memória e patrimônio que avance sobre outros valores a serem incorporados à história, valores de sujeitos que sejam valorizados pela história, encontramos aproximação entre a perspectiva do autor e a perspectiva assumida aqui a partir das fontes orais, das quais não estamos interessados em extrair verdades como se estivéssemos aptos à validação de subjetividades ou a enquadrá-las em outras objetividades, coisificando os narradores que se dispuseram à construção histórica de suas vidas e relações no mundo e que por ocasião do encontro com historiador (a), poderão também com este (a), alargar um pouquinho as problematizações e alcances da historiografia.

CAPÍTULO 2 – NARRATIVAS QUE CONSTROEM DIGNIDADE – EXPERIÊNCIAS E SABERES

Setemberg é participante frequente em reuniões de conselhos, conhecido de professores, conhecido de usuários do SUS e dos serviços de saúde mental, como também de trabalhadores do SUS, médicos, enfermeiros, presente nas lutas de seu bairro, conhecido no Rio de Janeiro, em Belém, em Minas Gerais. Grosso modo, alguns poderiam referir-se a ele como “usuário do serviço, só”, mas depois teriam de reconhecer as conquistas que alcançou como militante e trabalhador da saúde no Amazonas. A ponto de em uma entrevista com outro narrador já apresentado nesta pesquisa, ao falar de Setemberg, a mesma narrativa de “usuário do serviço, só” transcorre para “se você quiser abrir um CAPS, é só falar com o Setemberg”²⁰. E então a narrativa segue contando da proeza, resultante de experiência, firmeza na luta e articulações políticas que ele consegue movimentar no estado do Amazonas, tendo aberto um CAPS em vinte e nove dias no interior do estado. O assunto também esteve presente na narrativa do próprio autor daquele CAPS. Setemberg, este narrador, nos ensina através de sua narrativa o senso prático (BENJAMIN, 1994) de quem experienciou e pode ensinar através desta experiência.

Consideramos importante revalorizar histórias que se sustentam nas peculiaridades de grupos e sujeitos, marcados e marcando a experiência de seus lugares, expressa em múltiplas linguagens. Foi com esse olhar e atenção que numa tarde me sentei à mesa para uma entrevista com Setemberg. Ao longo da entrevista, percebo que ele também é chamado por outros apelidos pelas pessoas que a ele se direcionam naquela narrativa, construída durante nosso diálogo: Set, Setem, Berg, designações forjadas na intimidade e pelo afeto.

Walter Benjamin chama atenção para experiências desmoralizadas na história da humanidade, que embora nos impliquem, entram em desacordo com o modo como passaram a ser transmitidas. Justamente porque “as ações da experiência estão em

²⁰ Gibson em entrevista.

baixa” (BENJAMIN, 1994, p.198) e em vez de experiência, a sociedade passou a interessar-se pela informação, as duas estão em lados opostos.

Pela perspectiva metodológica que assumimos nesta pesquisa, é evidente que uma entrevista em história oral não tem a ver com a busca de informações. E apesar disso, Setemberg ao oferecer sua narrativa na entrevista nos permite com o possível de certeza sublinhar que não se trata de mera informação o que ele comunica através de sua narrativa. Por isso considero interessante associá-lo a figura do “Narrador” discutida por Benjamin. Não é necessário cumprir um check-list, tampouco é tentativa minha enquadrar um narrador na figura do Narrador benjaminiano. Mas é de se notar com Setemberg seu apreço pelas coisas que diz e a disposição para dizê-las em um entrevista que teve em torno de cinco horas, quem sabe não estar tratando de meras informações não poupa tempo, mas se dedica nele para a apreciação desta arte de narrar. Através desta narrativa são atizados sentidos de liberdade, cuidado e dignidade para sujeitos que foram colocados à margem e encarcerados e que tiveram, entre outras, experiências perturbadoras. A sabedoria de alguém que daria conselhos do texto de Benjamin, retorna com Setemberg e também se esparrama sobre a história ou ao menos sobre a história oral, pois o autor nos lembra que ouvir é um dom e não podemos deixar desaparecer a “comunidade dos ouvintes” (BENJAMIN, 1994, p.205). Sua narrativa é ferramenta para transmissão daquela experiência, de um aprendizado e base para atuações políticas no campo da luta antimanicomial.

Seguindo com a história oral e a constituição dessas fontes, acompanho Yara Aun Khoury (2005) no que a autora compreende como “direito de falar”, algo que vai fazendo sentido desde o momento em que observo, no dia da entrevista, pouco antes daquele momento, a atuação de Setemberg em um evento na cidade de Manaus. Ao pedir inscrição, ele se coloca, pois sabe que tem esse direito e dá importância à sua fala. Mesmo que, mais tarde, ele me confesse uma insegurança ao pensar que estaria incomodando os demais presentes no evento. Claro que a entrevista constrói o espaço do diálogo, da repetição, possivelmente da novidade, é um trabalho também. Entretanto, assim como já entendemos que enquanto historiadores que trabalham com as fontes orais não damos voz aos sujeitos senão os ouvimos, de que lugar nos colocamos se dissermos que estamos nós conferindo a estes o direito da fala? Contudo, nosso trabalho ainda vai no sentido de que, como a autora mesma traz: “todos possam se reconhecer como sujeitos sociais” (KHOURY, 2005, p. 118). Nesse sentido, uma questão ainda

importante a se pensar é aquilo que Portelli discute como experimento de igualdade constituído em uma entrevista (PORTELLI, 1997). De todo modo, ainda na trilha de Khoury, trago para esse trabalho as perspectivas de que a história oral extrapola a técnica e alcança, sim, as dimensões do encontro e da sensibilidade. A autora nos ajuda a perceber também que o trabalho da memória verificado com a oralidade, o modo como as pessoas falam do passado, se referem a ele, lembram dele, aponta para valores e referências. Isso pode ser verificado ao longo da narrativa de Setemberg que conta sua história de vida e envolvimento com a luta antimanicomial em Manaus, trabalhando em municípios do interior do estado, além de visitar outras regiões do país para participar de eventos e formações em torno da luta antimanicomial e reforma psiquiátrica brasileira.

2.1 NARRATIVAS QUE CONSTROEM DIGNIDADE

Vamos pensar na história de vida de Setemberg no sentido de um dos objetivos desta pesquisa, que é o de revalorizar narrativas e memórias dos sujeitos, relacionando-as à dignidade e enquanto participantes ativos da construção histórica. Isso porque está presente ao longo da narrativa de Setemberg um esforço de dar significado à sua história de vida e fazê-la presente em eventos, pois entende que há importância naquilo que quer falar, naquilo que lhe aconteceu e no que fez daquilo que lhe fizeram. Sua trajetória, portanto, não é resumida às internações, mas mesmo com as internações ele pode se colocar como sujeito histórico. Parte-se então desta fonte com amparo nas discussões de metodologia da história oral e na companhia de uma perspectiva histórica “capaz de pensar o presente como uma dimensão que nos impulsiona, na busca dos sentidos da transformação social, da construção de um futuro melhor, mais justo e democrático” (PEIXOTO, 2006, p. 156). É preciso deixar evidente que nesse diálogo aberto e conquistado na entrevista parte-se também de perspectivas políticas que envolvem tanto o entrevistado quanto a pesquisadora.

Ecléa Bosi (2003) discute o modo como a memória e o vínculo com o passado podem ser compreendidos como uma questão de Direitos Humanos, uma vez que têm a ver com a formação de identidades, quando para isso, é necessária a atenção para as sensibilidades que compõem essa memória e esse vínculo. Pensamos então na

importância da oralidade justamente por nos trazer a contradição ao lugar onde se prezava pela unilateralidade institucional, conforme a autora aponta. Ao longo de sua entrevista, ao falar de marcas de violência que passou, mas também de sua atuação pela luta antimanicomial e reforma psiquiátrica dentro do manicômio, percebemos como Setemberg fora coagido por uma funcionária da instituição que o acusava de estar atacando ela mesma quando este fazia as denúncias sobre a instituição. Uma pessoa que era de seu convívio, que tentou se valer pela técnica quando não pode mais se confiar na relação pessoal constituída por eles. E que apesar de tudo, ainda trabalhou com Setemberg em outras ocasiões. Ele não deixa de falar do seu sofrimento, *“depois as coisas foram se encarregando”* porque não foi esta técnica ou outro no hospício que o fizeram parar. Aí está destacado como ele continua se movimentando, construindo caminhos para viver e buscar sua dignidade.

— E eu tenho marca, né, de violência, de agressão.

— Onde você tem marca?

— Aqui, ó (mostra o braço). Do pessoal te... assim, por não quiser, não querer tomar medicamento que eu achava que não era necessário, não tinha por que eu tá ali e aí os cara sacanear, entendeu? Existia isso. Teve um fato interessante que o... ele era técnico de enfermagem, se formou enfermeiro, aí levava os alunos lá e tal, aí sempre que tinha um aluno, eu chegava e me apresentava lá e eu já falava da luta antimanicomial, e tal, reforma psiquiátrica.

— Você mesmo falava?

— É.

— No hospício?

— Aham. Aí ele começou a ser o supervisor de estágio. Aí um dia ele me chamou, aí pá, aí eu... *“poxa, eu tenho uma outra turma, vem dia tal”*, aí eu digo, *“eu venho aqui, é de manhã? de tarde?”*. Aí eu combinava, eu ia. Aí ele começou a me admirar porque muita gente lá, eu era uma pessoa não grata porque eu tava... eu peguei alta duma psicóloga... porque aí como eu tô denunciando, e tal, ela disse, *“olha, então você tá me denunciando, eu faço parte da instituição, eu sou técnica”*. Aí eu digo, *“porra!, meu irmão...”*

— Tentou lhe coagir pela instituição, né?

— Não, assim, ela dizendo (comentando) ‘então eu tô em um meio’. Aí digo *“se ela...”* como é? Se a carapuça servir... E com o tempo a gente foi... somos amigos, já fizemos enes trabalhos juntos, aí... Sofri um bocado, depois as coisas foram se encarregando, né? (Setemberg)

Setemberg frequentou o manicômio também em momentos em que não estava passando por internação. Tanto porque fora das crises recebeu recomendação da equipe que fizesse acompanhamento no ambulatório, bem como porque por envolvimento com projeto de extensão da universidade, fazia visitas às pessoas que permaneciam na

internação. Os momentos de visita ou acompanhamento de seu próprio estado de saúde eram aproveitados também para esse tipo de participação e colaboração com supervisor de estágio que recebia alunos na instituição, mas ressalto que essa colaboração era também a sua forma de intervenção, ele não estava apenas para servir o funcionário e alunos na instituição, mas era também um modo de agir, de se manifestar e manifestar culturalmente pois era com sua história e sua narrativa, como cidadão e sujeito histórico. Aqui está posto o significado dessas participações: mesmo lidando com pessoas que em algum momento o agrediram, deixaram marcas em seu corpo/subjetividade ou se valeram da instituição para legitimar suas práticas e discursos, ele soube contornar: o funcionário que lhe agrediu e com quem construiu uma forma de colaboração, mas que era também uma forma de ser respeitado. Ou a psicóloga que tinha lhe conferido alta, mas nem por isso Setemberg deixaria de denunciar o que achava que deveria ser denunciado. Sua história, contada por ele mesmo a partir de mobilização das memórias e dos sentidos que elas compõem em sua narrativa são, sobretudo, um esforço que ele mesmo faz no sentido de valorizar a própria trajetória e os seus sentimentos, assim como está inscrita em um importante trabalho de rejeitar silenciamentos.

Trabalhando narrativas desses sujeitos em um fazer historiográfico que valorize suas demandas e a necessidade de presença, de valor, de reconhecimento, possibilitam que o direito ao passado seja visto como possível, e de acordo com Maria Célia Paoli, “reencontrado como dimensão histórica” pela população. É o que faz Setemberg aceitar o convite para, mais uma vez, contar sua história de vida, avaliar sua relação com a família, rememorar violências que passou na instituição psiquiátrica, redes de apoio e solidariedade que possibilitaram seu movimento em diversos espaços políticos no estado, possibilidades de trabalho, disputas de projetos de saúde e sociedade e sua trajetória acadêmica, que embora não conte com uma formação escolar oficial ou mesmo graduação, não o impede de se vincular a projetos de extensão universitários e fóruns de discussão. Nas palavras da autora

A construção de um outro horizonte historiográfico se apoia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos. Ela pressupõe que a tarefa principal a ser contemplada em uma política de preservação e produção de patrimônio coletivo que repouse no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania, é resgatar estas ações e mesmo suas utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao

seu triunfalismo. Aposta, portanto, na existência de memórias coletivas que, mesmo heterogêneas, são fortes referências de grupo mesmo quando tenham um fraco nexos com a história instituída (PAOLI, 1992, p. 27)

Na página do Currículo Lattes de Setemberg encontramos, no resumo de apresentação, algumas importantes informações. Ao longo da entrevista, é possível encontrar alguns dos dados referentes à trajetória e experiências destacadas em seu currículos, não que isso tenha sido um objetivo meu. Procurar verdades ou furos nas fontes orais não é a forma como lidamos com esse tipo de fonte, principalmente no momento da entrevista e durante narrativas carregadas de emoções, que historiador agiria como inquisidor diante do narrador ou depois da entrevista caçando verdades? Nossos ouvidos não são punhais e muito menos nosso trabalho defesa ou acusação a um indivíduo. Diz respeito sim aos aspectos coletivos, sociais e de classe. É certo, entretanto, que na busca pela construção de um trabalho histórico socialmente comprometido, diante de nossos interesses de pesquisa e com quem falamos, é preciso se perguntar se em nosso trabalho as pessoas com quem falamos irão se reconhecer; e observar se o trabalho não está sendo autoritário ou paternalista, conforme adverte Yara Aun Khoury (2005).

É verdade, porém, que a questão do Currículo Lattes aparece ao longo da narrativa elaborada por Setemberg. Isso vinha me chamando atenção, mas no momento da entrevista, ainda não estavam claros os sentidos que se faziam presentes ali, somente com alguns reencontros com a fonte através de novas audições e transcrição é que pôde ficar claro para mim justamente a “relação imbricada entre os fatos narrados e significações construídas, que vão muito além das próprias entrevistas. Eles se forjam nas relações sociais vividas e também incidem sobre elas” (KHOURY, 2005 p.122). O que Setemberg me dizia ali levava em consideração sua experiência, mas também o fato de saber estar falando comigo, uma interlocutora também acadêmica. Sua fala transcorre nos possibilitando entender que aquilo o que ele diz nos mostra que da feita que ele aprende que o currículo tem valor no espaço acadêmico em que ele passa a se inserir, esse currículo também pode ser lido como mais uma ferramenta da qual ele se apropria. Isso, de modo a que passe a se sentir inserido naquele mundo que ele vem a conhecer, território onde também sofreu preconceitos, tentativas de exclusão, mas no qual afirmou o seu lugar.

Setemberg, ao lembrar também de sua formação política e acadêmica, nos dá sinais de que não deixam de estar presentes aí pois que são, conforme lembra Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2006), engendradas cotidianamente: as memórias hegemônicas e alternativas. Essas, por sua vez, compondo uma narrativa singular permeada de memórias, como defende a autora, sempre no plural. Essa noção de memória no plural é importante para deixar marcado que são sujeitos, também no plural, em diálogo, que constituem memórias, às vezes conflituosas, pois que produzidas a partir de “diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais” (PEIXOTO, 2006, p.157). Nesse ponto, vale lembrar que ele não é o único narrador que tem algo a dizer sobre a luta antimanicomial constituída na cidade, mas, por ora, nos concentramos nessa narrativa, buscando alargar perspectivas interpretativas.

A partir das fontes orais, conseguimos acessar aquilo que ela oferece de especial e que a distingue das demais fontes comumente utilizadas entre historiadores. A partir da oralidade, passamos então a conhecer os sentidos atribuídos por ele aos eventos e grupos acadêmicos de que participou, em uma narrativa na qual há espaço para suas frustrações, alegrias, orgulho e contradições, pois nem sempre as portas estiveram abertas, embora tivesse recebido vários convites para entrar nesse meio.

Mas a partir da oralidade e do diálogo estabelecido com o sujeito, concordo com Khoury (2025, p.122) de que estamos mais próximos “dos trabalhos da consciência e da memória” de nosso interlocutor. Seguindo ainda o raciocínio da autora, é de se notar o ganho para a história, que pode acessar também as contradições, portanto, abrir espaço para novidades. Afinal, entrevistar Setemberg foi diferente de ouvir falas de outros militantes em eventos sobre saúde mental da cidade, principalmente no 18 de maio. Acompanho Khoury (2025) quanto aos ganhos da história oral e da reflexão com o trabalho da memória quando estes alcançam a consciência política do próprio pesquisador que se flagra, avalia e critica sua própria postura desde o momento da entrevista até a escrita do texto.

Militante do Movimento da Luta Antimanicomial, Membro da Diretoria Regional da Associação Brasileira de Saúde Mental, participante do Fórum Amazonense em Defesa do SUS, Sócio Fundador do Instituto Silvério de Almeida Tundis é uma OSC que oferece assistência psicossocial a pessoas com transtornos mentais e seus familiares, integrou o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Saúde Mental e Povos Indígenas no Município de Manaus e Entorno, organizado pelo Ministério da Justiça, FUNAI, Ministério Público Federal e Ministério da Saúde, fez parte da Equipe do Programa de

Extensão da Universidade Federal do Amazonas- denominado Programa Encontro, possui formação como Terapeuta Comunitário, foi Membro da Comissão de Saúde Mental do Conselho Estadual de Saúde do Amazonas e Membro do GT do Ministério da Saúde de Demanda de Usuários e Familiares de Saúde Mental.²¹

A presença de Setemberg nos espaços acadêmicos, além do processo de formação, não se limita à escuta, sendo também convidado a falar nesses eventos sobre a sua própria experiência. Essa presença nos meios acadêmicos é então consolidada a partir de sua experiência e interesses próprios. Enquanto lembra e narra, avalia também essas participações, compara os tempos, faz uma imagem de si. Bem como quando para elaborar essas participações é também o trabalho de fazer uma imagem de si, de se construir. Não à toa, mesmo sendo ele a matéria principal naquele momento, a elaboração do que vai dizer de si passa por um trabalho que possibilita ser relacionada ao conteúdo programático da disciplina a que foi convidado, o que também passa por uma intencionalidade na fala que contribui para que seja convidado novamente, numa inteligibilidade de quem se posiciona como sujeito e não objeto de saberes acadêmicos.

— Então as universidades, nessa época, né, nessa semana, sempre mo mobili... me mobilizavam. Hoje eu tô um pouco recluso, aí eu ia participar [...] Aí tem professores que me chama: *olha, eu tô dando psicodiagnóstico, tem como ir lá fazer uma roda de conversa lá? Olha, eu tô, é... dando uma disciplina de saúde pública, tu tem como...* Aí eu vou e falo a minha história dentro do contexto da disciplina.

(...)

— Aí sábado nós fomos pra Manacapuru, eu quebrado, morto de cansado. Aí fomos, naquela época ainda tinha balsa. Quando nós chegamos lá tava tudo arrumado. Inclusive, hoje recebi mensagem dela, que ela fez um mestrado também nessa mesma perspectiva tua, aí ela disse que quer atualizar os artigos dela e ela disse que tá precisando de dados. [Disse], *Mana, tô na educação agora, não sei nem o que é saúde mental*. Mas aí eu vou dar uns contatos.

No último recorte, estamos em outra situação, na qual ao falar de sua chegada em um município e de sua recepção lá, Setemberg lembra de outro dado do passado que ainda o alcança no presente. Essa fala nos leva a compreender que no presente e com sua trajetória hoje pode trabalhar e priorizar outros locais. O que não apaga ainda laços

²¹ Informações extraídas do Currículo Lattes do autor/narrador. Disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/9030379545638608>. Acesso: 01/09/25

que constitui, seja com a pesquisadora ou com a pessoa de quem ele ia passar o contato, pois ainda mantém tais relações. O que percebemos aí é um sujeito que evidencia poder trabalhar em outras frentes, e que, caso queira, pode atuar em outras frentes de luta também. Nem a sua vida é resumida à sua saúde mental e nem o trabalho fica restrito a esse tema. Uma compreensão da história que não é etapista, que não é lida sob uma perspectiva de progresso em uma linearidade, mas como um todo, e articulada.

2.2 INFÂNCIA, SAÚDE E MUNDOS DO TRABALHO

A longa conversa que tive com Setemberg possibilitada por uma “relação dialógica”, como sugere Portelli (2016), é constituída de temas como a infância, o trabalho, as internações psiquiátricas, apresentações acadêmicas às quais ele é convidado a participar, relação com a família, com as cidades, o bairro e sua atuação como militante e também gestor da área da saúde mental. Importa aqui, chamar atenção para o fato de que ao longo de sua narrativa, o tema da infância não tenha surgido de uma pergunta sobre a infância propriamente dita, quando é ele quem traz o tema à entrevista, ainda que brevemente.

Considerarei, entretanto, um tema de grande valia, entendendo que na infância também é possível observar as resistências históricas construídas pelo sujeito. Assumimos aqui uma perspectiva de narrativa da infância como aquela que Jeanne Marie Gagnebin (1997) discute a partir de Walter Benjamin: a de elaboração de experiência. Para isso, é necessário entender que falar da infância

remete sempre à reflexão do adulto que, ao lembrar o passado, não o lembra tal como realmente foi, mas, sim, somente através do prisma do presente projetado sobre ele [...] Nesse sentido, a lembrança da infância não é a idealização, mas sim, realização do possível esquecido ou recalcado. A experiência daquilo que poderia ter sido diferente, isto é, releitura crítica do presente da vida adulta (GAGNEBIN, 1997, p. 181).

A partir de outras fontes, mas em torno do tema da loucura e sofrimento, Yonissa Martmitt Wadi (2003) traz algo do olhar atento da historiadora em seu cuidado com a percepção da sensibilidade e subjetividade presentes nas fontes que dizem respeito à este tema, especialmente nas narrativas elaboradas por aqueles que

vivenciaram processos de sofrimento, de exclusão social, quer por gênero ou classe, institucionalizados ou não. No caso dessa autora, especialmente quanto às cartas escritas por uma mulher em sofrimento mental que teve sua condição tomada por objeto, tanto do saber médico quanto jurídico, após ter cometido um crime. Para a autora, é importante investir atenção ao trabalho de rememoração, abertura ao cotidiano e àquilo que é pessoal. Seguindo este raciocínio, fontes que trazem as narrativas dessas pessoas, nos possibilitam

Refletir sobre como as pessoas comuns, em situações históricas determinadas, lidam com experiências de sofrimento, saúde e doença, loucura e lucidez; que sentidos elas atribuem a estas experiências, bem como que soluções buscam para os problemas postos. (WADI, 2003, p. 84)

Ao contar sobre o estabelecimento dos pais na cidade é que Setemberg fala da infância, esta que aparece muito relacionada com as memórias da escola e já com algumas dificuldades. No seu primeiro ano escolar ele já é reprovado, atribui isso às dificuldades de fazer atividades e mesmo a compreender as coisas que via na escola, não deixa de se comparar às demais crianças que com ele conviviam no ambiente escolar. Aqui cabe um questionamento: qual e da onde surge a ideia do que se espera da infância? Se para uma jovem de 24 anos internada num manicômio cuja busca por patologias vai remontar à infância onde são apontadas ideias extravagantes: “subir em árvores, ser do circo”, “discutir com a professora, ser sempre esquisita e impressionada” (TOMELIN, Jr., 2008, p. 49), vemos como a gestos triviais podem ser elencados de maneira a fortalecer a ideia da patologização quando já se diagnosticou alguém. O viés no qual essas concepções de infância se alojam é permeado por noções monolíticas do que deve ser e como se comportar na infância, em que muda apenas o modo de se relacionar com ela segundo a área que está produzindo a postura e perspectiva, uma vez que se interessem seja pelos termos biológicos, psíquicos ou cognitivos. Há sobretudo nessas noções, o privilégio a um saber que se pretenda científico e passível de fazer sentido em si mesmo (PEIXOTO, 1997).

Ademais, diagnosticadas ou não, as crianças foram, ao longo do tempo, assunto disputado pela medicina, mas também pela segurança pública, segundo a qual, até brincadeiras e outras formas de lazer receberam jurisdições, conforme afirma a historiadora Alba Pessoa (2018) ao discutir infância e disciplinarização em Manaus,

entre as formas de lazer: idas ao cinema por parte de crianças e adolescentes, brincadeiras de papagaio e bolinhas de gude são exemplo.

Peixoto, em reflexão histórica sobre a infância, compreendendo que se trata de uma noção socialmente construída, nos lembra também que

Numerosos são os artífices dessa construção e bastante diferenciados entre si: pais, mestres, psicólogos, pedagogos, publicitários, estilistas, industriais, comerciantes, escritores, editores. Determinam quando, como e em quais circunstâncias as crianças devem viver, comer, estudar, aprender, brincar, comprar, vestir, ler, etc. Igualmente variados são os espaços nos quais essa produção ocorre: escola, família, consultórios, lojas, *playgrounds*, editoras, bibliotecas, livrarias, etc. (PEIXOTO, 1997, p. 148).

A escola, como um desses espaços, logra postura de tratamento direcionado a Setemberg e essa postura não passa despercebida por ele, que também não a experimentou individualmente no ambiente compartilhado que é a sala de aula, são vítimas também as demais crianças que acompanham cotidianamente o tratamento que é direcionado a algumas.

— Desde criança eu tinha, é... como é que se diz? Comportamento... algumas... algumas situações que às vezes não se encaixava com as outras crianças daquela época. Aí quando chega a idade de ir pra escola, eu não conseguia, é... como é que se diz, fazer as atividades, eu não compreendia. Então... o primeiro ano lá, primeira série, eu reprovei, né?

— Onde é que você estudava?

— Aí nessa época eu estudava na Escola Municipal Ana Folhadela, uma coisa assim, ficava na Estrada dos Franceses.

— Ah, sim.

— E... e daí eu repito, né, a primeira série, e aí eu tive muita... muita dificuldade com a professora porque naquela altura a gente... a gente pegava uns bolo, uns puxões de orelha, então a professora me hostilizava muito.

Existem diversas maneiras, tantas quantas foram construídas como perspectivas de investigação e explicação daquilo que diz respeito à infância ao longo do tempo, tais perspectivas trataram de determinada maneira o tema da infância e moldaram o olhar sobre a criança. Na filosofia, por exemplo, autores que debateram o tema se debruçaram sobre uma natureza da infância, conforme aponta Gagnebin (1997). Nesses debates, estiveram presentes ideias sobre a infância ora como lugar do paraíso, ora como miséria. Entendo que não cabe pensar a infância em termos excludentes, pois longe de

naturalidades, tomamos a ideia de infância dentro de uma historicidade. E como histórica e social, comportando ambiguidades. Para uma leitura histórica sobre a infância, não basta divagar em torno de uma natureza/doença/cura/maldade/pureza ou nos termos da falta (fosse essa falta de inteligência ou de linguagem). Se buscamos uma leitura histórica da infância, não há motivos para se manter no campo da idealização.

Ainda conforme a perspectiva de Walter Benjamin, de acordo com Gagnebin, é preciso compreender que se sairmos da arbitrária fixação da imagem de “ingenuidade” e “inocência” sobre a criança, é possível pensar, de outro modo, sim, uma “inabilidade” e “desorientação” em relação aos adultos, o que nos direciona à “experiência preciosa e essencial ao homem do seu desajustamento em relação ao mundo” (GAGNEBIN, 1997, p. 182). Assim, a autora colabora com as reflexões históricas sobre a infância, pois não damos por acabados determinados processos, determinadas lutas, quando deparamos com uma trilha aberta por e para um caminhar. Essa qualidade do que é aberto também se faz presente em podermos olhar para o tema da infância de acordo com o que está presente na fonte e com determinada metodologia. O contrário seria corroborar para uma imagem ideológica sobre a infância segundo a qual “representações que os adultos fazem da criança em características suas: as imagens de fraqueza, incapacidade intelectual, irracionalidade aparecem não como construções, mas como dados de realidade” (PEIXOTO, 1997, p. 147). O movimento da investigação histórica é também este em que compreende que mesmo a infância pode ser impregnada de

construções ideológicas, cuja formulação varia no tempo e no espaço, de acordo com as relações de poder que lhe servem de base. Referem-se a práticas e conceitos produzidos por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, classes sociais) em sua existência real, apreensíveis através de registros ou evidências, portanto na e pela pesquisa, e não a partir de modelos teóricos abstratos e atemporais (PEIXOTO, 1997, p. 147).

Retomando perspectivas levantadas pela narrativa em tela, ainda que esteja presente na fala de Setemberg aspectos que lhe são pessoais, com a percepção que ele mesmo tem de suas dificuldades quanto à compreensão dos conteúdos e com a leitura, uma interpretação própria do que lhe passou e de como ele agiu diante daquilo também pode ser observada. O narrador não se coloca como vítima ao narrar sua reprovação dizendo de perseguições por parte de professores, mas antes reconhece suas dificuldades, que permanecem em seu presente e aparecem em distintos momentos no decorrer de seu relato. Tem memórias dos materiais pedagógicos utilizados pela professora, narrados de maneira vaga em acordo, talvez, com a distância e estranheza

que marcava naquele momento seu processo de aprendizagem. Por outro lado, não exime também as atitudes da professora diante dessas dificuldades: “me hostilizava muito”, ele diz. A professora dá sinais de como a escola se portava: de maneira hostil, de modo que essa mesma professora se sentia à vontade para castigá-lo, e se sentia à vontade não somente pela instituição, mas precisamos lembrar em que medida a família também concedia autorização para que essas coisas acontecessem, uma vez que as agressões também estavam presentes no ambiente familiar. Além do descrédito a que a palavra da criança é submetida nesses dois espaços. A mãe o punia pensando que ele “tinha ficado pela rua brincando”, quando, ao contrário disso, ele tinha cumprido punição na escola, sendo impedido de retornar para casa na hora prevista.

— Então ela me botava de pé, de cara pra parede e quando terminava a aula eu ficava lá de cara pra parede, aí eu só desligava quando a senhora que ia limpar a sala me via de cara pra parede, aí ela me desligava da parede. Aí isso já era tarde, aí eu chegava em casa, aí minha mãe achava que eu tinha ficado pela rua, né, brincando por aí. Aí lá tinha aqueles carão e, quando não, apanhava. E isso foi muito ruim, essa... essa... esse... essa fase, né? Aí os colegas já começam a escrever o nome, já começam a fazer alguma coisa e eu num... Aí a professora, tipo, começa juntar frase, né, pequenas frases, era tipo cartolina, alguma coisa, aí você ia lá pra frente, aí eu era tipo, cara de pau. Eu ia, eu não sabia o que era, eu inventava, eu ficava vendo o que os coleguinha iam fazendo, aí quando chegava lá eu fazia mais ou menos, né, tava fazendo, aí tipo... lá eu pegava três bolos, né, a palmatória dela era grande.

Seria uma nova professora que sugeriria aos pais de Setemberg alguma “atenção” quanto à saúde do filho, momento em que ele começa a frequentar um neurologista. Se a escola pode ser ambiente eventualmente opressor, não o seria de todo, isso pelo esforço de alguns professores e dos próprios alunos, quando construídos laços de solidariedade no ambiente escolar, uma relação que produz olhares mais sensíveis, atenciosos, de alteridade e de dignidade. Não é raro que também a escola seja o lugar onde alunos se sintam à vontade para fazer denúncias de violências vividas em casa, do desamparo da família, das limitações quanto à participação dos pais na vida escolar das crianças e adolescentes, do relato da rotina doméstica que atrapalha, algumas vezes, o desempenho escolar. O olhar da professora convoca os pais para essa investigação. O desenvolvimento de Setemberg criança na escola precisava de alguma atenção, uma que fosse além das aulas de reforço pagas à parte pela família. E em meio a tudo isso os dissabores dos castigos e peias que não surtiriam efeito. O que atualmente ele sabe, ao

reclamar que os remédios não supriam a atenção de que precisava. Peixoto (1997) ao pontuar perspectivas sobre infância ao longo da história, nos fala de transformações históricas que a família passou, com a abertura para a afetividade. Essa mesma abertura passou a ser encarada de modo estranho, tendo impacto na redução da autonomia, diz a autora: “nesse período, a criança e o adolescente foram expropriados de sua liberdade, de seu saber-fazer. Subtraídos da convivência com a diversidade social e cultural, confinados no interior da família e da escola, submetidos a rígido controle e disciplina” (PEIXOTO, 1997, p. 146).

— E aí eu só consegui isso, não conseguia ler, aula de reforço e muita peia. Até que terminou o ano, muda de professora, aí lá a professora chamou meus pais dizendo que ela achava interessante que me levasse ao médico, aí me levaram ao neuro. Aí a partir dali, eu já comecei a fazer uso de medicação, né, mas não tive um... uma atenção, né, pra... na minha formação.

Encontramos na narrativa essa percepção, tão humana, pessoal, e forjada em experiência, que a medicina e seu discurso ideológico não poderiam dar conta de todo. Longe de uma naturalização da infância e de suas complexidades, e tudo aquilo que dizem sobre, esta não se dá de maneira independente ou alheia à sociedade, está inserida aí e em dinâmica histórica e cultural. Nessa direção, Olga Brites e Eduardo Nunes (2016) nos dizem que esses estudos devem ser lidos tal como “constituente intrínseco da vida social”, logo não é experiência individual. A medicalização e a espera de que aquilo, por si só, funcionasse tampouco é exclusivo da história de Setemberg. Em uma perspectiva de processo histórico, vemos um presente em que muitos sujeitos vêm sendo medicados à revelia da atenção às questões sociais e de classe que produzem sofrimento. Na crítica à medicalização da vida, Maria Aparecida Affonso Moysés e Cecília Azevedo Lima Collares chamam atenção para a questão de que

Ao se biologizar um problema, transformando-o em algo ‘naturalmente inevitável’, isentam-se de todas as instâncias nele envolvidas. A sociedade, com suas desigualdades, os governantes e suas opções, tudo é escamoteado pelo fato – talvez seja melhor falar em azar – de que existem *defeitos* que incidem como se fosse de maneira aleatória, sem determinação social. Um ideário perfeito para que tudo permaneça como está (MOYSÉS; COLLARES, 2007, p. 166).

No caso da infância, a administração de remédios em lugar do direito à educação de qualidade, presença familiar, atenção à saúde e escuta. Também de acordo com as

autoras acima, “a medicalização constrói ainda o terreno ‘cientificista’, em que se enraizará a maior parte dos preconceitos – que justificarão a desigualdade, deslocando sua causa para fatores individuais” (MOYSÉS; COLLARES, 2007, p. 166). Entre os saberes que disputam noções sobre a infância e produzem normas, é preciso lembrar que “essa produção não é abstrata: além de receber formulação teórica, determina formas concretas de viver” (PEIXOTO, 1997, p. 147).

A partir do texto “Esconderijos”, de Walter Benjamin (2012), percebemos a criação de um mundo pela própria criança. Mesmo dentro da casa, que já conhece, e em relação com os objetos cujo uso também conhece, porém aqui convertidos em seu interesse naquele mundo criado, vemos a construção de uma brincadeira, um cenário no qual os adultos também rondam. O olhar dos adultos e a disciplinarização que provocam não folga, encontra embaixo da mesa, atrás da porta, procura. “Se faz caretas, lhe dizem que é só o relógio bater e seu rosto vai ficar deformado daquele jeito” (BENJAMIN, 2012, p. 92) – ou, como nos soa mais familiar: “se o galo cantar”. Esse mundo imaginário, a fantasia como atenuante à vida, à casa, aos adultos é uma forma de resistência para não se transformar numa porta ou um fantasma na cortina. Não se reivindica ser ou transformar-se em adulto, mas ser sujeito, desde criança. Sempre penso na importância da literatura, da música, das artes, em geral, como maneira de cultivar as subjetividades diante do cotidiano, do trabalho e na cidade. Entendo, então, a importância da brincadeira para a elaboração das subjetividades da criança. No texto referido, Benjamin observa que a criança, ao se deparar com o adulto naquela fantasia, o recebe com um grito, sendo este, uma forma de autolibertação. O que diz de “cara de pau” foi o modo como Setemberg criança pôde lidar diante das palavras que ainda não conhecia. Via as demais crianças lendo e tentava inventar. O inventar aparece na fala de Setemberg como um caminho aberto para a situação que já sabe vexatória, por não saber ler e ser convocado a fazê-lo na frente dos colegas. Qualquer professor(a) que tenha se encontrado em uma turma de série para a qual já se espera a alfabetização e nela tenha encontrado um aluno que não sabe ler, ao ser solicitado, deparou com alguém inventando palavras, frases. A partir da narrativa de Setemberg, vemos como está em contato com essa criança todo um corpo profissional da escola que envolve desde a professora no cotidiano de sala de aula à funcionária que faz a limpeza e fica encarregada de tirá-lo do castigo, além da família que dá o “carão” e desacredita que o filho estava na escola. Só quando as dificuldades são enfim ouvidas pela família é que Setemberg passa a fazer um reforço providenciado pelos pais para além da escola

pública. A autolibertação também aparece quando extasiado ele comemora ter aprendido a escrever o próprio nome. No entanto, o medo não deixa de ser um sentimento presente, mesmo nesse momento.

— O meu nome é José Setemberg Ferreira Rabelo, então é um nome bem grande, aí eu consegui. Quando terminou a aula, eu saí desesperado, correndo, eu queria mostrar que eu já sabia escrever o meu nome.

—Você tinha quantos anos nessa época?

— Acredito que sete anos. O meu pai era marceneiro, tinha uma oficina de marcenaria, era na frente, nós morávamos numa casa atrás, né, que era de dois andar. Quando eu cheguei lá, meu pai na oficina e minha mãe lavando roupa, e eu muito eufórico, que eu... não adiantava eu dizer, eu tinha que mostrar porque todo esse período, né, eu sempre sendo hostilizado, ‘que não conseguia... Aí eu tive uma ideia, eu fui lá na oficina do meu pai, eu peguei um prego, aí eu ia escrever no chão, né? Aí quando a minha mãe fosse pra dentro de casa, ela via e quando meu pai saísse da oficina ia ver meu nome, que ele... Mas só que quando eu entro em casa, eu vi uma coisa que me remetia à lousa, que era a geladeira. Aí eu escrevi meu nome na geladeira: José Setemberg Ferreira Rabelo, ou seja, foi toda a geladeira. Daí eu tomei meu banho e fiquei ansioso pra quando a mamãe entrasse, meu pai, né? E ver que eu sabia escrever meu nome. Quando a minha mãe, pra botar a mesa pra gente almoçar, a minha mãe deu um grito chamando meu pai, aí eu já entrei em desespero, “vou apanhar” e, ali o meu pai salva minha vida... Ele diz “olha, o filhinho já sabe escrever o nome dele!”.

O pai que o “salva”, acolhe a escrita, se resolve com os custos da geladeira que irritaram a mãe, é também aquele que cumpre o papel de lembrá-lo do mundo do trabalho.

— Teu pai te incentivava a estudar? Ele comemorou, né, que tu aprendeu a escrever teu nome... e depois, ele ficou incentivando?

— Não, não. Ele dizia que a gente tinha que ter uma profissão.

— Hum... então a preocupação não era nem o estudo, mas a profissão?

— A profissão.

— E qual era a profissão que você queria? Cê pensava, assim... pensava não?

— Não, não me recordo, não. Ele me forçava muito pra mim fazer um curso de torneiro mecânico.

— É mesmo? E tu tinha afinidade?

— Não. Lá na mercearia eu chegava a tornear, né, peças de madeira.

— Fazia o que?

— Tornear, né... hoje é até raro a gente ver alguma coisa torneada.

— Como é que é?

— Você bota a peça num motor aqui, aí você vai esculpindo ela pra formar...

- Hum, entendi.
- O pião é feito assim. Aí na época do peão, eu ganhava uma granazinha porque aí eu fazia...
- Cê fazia?
- É, aí fazia, a gente ganhava uma grana.
- Jovem ainda?
- Uhum.

Primeiro escrever o nome, depois outro estudo específico, um curso que lhe conferisse a profissão, quando o filho ainda não pensava sobre o assunto. Talvez porque o assunto do trabalho tenha chegado cedo ainda. Um brinquedo lhe remete ao momento em que se aproximou daquela profissão: sabia fazer pião, se aproximando das preocupações do pai e de alguma profissão, associava o molde do pião com a tornearia mecânica, esculpindo formas. Não que o assunto do trabalho passasse aquém da sua percepção do mundo e de seu cotidiano, ao longo da entrevista ele menciona várias profissões dos pais e seus espaços de trabalho, como a oficina de marcenaria na própria casa, os afazeres da mãe, num primeiro momento ocupada com um trabalho doméstico, mas depois “encarregada de serviços gerais no HUGV”. Setemberg cresceu entendendo que sua família era de trabalhadores. Fala de o pai ter sido servidor público, dos avós terem experiência no seringal, da avó, como especificidade de gênero, ter sido “escravizada” em “casa de família”, da tia que era recepcionista na UFAM e de ele mesmo ter trabalhado com serviços gerais na antiga SUSAM. Ainda da família e do trabalho, fala da formação acadêmica de um dos irmãos, que hoje é professor de um instituto federal. Não fala de uma vez, listando as ocupações, mas os assuntos surgem entre idas e vindas na narrativa.

Ainda sobre o assunto do pião, lembro das discussões sobre infância de Alba Pessoa (2018), nas quais são apresentadas várias brincadeiras que passaram a preteridas ou incentivadas de acordo com o preparo das crianças e adolescentes para o trabalho. Em 1940, em Manaus mesmo, crianças e adolescentes foram recolhidos de espaços públicos da cidade, com o uso de cassetetes enquanto se divertiam com suas brincadeiras e seus respectivos brinquedos nas ruas. Brinquedos como o pião, bem como o papagaio e as bolinhas de gude chegaram a ser proibidos, enquanto que brincadeiras praticadas nos quintais de casa, essas sim seriam permitidas e incentivadas, até porque a cidade ainda não dispunha de espaços destinados especificamente aos lazeres infanto-juvenis. Os cinemas, locais comumente frequentados por crianças, talvez

não da classe trabalhadora, também receberam legislações quanto ao uso do espaço por esse público, segundo a autora.

Não aparecem elencados na fala de Setemberg seus espaços de lazer na infância, não fala de brincadeiras na rua, nem fala de brincadeiras, propriamente, o que me leva a imaginar que suas brincadeiras também ocorriam dentro do espaço doméstico. Ao falar do episódio da escrita e da geladeira, consigo imaginar uma criança que tinha por costume frequentar e passar boa parte do tempo dentro da oficina de marcenaria do pai, onde se apropriava das ferramentas e objetos para passar o tempo, usar a própria imaginação e arriscar escrever no chão. Podia correr na casa, foi assim que passou da marcenaria para dentro, ansioso para mostrar a novidade. Depois, conseguiu a partir dali também recursos materiais e financeiros, pois aprendeu a tornear outros objetos. Não fica claro quando passou a receber em troca desse trabalho, iniciado ainda na juventude. A história guarda espaço para que possamos perceber aspectos de resistência através dos estudos sobre a infância, até mesmo a literatura de resistência (PEIXOTO, 2016) engendrada no Brasil, sobretudo na década de 70, cujas características residem “apostando na inteligência e na curiosidade infantis e nas potencialidades que as crianças têm de desenvolver sua capacidade de apreensão crítica da realidade” (PEIXOTO, 2016, p. 84). Podemos aprender com essas leituras e trabalhar para que a história esteja aberta para captar essas dinâmicas e assim também perceber esses sujeitos.

Quando perguntado sobre o momento em que se percebe como trabalhador, a narrativa é construída de modo que ele valorize sua caminhada na saúde mental. Diz que gostaria de escrever um livro contando sua experiência, do “percurso de usuário a gestor”. Percebemos o quanto ele toma essa quase-fórmula, e outros também o resumiriam assim. Entretanto, passamos a entender como não se configura fórmula, pois não vem de uma imposição exterior a ele, passa pela sua memória, das coisas que lhe ocorreram, da sua caminhada, e de maneira significativa: de como ele gostaria de ser visto e lembrado.

A experiência de Setemberg é coletiva, está intimamente articulada em sua memória ao narrar o passado e conferindo sentidos no presente. Uma experiência que se inscreve no corpo também, por força da memória, ao apontar no corpo marcas de contenções no hospício.

Na escola, a experiência é como da “criança que chegou atrasada” (BENJAMIN, 2012, p. 37), às vezes invisível, defronte à professora matraqueando. Como fazer

sentido? Como se mesmo as letras não o encontram nas expectativas da escrita? O peso de uma sala de aula que se tem que enfrentar cotidianamente não passa com a infância, pois o sentimento de incapacidade permanece até a vida adulta. Noutros casos, a engrenagem de moinho (como narrada por Benjamin) que move a voz da professora o deixa de costas para a turma e de nariz para a parede, método de tortura e vexatório, pelo qual muitas crianças passaram na vida escolar.

Valter Hugo Mãe, escritor português em seu livro “Contra Mim” (2020), obra ficcional baseada na própria infância, e esta infância expressada na obra jamais vivida, aquém de contextos políticos ocorridos em seu país, a saber, a ditadura salazarista (1933-1974), toca em diversos momentos e cenários da infância. Em um dos capítulos, o autor narra como “a professora mais boazinha” da escola, por costume, lhe abria feridas nas mãos com sua palmatória, mesmo este já sofrendo de condição de saúde dermatológica que lhe deixava com dedos sensíveis. O autor-protagonista também passa por situações xenofóbicas e distinções classistas praticadas não só pela professora, como por outras funcionárias da escola, tal como a merendeira que reclama dele e da sua família terem voltado da África, e lhe raciona a comida. Quanto às violências físicas cometidas pela professora, e outras formas de opressão no ambiente escolar, ele não é o único aluno a experimentar. Em diálogo com autores da literatura, as reflexões de Peixoto nos valem novamente para entender que na literatura “a relação ficção/realidade é estabelecida não pela cópia mas pela interpretação da realidade” (PEIXOTO, 1997, p. 148), sendo essa interpretação fruto do olhar pessoal do escritor, mas que encontra também sentidos em nossa própria interpretação enquanto leitores. Por isso também não é estranho (indignante, sim) a nós a narrativa trazida por Valter Hugo Mãe em seu belo livro. Ela tem lugar dentro de uma realidade, a das escolas enquanto ambientes que podem servir a interesses de classe, sobretudo em momentos de ditadura e autoritarismo.

Para uma pessoa que experimentou a violência do hospício, como vimos na narrativa de Setemberg, perceber e falar dos aspectos da violência na escola trata-se de um importante apontamento. A violência, diferente da lupa sanguinária que só consegue captá-la no chicote, na bala, no choque elétrico e tortura física, está também nos pretensos atos de cuidado, na insistência daquilo que é para o seu bem, no silêncio e no sem cor das paredes quando você é deixado de cara para elas.

Entendemos “a literatura como constitutiva do social ao mesmo tempo que é por ele constituída e, portanto, capaz de expressá-lo a partir de certa ótica” (PEIXOTO,

1997, p. 149). As memórias sobre a infância escritas por Valter Hugo Mãe nos colocam novamente diante do interesse que historiadores poderiam engendrar sobre a experiência das crianças, pois que a infância

Também aponta para verdades que os adultos não querem mais ouvir: verdade política da presença constante dos pequenos e dos humilhados que a criança percebe, simplesmente, porque ela mesmo, sendo pequena, tem outro campo de percepção; ela vê aquilo que o adulto não vê mais, os pobres que moram nos porões cujas janelas beiram a calçada, ou as figuras menores na base das estátuas erigidas para os vencedores (GAGNEBIN, 1997, p. 183).

Foi de modo inesperado que ouvi sobre a infância nas circunstâncias da entrevista. A narrativa que salta sobre esse período surge da memória do trabalho na família, desde os seus avós e pais, bem como imbricada no ambiente escolar, que não é um cenário, um pano de fundo, acessório. Trata-se de lugar político de presença, confronto, conformação e novidade que requer elaborações em maneiras de agir, de falar com as pessoas ao seu redor e que também adquire sentidos no presente, no instante em que é rememorada. Ao falar da infância, sabendo de suas dificuldades no presente, principalmente quanto ao assunto da alfabetização e letramento, Setemberg revela outros aspectos que tocam este período da vida, e têm sentido ainda no presente: trabalho, relação com familiares e os próprios sentimentos de criança.

Setemberg, ao tempo em que avalia a infância também aponta valores sobre essa experiência. Essa infância que não é solitária e individual pois que rodeada de outras crianças na escola e em constante interlocução com adultos, tem seu sentido social, político e de importância que irrompe na entrevista. Ali encontra espaço em uma inteligibilidade que através da memória e da narrativa nos chama a olhar para aqueles cantos por vezes ignorados pela sociedade. O trabalho com a memória é permeado de surpresas que podem atravessar tanto o entrevistador como o entrevistado. Entendemos, assim, como que a questão da infância tem importância para Setemberg, pois na narrativa as associações trazidas com a infância revelam e assumem sentido no sujeito constituído hoje e que se apresenta na entrevista em sua narrativa. Se no primeiro momento eu ainda não havia percebido o lugar para esta infância, ao passar da entrevista e na revisitação a ela, na leitura da fonte, isso se tornou mais evidente.

Antes de falar de si, Setemberg começa pela trajetória dos familiares, não apenas de seus pais, com quem morou, mas destacando também o que sabe sobre os avós. Tudo

isso, certamente, também através de memórias transmitidas através da oralidade. A história dessa família e a história de Setemberg não são circunscritas na cidade de Manaus²². Há um trânsito dentro da Amazônia dessas pessoas mencionadas por Setemberg, e sua história também é marcada por períodos de moradia entre a capital e o interior, sobretudo no município de Coari. Quando pensamos historicamente na Amazônia e nesse fluxo migratório, observamos o trânsito um tanto impulsionado por um horizonte de violências e dificuldades em relação ao trabalho. Tanto amazonenses viajando pelo estado, quanto outros sujeitos amazônicos entre um estado e outro, de maneira expressiva, também nordestinos²³.

Ao pensar nesse trânsito, é um tanto cristalizada a imagem das migrações em torno da borracha ou, noutro período, da Zona Franca de Manaus, para essa região e do grande número de pessoas que vieram com vistas às possibilidades divulgadas. Não se podendo esquecer, porém, como essas ideias de progresso ocultaram inúmeras violências direcionadas aos trabalhadores e migrantes ao longo desse processo de exploração. Contudo, houve também aqueles que buscaram sair dessa lógica em que perceberam as dimensões de exploração, revisitando e reinterpretando a ideia de “vida melhor”, ora rejeitando tal ideologia que não se conformava na realidade observada, buscando outros meios de se estabelecer e viver a cidade (SILVA, 2016).

Nesse sentido, uma fala de Setemberg me chamou atenção, vindo à tona logo no início da entrevista, momento no qual ele parece elaborar um fio condutor da narrativa que seguirá. Digo isso em razão do tema do trabalho estar presente, em diversos e prolongados momentos de sua narrativa.

- Eu nasci em Manaus, no Hospital São José na Constantino Nery, onde hoje é a...como é o... como é o coisa de saúde? Esqueci agora o nome.
- Tem um UBS lá...
- Não, na Constantino Nery, é... tem uma coisa de saúde, um plano de saúde.
- Ah, da UNIMED, será?
- É, ali era o hospital São José.

²² Nem no momento da entrevista Setemberg era morador de Manaus. Mora no interior do estado, no município de Coari, tendo residido aí ao longo dos últimos anos, onde também trabalha na Secretaria de Estado e Educação de Qualidade – SEDUC - AM.

²³ Há um trabalho de situar os estudos sobre histórias e a historiografia do trabalho no Amazonas no qual podemos perceber a relevância da migração junto ao tema, bem como a fecundidade dos estudos não apenas quanto a capital do estado, mas também sobre os interiores e estados vizinhos. Mesmo a questão do que hoje vemos como história do trabalho, em outros períodos, antes de formar contornos claros, surgia através do interesse de historiadores em “histórias de cidades”. Ver: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Histórias do Trabalho no Amazonas: Matrizes, Estudos e Tendências. In: QUEIRÓS, César Augusto B. (Org.). Historiografia amazonense em perspectiva. Manaus: Editora Valer, 2020.

— Hospital público, né? Não sabia, não.

— Então nessa época eu... eu nasci lá. Não nasci na Santa Casa porque como o meu pai era servidor público, então não tinha SUS, o sistema de saúde era pra quem era trabalhador porque havia o desconto onde era a caixa de contribuição, né, de assistência. Aí eu... eu tive... Eu tive, digamos, esse privilégio. É, eu sou o primeiro filho, né, de seis. Então meu pai é amazonense, o seu José Braga Rabelo, que é natural de... de São Paulo de Olivença, lá no Alto Solimões. Já a mamãe, ela nasceu no Acre. Porque os pais dela se conheceu no... no seringal. E aí eles foram, de muitos, né, explorados, né pela questão da borracha. Então eles sofreram esse tipo de escravidão. Aí eles fugiram e vieram, é... passando por diversos locais, né, então muitas comunidades que vêm nesse trajeto do Acre foram... foram formando as comunidades através de pessoas que fugiam dos seringais. Aí até chegar no município de Coari. E ali o meu avô com minha avó, o seu Manoel Ferreira e a dona Maria Gomes de Araújo se fixaram. Aí minha mãe com 14 anos foi morar com a madrinha dela, também naquela perspectiva, né, de ter uma vida melhor. Mas na realidade era outro sistema de escravidão, né, que você tem a moradia... Até então a minha mãe era a empregada doméstica, ela que cuidava da casa, das crianças, passava roupa, essas coisas... E tipo, o pessoal tinha... se dizia que ela era da família, mas, na realidade, não era. Então uma das formas dela fugir desse contexto era casar. Aí é quando ela conhece meu pai, um jovem que veio de São Paulo de Olivença, e foi lá morar no Alvorada, onde minha mãe também morava com a madrinha dela, que o nome do bairro aquela época era Cidade das Palhas. Tava se organizando a cidade de Manaus, vários bairros... no governo do Coronel Jorge Teixeira. Como o meu pai era militar na época e o meu tio também, eles tinham contato com ele e ele disponibilizou alguns terrenos pro meu pai e meu tio. Foi aonde a família construiu, né, a sua casa, e ali foi nascendo, né, eu e meus... e parte dos meus irmãos.

A apreensão do termo “explorados” para pensar a realidade dos avós por parte de mãe inicialmente nos traz a dimensão do reconhecimento da família enquanto composta por trabalhadores. Entretanto, a sequência da caracterização do trabalho desses familiares é a da exploração nas suas formas mais injustas e violentas, a da escravidão. Como observado na historiografia, a possibilidade de leituras sobre a escravidão e modo de resistência desses sujeitos passou por transformações (CHALHOUB; SILVA, 2009), rompendo com interpretações sobre aqueles trabalhadores como “ser coisificado”, em que são aniquiladas as pessoas e suas culturas (CHALHOUB; SILVA, 2009, p. 16). Ao trazer a percepção da exploração ao narrar sua história de vida e a de seus familiares, talvez Setemberg deixe sublinhadas noções de tempos diferentes, de possibilidades de outros caminhos diferentes, a noção de injustiças sociais e a rejeição de repetição daquela condição. Também por isso o

trabalho é tão importante aqui, por ele ter alcançado determinados lugares no campo social, também na academia.

A mãe, que já havia saído do Acre com os pais dela, também é referida nesse momento ao trabalho que surge na narrativa de Setemberg remetido à escravidão, um trabalho que se inicia cedo, quando ainda menina. Em uma realidade na qual as diferenças marcadas pelo gênero constroem trajetórias outras de exploração. É no trabalho doméstico que a mãe experiencia os ultrajes da exploração de seu trabalho.

A história de sua mãe é também a de inúmeras meninas que vieram dos interiores do Amazonas, algumas de comunidades indígenas para a cidade. Pensando a partir de um diálogo entre história e literatura, a personagem Domingas do livro “Dois Irmãos”, de Milton Hatoum (2000) é analisada por Isabel Saraiva Silva no sentido de pensar as dimensões do trabalho doméstico quando este é aproximado do trabalho escravo (SILVA, 2024). Com a mãe de Setemberg, entretanto, há um caminho aberto para a saída deste lugar. Comum a outras trajetórias femininas, o casamento como possibilidade de mudança parece ser aí uma alternativa. Este casamento não vai impedi-la de trabalhar. Setemberg menciona outras ocupações que sua mãe teve no mundo do trabalho. Quanto ao estudo, porém, em outros momentos, Setemberg diz que a mãe é “semianalfabeta”, e isto ele articula à desinformação que sofre a família quanto a sua saúde mental na infância, com a incompreensão, por parte de sua mãe, sobre determinados medicamentos. Para Silva (2024), é evidente o trabalho doméstico de crianças e adolescentes na capital do Amazonas como prática que permanece ao longo de séculos no Brasil.

A exemplo do apadrinhamento, procedimento em que famílias abastadas recorrem ao interior amazônico em busca de crianças e jovens sob a promessa de possibilitarem seus estudos na cidade em troca de seu “auxílio” nos afazeres domésticos, resultando frequentemente em jovens que se tornam domésticas não remuneradas até se casarem ou morrerem. [...] Desta forma, inferimos que a herança de uma sociedade que pouco valorizava o trabalho de grupos marginalizados contribuiu para a desvalorização do trabalho doméstico, porquanto as mesmas interseções de raça, classe e gênero que contribuíram para a exploração no século XIX continuaram a influenciar o trabalho doméstico no século XX (SILVA, 2024, p. 88).

A narrativa de Setemberg não insere os atos dos avós, a fuga do seringal como um ato de covardia ou de subjugação, o que sabe é que fora esse um meio de alcançar outras possibilidades de renda, de trabalho, outra vida, e que este movimento levou também à elaboração de novos conhecimentos a partir de contatos com diversas

comunidades que encontraram pelos caminhos, pelas “calhas de rio”. A fuga, “eles fugiram e vieram”, nesta narrativa de Setemberg, não está no campo do ingênuo, do fracasso, mas na abertura de outras possibilidades, como uma decisão, como movimento que articula sua história no presente, pois é do presente que se relembra algo, ao tempo em que se afirma sujeito o narrador convocado pelo diálogo.

Diferente de produções que colocavam os trabalhadores como meros subordinados, podemos hoje entender como sujeitos os trabalhadores que se colocaram no cenário público expressando suas práticas e sentidos delas, nas quais podemos perceber “peso político e significado histórico na dinâmica da sociedade” (PAOLI; SADER; TELLES, 1983, p.183). Não quero marcar aqui uma organização em que não parece haver, mas mesmo no que parece individual, desorganizado no sentido da política partidária ou sindicalista. Tratam-se antes de histórias nas quais a luta por uma vida digna dá contornos à sociedade de classes e sentido a determinados movimentos que acontecem junto com o trabalho.

A dignidade do trabalho vai ser recuperada por Setemberg ao longo da entrevista quando distintos períodos de sua própria vida são lembrados, por ele relacionados também com experiências de trabalho do pai, mãe, tia, companheiras que teve, trabalhadores com quem conviveu nos hospitais. “A minha mãe já foi encarregada dos serviços gerais lá do Hospital Getúlio Vargas, ela trabalhava nessa época lá. Eu tenho tia que também trabalhava lá, foi telefonista, recepcionista, já se aposentou, Eu tenho prima que trabalha lá, eu tenho primo”. A relação que eles teciam e de que modo eles conviviam com as questões de saúde do narrador, os lugares frequentados. Também a modo de comparação, ainda quando falávamos sobre sua infância e dificuldades escolares, ao perguntar sobre irmãos, Setemberg me responde “meus irmãos era desenrolado. Eu tenho um irmão que... que tem mestrado em biotecnologia, né, é professor do Instituto Federal de Rondônia. Meu irmão caçula é engenheiro, né? Engenheiro químico”. Assim fala dos irmãos, também qualificando-os. A formação, a educação, vão aparecer como elementos de muito valor para o narrador, o que podemos compreender no todo da narrativa. Desde o seu processo formativo (ainda que não institucional), à formação dos irmãos, dos estagiários de graduação com quem conviveu em projetos de extensão, à qualificação de trabalhadores da saúde através de cursos oferecidos pela Fiocruz, esses são exemplos que aparecem na narrativa carregados de sentidos que apontam para a valorizam e apreço, o seu desejo de fazer parte, de

contribuir e de vislumbrar possibilidades de transformação em sua vida, como militante e como trabalhador.

As posições de trabalho não informam apenas profissões ocupadas pelos familiares, mas também dão contorno à cidade, o modo como viam e viviam esta cidade e como moravam, as relações que constituíam. A família se estabeleceu num bairro que antes se chamava “Cidade das Palhas” e hoje conhecemos por “Alvorada”²⁴. É interessante observar a referência ao processo de fixação de sua família em um terreno no bairro. O pai é mencionado como militar, bem com o tio, o que teria favorecido o acesso a terrenos para construírem suas casas. Porém o narrador não diz mais sobre o período, o posto que ocuparam entre militares, e o pai vai aparecer novamente ora como servidor público, depois como marceneiro e a casa construída como o lugar onde também trabalhava, com uma oficina na frente e a moradia nos fundos do terreno. Conforme segue a narrativa, outras coisas também serão eclipsadas. Evidentemente, as fontes orais, e nesse ponto não se diferem de outras fontes tradicionalmente analisadas por historiadores, também não devem ser desvinculadas de sua intencionalidade. Há um esforço em deixar registrada a sua versão, a sua interpretação, aquilo que é tido como importante de ser conhecido, de ser lembrado.

— Aí eu fui trabalhar, eu dei sorte de sempre ter oportunidade de tá vinculado a alguma atividade do estado, entendeu? E aí eu tava... já tava trabalhando na SUSAM.

— Como é que você...

— Ah, sim... teve uma época, assim, o meu pai pegava muito no meu pé. Até hoje, digamos, a minha sogra hoje... a minha esposa é minha prima, né? Então a mãe dela, a minha tia, sempre ela.... ela fazia comentários porque eu só vivia deitado, eu só queria saber de dormir. Aí hoje a gente tem uma leitura que é de eu fazer já uns quadros depressivos, tá entendendo? Mas aí ninguém percebia, né? Era um desinteresse, é desinteresse porque eu não queria saber de nada, não queria estudar, mas eu tentava muito, assim, mas eu não conseguia. Aí só depois de velho eu vim... Ih, eu tentei muito terminar o 2º grau, mas eu não conseguia.

Assim, em alguns momentos da entrevista foi confuso entender os locais e períodos de trabalho do narrador. Outras informações só foram dadas na oportunidade

²⁴ Ao discutir memórias e resistências de Comunidades Eclesiais de Base e a luta pela moradia em Manaus, a historiadora Andreza Alves nos traz a postura de rejeição a determinados nomes dados à bairros da cidade no início de sua formação, onde são negados nomes que pudessem trazer imagens pejorativas para os sujeitos que ali ocupariam e construiriam suas vidas. Ver: ALVES, Andreza Michele dos Santos. Comunidades eclesiais de base e Teologia da Libertação: experiências, memórias e resistências (Manaus, 1980/1990). 2023. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas.

em que o gravador foi desligado, e isso foi respeitado. Também a compreensão não segue em linha reta pois a narrativa e a memória também funcionam justamente dentro de uma organização própria do narrador, com a memória que, por sua vez, é constituída sempre considerando aspectos que são do âmbito pessoal e individual, mas relacionados ao que se vive socialmente, construindo assim identidades. É possível perceber também na narrativa aspectos que apontam para a formação de uma identidade no mundo do trabalho. Quanto a essas relações entre dimensões individuais e sociais no campo da narrativa, observa Portelli que

Para que o contador se recupere do tempo e se movimente para frente no tempo, o conto precisa ser preservado. Isto se aplica tanto às narrativas individuais quanto às coletivas: aplica-se também aos mitos que moldam a identidade de um grupo, tanto quanto às recordações pessoais que moldam a identidade do indivíduo (PORTELLI, 2005, p. 296).

No trecho da fonte apresentada mais acima, por exemplo, no primeiro momento em que o narrador diz trabalhar na SUSAM (Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas) a informação sobre esse trabalho é transmitida sem que ele mencione que estava ocupando cargo de serviços gerais, ressalta apenas que era “vinculado ao estado”. Por saber, de antemão, algo da sua trajetória e principalmente de períodos mais recente, sua presença em conselhos e gestão da saúde (antes de ouvi-lo e com apenas o que ouvia dos outros sobre ele), eu perguntei se ele, naquele tempo do qual ele estava contando, era técnico administrativo na secretaria. E só assim ele me respondeu que não, que trabalhava nos serviços gerais. Neste momento, me senti constrangida por ter me enganado, por sugerir algo que ele não era, pensei que poderia ser entendida como se estivesse atribuindo juízo de valor apenas se ele fosse um servidor concursado. Mas depois percebi que a omissão dele sobre o trabalho que fazia na secretaria também tinha algo a ver com um sentido de valor. Afinal, ao dizer “eu dei sorte de sempre ter oportunidade de tá vinculado a alguma atividade do estado, entendeu? E aí eu tava... já tava trabalhando na SUSAM” somos levados a entender que há um vínculo estatutário. E a resistência em dizer o tipo de vínculo também o leva para outra memória: a de que nesse período estive em crise,

- Como é que você começou a fazer o acompanhamento psicológico?
- Porque já era notório que eu não tava bem.
- Com uns vinte e poucos anos, cê falou?
- É. Aí já era notório que... né, das... assim, as coisas... eu saía, sei lá, correndo, eu fazia uma confusão, não sei o quê, aí depois... lá

contigo, depois tu “pô, falaram que tu tava não sei o quê” “eu? como já, então?”, né? E aí piorava também o quadro depressivo quando eu tava com essa mulher. Chegou uma época, a gente saía junto pra ir trabalhar, aí eu trabalhava aí na SUSAM, eu perdi o emprego porque eu não fui mais.

— Você era técnico administrativo?

— Não, lá eu era... era serviços gerais. Mas só que não era... entendeu? A gente era, mas a gente fazia outras funções, né?

Talvez pareça até aqui que estivéssemos lidando com as fontes orais como esclarecedoras de informações, porém sei, como outros autores, que a história oral é menos sobre informações e eventos e mais sobre significados (PORTELLI, 2016). Penso, nesse sentido, como aquela informação que não veio, inicialmente, dizia mais sobre a construção de uma identidade no trabalho do que talvez se a informação tivesse aparecido antes da pergunta, esta que também considero ter sido decisiva naquele momento.

Essa situação encarei como mais uma possibilidade da história oral, não estava preparada, me senti embaraçada, mas logo pude olhar para outros significados que estavam postos ali. Assim, o que resta pensar sobre essa fala é ainda os significados de estar “vinculado ao estado”, e pensar o mundo hoje em que vivemos. Como a perspectiva do serviço público parece estar carregada de algumas garantias e dignidade, podemos inferir que aí esteja o valor transmitido por Setemberg em sua narrativa, ou também, considerando o papel social e afetivo da família em sua vida, a busca por estar próximo daquilo que o pai era ou gostaria que Setemberg fosse.

2.3 CRISES E SOCIEDADE: UM SUJEITO EM APRENDIZADO E LUTA

“Dava uma agonia, uma desimpaciência”

(Setemberg)

Problematizamos aqui as transformações no modo de cuidado que Setemberg experienciou a partir de seu engajamento em uma militância, estudos, articulações na

cidade, no interior, nos outros estados por onde esteve buscando aprendizados e formações. Mas não foi somente a partir da militância que se deram tais aprendizados, como se fossem prévios, para que depois se pensasse, agisse, e se percebesse o narrador como sujeito. Não há a espera de um momento certo e nem diplomas para a formação desse sujeito, trata-se da sua experiência, que não é elaborada do dia para a noite, motivo pelo qual a infância já é lembrada e na qual também já vimos ser interpretada no aspecto da resistência.

Esse fazer-se guarda espaço também para o melhor cuidado de si, assumir responsabilidades consigo e as pessoas a sua volta. O momento dos surtos ou crises que antes eram marcados por sumiços, foram substituídos por presença: a sua presença e formação nos lugares mencionados, sem que se queira passar aqui a impressão de “evolução de quadro”, ou de linearidade histórica. O narrador também nos lembra que mesmo depois, quando acontecia ou acontece do “sumiço”, “hoje é um sumiço mais responsável”. A luta na qual ele se engajou, possibilitou também a criação de outro fôlego de vida.

— Aí é onde começa surgir, eu digo que surtos, né, assim, eu sumia, eu ia... sumia, assim. Até hoje, também, eu sumo.

— É?

— Mas aí eu... hoje é um sumiço mais responsável. Eu sumo, eu tenho um negócio comigo, assim, de... sei lá, eu vou ali no meu canto e vou tomar uma cerveja, eu me desligo de mim mesmo. Aí isso preocupa a família, mas não como antes, às vezes eu chegava só com um lado de sandália, chegava descalço, quando não tava andando nu. Eu vivia sabrecado do sol.

— Com quantos anos?

— Hum... eu já tava, já, 20 e poucos anos.

É desde o hospício que remete seu processo de formação, o que é interessante para pensarmos também sobre as noções de antes e depois, precisamente quanto ao que estou assinalando como processo de formação. Bem como não provém da alta, ou de uma liberdade concedida. Mas a primeira internação e o deparar-se com o manicômio suscita a elaboração de questões suas sobre aquele lugar, questões postas também no sentido da comparação, pela sua experiência, com outros hospitais (gerais) em que esteve em tratamento de saúde, ou que frequentava, pois já a sua mãe tinha sido trabalhadora na instituição. Além disso, depois da alta, é ainda na instituição que Setemberg entra em contato com a criação de um grupo.

— Não, aí só era que eu precisava tomar o medicamento. Eram vários medicamentos, eu não sabia pra que era pra tomar o medicamento, a médica não conversava e...

— Você saiu com uma receita e ficou tomando lá fora?

— É. Aí tinha um... dava um tempo, tinha um... mont... tinha uma época, eu não sei se era uma vez na semana... Tinha uma época que tinha uma reunião de família e coisa e tal, onde nós também íamos. E aí um grupo lá de assistente sociais montaram grupo, né, assim, terapêutico, que era pra trabalhar a questão do empoderamento, né, essa questão do movimento social, dos usuários e tal. E aí a gente fundamos uma associação. Tinham tentado anteriormente fundar, mas aí a gente conseguiu. Não sei se vou lembrar do nome, era Associação... de amigos, familiares da saúde mental no Amazonas, eu acho que era isso.

— Esse... no período quando você já só frequentava o ambulatório, é isso?

— É. Aí tinha... tinha momento que eu ia é... pro setor de crise, né, pra emergência e às vezes ficava alguns dias ali. (Setemberg)

Não é a alta que confere a liberdade, para que depois sobrevenha a crítica. A alta, inclusive, vem sem um esclarecimento acerca de sua saúde e procedimentos a serem zelados por medicação. A medicina patologiza, na psiquiatria, casos que tampouco são da saúde mental do indivíduo. E não somente a psiquiatria detém o controle desta presença de alguém em algum hospital, como define o modo como a instituição lidará com demandas humanas de cuidado, médicos alinhados à instituição e todo um corpo técnico que proceda segundo a regra. Eventualmente, os casos que desafiam o autoritarismo na instituição também enfrentam represálias, a exemplo da psiquiatra Nise da Silveira. Lembremos, mais uma vez, que o manicômio não está somente por dentro dos muros do hospital psiquiátrico, quando alcança também limites exteriores, na cultura, em um amplo processo social.

— Teve várias situações, assim, tipo, de eu... na época eu tava com uma virose, eu não tava legal, a minha mãe chama minha irmã pra me levar no hospital. Uma febre, dor de garganta... aí a minha irmã me levou no João Lúcio, naquela época eu acho que tavam inaugurando o João Lúcio que tava tudo top, é.

— Já era mais recente, né?

— Aham. Aí quando o médico prescreveu lá, aí quando eu vou tomar a medicação, a minha irmã chama a técnica “*ei, esse remédio que ele vai tomar, o que é?*” aí a moça explica e eu lá na cadeira de roda, é... a fim de ir embora pra casa, pra assistir até a novela, ainda, na época. Aí a minha irmã abre a bolsa e mostra a sacola de medicamento, “*ei, esse remédio não faz mal pra ele?*” (...) (incompreensível) “*que remédio é esse?*”. Aí ela puxou minha carteirinha que eu tinha do Eduardo Ribeiro.

— Ah, cê tinha uma carteirinha?

- É, os pacientes de lá tinham uma carteirinha e atrás era... tipo assim, agenda, né?
- Cê sabe quantos anos cê tinha nessa época, Setemberg?
- Não, não recordo, mas ainda não era 30, não. Aí ela... eu me perdi agora.
- Ah, desculpa, cê tava falando que a sua irmã mostrou sua carteirinha com a sacola de remédio.
- Ah, sim. Aí a minha irmã mostra a carteirinha “*ele é paciente do Eduardo Ribeiro*”. Aí a mulher não me aplica o medicamento, ela vai lá, ela sai, a gente fica lá naquela salinha.
- Ela não lhe dá a medicação da virose?
- Não, era até injeção, ela foi embora. Quando demora, aí chega uma assistente social lá, aí me tratando igual um idiota, assim (ri, imitando o comportamento estereotipado da assistente social). (Setemberg)

Esse fragmento de narrativa nos traz para uma percepção do presente no qual os pressupostos manicomiais da exclusão, da negação do direito à saúde circulam por toda a sociedade e apontam para a atualidade e necessidade de afirmação dos princípios da Reforma Psiquiátrica. Sabe-se que o cuidado à saúde mental não acontece na porta do hospital, mas desde a atenção primária em saúde e que vislumbrava ainda que em um eventual momento de crise (o que não era o caso de Setemberg naquele momento) pudesse encontrar atendimento em hospitais gerais. Entra em questão também o direito à cidade negado com o mal atendimento/não atendimento de saúde. Elementos dessa fala apontam ainda para a danosa medicalização da vida, processo não tão novo em nossa sociedade e que amiúde anula sujeitos, silencia-os para que seja ouvida apenas a doença e, neste caso, nem a doença, pois as questões de ordem psiquiátrica falam mais alto. A Reforma Psiquiátrica brasileira em muito se inspirou também na crítica à psiquiatria e instituições asilares conquistadas na Itália, lugar de origem de Franco Basaglia, psiquiatra que teceu importantes lutas contra a violência manicomial, e levou a cabo inúmeras transformações de dentro e fora da instituição. Edvaldo Nabuco (2007) nos lembra que o trabalho de Basaglia compreendia a ideia de que

Negar a instituição, contudo, não significava negar a experiência humana do sofrimento psíquico. Para tanto, Basaglia chama a sociedade a se responsabilizar por aqueles que haviam sido, durante anos, excluídos do convívio social, e cria uma rede de serviços abertos na comunidade onde essas pessoas poderiam vir a se afirmar em uma nova subjetividade [...] Luta-se, hoje, por ações que envolvam o aproveitamento do potencial do território, para que os indivíduos possam circular por uma vida que o manicômio não oferecia (NABUCO, 2007, p. 138).

A narrativa de Setemberg também chama atenção para uma reflexão, no presente, sobre as contradições existentes mesmo após aprovação da lei 10.216/2001, pela qual, alcançaríamos uma sociedade sem manicômios. Anos após a promulgação da lei, não só o atendimento no hospital foi negado, como o manicômio ainda figurava como uma possibilidade de acolhimento e tratamento da questão de saúde de Setemberg. Nabuco (2007) chama atenção para o fato de que a reforma psiquiátrica não deve ser entendida como consolidada a partir da abertura dos CAPS no Brasil. Assim, deve-se levar em conta as lutas pela melhor assistência no campo da saúde mental disputadas no presente²⁵, uma vez que entendemos o direito à saúde mental como fundamental para a democracia, o que é recuperado no presente pelos movimentos antimanicomiais ao longo de diversos estados brasileiros. Isso até em momentos mais recentes, ou em atitudes pontuais de sujeitos para os quais é fundamental ecoar aquelas palavras de ordem.

Foram períodos de grandes movimentações pelo Brasil que ao mesmo tempo em que lutava-se pela dignidade e fim da violência destinada às pessoas em sofrimento mental institucionalizadas, as denúncias da situação vivida nas instituições, as lutas pela reforma e os sujeitos aí engajados impactaram também transformações na cultura, justiça, direitos humanos e seguridade social, conforme apontam alguns autores (AMARANTE; NUNES, 2018). E isso, vale lembrar, em um esforço de articulação sob repressão, desde a década de 70, pelo menos. Trabalhadores que se manifestaram denunciando aquelas condições sofreram represálias, contadas 260 demissões na Divisão Nacional de Saúde Mental/MS (AMARANTE; NUNES, 2018, p.2068). Diante de um cenário em que a ditadura civil-militar de 1964 “se fazia sobre a pulverização e o silenciamento dos movimentos sociais” (SADER, 1988), outras formas de agir foram valorizadas e interpretadas dentro de uma nova perspectiva de se refletir e falar sobre a movimentação política elaborada e realizada pelos trabalhadores no Brasil. É nesse contexto que trabalhadores da saúde abrem espaço para que, ao lado de usuários e familiares, possam ser divulgadas para toda a sociedade a luta antimanicomial. Esses trabalhadores formariam então o MTSM – Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (1979).

²⁵ É possível ver uma recapitulação de ataques à saúde mental, junto com a democracia, nos últimos anos em que o Brasil enfrentou o governo Bolsonaro, bem como o apelo ao fortalecimento dos laços democráticos e de solidariedade que uniram militantes da luta antimanicomial no Brasil em: LOBOSQUE, Ana Marta. Luta antimanicomial, democracia e resistência. In: LOBOSQUE, Ana Marta. Intervenções em saúde mental: um percurso pela reforma psiquiátrica brasileira. 1 ed. São Paulo: Hucitec. 2020

Em Manaus, movimentações pontuais acontecem e aconteceram nas últimas décadas, através de atos, reuniões, elaboração de manifestos e realização de eventos. Mas não só em atos de grande visibilidade ou da boca e de autoria de sujeitos bem reconhecidos ou autorizados a falar sobre a luta antimanicomial. Os princípios da reforma psiquiátrica são buscados e levados, com esforço e trabalho coletivo, no trabalho cotidiano de profissionais, servidores lotados em alguns CAPS na cidade de Manaus e sustentados por sujeitos que por ali passam, processo que não ocorre sem contradições²⁶.

Nos anos mais recentes de governo do ex-presidente, hoje condenado, Jair Messias Bolsonaro, diversas intervenções de fora e acima da participação de usuários e trabalhadores da saúde mental foram implementadas no Brasil. Nesse sentido, não podemos perder de vista que é necessário mudar o modo como a loucura ainda vem sendo tratada na sociedade, de modo que partindo da compreensão das violências sofridas e do reconhecimento de cidadania e direitos dessa população, possamos nos haver com esse passado que ainda dá sinais de sua presença, embora pintado ou suavizado de outras maneiras. Para além dos CAPS, a RAPS - Rede de Atenção Psicossocial precisa ser fortalecida, do contrário, “caso essa rede de serviços não se forme, alguns problemas poderão surgir nesse novo contexto, dos quais um é a crescente medicalização dos usuários em um verdadeiro sistema de controle fora dos manicômios” (NABUCO, 2007, p. 142).

É importante salientar que a medicalização da vida está para além da medicação. Não se restringe à medicação, pois incorpora “a crescente apropriação dos modos de vida do homem pela medicina. O termo pressupunha a tomada de aspectos corriqueiros da própria vida como algo passível de controle médico” (FARIA; FERREIRA; PINTO, 2000, p.83). Além disso, a medicalização (da qual os CAPS não estão isentos), por si só, sendo autoritária, suprime a realização do indivíduo na sociedade, agravada no enfraquecimento da rede de cuidados. As tecnologias em saúde, a serviço de uma indústria e não isentas de ideologia, contribuíram para “homogeneizar a vida, seus

²⁶ Tal é o trabalho realizado por alguns servidores no CAPS Silvério Tundis, a exemplo do Maracatu Quebramuro que aos sábados pela tarde se reúne num esforço de presença, cuidado, afetos, lazer e resistência. Ou o trabalho realizado por psicólogas do CAPS Ad Dr. Afrânio Soares que fazem deste seu trabalho também resistência ao construir uma forma de cuidado na instituição que seja pautada na redução de danos. A perspectiva não é a aderida por todos os profissionais naquela instituição, conforme fala de uma profissional em visita técnica realizada pelo Coletivo Nise da Silveira (FAPSI – UFAM) na qual estive presente. Entram na disputa também familiares que buscam no CAPS internação compulsória para os seus entes e conflitos com a Justiça que vez e outra emite pareceres e determinações para que o CAPS atenda de uma maneira ou de outra casos que em nada se parecem com a finalidade de um CAPS.

sentidos e suas produções” (FARIA; FERREIRA; PINTO, 2000, p.84). A contradição é de tal modo que ao passo que descobrimos remédios e possibilidades de terapia, o cuidado também passa por transformações. Para Nabuco (2007), o enfraquecimento da RAPS vai de encontro à “potencialidade que a vida oferece”. Em defesa do cuidado no território, o autor observa que

Circular no território corresponde a mudar a relação de um espaço com o diferente, como louco. É fazer a sociedade acolher a doença, o que ameniza enormemente o sofrimento dos sujeitos (...) circular no território é fazer o sujeito afirmar a sua condição de usuário e não ter medo de ser humilhado e rebaixado por outros (NABUCO, 2007, p. 142)

No relato de Setemberg, o tom é o da preocupação acima trazida, o da humilhação. E a único espaço quanto ao direito à circulação garantido a ele foi o de um breve passeio na unidade de pronto atendimento, da porta para fora, levado por uma ambulância em direção ao hospício. O hospício aqui apareceu na função de “retaguarda” a outro serviço de saúde. Franco Basaglia (2010), ao apontar caminhos para uma nova forma de lidar com a loucura, chama atenção para o fato de que se as transformações não levarem a outras práticas e sentidos em torno da loucura, mesmo os serviços que se proponham diferentes, assumirão um “caráter preventivo que não incide sobre a cultura da doença mental, perpetuando assim o preconceito de sua incurabilidade” (BASAGLIA, 2010, p. 155). O hospício continuaria sendo o destino dos “doentes definidos como ‘crônicos’ ou ‘transtornados’” (BASAGLIA, 2010, p. 155). Neste caso, o narrador não precisou sequer estar em crise para ser encaminhado à unidade psiquiátrica manicomial. A preocupação de sua irmã com a interação medicamentosa e, de maneira legítima, com a saúde de Setemberg foi convertida em medo, exclusão e ridicularização pelos profissionais que o atenderam. É com indignação e escárnio que Setemberg continua lembrando o episódio, imitando, com um riso sem graça, enquanto narra sobre o comportamento da profissional que o diminuiu ao ver uma carteirinha. Entretanto, tudo isso é percebido por Setemberg, apesar do sofrimento, como uma maneira de resistir à posição a que lhe queriam submeter. Sua crítica então é elaborada levando à frente a percepção dos diferentes modos como a sociedade trata o louco. Isto porque ao longo da vida percebera o tratamento direcionado a ele, percepção forjada na sua experiência de diálogos e trocas proporcionadas pela participação na

militância antimanicomial no Brasil, com outros usuários, professores e profissionais da saúde.

— Porque são três visões, né, que as pessoas têm da pessoa que tem transtorno mental: tratam como imbecil, infantiliza, tá entendendo? E o próprio preconceito, né?

— É, né?

— E assim que ela tentou, assim, parecia que eu era infantil, tente... infantilizar. Aí ela pegou “olha, vumbora ali passear, não sei o quê” e tal.

— Mudou já, totalmente, o tratamento?

— Aí ela me pegou a cadeira de roda e foi levando lá pra fora. Cheguei lá e tinha uma ambulância, me botaram na ambulância, aí eu vim embora. A minha irmã tinha ido com o esposo dela, de carro.

— Como?

— A minha irmã tinha ido com o irmão del... com o esposo dela, de carro. Aí eu fui só na ambulância, né, com o técnico. Aí eu “pô, vão me levar em casa”, aí quando eu pensei que não, parou, aí eu olhei pela janelinha que fica lateral, eu reconheci o muro. Porra, me levaram lá pro Eduardo Ribeiro, aí me tiraram...

Com muita decepção se depara e reconhece o muro não apenas enquanto estrutura física que contornava o hospício, mas de alguma maneira ele também dá contorno a algumas memórias de sofrimento que vivera ali. A memória do manicômio permanece na subjetividade e nos sentidos, de forma que um barulho comum de um portão elétrico ouvido na rua, de um prédio qualquer, ainda lhe remeta à memória da dor. “Tinha um sensor no portão do corredor que batia ferro com ferro, a pessoa apertava aquele botão... ‘tréee’”. Hoje, quando eu ouço aquilo, meu Deus do céu!! Me dá um... me dá um sentimento... eu fico irritado”. As reticências utilizadas na transcrição não dão conta da pausa que ele fez, da cabeça se movimentando de um lado para o outro e da frente pra trás em sinal da mais profunda rejeição, nem mesmo dos gestos nos lábios buscando dar palavras ao sentimento.

Ainda nesse ano de 2025 em Manaus, em um ato pelo fim das comunidades terapêuticas, um sujeito me diz, em uma conversa trivial, que só lembra de uma internação de Setemberg e repete isso no mesmo instante. Nos dias posteriores continuo pensando naquela fala, o motivo de ter dito aquilo, e penso sobre as disputas por uma memória do que teria sido a luta antimanicomial nesta cidade e quem dela participou, ou o quanto participou, permanecerem neste presente. Em como a constituição de uma certa memória passa por uma tentativa de questionar determinadas experiências e até invalidá-las. Mas a memória também faz importantes movimentos que elaboram a

percepções sobre o tempo. Portelli (2016) tece algumas observações sobre uma experiência de judeus romanos que passaram dois dias em prisão antes de serem assassinados pelo nazismo, sublinhando a experiência desse interstício, ao que lembra que até determinado momento aqueles judeus ainda não sabiam o que iria lhes acontecer. Uma das sobreviventes entrevistadas por Portelli relata: “ali começaram as primeiras privações, enfim, os primeiros desastres” (PORTELLI, 2016, p.125).

A experiência de prisão é um desastre, qualquer que seja a sua duração, para o enclausurado. Para Portelli, as experiências de sofrimento e tensão causam transformações na percepção do tempo, ao que ele trata como “gramática do tempo”. Tais interpretações, juntamente com a memória, podem engendrar sobre o tempo perspectivas de suspensão, dilatação e compressão. O comentário sobre a duração ou repetição de internações de Setemberg nos lembra mais uma vez que as disputas políticas por determinar lugares e sujeitos de ação, seus feitos, suas reivindicações, passam necessariamente pela disputa da memória. Nesse sentido, é necessário ao historiador que torne claro também os lugares onde define as ações e o compromisso com as fontes antes da ideologia.

É importante perceber que não só nos movimentos organizados encontram-se as resistências ou uma verdade. Independentemente que fosse apenas uma internação longa, curta ou de uma noite. É uma experiência de prisão. Experiência essa impossível de ser esquecida pelo próprio sujeito, que dirá pela tentativa de sublimação por outros. Entre os dois sujeitos com distintas posições e ambos atuando nesta luta, é preciso lembrar de Walter Benjamin quando nos ensina que não se trata de buscar um passado “tal como ele propriamente foi”, mas antes, “apropriar-se de uma recordação, como ela lampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 2012, p. 243). Entre as memórias e o momento de perigo com o qual deparamos nestes dois casos, o primeiro é o perigo de quem foi agredido e para o qual a memória da dor retorna com um som elétrico no cotidiano. Para o outro, o perigo é não estar no centro da história e não ter a sua narrativa como principal. Ainda com Benjamin, sabemos que não há garantias de verdade do passado ou estabelecimento de uma verdade, se no presente não estivermos preparados para o momento em que essas memórias surgem. De pés no chão, há que se olhar para o “céu da história” (BENJAMIN, 2012, p. 243).

É ainda frequentando o Eduardo Ribeiro que Setemberg entra em contato com discussões acerca da saúde e alguns direitos em torno do tema. Ao receber alta da primeira internação, embora não esclarecido acerca do tratamento medicamentoso,

lembra de algumas instruções que recebera com a mãe: “tinha uma época que tinha uma reunião de família e coisa e tal, onde nós também íamos”. Nesse frequentar, também entra em contato com a criação, por parte de profissionais do serviço social, de um grupo que diz ser para “trabalhar a questão do empoderamento, né? (...) essa questão do movimento social, dos usuários e tal”. No que afirma a importância do grupo de usuários para o início de suas reclamações no hospital e também de denúncias. Ao tempo em que age, também aprende. Esse é um dos momentos que surge e retorna em diversos momentos da narrativa mesclado também à sua atuação no Ministério Público Federal realizando denúncias, e também de quando da sua entrada na Fiocruz, momento em que o narrador confere sentido aos eventos que possibilitaram esse acesso a um determinado saber e ao apoio de diferentes sujeitos que construíram com ele essa cultura de resistência e valorização de sua história.

— Naquele processo terapêutico, que era de empoderamento, eu comecei a denunciar todo mundo. É a partir daí que começa os primeiros procedimentos na promotoria, entendeu? É onde eu conheço a doutora Cláudia Raposo. Tudo que nós temos hoje de saúde mental aqui na cidade, foi através de ações judiciais, e ali ela e a doutora Guiomar foram as pessoas responsáveis de acolher a minha primeira denúncia, de me orientar como formalizar, como... entendeu?

(...)

— Onde que cê denunciava?

— No Ministério Público. Aí comecei a abrir vários processos. Menina, toda semana eu tava no Ministério Público, e ali eu ia aprendendo também porque as promotoras iam me orientando, me davam documento pra ler, aí ela interpretou pra mim a lei 10.216, qual é o objetivo, como tem que ser...

— No Eduardo Ribeiro, lá no hospício, tinha alguém que lhe ajudava nesse sentido, que acolhia denúncia?

— Não. Aí... porque o seguinte, lá naquele grupo a gente começa a participar de movimentos chamando atenção pra essa questão da luta antimanicomial, implantação de uma rede de cuidados. E aí eu começo a compreender o que é o SUS e estudar, que foi lá na Fiocruz, tinha uma socióloga (nome incompreensível), ela coordenava o projeto de extensão. Aí ela chamava o movimento social pra lá, então nós, que éramos da luta antimanicomial, então o 18 de maio a gente comemorava na Fiocruz, criava-se palestras, e aí a gente ia crescendo, assim. Aí é quando a gente já tem um grupo, tinha algumas pessoas, a gente passa a denunciar, aí começa a ter as primeiras audiências públicas na justiça. Aí é quando eu encontro... quando eu encontro o professor Paulo Amarante.

Chama atenção ainda nesse relato, como o entendimento sobre a justiça é visto como procedimento imprescindível para alcançar as transformações pautadas, uma

apropriação dela é também reivindicada, assim como também passa a ser compreendida como um outro saber acessado. Outras falas relativas à justiça²⁷ e à implementação de serviços em saúde também pude ouvir de outras pessoas envolvidas nesse movimento²⁸. O acesso à Fiocruz²⁹ se torna marcante em sua vida como lugar onde pôde estudar, onde pôde conhecer, de outra forma, o SUS. De outra forma porque já conhecia, tanto é que estabelece relações entre os diferentes hospitais por onde frequentou, como paciente e como filho de trabalhadora. Este modo pelo qual passa a conhecer o SUS é somado às suas experiências e perspectivas em vez de suprimi-las. Ocorre que Setemberg passa a articular as discussões que via nas disciplinas da Fiocruz com o que observava no Conselho Estadual de Saúde, lugar que também frequentou. O envolvimento nesse trabalho, o investimento nessa experiência, é interpretado por ele como “estágio”. O mesmo diz sobre as oportunidades de visitar outras cidades, sempre buscando aprender.

O esforço de Setemberg no início dessa jornada se revaloriza no campo das importantes discussões propostas por Raymond Williams ao nos ensinar que “a cultura é algo comum, ordinário” (WILLIAMS, 2015, p. 5), momento em que entende que sua presença é fundamental, dado que sua experiência está inclusa nas discussões tratadas pelo saber acadêmico. É também luta do narrador firmar sua presença nos lugares em que entende que poderá aprender e sabe que terá algo também a contribuir nas discussões. Uma resistência que afirma sua história como importante, que abre espaço, reivindica presença, e que produz frutos. Partimos de sua experiência, mas a história e a experiência não são individuais, nem mesmo são omitidas pelo narrador as pessoas que possibilitaram essa realização, como sua participação também é valorizada. Depois que

²⁷ Vale pensar também em ações realizadas no estado em torno da presença de pessoas em enfermarias psiquiátricas em prisões, a realização do Seminário sobre Luta Antimanicomial e Reforma Psiquiátrica no Judiciário em 2024. O que aconteceu por força da Resolução 487/2023 do CNJ que trata de regras para o tratamento de pessoas com transtorno mental em conflito com a lei.

²⁸ Na ocasião, me refiro à visita técnica realizada no CAPS AD Dr. Afrânio Soares, na qual foram ouvidos profissionais da instituição, ali também foi falado que o CAPS AD, necessidade em Manaus há tempos, só fora implementado quando de ações judiciais e sob multa. E também me refiro a conversas trocadas com Aluísio ao encontrá-lo em eventos na cidade. O último, me refiro a um ato realizado no Dia Mundial da Saúde Mental onde militantes se encontraram em frente ao prédio da Justiça Federal com faixas e panfletos em protesto contra as comunidades terapêuticas. A campanha foi organizada e realizada entre os meses de setembro e outubro em vários estados brasileiros.

²⁹ A Fundação Oswaldo Cruz se torna um dos lugares referência pelo Brasil na organização de eventos e formações para a saúde mental e luta antimanicomial, bem como, tal proposto pela instituição: a formação de recursos humanos em saúde. A instituição é apresentada como um dos lugares onde historicamente foram realizados importantes eventos também de comemoração do 18 de maio. Ver: AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. Op. Cit. Pensando a cidade de Manaus, é interessante observar naquela fala de Setemberg também algum registro de lugares onde aconteceram atos da luta antimanicomial em Manaus. Se pudéssemos fazer um mapeamento desses lugares, estaríamos entre: Fiocruz, as ruas do entorno do Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, e ruas do bairro Dom Pedro, onde fica localizado o prédio do Instituto Silvério Tundis – ISAT, praças no Centro da cidade e em outro momento, no CAPS.

pôde assegurar sua presença na turma, “até que eu fiquei”, os frutos são colhidos pelo coletivo, em um momento histórico em que os primeiros CAPS são inaugurados no estado do Amazonas.

— Aí num desses cursos o próprio professor Amarante me convida pra ser aluno especial. Aí eu tive uma dificuldade porque tinha pessoas que questionavam eu estar lá porque eu não tinha formação, não tinha graduação.

— Pessoas questionaram lá da turma?

— Foi.

— Nossa.

— Porque tinha enfermeiros, médicos, psicólogos. Aí o professor Amarante disse que não, que eu tinha condições de ficar, até que eu fiquei. Aí com isso a gente colheu muito fruto, a gente já tinha inaugurado o primeiro CAPS, que foi em Parintins.

Os alcances e também as limitações com que vivia conquistas pelas quais lutava não eram sentidos apenas no campo da política, porque mesmo a política não se separa da vida e das perspectivas subjetivas que os sujeitos trazem consigo. Na narrativa elaborada há espaço também para as angústias, e essas angústias são elaboradas a partir de um sentimento de indiferença vindo de algumas pessoas, quando as expectativas eram de que mais pessoas se engajassem no movimento e que mais usuários pudessem ser beneficiados pela abertura dos novos serviços de saúde.

— Sim, aí a gente começa a implantar esses CAPS, essas coisas. Aí na época eu começo a ficar muito mal também.

— Na época da implantação dos CAPS?

— É. Porque as pessoas, assim, eu fui ver como funcionava... e as pessoas não tinham esse interesse, não tinham conhecimento, aí aquilo me dava... Aí a doutora Ana, a professora Ermelinda, o pessoal que era próximo de mim: “calma, Berg, tu tá num tempo na frente das pessoas, tu tem que esperar as pessoas...” aí eu...

— Você acha que você tava num tempo à frente das pessoas?

— É.

— É?

— Eu acho que até agora esse momento...

A questão posta acima por Setemberg é compreensível a partir do que é narrado sobre aquele momento, um momento em que o narrador ali se apresenta como consciente do curso da história e de sua participação nela, dando corpo e voz às transformações desejadas. Estamos defronte a uma elaboração de presença e reivindicação de poder e ação na história, na qual está em jogo a construção de um futuro, este que não pode ser desvinculado de um passado com suas características e experiências, e nem mesmo soterrar de concreto experiências orgânicas que foram.

Contra o concreto que apaga conflitos, questionamentos, sentimentos humanos, essa resistência em contar por si e de si outros caminhos que possibilitaram algumas das mudanças desejadas. Ouvimos pela fala desse sujeito minuciosa narrativa sobre o processo que implementou alguns CAPS no estado do Amazonas, em uma narrativa longa, com algumas pausas, com choro, cantoria e interditos, há corpo e mente em luta, não para elencar números de gestões, mas porque é obra de longa caminhada, elaboração de si, de cultura e construção política.

Mais uma vez, cabe lembrar e reafirmar que a perspectiva de cultura a qual estamos tomando nessas reflexões é a que envolve toda elaboração de costumes, subjetividades, experiências, construídas no cotidiano e disputadas socialmente. Por isso, é desde o lugar da sua cultura que Setemberg fala ao saber acadêmico, ao saber jurídico, ao saber psicológico e psiquiátrico. E da cultura também que aponta entendimentos, trabalho e consumo. Enquanto fala de viagens que fez em função de sua participação em alguns projetos pela Fiocruz ou no Conselho Estadual de Saúde, reafirma aquilo que pôde aproveitar no sentido de aprendizado e conhecimento, algumas novidades também que chegam para ele. Indo pessoalmente conhecer ou buscando conhecer por outros meios, temos aqui a explicitação de um interesse na temática, Setemberg é um profundo conhecedor de diversos grupos, coletivos, de arte e políticos existentes no Brasil que abrem espaço para as discussões que também lhe interessam. Isso também é possibilitado pela participação em gestões de associações como a ABRASME, pela qual participa de eventos nos diversos estados brasileiros, além das conferências em que comparece como delegado ou ouvinte. Assim, durante a entrevista, canta uma canção de um grupo musical que remete para a temática antimanicomial, um grupo do Rio de Janeiro, o Harmonia Enlouquece.

A canção, cantada com calma, compassada, cria uma outra atmosfera no momento da entrevista, o que me captura ainda mais, como se ainda não estivesse suficientemente atenta à beleza que também está presente em seu relato no passar das horas em que estivemos juntos. O momento da entrevista é este: o da presença, o do diálogo. E é possível que o diálogo seja agradável para as duas partes, mesmo quando, de maneira geral, o tema seja delicado e mesmo que, por vezes, não seja igual para as duas partes os sentimentos gerados na conversa. Quem narra algo de doloroso sabe onde sente, mas quem ouve perde um tanto, caso não seja tocado por algo do que foi dito. Mesmo que em outro momento tenha comunicado de uma inabilidade para as artes, a música como elemento da cultura é aprendida, utilizada e compartilhada por ele, através

de um cantar suave, repleto de sensibilidade. A cantoria não vem sem sentido ou como penduricalho que preencheria silêncios na entrevista, nem mesmo para identificar ali sofrimento comum. Para além disso, é articulada no intuito de afirmar a importância do diálogo aberto pela experiência de estar em diferentes lugares onde a luta antimanicomial aconteceu, de afirmar também a sua presença e ainda o conhecimento que pode adquirir a partir daí.

— *Estou vivendo num mundo de hospital/tomando remédio de psiquiatria mental/ôooo/ Estou vivendo num mundo de hospital/tomando remédio de psiquiatria mental/ Haldol, Roupinol, Fernegam, Prometazina...* Enfim, eu não lembro toda (canta batucando na mesa).

— E onde é que você conheceu essa música?

— Pois é, no Rio de Janeiro, é um projeto do Instituto de Psiquiatria do Rio, onde tem um psiquiatra que é o Kiko, que coordena através... usando a questão da cultura como um... como um projeto terapêutico. E aí o Hamilton é um usuário que é o vocalista, aí foram trabalhando e tal e hoje eles são uma banda, né? Tocam nos eventos de saúde mental, nos festivais de cultura por aí fora.

— E você conheceu nessas viagens que cê fez?

— Sim.

Muito antes disso, Setemberg, no período em que passou por internações, sofreu e percebe as violências que passou dentro, mas também fora do hospício, desde quando foi a ele imputado o termo “doido”. As opressões sentidas fora do manicômio vinham por parte de vizinhos e na própria família. Também entendemos um pouco do sentimento de insegurança por vezes trazido na narrativa e sabemos que tal sentimento não se configura naturalmente. Não é natural pois vem engendrado nas sucessivas anulações ou exclusões que partem da sociedade em direção a estes sujeitos. Isso impactava diretamente em suas sociabilidades e possibilidades do direito à cidade, começando pelo próprio bairro, ao café e merenda que vinha da padaria e sentimentos como a raiva, também desacreditados. Mesmo tendo crescido com aquela vizinhança, e que esta o conhecesse, o preconceito ainda se sobrepunha, muitas vezes, ao sujeito.

— É muito cruel, hoje eu não vejo muito assim mais. Mas na época, a ambulância do hospital Eduardo Ribeiro ir me buscar lá em casa, ir me deixar. Assim, você acaba, é... tendo uma coto... conotação de perigoso, entendeu? E, sei lá, passei por tantas situações, tipo assim: eu descia do ônibus, uma moça que fazia faculdade descia no mesmo ponto. Ei, ela andava muito rápido! Porque ela tinha medo de mim.

— Sua vizinhança sabia da...

— Ham?

— Os seus vizinhos sabiam da sua questão?

— Sabiam, muito... uma vez a minha esposa ela, assim, ela cismada, né? Assim, não me questionando... eu digo “minha filha, não se preocupe porque aqui essa população desse bairro tudinho já me viu nu, né? Homem, mulher criança, então não tenha ciúme disso” (ri, com emoção).

— Ah, entendi.

— Então, assim, ó: na minha rua se mudou uma vizinha pra lá que eu já falava com ela, ela morava... aí você tem que fazer outras amizades, as pessoas te vê com desconfiança, tá entendendo? Você não tem mais credibilidade, você não existe, na realidade, enquanto cidadão, a verdade é essa.

— E aí essa vizinha eu já falava com ela, ela era professora, ela é do município de Codajás, aí só morava ela e as duas filhas. Aí sempre eu parava na frente da casa dela, a gente conversava porque do interior, eu me identifico e tal. Aí ela foi morar na minha rua, aí eu ia lá pra casa dela, passava às vezes o sábado todo lá, o domingo assistia filme, fazia pipoca e eu me dava bem com as filhas, uma das filhas dela é enfermeira lá em... em Codajás. Aí uma das vezes que um vizinho lá viu que eu falei com a filha dela, aí um dia ele... o cara lá falou, né, disse pra Ester ter cuidado comigo, né, porque eu era um doido, não sei o quê, tal tal, aí ela ficou, assim... com medo de mim, entendeu? Aí isso eu senti muito, é... porque eu vi ela se fechando, assim, as... né, aquela coisa. Mas aí eu fui reconquistando, eu fui, né? E hoje a gente tem uma boa relação, né, com ela, com as filhas, uma é enfermeira, a outra também já é casada, caçula. Mas eu fiquei muito indignado, entendeu?

A indignação de Setemberg não o empurra para um rebaixamento de si ou passividade. Diante da maneira como veio sendo tratado, conseguiu elaborar maneiras de enfrentar esse tratamento. Diante dos impactos que percebia sobre suas formas de lazer, de assistir filme acompanhado, enfim, sobre suas sociabilidades, algo ele fez com aquilo que era direcionado a ele, ao “doido”. Michel de Certeau (2014) nos fala sobre o modo como a presença e a circulação de uma representação não indicam, necessariamente, o que ela é para as pessoas, senão quando explicitada a manipulação que fazem daquela representação. Se a pecha de “doido” ou ao menos “doente” é produzida pela ordem ideológica da medicina e difundida na sociedade, esta que reproduz a violência direcionada a alguém, vale também pensar o que este alguém faz com isso, como se conforma ou reage. Assim, ainda de acordo com Certeau, é preciso observar os modos de proceder da criatividade cotidiana, essa eventualmente “dispersa, tática e bricoladora” (CERTEAU, 2014, p.40).

— De você chegar assim num mercadinho e todo mundo te olhar ao mesmo tempo e tu chega... mas tem o seu bacaca... é bacana também quando você começa a sacanear também.

— Hum.

— Tipo: você chega, chega sério no estabelecimento. A fila do pão, sempre tem a fila do pão. Você chega e fica olhando, tu olha pra todo mundo. O cara que lá, que tá: “*deixa eu logo atender ele. Quantos pão tu quer?*” entendeu?

— Você já fez isso?

— Muitas vezes. Aí aquela moça que saltava, né? A gente pegava o mesmo ônibus e ela saía igual uma doida correndo “eu vou tirar onda com ela”. Eu... na hora de... eu sei que a gente vai saltar na mesma parada, eu já me adiantava pra descer primeiro. Quando eu descia eu abaixava a cabeça e eu andava, andava até fazer a curva ali no Tribunal que dobra, né? Quando dobrava eu parava de andar, aí lá vem ela. Ei, ela me via, ela se batia, aí ela atravessava a rua, aí eu já ia atrás, aí eu começava a andar fazendo zoadas, né? (bate em ritmo de passos compassados na mesa). Menina, ela... aí eu ia até certo ponto e aí eu não aguentava, que aí eu já vinha rindo, já... que aí ela olhava, se fechava todinha e andava, pegava a bolsa e os livros, que ela vinha da UFAM.

(...)

— aí nesse dia “rapaz, hoje eu vou matar essa menina de susto”, aí tem uma gráfica e tem os guardas da gráfica, aí eu venho naquele passo forte (bate ritmado na mesa) e a menina já quase correndo, quando chegou... E ela tava andando muito rápido pra chegar lá nos guarda. Quando ela vai chegando, eu passo dela e pego nela: “*que horas tem?*”. Ei, ela deu um grito, ela jogou tudo pra cima, aí os guardas se assustaram, aí eu digo “*é doida essa mulher*” (incompreensível – rindo). Aí foi, foi, eu acabei tirando sarro disso. Então, é... na família também as pessoas te vê... não te chamam mais pra festa de final de ano e natal porque vai que na hora da meia-noite tu surta e tu quebra tudo, tu sempre... sempre pensa nisso. Você não pode ter as suas emoções. Eu mudei muito, né, eu tô mais... mais sereno, eu sou bem mais tranquilo. Antes não, eu era mais acelerado, né, bem... Aí... porque qualquer mudança de humor, aí tá em crise [fala sobre o que as pessoas pensam], né? Tem situações que você fica chateado, puto da vida, aí você não pode ficar, tu não pode fazer nenhum movimento brusco porque em qualquer situação tu tá sendo monitorado. Aí, meu irmão, era chamar o SAMU e te levar lá pra pegar sossega leão.

As transcrições acima, mesmo longas, são importantes para pensarmos um conjunto de estratégias de resistência elaboradas pelo narrador, o tom de sua narrativa, ao mesmo tempo que nos mostram leitura crítica da sociedade e de como esta deseja conformar sentimentos e reações, elaborando lugares comuns sobre a loucura e o sofrimento mental, causando mais sofrimento, acusando já uma crise na ocasião de qualquer mudança no padrão de passividade, domesticação. Que violência é perceber negado o direito à sua própria emoção, e a mudança de comportamentos ou até mesmo personalidade passa a ser orientada pelo medo de não ser compreendido. As narrativas

que vimos, e ainda veremos adiante, surgem em um diálogo que possibilita o alargamento de percepções quanto às lutas no campo da memória e dos sentimentos implicadas nessas experiências, em um espaço social contraditório, autoritário, dividido em classes.

2.4 DEMOCRACIA E MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE A PARTIR DA SAÚDE MENTAL

O processo de abertura de CAPS's no interior do Amazonas, possibilitado pelas discussões realizadas na Fiocruz com profissionais em formação e que já atuavam nos municípios do estado e, claro, por um momento de profundos investimentos na atenção à saúde mental pelo Ministério da Saúde, indica um importante trabalho que trazia consigo também as perspectivas de municipalização da saúde do Amazonas. A municipalização é um termo que também traz noções de “democratização” da saúde no Brasil, não apenas porque saúde é democracia, mas porque sua gestão precisa passar e continuar pela via da gestão democrática e participativa. O contrário da municipalização é a concentração de poder e recursos no governo federal, com aumentado riscos de acentuação dos limites e desigualdades na saúde, além de benefícios ao setor privado, como já praticado na ditadura civil-militar. Não que a municipalização esteja imune às privatizações e demais falhas, mas sua realização possibilita outros caminhos e práticas.

A questão da municipalização passou por disputas em seu uso ao longo dos anos de luta pelo Sistema Único de Saúde. Carmem Fontes Teixeira define, inicialmente, a municipalização como “parte do processo de descentralização da gestão do sistema de saúde” (TEIXEIRA, 1991, p. 10). A autora aponta a importância do termo no sentido de que este deveria pautar toda a consolidação do SUS, e lembra que a multiplicidade de sentidos que o termo adquiriu foi instrumentalizada por diferentes grupos de acordo com seus interesses políticos. Teixeira diferencia noções em que a ideia de descentralização da gestão na saúde se distingue da ideia de “desconcentração”, considerando que a primeira implica justamente uma alteração na dinâmica de poder, seja político, administrativo ou tecnológico. A segunda tem implicações reduzidas a questões administrativas que reproduzem, ainda que pulverizadas, direcionamentos já encaminhados por um núcleo. Nesse sentido, afirmando que, como processo político, não há neutralidade nas perspectivas de municipalização da saúde, a autora defende que se trata de

Parte de um processo de descentralização política, técnica e administrativa do sistema de saúde, que no limite, inverte a relação nível central (federal) e nível local (municipal), no que diz respeito a formulação e implementação de políticas, organização e gestão dos processos de trabalho e manejo dos recursos (financeiros, humanos, fiscais, materiais) (TEIXEIRA, 1991, p. 11).

A partir da narrativa de Setemberg, percebemos como, na democracia, os investimentos em saúde se apresentam como esforços de um governo. Assim, apesar da propriedade de um saber fazer, como perceberemos no que o narrador diz sobre os processos necessários para a abertura de um CAPS, é revelado também todo um incentivo e apoio direto do Ministério da Saúde, em uma conjuntura que possibilita a abertura de diversos CAPS's nos diversos municípios por todo o Brasil. Por vezes, diálogo que passa direto com o município antes do estado, e por isso, cada município abre o serviço conforme demanda e esforços políticos. As boas experiências de abertura de CAPS, principalmente na região sudeste são vistas como exemplo e possibilidade de aprendizado coletivo por outros movimentos e sujeitos interessados em também atuar nessa frente.

O curso oferecido pela Fiocruz, também presente na narrativa possibilitada pela entrevista com Gibson, reuniu profissionais de variados municípios do Amazonas. E foi pelas contribuições desses trabalhadores, os conhecimentos que tinham de seu lugar de trabalho e engajamento acadêmico e político, em um trabalho coletivo aberto também na formação, que foi possível o estabelecimento de CAPS municipalizados nessas localidades.

— Vieram trabalhadores de vários municípios. Aí com o professor Paulo Amarante, eu e... tava já, meio assim, meio à boca, saber implantar um CAPS, nós começamos a pipocar CAPS no interior.

— É mesmo?

— Aí o primeiro foi em Parintins.

— Junto com o pessoal que tava ali estudando na Fiocruz, né? Os trabalhadores, né?

— Aí, ó, tinham duas irmãs que eram do Iranduba, “vamos implantar um no Iranduba”. Aí tinha um... um pessoal de Tefé, “vamos implantar um em Tefé”. (Setemberg)

O trabalho que coletivo que fosse, não era construído de maneira unívoca e apresentava também conflitos, um deles era acerca da presença de Setemberg, conflito citado na abertura deste capítulo que se explicitara nas barreiras que o narrador percebia

quanto à sua presença naquele espaço acadêmico. Contudo, se valia dos apoios que encontrava e que corroboravam para que ele se sentisse seguro e importante. Por ter sido valorizado, Setemberg também busca valorizar outros sujeitos que ali constroem e por ora ficam em segundo plano, a exemplo dos estagiários, nos quais via a existência de hierarquias. Mas o narrador acreditava que a produção de ciência deveria incorporar outras experiências, a sua, a dos estagiários em formação. Também surge nesta narrativa, como algo valoroso, a possibilidade de conhecer os municípios e calhas de rio do estado do Amazonas. Abaixo, alguns fragmentos da transcrição nos levam a compreender a construção dessa percepção.

— Aí detalhe: eu não tinha nem o fundamental, faça ideia a graduação, só que eu fazia parte de um grupo de pesquisa da UFAM. Lá a professora me chamou “mas como que é?”, “não eu acho que tu vai contribuir muito com a gente” e ela me inscreveu lá, entendeu? (...) Aí ele disse “não, poxa, ele faz parte do grupo”, né? (...) ei, ele me botou lá, né, como apoio administrativo, uma coisa lá.

— Apoio técnico, talvez, né?

— É, me colocou lá.

(...)

— Na hora de fazer o Lattes a colega “ah, Setemberg, vem cá que o teu é rápido”, quando ela abriu, ele já tinha aberto pra mim a página, que eu não sabia digitar, ele mostrou tudinho como tinha que fazer. Ei, ela “dados pessoais” pá, pá, pá, pá, pronto. “Eu digo e os cursos, coisa? Tá aqui a pastinha”.

— Nossa, que legal.

— Aí eu já tinha nessa altura certificado internacional, um monte de... Rapaz, quando ela abriu, ela desistiu porque tinha mais que o dela.

— Muita coisa pra colocar, né, pra inserir?

— Aí quem fez foi uma estagiária. E aí foi bacana que o... o... cada um de nós foi dividido em dupla, eu fiquei com o Gibson. (...) Quando ele não podia ir, ele me mandava pra ir.

— O professor David?

— O professor David. Eu ia como pesquisador e ganhava diária igual a todo mundo. Aí um dia eu cheguei com ele, ele não ia poder ir, né? “professor, é o seguinte, olha, o senhor sabe a minha limitação, eu preciso de ego-auxiliar, e tal, tá lá os estudantes... Aí nós tinha estudante de psicologia, de enfermagem, interdisciplinar, de medicina... Olha, esses menino aí eles têm que ter essa oportunidade que eu tô tendo. Tá sendo bom pra mim, mas não tá sendo de muito proveito porque pra mim vai ficar, mas pra eles vai ser muito importante porque eles tão nesse processo formativo. Ei, ele achou bacana, a partir de agora o estagiário vai... Porque o estagiário só era pra transcrever, fazer aquelas coisas administrativas... Tudinho, viajava e ganhava dinheiro, diária, igual a todo mundo. Aí aquela colega incomodava, entendeu? Essa questão do título, né, de... de ter o nível de o que cada um. Não, a ciência, o processo tá aí.

Principalmente aqueles que tão na fase de formação, a prioridade é eles de... de vivenciar isso.

(...)

— E outra: você conhecer o teu estado. Que nós íamos, nós fomos, parece que 14 cidade, entendeu? Cada cidade foram três vezes.

— Olha aí, ó eu não conheço 14 cidade do Amazonas.

— Pois é, eu não conheço os 61, né? Só conheço 33, mas eu conheço toda as calha de rio, né? Então essa fase, né, que o professor Paulo Amarante... ele foi uma peça chave pro ponta pé inicial, é... disso, né, da qualificação profissional. Então a gente avançou muito, nesse sentido. Aí a gente... eu come... quando foi em 2019, já, a gente tava fazendo a con.. a primeira conferência de saúde mental no estado.

(...)

Aí conheci também o pessoal de São Paulo. As redes que a gente tinha bem interessante era lá. Na época o prefeito era o Serafim Correia

— Ham, aqui em Manaus, né?

— Aqui em Manaus, então a gente consegue uma reunião com ele, a gente fala da necessidade de montar o CAPS, ele deu super apoio e disse que era pra nós escolher a melhor referência e irmos lá

— Melhor referência? Como assim, a melhor referência de quê?

— CAPS. O Ministério da Saúde... e aí nós fomos em Campinas, Santo André, fomos ver como é, como é...

— Você foi viajando?

— Foi. Foi um grupo daqui de Manaus pra lá

— Quem mais fazia parte desse grupo?

— Elivandra, a doutora Ana...

— A Ana...

— Era um grupo grande, né, assim, digamos, era o grupo ali da luta antimanicomial, embora a gente não dizia, assim, não era escrito.

— É? Mas vocês se reconheciam enquanto militantes da saúde mental?

— Sim, militante, é. Então com isso, aí fomos, conhecemos... Mas eu não lembro onde é que eu tava. Porque o doutor Rogélio, um período, começou me manipular porque ele não podia falar, ele botava as angústias dele pra mim falar.

— É mesmo? O Rogélio era o que nessa época? Coordenador de saúde mental?

— Coordenador de saúde mental. Aí eu sei que a gente criou uma treta com o Rogélio, mas a gente começou... aí é quando... Lembra lá na Fiocruz? Eu conheci o SUS lá, então.

— Conheceu o SUS lá?

— Foi, foi lá que eu fui compreender nas disciplinas de mestrado e doutorado em Saúde Pública que a Fiocruz tem, aí eu fui conhecendo mais tecnicamente... tecnicamente nas leituras, aí participação em eventos. Aí eu já vivia no Conselho Estadual de Saúde, já percorria por lá, até que eu comecei a questionar, pedir urgência de pauta.

— Urgência de pauta?

— É, audi... é... pedir pauta, né, pra discutir a questão da saúde mental. (Setemberg)

A fonte acima toca na questão de que em Manaus houve tentativa de se abrir um CAPS de gestão municipal, mas ela não se conformou naquele momento. Essa movimentação em municípios e no âmbito da gestão estadual de saúde também passa por disputas políticas, mobilizações. Em alguns casos, foi mesmo alguém da gestão estadual que os municípios levaram para frente a inauguração do serviço. Assim é instalado em Parintins o primeiro CAPS do estado do Amazonas. Tanto é fruto de disputas políticas que por todo o Brasil, os CAPS são de alçada da gestão municipal, mas temos em Manaus fenômeno curioso que é a inauguração de um CAPS pertencente à rede estadual, o Silvério Tundis. No site da SES a chamada da matéria é “Estado inaugura seu primeiro CAPS”³⁰, mas não por se tratar do primeiro no Amazonas, e sim por ser o primeiro da gestão estadual, primeiro e único até hoje, visto que não se trata do procedimento comum. O próprio título da matéria já acena para a busca de uma propriedade ou autoria sobre a implantação. Setemberg critica isso.

O narrador menciona o coordenador, à época, de saúde mental do estado, o psiquiatra Rogélio Casado, com o qual, nos informa, teve conflitos. Casado é de maneira muito frequente mencionado como referência na luta antimanicomial no estado do Amazonas. Em vida, trabalhou no Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro oportunizando grandes transformações e chamando atenção para a situação precária que se passava dentro dos muros do hospital. Organizava grupos de leitura na temática da saúde mental, fez greve de fome buscando atenção às necessidades percebidas no interior do hospício³¹. As descrições acerca de Rogélio Casado vão desde “uma figura que incentivava, é uma figura que incentivava demais a gente a estudar a saúde mental”³². Também a partir de seus esforços é criada a lei que trata da Política Estadual de Saúde Mental no Amazonas. Para alguns, ele foi o responsável por colocar “o Amazonas no mapa da luta antimanicomial”. Ao iniciar essa pesquisa, Rogélio era o único nome que, durante muito tempo, eu mesma tive por referência na luta antimanicomial na cidade. Médico, fotógrafo, publicava crônicas em movimentado blog, e durante algum tempo também escreveu para alguns jornais.

³⁰ “Estado inaugura seu primeiro CAPS” (04 de maio de 2006). Disponível em: <https://www.saude.am.gov.br/estado-inaugura-seu-primeiro-caps/>. Acesso em: 23/10/2025

³¹ A greve de fome de Rogélio Casado é citada em três das entrevistas realizadas: Nira Lopes, Margarida Campos e Aluísio, com lugar de destaque na memória destes narradores.

³² Aluísio Campos em entrevista (entrevista realizada em junho de 2024 no centro de Manaus)

Se Setemberg lista os CAPS's que ele e seus companheiros abriram no estado do Amazonas, outro grupo, na gestão da saúde do estado também se articula, abrindo o CAPS de gestão estadual já mencionado, mas também apoiando aberturas de CAPS's em outros municípios. O narrador deste caso, Aluísio, não toma como autoria dele ou do grupo essas implantações, mas afirma fazer parte do trabalho, e, no entanto, são serviços que se consolidam também municipalizados. A modéstia na narrativa pela qual lembra o período em que trabalhou na gestão da saúde do estado soa ambígua pois, no que diz e repete outras vezes, aquele “nada”, também acompanha a direção de valorizar a implantação do CAPS Silvério Tundis e outros no estado. Ao passo que também contrasta com a postura de admissão e valorização dos próprios feitos que Setemberg traz. Percebemos como a implantação dos serviços no Amazonas foi construída através de diferentes estratégias e articulações e aparecem por diversas memórias.

— E a gente conseguiu, sabe, naquela época na gestão, não fazer basicamente nada. Basicamente nada, mas desse nada que a gente não fez, desse quase nada que a gente não fez, nós conseguimos implantar o Silvério Tundis e essa é uma trajetória, foi o que nós conseguimos fazer enquanto eu estava lá enquanto membro da equipe, né? Nós implantamos o CAPS Silvério Tundis, nós trabalhamos na implantação do CAPS de Apuí, nós trabalhamos na implantação do CAPS de Manicoré, nós trabalhamos na implantação do CAPS de Maués, nós trabalhamos na implantação do CAPS de... Maués... deixa eu ver outro... gente, aqui perto do Rio Preto da Eva, do Rio Preto da Eva... Mais algum? Não vou lembrar, mas foram eu acho que no máximo sete CAPS que nossa equipe conseguiu implantar nesse período que nós ficamos lá. (Aluísio Campos)

Para além de rusgas entre distintos grupos ou oposições entre gestão e demais trabalhadores, importa destacar o processo acontecendo e evidenciar que as políticas em saúde mental estavam se encaminhando no Amazonas e de acordo com esta realidade. O apoio do Ministério da Saúde foi cabal para essas realizações. Como Setemberg se percebe no “cenário da luta antimanicomial”, é também o Amazonas se tornando um estado que passa a receber e pautar essas políticas transformadoras à custa da luta de usuários e trabalhadores, levantando estas reivindicações e buscando modos para que elas se concretizassem.

2.4.1 CAPS NO MUNICÍPIO DE MANACAPURU

Um dos CAPS's criados no Amazonas nesse período, o de Manacapuru, chama atenção pela singularidade no processo de abertura. Isso por alguns motivos: Setemberg está à frente da coordenação de saúde mental do município, e a articulação para abertura do CAPS e sua realização aconteceu em 29 dias. De maneira diferente do que em geral se dá na capital, onde foram abertos vários CAPS's que levavam nomes de médicos, o CAPS inaugurado na gestão de Setemberg leva o nome de uma pessoa da cidade que passou por sofrimento mental. Considero importante valorizar essa narrativa pois ela aponta em minúcias saberes que vão desde os mais técnicos e que por diversas vezes foram conhecimentos novos também para mim, mas também um saber que vai buscar respostas e condutas para aquilo que lhe é pessoal e também político ao narrador. Adiante, entenderemos esse processo de abertura, narrado por Setemberg, bem como os significados e importância que este episódio tem para sua trajetória e presença política.

A atuação de Setemberg não se deu apenas naqueles grandes feitos que foram as aberturas de CAPS's no Amazonas. Antes disso, a realização de conferências de saúde também é de grande importância para a construção, controle e participação democrática no SUS. Esse momento também é marcado pela realização de algumas dessas conferências em municípios do estado para onde havia a necessidade de deslocamento e mobilização política para a construção do evento e participação da sociedade. O trecho transcrito a seguir, embora longo, interessa-nos a fim de entender esse processo, tendo em vista o que já venho problematizando sobre o percurso entre os municípios, articulações para realização de conferências e um resultado do envolvimento de Setemberg nessas atividades. Envolvimento que gera o respeito de políticos que o reconhecem como alguém preparado para a institucionalização municipalizada desses serviços.

— Manacapuru. Nós fizemos a conferência na sexta. Segunda-feira o doutor Vagner foi lá na SUSAM, no Conselho atrás de mim, que o doutor Ângelo pediu pra que eu fosse lá, né, pra ajudar lá. Aí sempre o pessoal me chamava assim, eu ia pros municípios, por isso que eu conheci todos os municípios. Aí... aí ele me encontra lá, a gente acerta pra ir pra Manacapuru, eu fui. Quando eu chego lá no município, ele me apresenta o pessoal, alguns eu já conhecia... Aí uma moça lá me pediu meus documentos, aí eu digo “*Ah, deve cair alguma diária, alguma coisa*”. Aí ela: “*sua carteira de trabalho*”. Eu digo “*não, só tenho esses documentos aqui*”, “*ah, tá*”. Aí o prefeito liga: “*Meu superior, já me informaram que você tá na cidade, vem aqui que eu quero lhe dar um abraço na prefeitura*”. Aí eu fui, um monte de gente, aí o segurança grandão: “— *pois não, senhor*. — *Eu*

quero falar com o prefeito - com o doutor Angelus”, ainda não sabia que ele era o prefeito.

— Uhum.

— Aí ele mandando mensagem, “eu tô aqui fora” — *entra*. — Como é que eu ia entrar que não deixavam?

— Isso foi num evento ou...

— Não.

— Apenas na sede da prefeitura mesmo?

— Teve o... a Conferência. Na segunda o doutor Wagner já foi me procurar dizendo que o... que o doutor Angelus queria que eu fosse a Manacapuru pra gente... ele num... ele só disse que era pra mim ir pra Manacapuru, ele não entrou em detalhes, eu fui com ele.

— Ah, sim, sim. O Wagner era o que?

— Era o secretário de saúde de Manacapuru. O doutor Wagner que foi o secretário adjunto da capital da SUSAM, quando ele saiu de lá ele foi pra SUSAM ser secretário da SUSAM. Então, eu mando a mensagem e digo que tô lá fora, ele foi lá me buscar, lá fora. Eu entro, quando ele tá lá, ele tá com todos os vereadores e parte do... da equipe dele. Aí o pessoal conversando ele disse “*olha, pessoal, esse aqui é o Setemberg* – aí ele me apresenta – e tal, *é o nosso coordenador de saúde mental de Manacapuru*. Aí eu “*como assim?*”. Aí que eu fui descobrir que ele era... estava prefeito porque o prefeito foi cassado e ele assumiu. Aí eu fui pra ficar dois dias lá com o doutor Wagner, até fiquei no mesmo hotel que ele.

— Ah, então ele brincou que você era o coordenador de saúde mental de Manacapuru?

— É. Aí todo mundo tava me chamando de doutor, aí eu digo “*ei, eu num... explica que eu não sou doutor*”. Que eu achei que ele ia me apresentar como usuário, e tal. “*vai ganhando confiança, tu é doutor*”. Aí terminou lá, eu fui pra secretaria, aí os documentos era pra contratação, a nomeação.

— É mesmo? Nossa, então você já foi coordenador mesmo!

— E diretor de CAPS.

— Diretor de CAPS também?

— Aham.

— Em Manacapuru?

— Em Manaquiri. (Setemberg)

No quesito saúde mental e articulação com o Ministério da Saúde, Setemberg é “superior” ao prefeito. Contudo, nesse processo não deixa de sentir as diferenças com que é tratado ou dificuldades de acessar determinados lugares, começando pelo acesso à porta da prefeitura, onde o segurança é “grandão”, momento em que ele achava que iria ser apresentado como usuário. Embora Setemberg chegue sem estar claro o que iria acontecer, não foi repentino ou aleatório que ele estivesse em evidência para ocupar o cargo escolhido pelo secretário de saúde. Já havia também as sugestões de Gibson que, amigo, companheiro de formação, outrora gestor de CAPS e do extinto manicômio

judiciário em Manaus, entendia a importância de ampliar espaços para a presença de Setemberg.

— Aí olha só... Aí daí... e tudo isso o Gibson me ajudando. Quando foi... E o Gibson que falou pra esposa do Angelus, do doutor. Que ela tava lá, ele disse: *poxa, olha o Setemberg, o cara... eu fico revoltado, doutora! O cara é convidado pro exterior, pra tudo quanto é canto e aqui ele não é valorizado*, não sei o quê, *não tem uma oportunidade e tal tal*. Aí eu acho que ela conversou alguma coisa e ele... eu já era essa pessoa referente de saúde mental na comissão, aí era pra me contratar. Aí eu fui pra secretaria, lá né, pra conversar, pra se integrar, né. *Porra, eu vim aqui passar, eu achando uma coisa, né?* Aí eu *“porra, Gibson, me contrataram aqui, cara”*, aí *“Não, vai, é contigo!”*. Aí eu liguei pra doutora Ana, que eu tava no ISAT, e nessa época eu fazia parte de um... de um Grupo de Trabalho de Usuários e Familiares no Ministério da Saúde lá na coordenação com o Pedro Gabriel.

— Ah, sim. E no ISAT você fazia o que?

— Eu era voluntário lá.

— Voluntário pra fazer o que?

— Assim, eu era... eu que representava o ISAT, eu... eu participava de planejamento, eu... como é que se diz... eu, a doutora Ana e a Ermelinda, a gente era ali o miolo do ISAT. Aí eu corri, assim, liguei pra ela *“doutora, olha, aqui em Manacapuru, assim... doutora, eu tô agoniado porque...”*

— Era Manacapuru ou Manaquiri?

— Manacapuru.

— Manacapuru.

— Aí ela disse *“meu filho, você tá pronto, aqui é você que... que nos orienta nisso, vai”* e tal.

— Você teve um grande apoio, então, né, Setemberg?

— Porque eu era, assim, nas asas da doutora Ana, da Ermelinda, do Gibson. Aí pra mim ir pra um negócio assim, aí lá de Manacapuru mesmo eu liguei pro Pedro Gabriel, porra, ele não tava, tava fora, aí eu *“puta merda”*. Aí no outro dia eu consegui falar, eu *“pô doutor, eu tô aqui em Manacapuru, e tal, eu vou coordenar aqui o serviço, assim e tal”*, aí pô, ele ficou super alegre: *“Olha, é isso aí, pô! Aí você vai ter condições de concre... de a gente montar uma rede forte, não sei o quê, é isso aí”*. Aí eu disse pra ele: *“poxa, mas eu tô... assim, eu não sei se eu dou conta”* *“vai, pô, nós estamos aqui, as meninas tão aqui”*. Aí ele falou lá na sala, assim.

Além de Gibson, outras pessoas apoiaram e comemoraram com Setemberg aquela indicação. Tratava-se da possibilidade da materialização de um projeto coletivo que não acontecia apenas na região norte, mas em todo o Brasil, e fruto de uma luta de décadas, nas quais cada vez mais se fazia clara a necessidade de reconhecimento desses sujeitos, os silenciados e violentados pelo estado e pela ciência do progresso, da

higienização, da exclusão. Em sua experiência no manicômio, como trabalhadora, a autora Ana Marta Lobosque lembra da “violência da ausência de resposta aos apelos mais pungentes, até impor silêncio a todo apelo” (LOBOSQUE, 2020, p. 22). Na contramão do silenciamento e buscando por diversos caminhos, ouvidos e leis aos seus apelos, Setemberg lembra com orgulho de seu percurso e com afeto das pessoas que assim comemoraram pelo ganho político. Sua participação nos eventos, um percurso irrompendo calhas de rio, o conhecido, mas não familiar muro do hospício me lembra uma experiência compartilhada também pela já citada psiquiatra brasileira e militante da luta antimanicomial, Ana Marta Lobosque em texto carregado de memória e direcionado a um coletivo que também participou de importantes conquistas ou sustentou no cotidiano importantes transformações. A autora afirma que

Se esquecêssemos, todos, a alegria plena da invenção dos primeiros CAPS, do pioneiro trabalho cotidiano; ou das primeiras viagens, as caravanas de trabalhadores e usuários de Sul a Norte, nos encontros nacionais, ainda assim os territórios guardariam o traçado de linhas e becos, impasses e saídas, que nele desenharam nossos passos; e nossos braços guardariam, intata, a lembrança de erguer esta bandeira (LOBOSQUE, 2020, p. 22).

Os atos de Setemberg apontam a necessária escolha. Da feita que é entendida a necessidade de criação do CAPS no município e a demanda é exposta pelo prefeito, é Setemberg que inicia os trabalhos para que a instituição seja criada de maneira especial à realidade do lugar. Quando eu buscava sentidos mais profundos neste processo de abertura, Setemberg entrega uma concatenação de informações, mas não há porque se enganar, é nessa oralidade que já vêm os sentidos. Assim, neste momento, é do interesse do narrador explicitar passo-a-passo, uma vez que foi da maneira como ele aprendeu a partir de documentos de orientação em forma de cartilhas do Ministério da Saúde, em um esforço de afirmar seu conhecimento, habilidades, trânsito por diversas instituições e articulação política, ao mesmo tempo que também mostra como é querido por onde passa.

— Quando foi no outro dia tinha reunião com o doutor Ângelo, o prefeito e a equipe técnica do pessoal. Aí na reunião ele disse: *pessoal, é o seguinte, minha primeira obra que eu quero inaugurar aqui no município é a implantação de um CAPS porque foi por unanimidade* — tava ele e a esposa — *todos os grupos foi unânime em pedir pra implantar um CAPS e o Setemberg veio aqui pra nos ajudar nisso aqui, e tal. Então em 30 dias eu quero inaugurar.* Aí o doutor Vagner já: *30 dias?! Aí ele: Setemberg, em quantos tempos dá pra*

inaugurar? Eu digo: *Doutor, é de 6 meses, 1 ano, às vezes até dois anos.* Aí ele: *rapaz, e aí como é que nós vamos fazer?* [Setemberg:] *Não, nós vamos fazer.* Aí eu fiquei, assim, muito, também, ansioso porque... Aí eu digo: não, mas eu sei como é que faz, né? Aí quando encerrou essa reunião, eu já fui lá com o doutor Wagner: *Doutor, se é 30 dias, a gente tem que reunir hoje o Conselho Municipal de Saúde e o senhor é o presidente.*

— Você entrou mesmo, né?

— Uhum. Porque a gente precisa da aprovação do Conselho, tem que ter uma relo... uma resolução. Aí na hora ele ligou, aí teve o quórum, aí a gente não tinha como apresentar nada que a gente foi pego de surpresa ali, aí eu só falei. Alguns conselheiros lá participaram da conferência, né? Então meia hora tava aprovado e dali já fomos fazer a resolução. Aí falta um outro item importante que é a resolução CIB, que é uma instância de pactuação.

— Pactuação entre quem?

— Entre os entes federados, o estado, o município. Tem que ter anuência dessa... desse organismo de gestão, são instâncias.

— Aí precisava do estado também, né?

— É. Aí no outro dia eu vim bater em Manaus, que a gente só veio passar dois dias, o doutor... o doutor tinha cirurgia, né? Eu nem fui pra casa, fui pra SUSAM. Aí eu conversei com a chefe... Ei, o pessoal lá é uns queridos comigo! Eu fui lá com a Cíntia e: *Cíntia, tô precisando falar urgente com o doutor Wilson.* Aí: *o que foi?* Aí eu falei pra ela: *Eu preciso porque vou implantar um CAPS lá, preciso duma resolução da CIB, só que a CIB tem que pedir 30 an... 30 dias antes a pauta, então essa resolução se eu der entrada hoje só vai ser daqui a dois mês.* Aí eu quero falar com ele. Aí ela: *Não esquentar não, Set!* Ela toda... (risos).

(...)

— Aí... tu conheceu a Elivandra?

— Elivandra? Não, não.

— Ela já foi coordenadora de saúde mental da SEMSA. E eles tavam fazendo o projeto, tinham acabado de fazer o projeto do CAPS, aí eu digo: *Elivandra, eu tô assim, assim...* — *Não, tá aqui...* Aí eu digo — *pois é, o pessoal de São Paulo mandou aqui...* Aí a gente ficou trocando figurinhas, é isso mesmo. Aí eu pa pa pa, mando lá pra Junia, que era uma assessora do Ministério, aí ela enfeitou o maracá... *Tá aí, só é assinar.* Aí os outros documentos também, aí pronto, mandei, enfim.

Além do profundo conhecimento, o desenrolar da construção desta nova instituição não impõe ausência de emoção, é com choro que determinadas memórias são transmitidas na entrevista, vêm se fazendo presentes os sentimentos carregados pelo narrador ao lembrar daquele período e de seu trabalho. Essas emoções expressadas na narrativa, longe de sugerir fraquezas, tratam de marcar aquilo que há de riqueza na

experiência humana, que toca a subjetividade, as perspectivas de pertencimento, de autoria, envolvimento, participação histórica.

- Adivinha em quantos dias a gente conseguiu inaugurar esse CAPS.
- Em 30?
- 29! (risos).
- (risos) É mesmo?! Eu já tinha ouvido falar dessa história, sabia?
- Já?
- Já. Quem me falou foi o Gibson. E agora tô ouvindo do próprio autor.
- Pois é (chora, tomado de forte emoção).
- É de emocionar mesmo, né? Todo um trabalho aí de muita luta, de muita experiência, né? De reconhecimento também.
- Dei minha vida lá! O nome... Cheguei com o prefeito... Aí sim, onde vai ser? Aí o doutor Pedro mandou um consultor lá comigo. O Décio. Nossa, um fofo! Ele e a esposa dele, aí ele foi lá em Manacapuru. Aí pra contratar? Não podia, aí fomos pegando servidor assim e “*olha, a gente... vamo... a missão é essa, umbora*”. Aí veio, ele formou... fez uma formação. Aí nessa época deu muita polêmica porque você tem que divulgar o que faz, aí a equipe lá de assessoria do prefeito era fantástica, aí saiu reportagem falando que o Ministério da Saúde tava treinando a equipe (chorando engasga) do CAPS. Aí os outros CAPS não tiveram essa oportunidade, né? Ainda mais... era o Ministério, um consultor do Ministério lá.
- A oportunidade que cê fala do próprio Ministério da Saúde estar lá lado a lado fazendo formação, treinan... fazendo treinamento?
- É. E ele tinha sido coordenador de saúde mental, ele era responsável lá pela... da implantação em Santo André da Rede.
- Quem era ele?
- O Décio Castro Alves.

Toda emoção e propriedade que permeiam a fala de Setemberg em nosso encontro tomam espaço maior quando da busca por um nome para o CAPS que ele estava trabalhando para abrir. Fundamental foi a liberdade garantida para esta consolidação, liberdade que não foi concedida como benesse, mas conquistada também pelo narrador através do trabalho e da luta por melhores condições de tratamento e dignidade para usuários do sistema de saúde, especificamente da saúde mental. Temos aí um símbolo da luta deste sujeito para afirmar-se, para fazer acontecer. Essa afirmação também escapa à modéstia, pois não espera apenas validação externa para que ele mesmo se afirme. Quando cobrado por outros municípios sobre a presença do Ministério da Saúde, ele diz “então, o pessoal queria que eu chamasse. Eu digo: *Gente,*

eu sou responsável... — Aí eu fiquei boçal — do município, então é uma ação estratégica da gestão municipal, vocês podem fazer o de vocês”.

— *Prefeito, como é o nome do CAPS?* Ele disse: “*É com você o nome, pode...*” Aí eu digo “*e agora?*”. Aí eu perguntava do pessoal e ninguém tinha ideia, quer nomear não sei quem, homenagear. Eu digo “*não, gente. A gente tem que homenagear alguém que tem correlação à saúde mental. Toda cidade tem seu doido, quem é o doido daqui?* Tu lembra que quando a gente é pequeno a mãe diz “*ó, se tu for pra rua o doido te pega, o homem do saco*”? Aí eu fiz uma pesquisa e tinha dois: o Maçaroca e a Chica Doida. Aí eu fui me aprofundar na... na história dos doido. Eu ia pro mercado e chegava lá pra tomar uma sopa: *oi e tal... aí fazia... puxava uma conversa: vem cá, olha, eu tô recente aqui no município e tal e eu ouvi uma conversa que me chamou atenção, e... Você ouviu falar do Maçaroca e tal?* Aí as pessoas iam falando, aí também da Chica Doida, aí o pessoal falava, ali, em cima da suas vivência, da narrativa que tinha dele. Então quem era o Maçaroca? Era um senhor que ele pegava desmentidura.

— É mesmo?

— Ele rezava em criança... E acabou zanzando pela cidade, cronificou. Aí eu achei a história dele mais interessante de que a da Chica Doida. Quando as pessoas foram falando mais dele e, assim, eu vi que tinha uma representatividade maior. Aí por que o “Maçaroca”? Maçaroca é grande. Aí alguns diziam que ele fumava um parron... um porronca muito grande, bem exagerado.

— Parronca?

— Parronca, é. O cigarro, tabaco.

— Ah, sim.

— Aí outros diziam que não, que era o membro sexual dele que era muito avans... avantajado. Aí eu não me aprofundei muito assim, né, mas eu achei interessante que ele era um cidadão ali, uma pessoa que tinha uma representatividade dentro da sociedade. Importante, onde ele exercia... Mas infelizmente ele acabou tendo um transtorno e ficou em s... pela rua, zanzando pela rua e tal.

— E ele ainda era vivo?

— Não, não. Já havia falecido. Aí tá, ficou. Aí eu vou apresentar pro prefeito, aí ele disse “*não, pô... porra, achei fantástico*”. Aí eu fiz uma justificativa, o porquê, e tal, né? Tinha tudo aquilo. Né? Porque ele ficou nessa situação devido, é... que o município não tinha uma estrutura de cuidados.

— De cuidados.

— E eleaju... cuidou, né? Tinha uma atividade de cuidador, entendeu?

A recusa de um nome qualquer para aquele CAPS que homenageasse qualquer figura alheia a uma memória que não tivesse encontrado na experiência é dado do enfrentamento que Setemberg logrou mesmo já em posição de gestão. O narrador inicia, então, minucioso processo de investigação na busca desse nome. Partindo de uma prévia hipótese, a da existência daqueles “tipos de rua”, como referencia Maria

Clementina Pereira Cunha (2022), Setemberg buscou conhecer como isso se deu naquela cidade. Entretanto, o trabalho de Setemberg se difere daquilo que foi observado na importante pesquisa realizada pela historiadora, para quem importa saber as diferenças na forma de tratamento e convívio com estes sujeitos “vesânicos” a partir do regime republicano. No período estudado pela autora, as formas de compreensão e enfrentamento da loucura passam pela discussão sobre o asilamento, uma vez que esses loucos, “tipos de rua” antes relacionados com a comunidade, passaram a ser vistos como ameaça. Para Setemberg, a articulação entre suas reflexões e posturas políticas vai na direção contrária àquela que toma como ameaça essa população. Nesse sentido, o trabalho é para marcar a importância de equipamentos para o cuidado na atenção ao sofrimento mental, com dignidade e liberdade, serviço possível neste tempo mais próximo ao nosso, conquistado a partir das importantes transformações possibilitadas pela reforma psiquiátrica no Brasil.

A investigação empreendida por Setemberg é como aula de expertise que não abre mão da humanidade e sensibilidade expressadas na abertura do diálogo que acontece no chão do cotidiano e da cultura em comum na cidade. É na visita ao mercado, o hábito da sopa, da conversa trocada na feira, quase como “conversa fiada” na leveza com que, sem pretensas neutralidades ou fantasiosas hierarquias, acontece na intimidade de quem compartilha sotaque, trabalho, crenças e experiências. Se apresenta às pessoas com quem fala a partir do lugar de alguém que não fez parte daquela história, acolhe distintas memórias e explicações através dela, age conforme alguém que se dispõe a ouvir e se preocupa com os interlocutores, para além de extrair as informações de que precisa. No diálogo aberto pela escuta, não vamos à procura dos fatos, mas significados que surgem com as narrativas, ao tempo em que ele mesmo infere sobre os significados que Maçaroca tivera para aquela comunidade, a partir de suas próprias interpretações. Além de saber-se sujeito histórico, entende que outros também o são.

Isso me faz rever minhas próprias posições de pesquisadora frente à alguém que, não sendo historiador, sem os aportes metodológicos da história oral, é, antes de tudo, humano. A partir dos relatos que ouviu em suas andanças na cidade, Setemberg imagina um quadro possível, dentro de um conhecimento prévio da sociedade e do tratamento que esta reserva às pessoas com sofrimento mental. Em seu entendimento, Maçaroca “cronificou”. É sensibilizado, mas também arremata em apontar as contradições de uma sociedade que deixa à míngua alguém que dela cuidou, nas atividades tão regionalmente nossas de “pegar desmentidura”, trabalho que na maioria das vezes é vinculado também

ao ato de fazer rezas com intuito da cura e que perpassa também o estabelecimento de uma relação de vizinhança e solidariedades. Dentro da gestão, angariar autonomia para a escolha desse nome também é disputa por valores que revelam interesses. Esses valores dão medida de um trabalho, de uma luta, um esforço pela realização das mudanças que gostaria de ver e sabia acontecer no país. Para que a experiência que ele tivera no manicômio, se impossível de ser apagada ou esquecida, ao menos não viesse a se perpetuar e continuar alcançando tantos outros sujeitos muitas vezes situados em marcadores de classe e raça.

CAPÍTULO 3 – LINGUAGENS, CULTURA E RESISTÊNCIA ANTIMANICOMIAL

*“Quando dava a doideira em mim
Me amarravam e levavam pro Juquery
Mas quando dava a doideira em mim
Me amarravam e levavam pro Juquery*

*Eletrochoque, camisa-de-força
Droga injetável aplicavam em mim
Eletrochoque, camisa-de-força
Droga injetável aplicavam em mim”
Mas quando dava a doideira em mim...”
(Música do Maracatu Quebramuro, letra de Zé Maria)*

*Derrotei minha imagem
Derrotei meu inimigo
derrotei minha imagem
derrotei meu inimigo
Fui tocar no Quebramuro
para não correr perigo
fui tocar no Quebramuro
para não correr perigo
(Maracatu Quebramuro)*

Neste capítulo, trataremos das linguagens que expressam perspectivas antimanicomiais em Manaus. As fontes para essa discussão foram levantadas a partir de músicas cantadas pelo Maracatu Quebramuro, entrevistas, fotografias de acervos pessoais cedidos a mim a partir das entrevistas. E foram ainda fundamentais para este momento do trabalho a consulta aos cadernos de campo utilizados em alguns dos eventos na cidade e nos ensaios do Maracatu Quebramuro de que pude participar. Perpassam aí noções de patrimônio pensadas desde o final do capítulo anterior, baseadas principalmente em autores como Marcos A. Silva, Maria Clementina Pereira Cunha. Discussão também proposta para este capítulo diz respeito ao Serviço Residencial Terapêutico (SRT) criado em Manaus, o qual se, por um lado, é serviço instituído na cidade amparado na lei da Reforma Psiquiátrica, e entendido nacionalmente como conquista da luta antimanicomial, por outro lado, aponta contradições no modo como foi implantado na cidade. E como funciona ainda hoje, no presente, diz respeito à pauta fundamental da luta antimanicomial: o cuidado em liberdade. O serviço, no entanto, não passa sem críticas.

O 18 de Maio é data que, no Brasil, é lembrada como o dia nacional da Luta Antimanicomial. Eventos em que se encontram manifestações da luta antimanicomial

são marcados pela expressão de diversas linguagens. Alguns autores além de considerarem que “a luta por uma sociedade sem manicômios é uma das mais bem sucedidas da história recente brasileira” (SANTO; ARAÚJO; AMARANTE, 2016, p. 454), percebem nas comemorações do 18 de maio uma estratégia de divulgação. Penso que, para além da divulgação, esses atos organizados são força no presente para manter viva a memória dessa luta e afirmar, ainda agora, os lemas levantados por diversas vozes do passado, mantendo o movimento que embalava o coro do “nenhum passo atrás, manicômio nunca mais” (NADER, 2019). Santo, Araújo e Amarante (2016) trabalham com a linguagem da luta antimanicomial a partir da análise de cartazes produzidos para eventos na temática, apontando para o “uso do mesmo enunciado em momentos e localidades diferentes” (SANTO; ARAÚJO; AMARANTE, 2016, p. 454).

Em Manaus, a luta antimanicomial é expressa em diversas linguagens. Inicialmente, chamam a atenção as apresentações, ensaios, letras de músicas, bem como as narrativas do/sobre o Maracatu Quebramuro. Mas não somente: a realização de uma exposição de trabalhos artísticos produzidos por pessoas frequentadoras do Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro, as narrativas orais que têm orientado a realização dessa pesquisa e também devo falar aqui sobre acervo fotográfico, produzido por um entrevistado e comigo compartilhado. Essas linguagens têm presença neste trabalho à medida que ele veio se desenvolvendo, convocando-me a desenvolvê-lo.

A Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas divulgou a exposição que aconteceu em 2024 como sua 4ª edição, tendo sido realizada no prédio do Palácio da Justiça, no centro da capital. Na ocasião, foram divulgadas em torno de 48 obras “criadas por pacientes do Hospital Colônia Eduardo Ribeiro, entre 1985 e 1990”. A posse dessas obras e sua eventual exposição nos faz pensar sobre os usos desse patrimônio conforme chamou atenção Maria Clementina Pereira Cunha para os cuidados ao se “cristalizar uma memória que reside em poucos lugares e pertence a muitos poucos” (CUNHA, 1992, p. 9). Em outra atividade da exposição estiveram presentes artistas que trabalharam no Eduardo Ribeiro e viveram como pacientes o momento de produção das obras. No mesmo ano, a exposição também esteve presente no Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), por ocasião do I Fórum Estadual de Saúde Mental e Pessoas em Conflito com a Lei. A seguir, alguns registros em fotografia da exposição.

A exposição trazia na entrada um texto de apresentação de autoria de Turenko Beça, artista plástico de Manaus, e curador daquela exposição. Ele avalia, inicialmente,

como destacados as obras expostas e as contextualiza como inseridas em um trabalho de arteterapia e significa o evento como “uma obrigação e uma tarefa, o mínimo, pedagógica”³³. Se refere aos autores das obras como “artista/paciente” e faz associações entre o visualizado da obra e aspectos psíquicos que poderiam ser revelados por elas: “há uma profundidade no pensamento de cada um, um pedaço das visibilidades e das invisibilidades cotidianas”³⁴. Mesmo no intuito de valorizar um trabalho empírico daqueles artistas desvinculando-os de escolas e certas perspectivas artísticas e dizendo que ainda assim é possível fazer associações com algumas, afirma que “muitas vezes o artista/paciente nem tem consciência de que está a fazer arte”³⁵, algo que não poderíamos concordar ou discordar, mas antes questionar sobre os saberes médicos ou artísticos que validam uma consciência artística dos artistas que trabalharam naquelas obras e sobre os quais a exposição fala, mas diz pouco. Seguem algumas das obras então expostas.

Nas figuras 1 e 2 temos algumas das obras expostas com a informação precisa de sua autoria. A obra de Erivelton (figura 1), pintada em tons predominantemente frios, traz uma figura sozinha, que é destacada em tons mais escuros e contornos delineados sobre um verde sutil e sem outras informações na composição do fundo. O olhar da figura em destaque é mais claro e muito aberto, e pode evidenciar também a posição de observador do autor, que também tem uma leitura de mundo. Não só os olhos, como a boca, estão abertos, quando a pintura expressa além da individualidade, uma vontade nesta linguagem assumida pelo autor, lembrando-nos do sujeito histórico que é, aqui revalorizado.

³³ Fragmento do texto sobre a exposição assinado pela curadoria disposto no totem de apresentação da exposição.

³⁴ Fragmento do texto sobre a exposição assinado pela curadoria disposto no totem de apresentação da exposição.

³⁵ Fragmento do texto sobre a exposição assinado pela curadoria disposto no totem de apresentação da exposição.



Figura 1 - Obra de Erivelton (Autor: Erivelton, sem título. Técnica: mista sobre papel e Eucatex. Sem data) Fonte: acervo pessoal da autora.

Com giz de cera, Moisés Mafra (figura 2, abaixo) traz em formas e cores vibrantes algo de uma relação sua com a natureza, talvez com seu lugar de origem, e da vida fora da instituição. Sem mais informações sobre o autor, não sabemos com que frequência ele se encontrava no Eduardo Ribeiro, se fora internado, outras ocupações que tenha tido na vida ou seu local de nascimento. Entretanto, chama atenção o tema dessa sua produção, que remete para um animal do mato, atento e com a língua de fora, talvez uma cutia, de todo modo em diálogo com representações da cultura popular em movimentos da pintura no Brasil, como o da arte modernista. Colorida, detalhada, muito vívida sobre um fundo marrom e verde que lembre um interior e a vida ali. Diz respeito historicamente a um modo de vida, uma memória. É essa vida, o colorido percebido, criado e atribuído a ela que muitas vezes esteve de fora do interesse de saberes psiquiátricos, conforme apontado por Nise da Silveira em defesa das obras de seus pacientes. A autora acusa demais profissionais da área de só buscar neste tipo de produção os “reflexos de sintomas e de ruína psíquica” (SILVEIRA, 2015, p.16)



Figura 2 - Obra de Moisés Mafra (Moisés Mafra, sem título. Técnica: Giz de cera sobre papel. Ano: 2003). Fonte: acervo pessoal da autora.

Na história e ciências sociais o papel e agência de trabalhadores como sujeitos e submetidos ao “imaginário acadêmico” já foi questionado. A figura 3, abaixo, recebeu como indicação de autoria a informação “coletivos”, de modo que corroborou para a invisibilização dos artistas, e mais uma vez, sobre o mais de suas histórias, mas ainda assim nos revela o que há de coletivo no fazer desses sujeitos, marcando vários indivíduos diferentes entre si, habitando um mesmo espaço, afirmando presenças, reivindicando o carnaval.

Se por “coletivos” não entendemos a autoria, por outro lado podemos ver o que surge de coletivo na tela: a diversidade dos vários sujeitos disputando um espaço no quadro nos remetem às reflexões de Maria Clementina Pereira Cunha assinalando que “em uma sociedade repleta de tensões, o carnaval se tornasse ocasião de expressá-las” (CUNHA, 2002, p.374). Os vários rostos, à primeira vista referindo para uma multidão, precisam ser olhados mais de uma vez, não são amorfos: lembram confetes festivos e saltam com diferentes cores, diferentes formatos e até mesmo variação nas feições, alguns sorrisos contidos, outros sorrisos efusivos e rostos tristes aparecem no quadro expressando as diferentes formas pelas quais se participa ou percebe a festa.



Figura 3- Autor: "Coletivos" (Autor: "Coletivos". Título: "Carnavais". Técnica: Cola colorida sobre papel. Dimensões: 50, 50 x 66, 00 cm. Ano: 1986). Fonte: acervo pessoal da autora.

Esses sujeitos e suas produções aparecem assim descritos: “o que emociona é a pureza e a intimidade revelada de todos esses pacientes/artistas”³⁶, sem mais informações sobre suas trajetórias humanas e como artistas. A ficha técnica da exposição traz o nome das duas artistas e psicóloga “idealizadoras do Projeto Memórias da Loucura”. Para Beatriz Sarlo (2016), o olhar político em torno do presente está além de áreas da intelectualidade, não se restringe a alguma delas e é muito necessário quando se trata de cultura. Este olhar não aceita “nenhuma perspectiva unificadora, nem deveria julgar-se representante de outros setores sociais” (SARLO, 2016, p. 59). Podemos observar, na figura 4, um pouco da organização da exposição. Entre as obras selecionadas, organizadas (fora de uma lógica temporal ou por agrupamento de artistas) e dispostas nos blocos da exposição que ocupava vários ambientes, pouco iluminados, e ainda assim com a ajuda de luz natural pelas cortinas abertas do Palácio da Justiça, o olhar político agiria

Recusando toda forma de paternalismo estético, o olhar político torna, neste caso, a reivindicar o impulso de explicitar as diferenças: na estratégia discursiva, nas formas cambiantes de pacto entre criadores e público, na função e no lugar da arte na dimensão popular, na transmissão de saberes e na construção de espaços próprios (SARLO, 2016, p. 62)

³⁶ Texto de Turenko Beça no totem da exposição



Figura 4 - Disposição das obras. Fonte: acervo pessoal da autora.



Figura 5 - Obra sem autoria e sem título (Sem autor. Sem título. Técnica: mista sobre papel. Dimensões: 51,00 x 38,00 cm. Ano: sem data) Fonte: acervo pessoal da autora.

A exposição contou com um número expressivo de criações artísticas, evidenciando o importante trabalho daqueles pintores e pintoras com os materiais plásticos, bem como sua aposta na comunicação com um público amplo sobre temas diversos. Na obra acima, (figura 5) temos acesso à técnica de trabalho com os materiais, “mista sobre papel”, mas sem informações quanto à autoria, título e data, os quais aparecem preenchidos com a palavra “sem”. Déa Fenelon ao apontar perspectivas de

leitura para aquilo que uma vez chegou como “novas fontes”, lembra que estas “precisam ser desvendadas para delas extrair o não dito, as entrelinhas e aquilo que potencialmente permite olhares e leituras diversas” (FENELON, 1993, p. 77). Sobre um fundo rubro, traçados rígidos que compõem junto com outros sinuosos uma figura orgânica. Diferente do fundo, a figura mistura cores mais neutras e pouco frias, com um feixe de amarelo. A figura ereta tem alguns tentáculos ou asas e está em postura de comunicação: ouve ou vê algo? Quer ser vista, foi pintada. Este quadro cuja autoria e data não se pode saber (a técnica, sim, foi revelada) foi pintado e resiste através do registro, bem como por um interesse nesta memória.

Linguagem, tanto quanto a literatura, a pintura diz sobre o social e sobre uma experiência. Nesse sentido, as reflexões de Sarlo (2016) sobre uma experiência com literatura podem trazer alguma contribuição para este debate, pois da relação com aquela linguagem vista pela autora é que se elaboram experiências de modo que “algo permanece desafiando o tempo e o esquecimento” (SARLO, 2016, p. 26). Também o autor ao criar está produzindo um registro — será esquecido ou lembrado? Estamos observando com essa lembrança também o esquecimento. Pensemos nas reflexões de Benjamin (2012) sobre experiência e pobreza — sabendo de quem são os sujeitos autores das obras (e mesmo sem saber), não podemos esquecer o seu lugar de produção. Benjamin traz outra pergunta importante: “qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” (BENJAMIN, 2012, p. 124). Voltamos mais uma vez à imagem, que curiosamente nos remete à pintura de Paul Klee, lida por Benjamin como o “anjo da história”. Se as pinturas dos pacientes do Eduardo Ribeiro chegam a nós como fragmentos ou ruínas daquele passado dilacerado, não podemos, ainda de acordo com o autor, nos conformar com um presente que se imobiliza. Portanto, tais histórias daqueles sujeitos e dos sujeitos desta pesquisa, não podem se pautar pelo “era uma vez” (BENJAMIN, 2012, p. 250), nem nas artes e menos ainda na história.

A realização da exposição naquela edição também é apresentada como tendo alguns responsáveis, estes vinculados à FASMA (Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental e Luta Antimanicomial do Amazonas), assim também pude acompanhar a divulgação e programação definida ao longo dos meses por esse coletivo. Como parte dos organizadores tiveram experiência de trabalho no hospício, os significados presentes na realização da exposição aparecem como o esforço de mostrar outras

possibilidades na instituição, além da valorização do próprio trabalho. Importante esforço no sentido de se apresentar possibilidades de expressão através da arte e outros usos do hospício, vale refletir aqui sobre as aparentes contradições da ação, por exemplo, no modo como é apresentada tanto em curadoria, nos textos expostos no espaço e falas de artistas que estiveram presentes quando da produção dos trabalhos. Pouco se fala dos próprios artistas internos que produziram as obras ainda no hospício. Não temos acesso a mais informações sobre as circunstâncias de produção das obras, perspectivas terapêuticas, ou a valorização dos sujeitos. Nesse sentido, o trabalho se difere bastante da proposta terapêutica e afetiva de Nise da Silveira (2015). Em uma das rodas de conversa realizadas ao longo de três meses, o período da exposição, alguém comenta que as “tentativas de humanizar o Eduardo Ribeiro nunca foram para todos os usuários de lá”³⁷. Inúmeras obras na exposição não discriminam autoria, a técnica sempre consta. As obras, hoje, são de posse da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa.

Para falar de linguagens, retomo reflexões de Marcos Silva (1986), historiador que sabe a importância do estreitamento de diálogo da história com as linguagens. O autor deixa claro que não está partindo de uma perspectiva estruturalista, que a tudo englobaria, embora entenda que entre História e Linguagem exista uma relação quase intrínseca. Silva discute as relações entre elas, pensando a posição da primeira em relação à segunda, em perspectivas relacionadas sobre a problematização de sociedade e trabalho. Considerando a pesquisa em história, as duas têm campos distintos, lembra, porém, na História a linguagem vem como “tecido constitutivo, elemento da própria experiência social como espaço de luta entre o congelamento do que existe e as possibilidades de devir elaboradas pelos grupos sociais em confronto” (SILVA, 1986, p. 46).

Desse modo, entendemos com o autor que é salutar que esta dimensão seja incorporada e trabalhada pelos historiadores em nosso ofício, pensando inclusive, diferentes linguagens. Se afirmamos o compromisso com a valorização de determinadas memórias, e estas vêm à tona a partir de linguagens, que, apesar de tudo, têm insuficiente acolhimento na história, talvez seja o momento de não apenas assumir a importância dessas linguagens para a escrita da história, mas entender a importância

³⁷ Apontamento a partir de registro em caderno de campo. Não tendo sido gravado ou realizado entrevista, identidades foram preservadas.

delas para os sujeitos históricos que delas se valem. Como se vê na letra de uma toada do grupo Maracatu Quebramuro: “Fui tocar no Quebramuro para não correr perigo”³⁸.

3.1 CAPS NO CARNAVAL: CONFLITOS ENTRE GESTÃO ESTADUAL E DEMAIS SERVIDORES DA UNIDADE. A CULTURA DESFILA NA AVENIDA E TAMBÉM CAMINHA NA PERIFERIA (2008)

Em 2008, usuários do CAPS participaram do desfile de carnaval das escolas de samba de Manaus, no Sambódromo. A iniciativa partiu de um diálogo entre o presidente da escola de samba e Aluísio Campos, àquela época na gestão estadual da política de saúde, ocupando cargo no Departamento de Atenção Básica (DAB). Aluísio traz esse tema à tona ao lembrar de alguns desafios na lida enquanto gestão e propostas de gestão para o trabalho no CAPS, quando determinadas propostas eram rejeitadas ou não agradavam aos trabalhadores das unidades de atendimento. Mas essas propostas nos dão dimensão do que ele, enquanto militante e como gestor, entendia por saúde mental, cuidados e cultura. Para Natalie Zemon Davis, em diálogo com Mikhail Bakhtin,

o carnaval é sempre uma fonte primária de liberação, destruição e renovação (...). Antes da existência das classes e do Estado, o cômico e o sério eram reinos iguais; com a escravidão e as sociedades feudais, inclusive a sociedade do século XVI, o carnaval tornou-se uma segunda vida, uma segunda realidade para as pessoas, separada do poder e do Estado, mas ainda pública e eterna; na sociedade burguesa (...) ele se reduz ao lar e aos feriados. (DAVIS, 1990, p. 91)

O carnaval não passou de fora das tentativas de enquadramento por parte de elites e regimes de governo que planejavam limitadas noções de cidadania para a população, especialmente para a população negra no período republicano conforme estudado por Cunha (1996), ela lembra que “o carnaval foi objeto de verdadeiras batalhas, embates de concepções e práticas nos quais estava em jogo precisamente a construção da nação e de suas formas de ‘aparecer’” (CUNHA, 1996, p. 93). Enquanto a elite marcava diferenças hierarquizando formas da diversão, distinguindo o que seria o “verdadeiro carnaval” e o “entrudo”, para a população o entrudo era costume comum do carnaval e estes se divertiam em todas as formas, trazendo um furo no projeto elitista. É

³⁸ Letra de música do Maracatu Quebramuro. “Derrotei minha imagem/ Derrotei meu inimigo/ derrotei minha imagem/ derrotei meu inimigo/ Fui tocar no Quebramuro/ para não correr perigo/ fui tocar no Quebramuro/ para não correr perigo.

evidenciada assim, a recusa das práticas populares em se reservar ao lugar de espectadores, do que podemos observar perspectivas de resistência. Tais reflexões nos lembram, ainda, a proposta de olhar político sobre a cultura trazida por Sarlo (2016) que opta por, em vez de reforçar hierarquias, perceber como diferentes perspectivas se relacionam.

Observa o narrador Aluísio que a partir de um encontro casual com um colega, em um momento de lazer entre os dois, a proposta veio à tona e aconteceu, “nessa brincadeira”, sentido logo esclarecido e ampliado: “nessa brincadeira, não, nesse diálogo”. O lazer também volta ao trabalho quando o narrador abre mão das férias planejadas para a realização do projeto, que é narrado por ele com muito orgulho ao longo da entrevista também marcando o prazer em trabalhar na área da saúde mental.

E eu lembro, vou lembrar de uma situação também que eu fiz na época, e assim, nessa época, eu já ganhado pela saúde mental, eu entrei de férias, e por muita coincidência, um colega, é... se tornou presidente, era presidente de uma escola de samba, Unidos do Primos da Ilha. Primos da Ilha, era isso. E por muita coincidência a escola de samba tava com sede no bairro de Santa Etelvina, né, e a gente se encontrou pra tomar uma cachaça, coisa e tal, e ele falou: “ô Aluísio, vai lá no ensaio da escola e tal” eu falei “onde é?” “é lá no Santa Etelvina”. Eu falei: “sério? A gente tem um trabalho no Santa Etelvina, tem um CAPS, cê não queria ir visitar lá?”. Nessa brincadeira - nessa brincadeira, não, nesse diálogo, o que que a gente conseguiu? A gente conseguiu que a escola de samba, é... levasse uma ala, é... para dentro do CAPS, pra essa ala ser produzida dentro do CAPS e a ideia era que essas fantasias fossem produzidas pelos próprios usuários porque eram eles que iam desfilar. E eu de férias, cancelei as férias pra fazer esse trabalho que já tava próximo do carnaval. (Aluísio)

O trabalho que inicialmente é pensado com grande entusiasmo é realizado sob desafios, explicitados tanto na fala de Aluísio quanto na de outro entrevistado, Clóvis Rodrigues, trabalhador do CAPS que aderiu à ideia e ficou responsável por coordenar o projeto na unidade. Além de ser servidor da SES (Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas), Clóvis Rodrigues também é um músico já de longa data na cidade de Manaus, integrando bandas que antes se formaram entre estudantes dentro da Universidade Federal do Amazonas e hoje alcançam diversos festivais. Assim, a experiência de trabalho com arte e música que Clóvis possui não está apenas no vínculo com a SES e o trabalho no CAPS.

O CAPS virou o galpão deles, eles confeccionavam as fantasias pro carnaval, né, os preparativos pro carnaval e a gente fazia oficina com os pacientes e os pacientes confeccionando as... as fantasias e aí no dia do desfile, tivemos uma ala com os pacientes e os funcionários. Cara, foi sensacional, eles aprenderam... eles ensaiavam na frente do CAPS lá na rua (risos) a escola... a bateria. E a gente aprendeu cantar o hino. Eu não lembro mais, mas na época, assim, foi legal, experiência muito legal pra eles. Aí vem aquela resistência, né, dos evangélicos, né, então muitos não participaram por conta de ser evangélico, mas aquela mais freestyle tava lá, né? Se divertindo (risos). Então foi muito legal, cara, foi uma experiência sensacional. E a gente lá pulando o carnaval e aqui segurando aqui o bracinho deles (risos). Muito massa. (Clovis)

(...)

Era uma escola pequena, né, comparada à uma Reino Unido, mas a emoção era única, aí eu fico... imagino como é que deve ser uma Reino Unido da vida, né, uma Aparecida, né? Porque foi lindo, cara, a gente se amarrou muito. (Clovis)

Quando perguntado sobre o tema da escola daquele ano, Clovis diz não se lembrar, mas sugere que teria sido algo relativo à temática da cultura afro-brasileira. Imagina e põe em perspectiva distintas escolas de samba da cidade, que se destacam pela ligação com terreiro e referenciadas lideranças religiosas com importância em determinados bairros da capital, bem como pela potência da bateria, esta última escola de samba tendo sua sede em zona central da cidade. Independente do tamanho da escola na qual sua participação constava, o narrador destaca a emoção de estar presente naquela ocasião e espaço. Nessa ideia, o desfile de usuários e trabalhadores do CAPS no carnaval de Manaus, além da própria realização do dia e tudo o mais que ela proporcionou aos envolvidos, gerou também registros fotográficos, produzidos então pelo militante da saúde mental e ocupante de cargos de gestão, Aluísio Campos. Após manifestar interesse pelos documentos no contato daquela entrevista, o próprio me cedeu os registros compartilhados para esta pesquisa. Esse importante “resíduo do passado” (KOSSOY, 2001, p. 45), contava com sentimento de orgulho do narrador por tal feito, que merecia afeto como um registro de suas memórias.

— É um trabalho que eu tenho muito orgulho de falar, Ramily, porque é realmente, num... num... sabe? É... todo mundo torcendo pra que não desse certo, mas nós conseguimos levar 16 usuários e mais 4 familiares, pra desfilar no Sambódromo de Manaus (fala gesticulando, acompanhando cada palavra que diz com pequenas batidas da mesa) com fantasias, com fantasias feitas por eles.

— Eles mesmos que fizeram? Deu certo, né?

— Eles produziram, eles produziram, a gente não conseguiu... é uma escola pequena, também não tinha aquele brilho todo. Mas eu acho de uma relevância, sabe, tão grande, sabe? (Aluísio)

Um breve relato de como foi aquele dia sugere que, mesmo com dificuldades de adesão entre a maior parte dos trabalhadores da unidade, a “brincadeira” se realizou sob apoio mútuo, cuidado, atenção à saúde e alegria pelos brincantes, constituídos ali pelos usuários, familiares e trabalhadores, a base do que deveria mesmo ser o CAPS. A euforia suscitada pelo carnaval e a presença em um espaço disputado entre as escolas de samba da cidade, o Sambódromo, junto com a responsabilidade para com familiares e o coletivo, fazem uma mãe passar mal a poucos minutos do desfile. Mesmo diante deste contratempo, ela cumpriu o desejo e desfilou na avenida.



Figura 6 - Acervo pessoal de Aluísio Campos

Na figura 6, vemos uma mulher parcialmente fantasiada com o figurino da ala ocupada pelo CAPS, ela posa antes de pronta, prestes a entrar no grupo já vestido que aparece ao fundo, carregando nos braços a fantasia que irá usar. Parece ser fotografada por alguém que conhece, interagindo com grande sorriso para o fotógrafo, é o desejo de ser vista com alegria e como participante do evento. O sorriso também pode ser de orgulho por ter trabalhado na confecção das fantasias, se consideramos da narrativa de Aluísio o esforço em apontar o protagonismo vivido pelos usuários e comunidade dentro do CAPS nessa elaboração. Também compõe a imagem, à esquerda, um brincante que chamará nossa atenção por diversos motivos. Em todos os registros em que está presente parece ter aproveitado muito da oportunidade.

A gente conseguiu, inclusive, um ônibus pra pegar todos eles no CAPS, levar pro centro de convenção, fazer o desfile, reunir e levar a galera toda pra casa. E deu muito certo, porque quando chegou no... quando nós chegamos no... no... no Sambódromo, né, já na... lá... todo mundo apreensivo, nossa, a mãe de uma usuária passa mal, ela passa mal com muita dor de cabeça, mas a equipe boa rapidinho, rapidamente acionou o SAMU, ela foi o SAMU, fez um... verificou a pressão tava alta, fez um medicamento, descansou um pouquinho e ainda desfilou porque não quis deixar a filha sozinha. Uma senhora, uma idosa e a filha deve ter uns 30 e poucos anos, né, uma... uma esquizofrênica, mas que participou de todo o trabalho e dançou do início ao fim na... no Sambódromo, e quando a gente volta, a gente vai deixar eles em casa, a gente reúne todo mundo, né, e aí eu vou agradecer a turma. E... e uma coisa que me chamou muita atenção, um colega que era do... mas ele era administrativo, era do Eduardo Ribeiro e foi pra lá, ele me pega pelo colo e me levanta e diz assim “Aluísio, isso não é trabalho, eu queria realmente que isso fosse trabalho, mas assim, se esse for o trabalho da saúde mental, que é cuidar das pessoas desse jeito, é isso que... é isso que eu quero fazer” eu falei assim “não é só isso, não é só isso, mas é dessa forma que a gente deve fazer”. E ele ficou muito feliz, a equipe toda, sabe, ficou muito feliz com o trabalho que a gente fez. (Aluísio)

Pela narrativa de Aluísio, lembramos das discussões propostas por Cunha (2002) no que se refere à diversidade de brincantes nos carnavais. E chama atenção junto com sua narrativa, pelas imagens disponibilizadas, os recursos para a chegada até o Sambódromo, a disponibilidade de um transporte para a locomoção, que conforme podemos observar abaixo nas figuras 7 e 8, são ônibus do transporte coletivo da cidade, cedidos pelas empresas mediante solicitação da comunidade e disponibilidade de motorista (por vezes cobrando dos solicitantes que seja paga a diária do motorista).



Figura 7 - Acervo pessoal de Aluísio Campos

Na figura 8, chama atenção a aglomeração com pessoas em pé pelas possibilidades de que estejam juntos a fim de posar para a câmera e participar do registro ou, não podemos descartar, ainda, a possibilidade de que o ônibus oferecido não comportasse lugares suficientes para que sentassem todos os brincantes, o que sinalizaria um volume expressivo de brincantes, ao mesmo tempo que o escasso recurso para a obtenção de mais um veículo. Através da imagem, percebemos também como o trajeto até o local é marcado por descontração e forte interação entre os brincantes, principalmente aqueles que ocupam o fundo do ônibus. Ocupando o espaço central na imagem e posicionado de maneira espaçosa no veículo, com olhar de satisfação e sorrindo um sujeito já exibe um adorno de fantasia.

Temos, na figura 8, o registro de três pessoas acomodadas no ônibus até o destino. O primeiro, mais reservado e de papel em mãos, sorri para outra interação que não vemos pelo enquadramento da foto. Repleto de adornos, vemos alguém com fantasia, aparentemente improvisada: diversos pompons de cabelo nos braços com diferentes tons combinando azuis, fita de cetim e renda na cabeça e pescoço, uma máscara que parece ser de emborrachado, em que se pendura uma colorida pena sintética que contrasta com a cor predominante da roupa. Duas blusas azuis sobrepostas e com amarração compõem a fantasia que, agora entendemos, é bem pensada, cada item parece já uma instalação de arte, no próprio corpo, para a performance carnavalesca deste indivíduo. Ainda no ônibus, das roupas fora do figurino de ala na avenida, a terceira pessoa em evidência na imagem, uma mulher, interage com o fotógrafo. Ela veste camisa da batucada do Boi Garantido. A música não está só no carnaval, mas no cotidiano e cultura, assim como no boi-bumbá, cuja torcida e costume de ouvir toadas tampouco são algo como “ativado” ou vestido somente em junho, mês do festival, sendo esse um movimento de cultura. Festa de grande relevância social e cultural na região, fora do mês de junho também é realizado em Manaus e Parintins o “Carnaboi”. Maria Clementina Cunha assinala que “nem só de sambas e mulatas viveram e vivem os carnavais pelo mundo afora” (CUNHA, 2002, p. 15).



Figura 8 – Acervo pessoal de Aluísio Campos

Na figura 9, temos a presença de elementos fundamentais em escolas de samba, figuras como: uma passista, uma rainha de bateria, um ritmista (ou ao menos alguém conduzindo uma ala, aparecendo em posição de comando. Chama a atenção nesta imagem a presença de crianças fantasiadas e interagindo com os demais. A postura da criança de laranjado e a sua indumentária de destaque dão a impressão de alguém que embora esperando sinais, já sabe o que fazer, o que não é incomum em comunidades que vivenciam e constroem o carnaval de dentro de suas agremiações. Nas agremiações de maracatu nação de Recife (que também disputam o carnaval), por exemplo, é comum ouvir dos brincantes filhos da nação e da casa de axé as advertências de que mesmo batuqueiros visitantes sendo mais velhos em idade, as crianças da nação serem mais experientes ou veteranas de maracatu, pois há uma valorização própria da experiência em comunidade e de todo o preparo e aprendizado compartilhado entre gerações desde a infância³⁹. Na imagem também é importante observar, à direita, um brincante que, usando o figurino da ala que o CAPS ocupou, aponta uma câmera para os itens de escola de samba poucos metros à sua frente. Para além de posar para a câmera, como outros sujeitos nas outras imagens, essa pessoa não deixa de fazer o seu próprio registro do evento, um registro de sua experiência neste contato. Conteúdo importante da fonte é ainda o enquadramento do fotógrafo, que se preocupa em registrar o entusiasmo não apenas de quem está posando, mas capta o momento em que a pessoa se diverte também registrando, possivelmente impressionada com o que vê.

³⁹ Tal gesto pude observar quando da presença de membros da Nação do Maracatu Encanto do Pina em Manaus e Parintins (por ocorrência de participação do Encanto do Pina junto ao Boi Caprichoso no Festival Folclórico de 2016), quanto das experiências em Recife entre as nações Encanto do Pina e Porto Rico.



Figura 9 - Acervo pessoal de Aluísio Campos

Outras crianças, fora das tradicionais posições de destaque em escolas de samba, como as pontuadas anteriormente, também participam do desfile compondo alas. É o caso do que se vê na figura 10, em que duas crianças ocupam a parte central da imagem. Além de evidenciar a presença desses sujeitos no carnaval, é importante destacar que o conteúdo da imagem também versa sobre atenção e cuidado. A foto está tremida e considerando a posição dos pés de outros brincantes sugerem movimento. Não obstante, um sujeito pertencente a outra ala pára e se inclina frente a uma criança para arrumar sua fantasia, visto que o adorno da cabeça cai sobre o rosto; suas mãos tocam o rosto da criança, em um gesto também de afeição observado por uma mulher que acompanha, além do carnaval, a cena de cuidado. A criança de trás também tenta lidar com a fantasia, ajeitando a própria máscara que compõe o figurino. Ao fundo, notamos uma arquibancada esvaziada, o desfile das escolas de samba do grupo de acesso é menos prestigiado, nem por isso deixam de desfilar. A diversão é reivindicada pelos que insistem com a presença e esta é construída com a participação de crianças, jovens e adultos de todos os gêneros, sujeitos vindos das periferias de Manaus e do CAPS ocupar a avenida do samba.



Figura 10 - Acervo pessoal de Aluísio Campos

Trazer essas fotografias, jamais como ilustrativas, mas como fontes problematizadas, e com a devida reflexão acerca do trabalho da linguagem, não figura em uma perspectiva de “apêndice”, acessório, encarada de maneira instrumental e menos ainda com uma hierarquia que separa a produção como inferior e a análise como algo superior, onde se disfarçam preconceitos e poderes daquele que analisa, deixando-se levar por uma curiosidade que meramente trata como exóticas essas produções. Penso que se trata de um trabalho coletivo, em que além de ganhos para a história, historiografia e possibilidade de realização de pesquisa. É sumamente sobre a dignidade desses sujeitos e valorização de suas memórias e produções que se trata aqui (SILVA, 1985).

Detectados a trajetória desses fotógrafos no espaço e no tempo, as tecnologias por eles empregadas e os assuntos registrados, obter-se-á um levantamento que será certamente útil como referência aos historiadores (KOSSOY, 2001)

Toda fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico. Toda fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho (KOSSOY, 2001)

Quando pensamos em imagens, a partir da perspectiva em diálogo com Theodor Adorno, como trabalhada por Marcos Silva (1988), estamos atentos de que as fontes trazidas acima, produzidas há dezessete anos, não têm o mesmo contexto ou situação de produção, em que, como explica o autor, “cuja universalização tende a se revestir de extrema redução de recursos, apesar do excesso de efeitos que a marcam” (SILVA,

1985, p. 51). Temos aqui imagens produzidas a partir de câmeras que ainda não traziam a rapidez, resolução, facilidades de edição e possibilidades de divulgação, quando para o registro de grupos sabia-se da necessidade de alguém que ficasse fora da imagem para assim fazê-la, “com licença, você pode tirar uma foto nossa?”. A busca de um enquadramento, todos se alinhando para que coubessem na foto que não estavam vendo ainda. Não à toa, de um arquivo de 85 fotos, percebo meia dúzia apenas, improvisadas, de *selfies*.

Na leitura de Marcos A. Silva, temos um destaque para a ainda insuficiente atenção que é dada a esses registros, por exemplo, pela educação formal quando se atém a outras formas de linguagem apenas. Tal linguagem, produzida no interior desse movimento vem como registro não pensado para ser reservado longe dos olhares, como aconteceria no caso das linguagens eruditas, mas para registro a ser compartilhado com gosto daquele trabalho que se realizou e da alegria sentida em poder vê-lo se apresentar em festa. É o que sinto quando ainda na entrevista foi aberto o espaço para que a existência dessas fotos viesse à tona, sem qualquer resistência para o compartilhamento desse arquivo. Boris Kossoy (2001) ao tratar da “trajetória da fotografia” e a historicidade de uma imagem fotográfica, sublinha três estágios, a saber: a intenção, o ato do registro, bem como

os caminhos percorridos por esta fotografia, as vicissitudes por que passou, as mãos que a dedicaram, os olhos que a viram, as emoções que despertou, os porta-retratos que a emolduraram, os álbuns que a guardaram, os porões e sótãos que a enterraram, as mãos que a salvaram (KOSSOY, 2001, p. 45)

Aluísio compartilhou comigo um arquivo de oitenta e cinco fotos. Abaixo, esclareço critérios da triagem feita para o presente trabalho, além da qualidade e legibilidade das imagens. Ter uma câmera e fotografar, não de fora do ônibus, mas dentro do ônibus, usuários e seus familiares, na concentração pré-avenida do Samba, ter o sorriso dos brincantes como quem conhece para quem se está posando e mostrando a fantasia elaborada dentro do CAPS, posar em reverência com uma fantasia não destinada ao grupo, mas desejada pelo indivíduo na oportunidade de já estar participando da festa, não apenas ter registrado seu momento na festa, mas fazer o seu próprio registro da festa como a foto que traz alguém da ala fotografando outras figuras do carnaval, um ritmista, uma passista, uma criança brincante, também sabe que o carnaval não se inicia nem se esgota na avenida e vai na condução com seu brilho,

máscara e enfeites pelo pescoço. Apesar das arquibancadas esvaziadas, é dia de apresentação das escolas do grupo de acesso.



Figura 11 - Acervo pessoal de Aluísio Campos

Reconheço nessas fotos (figuras 11, 8 e 6) de dezessete anos atrás, alguém que hoje ainda é batuqueiro do Maracatu Quebramuro. Na figura 11, vemos à esquerda Clóvis Rodrigues, narrador nesta pesquisa, servidor público no CAPS e artista de Manaus. Ao seu lado, o rapaz à direita mantendo os acessórios no braço vistos antes na figura 8, mas com outra fantasia, é o batuqueiro do Quebramuro. Ele aproveita o carnaval, músicas e brincadeiras, de modo que podemos entender que também fora do Maracatu Quebramuro usufrui desses bens culturais tais como pensou Fenelon, pois que são fortemente vinculados às “escolhas e ações coletivas” (FENELON, 1993, p. 34). Inicialmente, não tive certeza se era a mesma pessoa nas imagens e se era o batuqueiro do Quebramuro. Associar o sujeito na foto (figura 8) com um usuário do CAPS, diz também sobre o próprio carnaval, onde as liberdades de ser vestir à própria maneira são mais toleráveis e de bom grado a todos. Em meio à folia, a princípio, a máscara é acessório que não deixa dúvidas: é carnaval. Em outra imagem, porém, o mesmo sujeito já não está de máscara, está com a fantasia de uma das alas do desfile. Lembrando de outra fonte, observamos da fala de Aluísio a narrativa sobre um usuário do CAPS que se recusou a desfilar na ala reservada ao CAPS porque na hora de desfilar foi atraído por outra ala na qual os brincantes tinham por figurinos cartolas e túnicas. Abrindo, assim, com altivez, ele mesmo as alas da diversão e de sua própria liberdade no desfile. O servidor que o acompanhou também cumpriu papel fundamental do CAPS e propósito da reforma psiquiátrica: o cuidado em liberdade.

O quanto o carnaval é conhecido por nós? É pergunta que se propõe do trabalho de Cunha (1996). Ao pensar aquela experiência do CAPS no carnaval pudemos compreender um pouco dos desafios colocados a um conjunto de trabalhadores em diálogo com as perspectivas de gestão estadual, bem como o engajamento de diversos sujeitos nesse preparo. Do projeto de desfile, confecção das fantasias, e lugar dos usuários do CAPS na avenida, algumas posições escaparam ao plano da escola de samba, dos servidores e da gestão. Acompanhamos, através das fontes, os passos de um indivíduo que concordando em participar, definiu os modos de sua participação.

Em um evento organizado pelo Maracatu Eco da Sapopema em Manaus, apoiado por editais de cultura a partir da Lei Paulo Gustavo e realizado no dia 17 de agosto de 2024⁴⁰ este batuqueiro escolhe cantar uma música na apresentação e diz da letra ter sido escrita por ele mesmo. Trata-se da música já citada anteriormente aqui: “derrotei minha imagem/ derrotei meu inimigo/ derrotei minha imagem, / derrotei meu inimigo/ fui tocar no Quebramuro para não correr perigo/ fui tocar no Quebramuro para não correr perigo”. Adalberto Paranhos (2000) comenta sobre a valorização desta linguagem e fontes que anteriormente foram marginalizadas pelos estudos na universidade e que isso não é exclusividade da história, mesmo quando aberto este interesse, ele foi levado a objeto na “música industrializada”. O autor, entretanto, chama atenção para um ponto interessante: “existe uma tendência muito grande a concentrar o foco de análise quase exclusivamente — ou, pelo menos prioritariamente — nas letras das canções” (PARANHOS, 2000, p. 221) e defende que possamos incluir em nossas análises aquilo que está para além da letra quando ouvimos uma canção. Para o autor,

Ater-se apenas à letra de uma composição muitas vezes pode nos levar a perder de vista a relação de complementaridade e/ou de oposição que ela entretém com outros elementos da obra musical na sua realização histórica, ou, como queira, no seu fazer-se (PARANHOS, 2000, p. 222).

Nesse sentido, posso lembrar que ao tempo em que somos surpreendidos pela revelação da autoria daquela música, e claro recebendo o impacto da letra, logo chama atenção também na performance do artista sua fala e canto, que se diferenciam dos demais batuqueiros que também cantaram. Imprime-se no ar outro tempo e ritmo à

⁴⁰ Lançamento do álbum digital do Maracatu Eco da Sapopema por ocasião de aniversário de 15 anos do grupo, o evento chama atenção também para o marco de um momento em que, com muita movimentação, reuniões e ação de artistas na cidade de Manaus, foi possível que os editais fossem abertos, e estes editais com incentivos federais para leis como Aldir Blanc e Paulo Gustavo continuaram acompanhados pelos artistas quanto ao repasse de recursos financeiros e atenção aos projetos contemplados nos editais.

música, outra liberdade de canto, sem perder de vista que vai sempre bem acompanhado pela percussão, faz sotaques próprios seus que marcam tempo e irreverência em vez de um canto liso, além de breques com a voz. Ao cantar uma música de sua autoria, o batuqueiro revela a obra ao público, mas nem todas as músicas tocadas pelo Quebramuro são sempre interpretadas pelos seus autores. Ainda assim, cabe aqui outra importante perspectiva trazida por Adalberto Paranhos que, mais uma vez retirando o foco apenas da letra, defende a interpretação como também uma face da composição. Segundo o autor,

Quando alguém canta e/ou apresenta uma música, sob esta ou aquela roupagem instrumental, atua, num certo sentido, não como mero intérprete, mas igualmente como compositor. Ao cantar, por exemplo, o agente opera, em maior ou menor medida, na perspectiva de recompor e/ou decompor uma composição. E isso ocorre de modo consciente ou inconsciente (PARANHOS, 2000, p. 224).

A mesma música que eu já ouvira em outras apresentações do Quebramuro é tocada e cantada sob outro impacto na performance deste batuqueiro, o próprio compositor. Este batuqueiro é protagonista de uma situação narrada por Aluísio sobre o dia do desfile:

— Uma outra coisa que aconteceu é que quando chegou lá tinha um usuário jovem, assim, com o cabelão que nem o meu, estilo Michael Jackson, que quando a gente chega, que a gente... na concentração, é... a ala da frente é uma ala que o pessoal tá de... de... aqueles bonés, assim, não vou saber dizer... cartola! cartola. Umas jaquetas toda colorida. Ele vê aquela fantasia, ele fica louco!! “não, eu quero, eu quero, eu quero, eu quero desfilar naquele”. E eu digo “nossa, o que que eu faço, o que que eu faço, o que que eu faço?”. E eu... eu... a colega assistente social que tava com a gente acompanhou, eu consegui encontrar o Bosco, que era o presidente da escola, “amigo, tu ainda tem alguma, alguma fantasia dessa?” Resultado: A gente conseguiu uma fantasia pra ele, mas ele não podia desfilar sozinho, não que ele não podia, ele podia. Mas a gente, né, muito barulho, um... um... cenário ali que eles não... não tavam acostumados, podia ser perturbador. E aí um colega, o... o oficineiro, que inclusive, é uma figura, é... é um artista aqui do estado do Amazonas, que é o Clóvis Rodrigues, não sei se tu conheces, o...

— É o vocalista da Tucumanus, né? Ah, sim.

— O Clovis participou de todo esse processo, o Clovis disse “não, eu vou com ele, eu vou com ele” E a gente conseguiu duas fantasias, pra ele e pro Clóvis. (Aluísio)

A narrativa construída por Aluísio durante a entrevista sobre esse usuário que decidiu, por si, usar a fantasia que mais lhe chamou atenção, encontra-se também com a

memória produzida com a fotografia (figura 11), e essa relação evidencia o aspecto de intencionalidade nos registros fotográficos, tal como outros documentos utilizados como fontes não o deixam de ter.

Como percebemos, são várias as oportunidades em que a arte dá vazão à expressão desses sujeitos históricos. Penso, como sugerido por Marcos A. Silva, no compromisso de historiadores com a “constituição de certa memória” (SILVA, 1985, p. 51), que se marca uma posição de mudança em relação às artes, neste caso, mas quanto às linguagens de modo geral. Tenho caminhado nessa direção, reconhecendo com a beleza e emoção também o valor histórico e social deste grupo e daquelas pessoas. Assim é possível tocar nos meandros que fazem a especificidade do grupo, de que formas e por quais motivos se expressam de um modo e não de outro, tornando impossível ouvi-los ou deles falar guiados por uma neutralidade. É reflexão política assumir a autoria de uma música com o microfone em mãos. É político deslocar-se na cidade, é política a sua frequência no CAPS, é político convidar as pessoas, seu público de tocada para conhecerem o CAPS, e isso nenhuma erudição ou trabalho de pesquisa que se pretenda neutro ou distante em relação àquilo que trata como objeto será capaz de perceber ou assumir.

Trata-se da presença dos trabalhadores em cena com suas demandas e formas de se organizar, assim como da qualidade e importância desses sujeitos para compreender mais sobre a política no país. Assim, deslocamos o olhar para outros homens e mulheres que durante algum tempo estiveram de fora das análises e do interesse de pesquisadores, entre historiadores mesmo, pois não se localizavam nos quadros daqueles setores antes considerados “oficialmente políticos” (MUNAKATA, 2010, p. 20). Trata-se da política no seu sentido amplo, uma vez que os mesmos a fazem no cotidiano e apresentam na cidade, se movimentam na cidade, falam da cidade.

3.2 O MARACATU QUEBRAMURO

O maracatu é manifestação cultural tradicionalmente vinculada às populações negras e às religiões de matriz afro-brasileira, sendo identificada a sua origem no estado de Pernambuco. Mesmo na região, é possível conhecer diferentes formas da manifestação: a saber, o maracatu de baque solto, ou maracatu rural e o maracatu de baque virado, também conhecido por Maracatu-nação. Nossa referência de maracatu

aqui nesta seção é a do maracatu de baque virado, pois são inspirados nessa vertente os maracatus na cidade de Manaus⁴¹. Laís Azevedo Fialho (et al. 2024), ao discutir o “panorama bibliográfico do Maracatu-nação” (FIALHO et al., 2024, p.77, aponta a presença de perspectivas historicistas na historiografia e avalia que diversas pesquisas sobre o maracatu tinham por preocupação a definição de origens e aquilo que se enquadra ou não como maracatu. O maracatu-nação é cultura ligada aos terreiros de candomblé e jurema sagrada, com expressiva sustentação vinda de sujeitos negros. Para Fialho, discutindo o maracatu como resistência da cultura negra,

Os espaços de dança e festa passaram a ser também reconhecidos como espaços de construção identitária, resistência e militância política, passaram a ser considerados como um espaço com complexa rede geradora de processos formativos, éticos, estéticos e educativos construídos a partir de convivência comunitária. Percebe-se essa relação de protagonismo e visibilidade da cultura negra como ferramenta política de maneira bastante evidenciada no Maracatu de Baque Virado (FIALHO, 2017, p. 2).

Na mesma direção, podemos também tomar as reflexões de Natalie Zemon Davis quando observa o aspecto de resistência das festas populares, “desgovernos”, imbuídas de posturas políticas não como benesses vindas dos grupos dominantes, apesar de que estes pensavam na liberação das festas como um amenizador de tensões. A autora afirma que “a vida festiva pode, por um lado, perpetuar certos valores da comunidade (até garantindo sua sobrevivência); e, por outro, fazer a crítica da ordem social. O desgoverno pode ser rigoroso em sua análise do rei e do Estado” (DAVIS, 1990, p. 85). Para a autora, aqueles festejos são “desgovernos” pois que sempre têm algo a apontar sobre o governo. Com lógica própria, a dimensão da realidade e cotidiano são presentes aí, também porque trazem em voga personagens comuns, até

⁴¹ Importa dizer que parte dos comentários aqui trazidos foram possíveis nos aprendizados vindos de uma circulação própria entre maracatus de Manaus ao longo dos anos de 2015 a 2020 em que fui batuqueira de maracatu, tendo também experiência em Recife em contato com as nações Maracatu Encanto do Pina e Nação do Maracatu Porto Rico, além da matriz nacional do grupo Baque Mulher. Em Manaus, também houve contato com membros das nações, visto que os grupos percussivos de maracatu da cidade comumente realizam esforços de trazer batuqueiros das nações a qual são vinculados para realizações de oficinas de baque, diálogos culturais e oficinas para a confecção de instrumentos, de modo que também tive contato e oportunidades de aprendizado com membros da Nação Leão da Campina através do Maracatu Eco da Sapopema. Os grupos em que participei tocando e regendo foram: Maracatu Pedra Encantada e Baque Mulher Manaus, respectivamente. A oralidade é fundamental para o maracatu e as tradições de terreiros, vários mestres contam herdar dos mestres anteriores os saberes de regência, composição e história da própria nação e de seu terreiro. Assim, nas oportunidades em que estive presente em oficinas de batuqueiros de Recife em Manaus, foi também através da oralidade sua que pude aprender sobre as nações. Por motivo justamente da oralidade pude perceber mudanças entre anos e outros na fala de um mesmo batuqueiro na cidade, por exemplo.

ridicularizados, muitas vezes independente de governos, criando suas próprias jurisdições.

A autora reflete sobre as diferentes formas de interpretação e abordagem daquelas práticas, considerando também as perspectivas de antropólogos dos quais aproveita ou não as análises, e entende que tais ritos “ajudam a explicar como a comunidade camponesa defendia sua identidade contra o mundo exterior” (DAVIS, 1990, p. 96). A aproximação ou diferenciação mesmo com outras áreas, como a antropologia pode ser relacionada com as reflexões de outro autor que discute de maneira parecida a de Davis e do qual também nos valem, a saber, Thompson. O historiador inglês entende que “categorias ou ‘modelos’ derivados de um contexto precisam ser testados, refinados e, talvez, redefinidos no curso da investigação histórica” (THOMPSON, 2012, p.229). Assim, não há problemas em dialogar com outras áreas e se valer de categorias, desde que nos mantenhamos em acordo com a análise das fontes, o que é o mais importante.

E. P. Thompson não só assume afinidades com Natalie Zemon Davis e discute as relações possíveis entre história social e antropologia, criticando a visão folclorista, o autor chama ainda atenção para o cuidado na leitura das fontes, apontando suas possibilidades de uso mesmo quando produzidas por aqueles folcloristas. A favor das fontes, e negando perspectivas positivistas e utilitaristas Davis e Thompson, portanto, conseguem ler através das fontes outros significados para práticas antes já interpretadas. Assim, o autor aponta também para o que se deixa de fora quando o político só pode ser visto, na visão até de historiadores, em outros assuntos.

Musicalmente, a expressão do Maracatu-nação se dá nos batuques que envolvem instrumentos como: alfaias (tambores, bumbos), agbês, caixa/tarol, atabaque/timbal, mineiro e gonguê. Mas, além disso, também comporta outras alas que trazem o estandarte, rei, rainha, as damas e calungas e as baianas. Os símbolos sagrados são carregados por personagens importantes, interpretados por pessoas cuidadosamente escolhidas pela nação, um mestre ou mestra rege todo o baque. Ainda que toquem um ritmo semelhante, as diversas nações de maracatu presentes em Recife têm cores diferentes em seus estandartes e instrumentos, orixás diferentes considerados patronos da nação e guardam especificidades em seus toques, que variam no andamento da música. Algumas das músicas se caracterizam por ter um baque mais lento, outras mais rápidos, virações de tambores distintas e convenções específicas também. Essas especificidades contribuem para que cada nação produza uma linguagem própria,

podendo, aos ouvidos atentos, ser diferenciadas apenas pelo som, quando um cortejo se aproxima, antes mesmo que sejam visíveis suas cores.

No Recife, um dos lugares de origem do Maracatu Nação, são várias as nações que se localizam em comunidades/periferias/favelas⁴². A prática desse maracatu não se desvincula das práticas religiosas realizadas pelos seus respectivos terreiros. As posições de hierarquia dentro da nação com frequência também são organizadas segundo a hierarquia estabelecida no ylê (terreiro) e para as atividades de rua, principalmente o carnaval. Também são realizados diversos preceitos a fim de que o baque saia com segurança e prosperidade para disputar o desfile das nações nas ruas de Recife. O maracatu-nação é resistência também frente aos lugares comuns criados na sociedade para as práticas de terreiro, conforme aponta Fialho, ao observar aí o “recurso ideológico a fim de marginalizar as religiões afro brasileiras” (FIALHO, 2017, p. 14). Quanto às letras de loas tocadas pelo maracatu, Laís Fialho, a partir da obra de César Guerra Peixe, explica: “falam da história do próprio maracatu, do abolicionismo, da resistência da cultura negra, dos orixás, da comunidade onde residem, e das relações sociais e religiosas que experienciam” (FIALHO, 2017, p. 6).

Diante de uma sociedade orientada pela lógica manicomial, que enxerga homens e mulheres pobres como perigosos, tornando assim perigoso o mundo e a cidade para esta população, enfrentar seu sofrimento psíquico não é o único desafio posto para esses sujeitos. Reunir-se aos sábados para os ensaios, separar o belo figurino e destinar o estandarte à sua dançarina é uma forma de segurança encontrada por esses sujeitos. A segurança passa pela comunidade, pela coletividade, pelo compartilhamento dos instrumentos, união de vozes, reconhecimento de histórias, solidariedades entre crises e, portanto, cuidados mútuos. É assim que se livram do perigo. É preciso derrotar não apenas as imagens do sofrimento mental que sofrem, mas também a imagem de desvalorização que a sociedade constrói sobre essas pessoas.

O Maracatu Quebramuro reúne, por sua maioria, usuários do CAPS Silvério Tundis. Também compõem o grupo alguns trabalhadores da instituição, familiares dos usuários. E, de maneira pontual, alguns batuqueiros de outro grupo também somam nas apresentações. Os encontros acontecem aos sábados, nos quais ensaiam com vistas a aprimorar apresentações marcadas, ou sem apresentação, mas pelo compromisso de estar juntos e os ganhos terapêuticos para quem participa.

⁴² Definições atribuídas pelos próprios batuqueiros, compartilhadas em falas públicas sobre as suas nações.

Não é necessário ser psiquiatra ou especialista em saúde para saber o potencial bem que fazem à saúde mental tais encontros. Nise da Silveira reconhece que “fora da área da psiquiatria é que se desenvolveu o movimento contrário à discriminação das expressões de arte não condicionadas aos cânones culturais” (SILVEIRA, 2015, p. 17). A psiquiatra, ao defender seu trabalho com arte e afeto na instituição, entende que esse fora fundamental e que a impossibilidade de dar prosseguimento com os recursos que tinha se dava em razão do

hospital psiquiátrico não proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento de semelhantes viagens. O espaço opressor, o tumulto das enfermarias favorece a regressão [...] e as folhas de observação registram: embotamento afetivo, deterioração, demência⁴³.

Não há que se descartar uma importante discussão que perpassa o nosso presente e diz respeito à indústria cultural. Marcos Silva (1988) traz um diálogo crítico a partir de Adorno e Horkheimer (SILVA, 1988). Silva observa a importância, na história, de se olhar com atenção para a existência e especificidade de diferentes linguagens. É prudente, conforme o autor, não cair no erro de olhar, com a perspectiva da erudição, de cima para baixo, a indústria cultural como fonte, como se estas produções pudessem não se encaixar em alguma intelectualidade alheia e estivessem subtraídas as reflexões. Assim, estaríamos operando conforme a ideologia que estabelece o “não-saber” (SILVA, 1988) Se nem a indústria cultural deve ser vista desta forma, menos ainda os vários grupos percussivos e nações de maracatu, muito menos o Maracatu Quebramuro, grupo que trabalha em cultura e linguagem alternativas em Manaus. Justamente por ser criado neste lugar próprio, que é o seu, é que temos para a história um ganho ao conhecer a sua experiência.

Valho-me das interpretações de Silva para revalorizar nesta pesquisa a experiência do Maracatu Quebramuro, com atenção para o entendimento de que: “o conhecimento histórico, ressaltada sua identidade própria, dialoga com os saberes ao seu redor, não para fazer uma colcha de retalhos com esses saberes, mas para expandir o campo de articulações interpretativas que constitui aquela identidade” (SILVA, 1985, p. 47). Além disso, o autor percebe possibilidades interpretativas a partir de uma leitura benjaminiana, para dizer que reflexões orientadas dessa maneira podem ser um

⁴³ Nise da Silveira em relato no filme *Imagens do Inconsciente*. HIRSZMAN, Leon. *Imagens do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983/1987. Episódio II, “No Reino das Mães”.

investimento “contra-ideológico” (SILVA, 1985, p. 48) para furar os pretensiosos limites da dominação.

“A presença da Linguagem como referencial para a História não se restringe ao trabalho de filósofos e poetas” (SILVA, 1985, p. 48), ela está presente em todos os textos, diferentes temporalidades e estilos de texto, rompendo com domínios ditos eruditos na arte do século XIX. Para Silva, a Psicologia tem um lugar aí, bem como a expansão dos meios de comunicação e uma outra forma de produção cultural.

Em outras palavras, nos vemos às voltas com a questão da linguagem também no momento em que deparamos com a nossa própria produção. Insistir nisso pode ser interessante ferramenta de resistência a uma história que atende exigências outras para encaixes em padrões do que seria “neutro”, em nome de um suposto rigor historiográfico. Penso nesses aspectos a partir da entrevista em que Setemberg, ao falar sobre suas leituras, diz não entender o que seria um romance, no sentido da literatura. Mas ao longo da entrevista ele passa a narrar um relacionamento que teve, ou a ideia de um, e sugere que gostaria que ficasse registrado como em um livro de romance.

Pensei nesse desejo de transformar uma ideia ou vivência sua em literatura, e entendo que não se trata de minimizar desejos apontados pelos sujeitos ou, pior, de tratar pela via do “exótico” ou “inexplorado”, tal como alerta Marcos Silva. Mas trata-se de escapar à via ideológica que mascara fazeres ou perspectivas políticas, de reivindicação de história, de cultura, de memória. Afinal, por que não seria plausível um romance deste conteúdo? Por qual motivo quer o narrador ver-se em livro? Na contramão de um saber que só aceita uma erudição neutra, afirmamos: contra a erudição, e menos ainda neutra. O desejo de que essa escrita venha ao mundo – e neste mundo, o que inventou a divisão que conhecemos hoje na sociedade de classes, tal escrita estaria permeada dessas relações e produzida dentro de sua lógica. Expressar a vontade de realizá-la já aponta algo do reconhecimento da importância de sua memória, do valor de sua história e cultura, bem como da demanda de que sejam compartilhadas. Para Raymond Williams, “quanto às artes e ao aprendizado, são, em um sentido real, uma herança nacional que está, ou deveria estar, disponível para todos” (WILLIAMS, 2015, p. 12).

Reunimos neste tópico fontes orais que trazem consigo referências musicais, além do visual artístico do Quebramuro, fotografias de um carnaval e poesias musicadas, considerando também que esse diálogo com a linguagem “passa pela discussão de um conhecimento histórico que, sem pretender restabelecer uma ‘história

total’, encara a necessidade de procurar permanentemente o máximo de ligações entre seus temas e problemas e outras práticas sociais” (SILVA, 1985, p. 50). O conjunto dessas fontes nos apontam para determinados lugares em que a produção dessas linguagens ilumina modos de existir, de contemplar, de interpretar seu próprio estar no mundo e na história. Nada é individual, tal como compor uma música. Para o maracatu, há sentido em cantá-la junto do grupo e vê-la tomando a linguagem de baque do maracatu. E aqui, não qualquer baque, mas o do Quebramuro, que experimenta toques compartilhados entre nações no Recife, mas também faz dos seus próprios ritmos um tácito acordo quanto ao possível, para que todos toquem e permaneçam juntos. Falamos de uma cultura, elaborada em sua realidade e seu fazer, compreendendo como a partir das reflexões de Raymond Williams, perspectivas em que a mesma comporte “os significados e direções conhecidos, em que seus integrantes são treinados; e as novas observações e significados que são apresentados e testados” (WILLIAMS, 2015, p. 5).

A variedade de fontes apresentadas e discutidas neste capítulo também são motivadas por ser comum entre historiadores que trabalham com as fontes orais a solicitação de outros materiais da memória que seus interlocutores possam ter: se guardaram algum recorte de jornal de notícias do evento de que participaram, se têm panfletos de atos de rua, fotos autorais de qualquer encontro. E, isso, não porque a oralidade é insuficiente, mas também porque uma foto que é trazida no momento da entrevista dá outro movimento à narrativa. O momento em que o narrador explica a imagem também traz riqueza ao relato que está sendo produzido no instante da conversa. Não à toa, mencionar em diálogo um acontecimento narrado por outro membro do grupo também pode dar outro ritmo à narração. Essas foram tentativas de aprofundamento e reflexão em algumas dessas conversas.

São múltiplas linguagens que se encontram, porque são o tecido da vida, jamais alheio à história. A psiquiatra Nise da Silveira se valeu de elementos pouco abordados em seu campo através de uma “escola viva”, apostando, por exemplo, na arte, nos mitos, nas religiões e na literatura, “onde sempre encontraram formas de expressão as mais profundas emoções humanas” (SILVEIRA, 2015, p. 17). Para essa autora, o estudo desses elementos apresentava uma possibilidade de compreensão “menos hermética”, além de apreciar aquilo que faltava à psiquiatria, nas suas palavras: o calor humano. A médica reconhece a dificuldade de elaboração dessas linguagens em um trabalho que carrega consigo o sofrimento. Em trabalho muito sensível, revela: “aceito as intuições, mas recorro à reflexão que as examina. E a presença da emoção é permanente”

(SILVEIRA, 2015, p. 14). Aparece também aí a resistência diante de uma ciência que se pretende neutra e rígida. A autora deixa claro que o seu trabalho, bem como as reflexões que dele vieram, se deram “através de muitos anos de experiência vivida no hospital psiquiátrico” (SILVEIRA, 2015, p. 13). E é imprescindível que valorizemos tais trajetórias e experiências.

Dessa maneira, orientada pela abertura que seu trabalho requeria é que se pôde olhar outras formas de linguagem elaboradas por seus pacientes, muitos, antes impossibilitados, mas não incapazes de expressá-las. Isso porque era com os pincéis em mãos que aqueles que nunca haviam pintado produziram agora obras de valor reconhecido, não somente pela psiquiatria, mas, sobretudo, no campo da própria produção artística. Abriu-se um espaço muito importante de ganhos que não foram unilaterais, o que podemos perceber também através das falas de pacientes, ao longo de anos, também companheiros de resistência contra o ambiente hostil que é o hospital psiquiátrico⁴⁴.

“Pintar seria agir”, diz Nise da Silveira (2015, p. 15). Isso nos traz de volta às reflexões de Marcos Silva quanto a uma separação ideológica entre reflexão e divulgação, e hierarquias entre si. Observa Nise que “o ateliê de pintura não cessa de levantar problemas, questões difíceis que obrigam o médico a refletir, a estudar” (SILVEIRA, 2015, p. 15). Para a História, podemos tomar como lição e assumir a posição de que o ensino (no caso o ensino da arte) é ação e que este ensino que queremos não está isento de também produzir conhecimento, não está separado ou alheio à pesquisa. Isso já é suficiente para não corroborarmos a ideologia que sustenta as dicotomias e a posição de prestígio que deixa para trás, ou para baixo, o trabalho do ensino, como também as concepções que colocam em oposição os trabalhos de planejamento e execução, ou o divulgar e o refletir (SILVA, 1988, p. 125). Captar as produções daqueles a quem o direito de produzir foi negado, bem como a própria reflexão por eles realizada, e também ignorada, é tarefa que se soma nas ações de valorização não só das linguagens, mas também de memórias. Como observa Déa Fenelon:

Falar em direito à memória implica, portanto, modificar o significado da noção corrente de “bens culturais”. Eles não são apenas aqueles tradicionalmente considerados dignos de preservação, produzidos e definidos pelos vencedores de cada época. Ao contrário, são os frutos

⁴⁴ Como é o caso do importante trabalho de Nelson Tomelin Jr. em sua tese de doutorado já referenciada algumas vezes nesta pesquisa.

de todos os saberes, todas as memórias de experiências humanas. Não apenas monumentos, bens isolados e descontextualizados, mas testemunhos materiais portadores de significação, passíveis de muitas leituras. Não apenas aqueles que um certo saber selecionou e atribuiu valor, mas todos aqueles que brotam escolhas e ações coletivas (FENELON, 1993, p. 34).

Desde antes do primeiro apito de apresentação, toda produção não começa ou se encerra entre um apito e outro, o imediatismo não cabe aqui. Se sabemos o que sentimos no deparar-se com uma folha em branco e um trabalho de pesquisa por escrever, não estamos tão distantes dos dedicados batuqueiros e compositores do Quebramuro. Às vezes uma inspiração, às vezes a angústia. Antes do grupo existe um percurso caminhado com suas subjetividades, suas necessidades materiais, as relações que tiveram antes, familiares, amorosas. São dimensões que não se desvencilham das letras que eles compõem ou do desejo de estar nos ensaios, ainda que sem saber como será a volta para casa, ou ainda que não seja o melhor dia. Em um dos ensaios de que pude participar percebi que uma batuqueira não se encontrava bem. Angustiada, entrava e saía do baque. Tinha naquele dia o olhar distante do momento, olhava para cima do muro ou para o céu, chorava. Ela, que há poucos minutos, na espera do ensaio em salão do CAPS ouvia um batuqueiro contar algo, agora era acolhida pelo mesmo. No final do ensaio, acompanhei o enfermeiro que lhe levou em casa, preocupado com a situação de risco apresentada por ela. Seguimos de carro até o residencial Viver Melhor, em bairro próximo ao CAPS.

Entre uma composição alegre e outra, também podemos encontrar as que remontam memórias de dor de um passado que não deve ser esquecido, uma rejeição à tortura. Separar o figurino, desfilar como quem defende um estandarte, cantar para um público externo ou para animar os colegas no ensaio, largar um instrumento para pegar o microfone são atos de resistência elaborados por esses sujeitos. O Quebramuro traz a possibilidade de que a “doideira” em vez de punida, possa ser manifestada em arte e política.

*“Quando dava a doideira em mim
Me amarravam e levavam pro Juquery
Mas quando dava a doideira em mim
Me amarravam e levavam pro Juquery*

*Eletrochoque, camisa-de-força
Droga injetável aplicavam em mim
Eletrochoque, camisa-de-força
Droga injetável aplicavam e mim”*

Mas quando dava a doideira em mim...”

(Música do Maracatu Quebramuro, letra de Zé Maria)

Muitos pensam não ter mais nada ou nenhuma Manaus próximo e além da barreira de fiscalização estadual da avenida Torquato Tapajós, visto que a avenida dá saída para outros municípios do Amazonas, e até bem pouco tempo atrás não contava com inúmeros conjuntos habitacionais populares, construídos pelo estado, ou condomínios de luxo mais distantes do centro da cidade. Outros criticam a localização do CAPS, por ser na periferia da cidade, mas é importante ressaltar que a população daquela zona também deve ter o direito de acesso a serviços de atenção à saúde mental, uma vez que fala-se tanto em território e da importância do atendimento regionalizado, universalizado. Moradores do entorno do CAPS acessam o serviço. Tal perspectiva, que outrora poderia ser entendida como crítica à urgência de se abrir o CAPS, ou tentativa de facilitar o acesso quanto à zona da cidade, não camufla também a ideia de que a periferia deva estar sempre alijada de tais serviços? Hoje o CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e outras Drogas), que até o início dessa pesquisa era o único desta modalidade na cidade de Manaus, se localiza numa pequena rua de acesso da Avenida Efigênio Salles, facilmente confundida com a entrada de um condomínio entre os vários residenciais luxuosos instalados naquela região. Talvez também daí as críticas acima referidas. Trata-se, assim, nessa pesquisa, de pensar também espaços de direitos e territórios de memória, bem como as contradições e exclusões nesse meio.

Os batuqueiros do Maracatu Quebramuro vêm de vários locais da cidade, se encontram aos sábados para ensaios, que são mais que ensaios. Também são encontros em que podem se apoiar em sua condição de saúde, jamais satisfatória no isolamento. Conversar antes e depois de pegar os instrumentos, merendar junto, cantar outras músicas de ritmos como coco, garantem importante forma de cuidado. Há um artigo esclarecedor sobre a experiência do Maracatu Quebramuro enquanto “ferramenta musicoterapêutica” (SILVA; ANASTÁCIO, 2022), sendo um dos autores, Caio Fábio Pereira da Silva, responsável por reger aquele batuque. Relevante destacar quanto a esse texto, a importância dada à cultura como “ponto de referência” e “parâmetro” para os sujeitos envolvidos na atividade. Na perspectiva histórica com que temos trabalhado, é fundamental entender o Maracatu Quebramuro e sua cultura, tal como observa Raymond Williams: “Na formação dos modos de pensar: o aprendizado de novas habilidades, as mudanças de relacionamentos, o surgimento de linguagens e ideias

diferentes” (WILLIAMS, 2015, p. 4). Falamos de indivíduos que, em sua maioria, não haviam tido contato com o maracatu antes, mas que nem por isso sem outros conhecimentos e afinidades musicais. Além do mais, levando a própria trajetória, entendemos que os batuqueiros do Quebramuro não chegaram despojados de suas experiências apenas para receber e reproduzir toadas que não fizessem sentido com sua realidade e seus modos de vida. É justamente nesse sentido que Thompson observa que

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos dentro deste termo — não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e cultura (THOMPSON, 1981, p.182).

Entre as primeiras composições do grupo⁴⁵, estão aquelas que apresentam os instrumentos do ritmo do Maracatu. O que inicialmente pode ter surgido como novidade, logo fora incorporado como aprendizado de acordo com seus interesses e gostos.

*No repicado da baqueta dos caixeiros
Tocamos forte o nosso maracatu
No repicado da baqueta dos caixeiros
Tocamos forte o nosso maracatu*

*No som da alfaia, do agbê e do gonguê
Tocamos forte que é pra todo mundo ver
No som da alfaia, do agbê e do gonguê
Tocamos forte que é pra todo mundo ver*⁴⁶

(Música do Maracatu Quebramuro)

Foi uma preocupação do grupo a configuração do mesmo em relação ao tradicional Maracatu-nação, “não só por limitações individuais, mas também pelo fato do Maracatu de Baque Virado não pertencer à sua vivência. As tentativas iniciais de fazer com que os participantes tocassem da mesma forma que as nações tradicionais foram frustradas”⁴⁷. E seriam, pois este grupo, em sua especificidade, também difere

⁴⁵ Conforme apresentado por SILVA, Caio Fábio Pereira da. ANASTÁCIO JUNIOR, Mauro Pereira Amoroso. 2022 Op. Cit

⁴⁶ Música que ainda hoje consta de maneira frequente nos repertórios de apresentação, aqui ela foi lida no artigo já mencionado, de onde pude saber também que foi uma das primeiras composições do grupo. SILVA, Caio Fábio Pereira da. ANASTÁCIO JUNIOR, Mauro Pereira Amoroso. 2022 Op. Cit. p.100

⁴⁷ SILVA, Caio Fábio Pereira da. ANASTÁCIO JUNIOR, Mauro Pereira Amoroso. 2022 Op. Cit. p.14. Também no texto vemos como o processo de composição das próprias músicas entre os participantes foi estratégia para que o grupo pudesse se firmar.

dos demais na cidade em que os regentes são figuras centrais nas escolhas, desde o repertório, até o figurino, funções assumidas por cada batuqueiro dentro do grupo. O próprio momento do ensaio traz quase como que rituais alongamentos para o corpo, aquecimento para voz e brincadeiras que se configuram quase como místicas de movimentos sociais. A primeira participação de alguém no ensaio é celebrada pelos participantes, que pedem para que a pessoa cante uma música e eles conheçam sua voz. Caso não saiba nenhuma ou não recorde na hora, a música solicitada será então uma cantiga da infância, como “atirei o pau no gato”, imediatamente acompanhada pelos tambores. Após familiarizado com o baque ao longo da frequência nos ensaios do grupo, os participantes já solicitam que a pessoa escolha uma música do grupo para que eles toquem.

Nesse sentido, o Quebramuro apresenta uma experiência horizontal. A maioria das músicas elencadas abaixo foram transcritas por mim quando das participações nos ensaios, ou quando acompanhei algumas apresentações do grupo em eventos na cidade.

Uma das belezas do Maracatu Quebramuro é que além de ser um dos poucos grupos de Manaus que têm composições próprias é saber que são os próprios brincantes que as compõem, dentro de um coletivo que se anima ao saber de uma música nova, que se encontra atento a ouvir, que gosta de ver os companheiros até improvisar. E o trabalho de improvisação tem suas especificidades e qualidades (SILVA; ANASTÁCIO, 2022). Se os sujeitos no Quebramuro se sentem à vontade para compor, cantar, improvisar, é porque o grupo é um espaço de solidariedade, e essas formas de cuidar aparecem nas composições.

*I love you
Wonderful
O maracatu Quebramuro
Vai ser popstar
O maracatu Quebramuro
Vai se apresentar*

*I love you
Wonderful
O Maracatu Quebramuro
Vai ser popstar
O Maracatu Quebramuro
Nasceu pra brilhar*

Brilha mais forte

*Brilho brilhante
Meu maracá
É o meu diamante*

*Brilha mais forte
Brilho brilhante
O meu maracá
É esmeralda brilhante*

(Música do Maracatu Quebramuro)

Acima, a primeira letra do Maracatu Quebramuro tem por ritmo uma sonoridade melódica que se diferencia das outras músicas do grupo. Se no maracatu de baque virado o toque conhecido por “luanda”⁴⁸ tem a marcação mais lenta do maracatu através de seus tambores, nessa música a luanda contribui para o tom melódico que ela apresenta. O toque dos agbês no Quebramuro também apresenta diferenças entre o baque de outros grupos e nações, pois o vai-e-vem desses instrumentos dá conta de uma marcação de sons menos preenchida. A melodia nessa música, especialmente, é acompanhada pelo coro dos batuqueiros que cantam, ou proclamam, quase como canção de ninar, um sucesso para o seu baque. Essa música demonstra versatilidade de performance do grupo, tão versátil porque comporta consigo as plurais contribuições de seus batuqueiros desde a composição, estilos de cantar e também de dançar. É reivindicação de cidadania cultural a existência do Quebramuro ao longo desses anos e isto deve ser reconhecido. Só pode ser percebido, porém, da feita que o olhar sobre o grupo não passe pelo viés da folclorização, pois assim, seus sentidos passariam esvaziados e outra violência seria cometida. Conforme nos impele à reflexão Cunha (1992), haveria de ser questionada a sua compreensão enquanto patrimônio significado por estes sujeitos. Não há autoridade política, intelectual, cultural que atribua outro sentido de patrimônio a esta cultura que não passe pela própria experiência desses sujeitos que a constroem e sustentam ao longo dos últimos anos.

Na letra, encontramos uma mistura de idiomas que também aponta para a liberdade de composição, a brincadeira com expressões em inglês incorporadas ao português no dia a dia gera a rima que se encaixa no embalo do ritmo escolhido. Em língua estrangeira – “eu te amo”, “maravilhoso”, além de expressar o apreço pelo grupo também assinala o desejo de que o Quebramuro seja conhecido por um público maior

⁴⁸ Sendo comparado, inclusive, em algumas nações com o movimento de ondas, que requer também certo movimento corporal para a marcação do tempo embalado; o famoso “baque das ondas” da Nação do Maracatu Porto Rico, faz da luanda seu principal sotaque.

porque também é fruto de trabalho que envolve prazer para os seus sujeitos, quando a valorização deles mesmos sobre o baque gera a vontade de que sejam *popstar*.

Nas apresentações, vemos como a liberdade de dançar, de deitar-se no chão e agir como artistas que são, por vezes estão presentes. Em performances como a da “sereia”, protagonizada por uma batuqueira, sempre frequente nos ensaios, a artista larga o instrumento ou o estandarte que carrega e se deita no chão, em pose de sereia, embalada pela música do maracatu. E performance, como sabemos, é linguagem (GILROY, 2020; ZUMTHOR, 2018). A segunda música, por sua vez, é mais dançante, mais agitada, com muito entusiasmo ela é apresentada. Aqui o maracatu também é referido por “*maracá*”, o que sugere aproximações, em contexto amazônico, com símbolos indígenas na região, valorizados o maracatu e o maracá como pedras preciosas.

*Meu estandarte foi feito
Com fio de ouro
Ficou tão lindo, ficou tão belo
Ele é o mais bonito
Ele é meu tesouro*

*Meu estandarte foi feito
Com fio de ouro
Ficou tão lindo, ficou tão belo
Ele é o mais bonito
Ele é meu tesouro*

*Sorria, maracatu
Estrela maracatu
Sorria, maracatu
Estrela maracatu*

*Toca mais forte,
toca brilhante
Meu maracatu
É o mais elegante*

*Maracatu
arma de combate
Maracatu
armadura de combate!*

Maracatu
arma de combate
Maracatu
armadura de combate!

Ê no xuí, xué
Ê no xué xuí
Ê no xuí, xué
Ê no xué xuí
Quebramuro
de galho em galho
No baque da cachoeira
Quebramuro
de galho em galho
No baque da cachoeira

Ê ô, essa onda é boa
Ê ô, essa é do bem
Ê ô, essa onda não para
Ê ô, ela quebra o mal

Ê ô, essa onda é boa
Ê ô, essa é do bem
Ê ô, essa onda não para
Ê ô, ela quebra o mal

(Música do Maracatu Quebramuro)

Não só como pedras preciosas, ouro e elegância, temos também na composição dos batuqueiros uma perspectiva de resistência que remete ao tema do combate. Mesmo nas letras em que se fala de uma elegância, a força e a ambientação de uma firmeza também estão presentes. Dependendo da pessoa que canta no momento, o “toca mais forte, toca brilhante” soa como uma ordem, no imperativo, que passa a ser executada com ânimos entre os batuqueiros, e convida o público também a dançar mais rápido. Este combate cantado pode ser entendido no contexto do Quebramuro, nos sentidos do que têm que lidar consigo mesmo, e o sofrimento psíquico, os sentimentos negativados a serem afastados por ondas e cachoeiras, mas também com aquilo que a sociedade lhes entrega de exclusão ou discriminação.

Somos Quebramuro
Maracatu diferente
Com meu som e com minha dança
Vou mostrar pra toda gente
Que antes era terapia

*Mas foi feito com respeito
Hoje nossa harmonia
Vai quebrando o preconceito*⁴⁹.

(Música do Maracatu Quebramuro)

Percebemos, através da música, que o Quebramuro e os sujeitos que dão corpo a este coletivo não apenas recebem experiência da sociedade, mas também lhe devolvem, lhe confrontam. Mais uma vez, no campo da cultura, pois se essa sociedade apresenta formas e significados trabalhados mesmo nas instituições, há também a força dos sujeitos que lhes dá outros significados. Conforme Raymond Williams, “seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato e das invenções, inscrevendo-se na própria terra” (WILLIAMS, 2015, p.5). Se pelo cuidado em liberdade já foram quebrados muros do hospício, o grupo segue em movimento buscando com a música quebrar os persistentes preconceitos, o que nos traz a dimensão de que a história não tem fim previsível, mas comporta as forças que seguem em movimento. Dizer que a reforma psiquiátrica se consolidou e que não há mais trabalho por fazer seria inaceitável tentativa de barrar a história. Essa seria a visão de história como progresso, que oculta contradições e proclama vitórias ou derrotas.

Estar na rua ou em apresentação pública em cima de um palco é motivo de alegria entre aqueles batuqueiros. Em algumas conversas Ildebrando comenta como os participantes chegam muito cedo, dispostos, não apenas esteticamente, mas já animados para as apresentações. Batuqueiros para os quais os minutos de apresentação valessem pelo dia inteiro ou garantissem energia, vivacidade, até o próximo espetáculo.

*Galo cantou às 4 da manhã
Só pra avisar que vai ter maracatu
Ô menino, respeita o galo
Se não for vai ser bicado
Ô menino, respeita o galo
Quem não for vai ser bicado
Quebramuro está na rua*

⁴⁹ Essa música não estava em minha memória, pensei que o primeiro acesso a ela teria sido a partir do artigo já referenciado, no qual também é informado que ela é de autoria de um participante ora identificado com “Z.S.”. Porém ao rever alguns registros em vídeo que fiz da apresentação no já mencionado evento organizado pelo Maracatu Eco da Sapopema, me deparei com uma gravação dessa música, na qual o autor da letra é quem está interpretando e entre sua cantoria e a chamada para o coro responder, o verso “vai quebrando preconceito” é cantado com a voz mais alta, enquanto uma mão segura o microfone, é com baqueta na outra mão e punho erguido que ele canta/declama o verso. Ver: SILVA, Caio Fábio Pereira da. ANASTÁCIO JUNIOR, Mauro Pereira Amoroso. 2022 Op. Cit. p.101

Não tem hora pra voltar

(Música do Maracatu Quebramuro)

Da música acima, a notícia de que vai ter maracatu é divulgada e deve ser recebida com respeito. Não é preciso esperar para dar a boa nova, às 4 da manhã, quem sabe, o compromisso de ordem mais importante do dia. Para o Quebramuro, tocar não é mero convite, mas convocação. Do que entendemos que o encontro é percebido como dever e satisfação, uma satisfação que poderia ser prolongada, sem ter hora para acabar. Outro elemento que chama atenção na música é o galo que, hoje, somente ouvimos nas regiões onde as casas ainda possuem quintal. As músicas do Quebramuro também trazem elementos que tratam de aspectos da cidade e da vida urbana.

Se a hora de tocar é de alegria e isso é expresso nas músicas, os autores Caio Fábio Pereira e Mauro Pereira Anastácio, em comentário sobre o conteúdo das letras, explicam que “as canções de chegada introduzem o grupo, falando sobre os instrumentos e da intenção do grupo em tocar e cantar e se apresentar. Já as canções de despedida falam de tristeza e de choro ao ver o Maracatu terminar sua apresentação” (SILVA; ANASTÁCIO, 2022, p.102). Entre essas músicas de despedida, uma delas foge ao ritmo do maracatu, para a qual os batuqueiros abrem uma roda e tocam no ritmo e passo da ciranda, na maioria das vezes, ou sempre que possível, o mesmo batuqueiro é quem a canta.

*Eu digo adeus, ó dona
Eu digo adeus, ó dona
Quando eu canto a despedida
Eu digo adeus,
Morena chora
E quem ficou chorando
Eu digo adeus
Vou embora*
(Música do Maracatu Quebramuro)

As preocupações com a região também são perceptíveis quando direcionadas ao aspecto da natureza. Porém longe de uma romantização sobre a Amazônia, demonstram mesmo a preocupação de quem habita o lugar e nele trabalha. Uma viagem é experiência curiosa e empolgante em que apesar da efusividade importa destacar que não foi alucinação, pela negação do delírio também busca-se garantir a validação da

experiência. A empolgação diminui com a tristeza pela destruição vista de cima. Manifestar a dor pelo desprezo àquilo que deveria ser bem cuidado parece mais um ponto de encontro entre saúde e cidade, saúde e ambiente. Estamos diante de sujeitos que apontam através desta linguagem uma noção ampliada de saúde, a que compreende necessidades e possibilidades de vida digna em que haja uma relação responsável com a natureza e também a dignidade de não se respirar fumaça em Manaus, em Porto Velho, em Boa Vista, cidades da região norte que vêm explicitando a crise climática que é da ordem do capitalismo e também do racismo, acentuando as desigualdades já conhecidas. Abaixo, duas músicas que evidenciam o tema, destacando também os sujeitos racializados que se beneficiam, de maneira desigual, de espaços na região.

*Não foi delírio
Nem foi alucinação
Foi uma viagem
Que eu fiz de avião*

*Minha poltrona
Foi do lado da janela
Pra lá de cima
Eu ter uma boa visão*

*Mas fiquei triste
quando vi muitas clareiras
fogo, fumaça e muita destruição
Doeu, doeu,
Um aperto forte dentro do meu coração⁵⁰*

*Mamelucos, cafuzais
Ambiente encardidos
Quem chafurdou
Foi o branco que chegou
Salve, Amazônia
Mãe natureza
De índios filhos
Quebramuro proteja
(Música do Maracatu Quebramuro)*

⁵⁰ Música também muito frequente no repertório do Maracatu Quebramuro, nesse caso pude acessar a letra no artigo já referenciado sobre a experiência do Quebramuro. Lá o nome do autor é tratado por iniciais “Z.M.”, aqui pelo diálogo estabelecido com o compositor, posso identificá-lo por Zé Maria, que também compartilhou comigo vídeo de uma versão sua dessa música para o violão. Zé Maria é alguém que eu gostaria de ter entrevistado depois de longa conversa em ocasião de apresentação do Quebramuro no Quilombo de São Benedito. Entretanto, o mesmo precisou mudar de estado, sendo impossível a realização da entrevista, por ora. No artigo, é informado ainda que “o participante tinha um caderno preenchido com suas composições e poesias, destacando-se temas que abordavam a natureza da região Amazônica”. Ver: SILVA, Caio Fábio Pereira da. ANASTÁCIO JUNIOR, Mauro Pereira Amoroso. 2022 Op. Cit. p.100

Outros temas presentes nas músicas do Maracatu Quebramuro giram em torno dos modos de vida na cidade e também no interior. Aos dois aspectos é atribuída enorme importância por Williams, que consegue perceber “o quanto elas representam na vivência das comunidades humanas”, sendo mobilizadas a partir de “atitudes emocionais poderosas” (WILLIAMS, 1989, p. 11). Como o caso inglês apontado nas observações do autor, mesmo com intensas transformações históricas que passamos ao longo dos tempos, os modos de vida e relação que, enquanto sociedade, estabelecemos com estes lugares, continuam sendo assunto na cultura e linguagens. Isto fica evidenciado também nas músicas do Quebramuro, pois se já vimos a preocupação com a natureza por si, também encontramos músicas que estabelecem comparações entre a vida nos dois lugares. As preocupações do autor também estão em torno das homogeneizações criadas para esses lugares, além do fato do estabelecimento de imagens cristalizadas sobre cada um deles, criando uma oposição que na realidade está dentro de um processo global, que é o das realizações humanas e sociais. O autor coloca que do mesmo movimento de viver da terra, a cidade se configura como “uma dessas realizações” (WILLIAMS, 1989, p. 11).

*Cidade verdade
Com dor e sem dó
Sente a cipoada
Quebramuro sufocado
Busca liberdade
Com angústia de temer
Ó, meu Deus
Ó meu Deus*

*Eu não nasci na cidade
Eu nasci no interior
Foi numa pequena casa
Era casinha de vovô
Foi numa pequena casa
Era casinha de vovô*

*Me mandaram pra cidade
Pra estudar, pra ser doutor
Mas as minhas qualidades
Eram pra tocar tambor.
Só que as minhas qualidades
Eram pra tocar tambor
(Música do Maracatu Quebramuro)*

O encontro com o tambor, a memória do interior e a expressão disso em letra e baque de maracatu apontam a importância das relações que também foram percebidas por Williams como “não apenas um problema objetivo e matéria de história como também, para milhões de pessoas hoje e no passado, uma vivência direta e intensa” (WILLIAMS, 1989, p. 13). A cidade é apresentada, nesta letra, como detentora de uma verdade, está vinculada a uma hostilidade causadora de dor. Um baque mais pesado acompanha esta letra. Os versos em que se diz “ó meu Deus” encerram também o baque de maneira abrupta.

Vista como severa, esta cidade não tem dó, as agressões são comparadas às lapadas de cipó, planta da floresta. Esta outra experiência não aparece solapada pela verdade da cidade, ao contrário, são também nela construídas experiências de liberdade. A liberdade é movimento contrário ao da angústia, tudo por que passa o Quebramuro criado e sustentado na zona norte de Manaus. Compreendemos por esta música uma dimensão real da experiência do Quebramuro que incorpora em si tanto alegrias como angústias de um cotidiano difícil, apresentado em temas artísticos e políticos nos encontros e espetáculos. Não há vida que se sustente somente nas alegrias como não há história que se paute em vitórias adquiridas em trajetória retilínea. Importante politização das emoções e dos sentimentos é o que o Maracatu Quebramuro faz ao falar de dor, quando reivindica respeito e cidadania na cidade, das ruas ao estacionamento do CAPS, nos palcos. Assim, nos remetendo novamente às reflexões de Williams (1989), é importante perceber a cidade como também resultado de obra social e humana, não apenas em oposição ao campo, de modo que a própria cidade ainda está em disputa na busca pela liberdade.

Para o maracatu Quebramuro, afirmar imagens e identidades a partir das ideias de campo e cidade carrega concepções, atitudes que persistem. Entre as experiências e interpretações sobre esses espaços, tema que motivou a atenção de Williams, sabemos que “nas relações entre campo e cidade, e entre berço e instrução, constato que se trata de uma história ativa e contínua: as relações não são apenas de ideias e experiências, mas também de aluguéis e juros, situação e poder — um sistema mais amplo” (WILLIAMS, 1989, p. 19). É o mesmo sistema que condena trabalhadores a vivenciar diversas formas de opressão em uma sociedade e que, apesar disto, não deixam de identificar-se como trabalhadores. Exemplo disso é um caso conhecido a partir do trabalho de Juliana de Souza Prado e Adriana Rosmaninho de Oliveira (2018) que narra a história de “DLA”:

Profunda tristeza era percebida em DLA ao falar sobre seu trabalho. O desempenho profissional, como segurança de carro-fortes, foi interrompido após passar por um momento de intensificação do sofrimento, no ambiente de trabalho, quando a realidade parecia não mais fazer sentido, a não ser pela certeza de que naquele momento seria morto por um de seus colegas, certeza essa, que o fez ameaçar a todos com a própria arma de fogo com a qual trabalhava. DLA foi levado ao pronto atendimento psiquiátrico do CPER e a partir de então, não mais retornou ao seu trabalho [...] A identidade profissional era uma referência importante em sua vida. Casado há 15 anos e pai de um casal de filhos pré-adolescentes, DLA era o provedor de sua família (PRADO; OLIVEIRA, 2018, p. 2).

O sofrimento mental não é percebido apenas nas crises e, historicamente, perdemos se ele for visto de maneira individual ou abstrata. Também o sofrimento mental passa por marcadores sociais da diferença, de modo que para muitos, o medo da fome é uma realidade. É o que nos evidencia uma música composta pelo grupo em contexto de pandemia: “é tanta angústia e ansiedade, medo da fome e solidão, para curar tem que ter esperança, fé, amor e compaixão”⁵¹. Falar de medos que apontam desigualdades e injustiças sociais é mais uma vez imprimir, marcar o tom de uma experiência na música do Quebramuro, que busca ser escutado. Trata-se de um chamado de esperança, que rejeita a solidão, o se apresenta pela música supracitada.

Entre as experimentações que dizem sobre poder está aquela que atribui à cidade o lugar do saber, da formação profissional, do trabalho. São imagens ideológicas que negam modos de vida, outros saberes e cultura, pois afirmam modelos de progresso, de movimento e desenvolvimento. Isto fica evidenciado na música do Quebramuro ao contar nos versos sobre a migração do interior para a cidade, a proximidade dos laços familiares, a casa modesta, o apego a essa vida pode ser percebido quando esse deslocamento para a cidade vem como uma ordem: “me mandaram”. Os objetivos alheios “pra estudar, pra ser doutor” são, então, ironizados com outras qualidades dos artistas: “mas as minhas qualidades eram pra tocar tambor, só que as minhas qualidades eram pra tocar tambor”. E não apenas para ironizar, o que não é pouco na linguagem produzida no coletivo. As qualidades vêm também no sentido de valorização dos saberes que aí são considerados importantes, e nos quais se pode encontrar além do prazer, sentidos de vida e formas de resistência pela arte.

⁵¹ Trecho de letra da música disponível em: SILVA, Caio Fábio Pereira da. ANASTÁCIO JUNIOR, Mauro Pereira Amoroso. p. 104

3.3 O SERVIÇO RESIDENCIAL TERAPÊUTICO (SRT) EM MANAUS: PERSPECTIVAS E CONTRADIÇÕES QUE PERSISTEM

O Maracatu Quebramuro, com seus brincantes e familiares, nos ensaios aos sábados, nas dependências do CAPS, ocupa o espaço do estacionamento da instituição, encontro que é preenchido por diversas conversas, exercícios de alongamento e brincadeiras, além do compromisso com a música. Os olhares mais atentos ainda conseguiriam notar o muro que guarda um pequeno portão nos fundos do estacionamento, após uma faixa de areia, que eu também pude notar enquanto estive por lá. Por trás do muro fica o Serviço Residencial Terapêutico — SRT Lar Rosa Blaya.

Como outros Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs) existentes no Brasil, a instituição faz parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), objetivando o acolhimento de pessoas institucionalizadas por longo tempo em hospitais psiquiátricos, que quando de seus fechamentos, haviam perdido o vínculo com os familiares. Prioritariamente, os serviços devem ser instalados em comunidades, onde as pessoas beneficiadas mantenham vínculos sociais, possibilidades de autonomia e reinserção social. A implantação dos SRTs no país foi realizada sob diversas experiências, variando conforme a região e as necessidades das cidades, dos usuários dos serviços e munícipes. Com o intuito de cumprir seus objetivos de cuidado em liberdade e estimular a sociabilidade é que se privilegia a instalação em comunidades/bairros. Para que o convívio em sociedade seja possível, estes serviços devem ser articulados na RAPS, vinculados com uma UBS e CAPS de referência⁵².

Na entrevista com Setemberg, o narrador faz menção a um caso a partir do qual podemos pensar sobre as relações dos SRT e seus usuários com a cidade. O caso se deu em São Paulo, onde uma comunidade se manifestou contrária à instalação do serviço. E, não obstante, o serviço foi implementado.

— Quando tavam fazendo a desi... desis... desinstitucionalização, né, lá dos pacientes de longa permanência numa região de São Paulo, e aí a população quando soube que ali seria uma casa que ia morar ex-internos de manicômio, a população começou a se manifestar, né, pra que não viesse acontecer a inauguração

— Onde foi?

— Numa região de São Paulo, eu não me recordo agora o nome da cidade. Então a equipe da prefeitura, da saúde mental foi fazer um

⁵² Serviços Residenciais Terapêuticos. Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps/srt>

trabalho de educação em saúde mental, pá, pá... Inauguraram a casa, os moradores foram morar lá na casinha, mas sofreu hostilidade, assim, por parte de alguns vizinhos. E lá próximo dessa casa, na frente lá, tinha uma pracinha aonde tinha uma santa, aí um certo dia sumiu a santa de lá, aí cham... Aí uma senhora lá, né, moradora acusou uma das moradoras de ter roubado a santa. Aí chama a equipe lá do... da residência

— Uma moradora de SRT que foi acusada, né?

— Foi. Aí a equipe foi lá, a santa tava lá

— Na casa dela?

— Na casa. Aí teve já a reunião do conselho comunitário, já que “isso é um absurdo, roubaram a santa” e aquele negócio. Aí quando começa a conversa, aí o pessoal lá: “fulana, então, a gente viu que você pegou a santa lá da praça e tal”, aí ela disse “é, eu peguei porque eu fiquei com dó da santa, a bichinha tava pegando sol e chuva aí nessa praça, ninguém não acendia uma velinha. Aí eu fui lá, forcei, forcei, consegui tirar ela, lavei ela e botei num altar, então todo dia eu acendo uma velinha pra ela”, não sei o quê, tal, tal. Aí precisa argumentar algo... alguma coisa? Aí pronto, devolveram a santa pra lá, a comunidade fez um...

— Um teto? — Um tetozinho, um negócio lá, aí vida que segue. Então tem essas coisas, né, de... aonde a população vai, né? Roubaram a santa, a santa abandonada na praça e tal... Então existe... se fosse uma outra pessoa, ninguém não ia nem... mas como era uma pessoa com transtorno mental, aí isso causa risco. (Setemberg)

Como previsto pelos moradores, a santa fora encontrada em uma das residências de uma senhora, usuária do SRT, a qual logo se justifica. No que Setemberg considera plausível e algo tão elementar percebemos o sentido daquele ato e da narração de Setemberg da seguinte maneira: 1) que era preciso ouvir aquela mulher. 2) que Setemberg mostra como sua sensibilidade é aguçada para outras lógicas. Temos aqui um dado a problematizar, levando em consideração também os usos e relações com a cidade a partir dessa vizinhança, da perspectiva de cuidado ou religiosidade que alguém engendra em direção à ocupação de uma praça e zelo por uma imagem. Alguém que antes passou por uma negativa de seu direito à moradia, que vencendo o manicômio dos muros, agora enfrenta o inóspito da cidade para aquele a quem a cidadania foi negada, que esteve no topo das suspeitas, mas que pode se colocar como sujeito que observa, transita e age. Seguindo a fala de Setemberg: não houve resistência para a devolução da santa ao seu lugar, mas antes, ainda, ela foi zelada, esclarecida, passou por uma manutenção não esperada pela comunidade e só assim foi devolvida à praça.

Em Manaus, a maneira como foi implementado e a forma como se instalou o serviço nos fundos do CAPS é mencionada em entrevistas realizadas com pelo menos quatro dos narradores desta pesquisa: Setemberg, Gibson, Aluísio e Ildebrando. Em

todas essas entrevistas é possível perceber críticas ao serviço. Em algumas narrativas, há certo cuidado em falar sobre o assunto, principalmente por parte daqueles que estiveram ocupando cargos de gestão e mantiveram relações com os envolvidos. Outro momento em que percebemos alguns silêncios está em torno de casos de corrupção e da própria identidade quando envolvendo gestor do hospício em décadas anteriores. Neste caso, o gravador é desligado ou acordado na própria entrevista que o narrador não quer que aquilo seja publicado e assim não discorri.

— A SRT, na verdade, era uma... é um serviço criado pra tentar a reinserção desses pacientes na sociedade. O projeto inicial, eu não sei se tem em algum lugar no Brasil, sabe qual é? Alugar uma casa na comunidade e em cada casa botar 3 pacientes, ou 4, eu não sei.

— Esse seria o oficial, que é pela lei da reforma psiquiátrica?

— É, o objetivo na reforma era esse. E lá botar cuidadores, 24 horas, pra ficar nessa casa com eles. Só que... aqui em Manaus não fizeram assim: Construíram ali do lado do CAPS, lá atrás, várias, é... unidades residenciais, assim, como é que diz? Kitnets, um colado no outro. Uns 20.

— Uns 20?

— É. E aí fica como condomínio fechado. É uma coisa mais humanizada, mas não... é uma coisa meio que remete ao manicômio porque eles não saem dali. Assim, até ali...

— O W. tava falando que ele não podia sair.

— É, mas... assim, eu não sei. Mas, assim, é... assim, de vez em quando tem passeio, e tal... De certa forma, eles estando ali dentro, ou estando fora, na comunidade, a qualidade de vida parece que não muda muito. Porque aqui fora tem a violência também, não tem aparelho... Parques, a cidade era pra ter parque pras pessoas caminhar. Eu vou nos parques daqui de Manaus, cara, é caindo aos pedaços, você pode cair num buraco correndo [risos]. Não tem segurança, não tem iluminação, então as pessoas não tão tendo qualidade de vida nem quem tá lá dentro, nem aqui fora, então não muda muita coisa

— Quantas pessoas tem na residência lá no CAPS?

— Calçada, calçada também é saúde mental, não tem. Não tem árvore, não tem muitas árvores. (Ildebrando)

Percebemos a partir da narrativa acima as contradições presentes na configuração do Lar Rosa Blaya, quanto a uma persistência da desumanização e da clausura. É preciso pensar no direito à cidade de pessoas em sofrimento mental, as quais passaram por internações em instituições asilares, e agora têm a oportunidade de voltar para o convívio social. Ildebrando alerta ainda para outras dimensões, quanto ao direito à cidade de pessoas que não passaram pela experiência de privação da liberdade, afirmando que a saúde mental passa também pelos aspectos urbanos da cidade, como

calçadas e preservação da vegetação, por exemplo. De modo que podemos lembrar de uma perspectiva de saúde na qual esta é entendida pelo aspecto do que diz respeito à vida, e não em oposição à doença. Pensando nas diferenças percebidas no que é previsto pela reforma psiquiátrica e a forma como o serviço de residência terapêutica em tela foi constituído na cidade, Ildebrando chega a se questionar, ainda, se em algum lugar do Brasil o serviço foi implantado da maneira esperada.

A revista de divulgação científica da Fiocruz, *Radis*, tem assídua discussão sobre saúde pública e saúde coletiva no Brasil. Também temas relativos à saúde mental são recorrentes em várias de suas edições. Na edição n. 274, “Vidas além do manicômio — do hospício às residências terapêuticas: a experiência de Reforma Psiquiátrica do SUS em uma cidade do interior”, conhecemos a experiência da implantação dos SRTs em um município do Rio de Janeiro, que recebeu visibilidade por sua prática exitosa, entretanto, isso não aconteceu sem desafios. Até que se transformasse no que hoje é, inspeções encontraram no local, por exemplo, funcionários batendo tampas de panelas para indicar aos residentes que era a hora de comer, uma prática desumanizadora, adestradora, reproduzida do extinto manicômio da cidade.

A matéria aponta questão importante, no que diz respeito à localização do SRT, pois havendo, naquele caso, a proposta de construir novo prédio no terreno do hospício para abrigar as residências, e sendo o local situado em uma fazenda afastada do centro urbano, sabiam da possibilidade de que fosse chamado de “condomínio de malucos” o prédio, mesmo embora ele fosse novidade. Ainda em discussão sobre a implementação do SRT entrou em voga também projeto de comunidade terapêutica sobre o mesmo terreno do hospício. A desativação de um manicômio traz à tona a existência de diversos projetos de sociedade desenhados para instituições, mas que revelam utopias, resistências e conformismos. Em Manaus, diferentes projetos também concorreram para a criação do SRT, e o projeto vencedor daquela luta é este que ainda vincula a imagem dos seus residentes ao hospício, do qual sabemos mais do muro branco e pouco ou nada dos sujeitos que por ali habitam⁵³. Quanto ao Eduardo Ribeiro, haviam *pernamancas*, portão elétrico, camisa-de-força e outras amarrações, fezes, banhos vexatórios, roupas

⁵³ Quando procurei funcionários do CAPS para saber da possibilidade de acesso a arquivos, uma funcionária, interessada pela pesquisa, explicou que eu deveria encaminhar primeiramente ofícios à secretaria de saúde e, quem sabe, eu pudesse também fazer algo sobre a história dos moradores da SRT, o que revela também a noção de tutela sobre esses sujeitos. Outro funcionário sugeriu que sequer tivessem sido preservados documentos que eu queria (a princípio, fotos).

sem identificação para pessoas sem identificação. E havia um muro muito extenso e desbotado que também ocultava seus habitantes.

A experiência apresentada pela *Radis* também soma com as perspectivas de cuidado e liberdade a partir da arte, música, capoeira, com atividades realizadas em centro de convivência articulado com a saúde mental do município e além das instituições, também é esclarecida na matéria a relação dos moradores do SRT com a população da cidade, que precisou passar por diálogos e elaboração de experiências que fizessem sentido para os moradores, até que se tornasse o que é hoje⁵⁴.

Nem tudo está ganho com a aprovação da Lei 10.216/2001, nem mesmo o SUS se consolidou tal qual pautado pelos movimentos sociais participantes das conferências, sendo espaço de disputa constante no tempo presente. O passado não é o lugar restrito da conquista ou do fracasso, uma vez que no imenso terreno da História, colhe-se do passado como ara-se no presente. Por isso a importância do Quebramuro não apenas para saúde mental individual dos que o compõem, mas como firme presença que renova princípios da reforma psiquiátrica a cada ensaio, ainda que sem apresentação. A cada confraternização, a cada salva de palmas para si mesmos, e comemorando quando um batuqueiro que ficou cadeirante pode voltar a tocar uma alfaia em pé.

Mas quando o batuqueiro que ao acessar o SRT sussurra comigo olhando para o outro muro, apontando com queixo e boca, e as sobancelhas saltadas dizendo: “tem muito valentão aí”⁵⁵, o resto silencia. De fato, o mesmo espaço social, de lazer, encontros e alegrias, compartilhado com o muro pelo batuque, tem suas contradições. É possível entender daí que esses encontros continuam sendo locais também nos quais, através de comentários mesmo pontuais ou individuais em que os espaços, mesmo estes que propõem acolhimento, ainda são disputados a fim de pontuar que acolhimento seria desejado. No mais das vezes é preciso refletir que o descaso é uma escolha, os maus

⁵⁴ Matéria de capa, “Residências da Liberdade” conta sobre a vida de residentes dos novos serviços e da importante articulação entre Centro de Convivência e Residências Terapêuticas para a possibilidade de dignidade à população usuária dos serviços. A matéria é composta a partir de visitas às unidades, entrevistas com usuários, pesquisadora e gestores dos serviços. Narra o cotidiano de uma residência, a extinção do hospício, combate ideias que persistem acerca da loucura e elucida o que é a RAPS. Para ver mais: RADIS, n. 274, jul. 2025.

⁵⁵ Batuqueiro do Maracatu Quebramuro, idoso, passou por internações psiquiátricas, hoje é usuário do CAPS e já acessou algumas vezes o SRT, é uma pessoa bem relacionada no grupo, muito bem-vindo quando está presente e também faz falta quando se encontra enfermo por outras questões de saúde, uma das alfaias (tambores) leva seu nome inscrito no couro do instrumento. O que sei sobre ele é a partir do que outros batuqueiros contam e de minhas observações. Não tive oportunidade de entrevistá-lo, por isso também, a identidade será preservada.

tratos também. Há ainda força humana, mas contra a humanidade que fazem os profissionais dessas áreas da saúde, psicólogos, enfermeiros, fisioterapeutas, médicos, agirem segundo técnicas que desprezam atenção necessária aos cuidados previstos na reforma psiquiátrica, ao ponto de o SRT ser compreendido ainda como um puxadinho do extinto manicômio na cidade de Manaus. O problema do serviço também é algo que permanece sem autoria, embora muitos tenham clareza de dimensões críticas sobre o mesmo. Eric Hobsbawm percebe o modo como algumas sensações de repetição podem acontecer quando “a ciência social moderna, a política e o planejamento adotaram um modelo de cientificismo e manipulação técnica que, sistemática e deliberadamente, negligencia o humano e, acima de tudo, a experiência histórica” (HOBSBAWM, 2014, p. 39).

A partir da história oral, buscou-se nesta pesquisa observar justamente aquilo que nos é tão caro e por vezes relegado a segundo plano em outras áreas, quanto àquilo que se defendeu como ciência ao longo de séculos: a humanidade, os sujeitos históricos com seus pensamentos, desejos e práticas, a constituição de experiências, modos políticos de agir que aconteceram segundo relações possíveis dentro do manicômio e fora dele. Buscamos pensar a partir das fontes com as quais nos propusemos trabalhar as memórias constituídas, a partir de diversas linguagens, em torno da luta pelo cuidado digno aos sujeitos com transtorno e sofrimento mental, mas também apontar formas de resistência pela criação artística, e como esta arte também se faz política, mas não sem ambiguidades.

Não só de ambiguidades, mas também de contradições essa história pode ser lida, aquilo que não pode ser obtido em determinado momento segue em disputa mesmo no presente: um SRT que possa ser digno, um CAPS que possa ser apropriado na cultura de seus usuários, a autoria de obras de artes dos internos do Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro e o reconhecimento de cidadania dos sujeitos de quem falamos e os quais também falaram por si ao longo da realização das entrevistas, nas ruas e palcos dos espetáculos do maracatu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta de Setemberg pela abertura de novos CAPS, o apoio para que uma conhecida possa entender os caminhos burocráticos e da própria cidade até chegar ao CAPS – o que é flagrado em uma ligação que ele recebe durante a entrevista, não é a sua luta por projetos alternativos de sociedade? Por uma sociedade em que ele possa viver, circular, se relacionar, ter direitos, se colocar como sujeito. A luta pelo fim do manicômio, de todos eles (como nos dizeres da luta antimanicomial, das palavras de ordem difundidas em diversos estados do país) não é o que faz Setemberg elaborar suas críticas ao atual e já velho SRT, na forma como foi construído na cidade de Manaus? O esforço da psiquiatra Ana Maria e seus contemporâneos dentro do Hospital Psiquiátrico Eduardo Ribeiro e uma não identificação, a princípio, com aquilo que se chamou de luta antimanicomial, apontava a urgência da mudança nos cuidados direcionados àquela população interna no hospício. Sustentar manifestações e marcar presenças em lugares de decisão no presente que pautam ainda a dignidade à população remanescente do manicômio judiciário e hoje se encontra em enfermaria psiquiátrica em penitenciárias em Manaus, organizar atos pelo fim das comunidades terapêuticas e o investimento em saúde mental pública, é ainda pautar a sociedade sem manicômios nas atividades de Aluísio. Sustentar com um coletivo de batuqueiros usuários do CAPS um maracatu tão bonito com letras próprias e identidade singular é a luta antimanicomial viva e ritmada.

A “Carta de Manaus — Saúde Mental e Política Antimanicomial do Amazonas”, de julho de 2024, elaborada em contexto de Fórum Estadual Saúde Mental e Pessoas em Conflito com a Lei, com a presença de diversos seguimentos sociais do estado, afirma que “a saúde mental é um direito fundamental! No estado do Amazonas é imperativo adotarmos uma política antimanicomial que respeite a dignidade humana e a autonomia e promova a inclusão social considerando as especificidades de cada território”⁵⁶. Trata-se de lutar pela interiorização da política antimanicomial, o fortalecimento da política de Redução de Danos, entre outras coisas. Também se assinala a necessidade de fortalecimento da RAPS, entre outras diretrizes para os poderes Judiciário, Executivo e

⁵⁶ “Carta de Manaus — Saúde Mental e Política Antimanicomial do Amazonas”. 1º Fórum Estadual Saúde Mental e Pessoas em Conflito com a Lei no Amazonas, julho de 2024. p.2. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/joomlatools-files/docman-files/gmf-grupo-de-monitoramento-carcerario/publicacoes-4/cartilhas-guias-e-informativos-sobre-direitos/CARTA%20DE%20MANAUS%20Sau%CC%81de%20Mental%20e%20Poli%CC%81tica%20Antimanicomial%20do%20Amazonas.%20.pdf>. Acesso em: 01/12/2025

Legislativo. Esse é um importante documento construído a partir dos dias de palestras, discussões e dos encaminhamentos propostos pelos GTs organizados no evento. E o mesmo não aconteceu apenas por uma necessidade local, mas veio em um contexto em que em âmbito nacional há movimento para o estabelecimento da política antimanicomial, também na Justiça, por força de Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Conquista relevante que contou com a presença, além dos servidores vinculados à justiça, também de militantes da saúde mental e direitos humanos, pela redução de danos, gestores e trabalhadores da RAPS de Manaus e vários municípios do interior do estado, além de professores e pesquisadores.

As contradições existem e são prova de que a política se dá na disputa e com as forças presentes. Se acaso um projeto de SRT não foi o que se consolidou em tratativas mais amplas, isso não significa que não há contestações ao mesmo. E essas críticas vêm também de quem conhece a residência terapêutica por moradia, na realidade, e não apenas na dimensão do planejamento e dos projetos. A instalação de um serviço público que ora se confunde com comunidade terapêutica também dá medida do que ainda é preciso lutar.

Os diversos sujeitos que conhecemos aqui não trazem consigo sempre as mesmas ideias, práticas e articulações, as narrativas elaboradas têm cada qual sua especificidade, diferindo-se umas das outras e, no entanto, trazendo perspectivas e contribuições a um mesmo interesse. Às vezes em grupos opostos, ou a partir de diferentes lugares que ocupam, é por onde agem. Nem mesmo a memória sobre a luta antimanicomial no Amazonas buscamos sustentar com a evidência de uma imagem unívoca, mesmo que ela esteja presente em quase todas as fontes, a memória de Rogério Casado que, tendo sua relevância, não pode ser estabelecida como única. Paoli (1992) contribui pensando na “existência de memórias coletivas que, mesmo heterogêneas, são fortes referências de grupo” (PAOLI, 1992, p. 27)

Importantes foram no Amazonas as movimentações em torno da dignidade e cidadania às pessoas em sofrimento mental para que não fossem mais violentadas pela lógica manicomial dentro do hospício. E fora do manicômio, a RAPS pudesse realizar o trabalho de um projeto coletivo de sociedade, através da reforma psiquiátrica que acontecia por todo o Brasil. Tais movimentações aconteciam não igual ao que foi feito em cidades paulistas e mineiras, por exemplo. Os sujeitos nesta pesquisa nos mostram isso a partir de seu entendimento e do conhecimento construído junto daqueles com os quais puderam perceber caminhos para lograr as mudanças pelas quais lutavam.

Alinhando-se com companheiros de cursos, psiquiatras, gestores, estagiários em graduação, servidores públicos estaduais lotados em órgãos de saúde, artistas, ocupando diferentes lugares e daí alcançando conquistas em diversas frentes, no âmbito estadual e municípios, constituindo relações e rompendo com outras. Importante é o trabalho de cada um dos narradores que contribuíram para essa pesquisa.

A partir das fontes e não de um idealismo homogêneo, busquei investigar como se constituiu uma luta antimanicomial em Manaus, no estado do Amazonas. Ficou evidente, e isso foi somente possível a partir da contribuição dos narradores, a resistência de sujeitos que ora juntos, ora separados, na mesma cidade ou em cidades diferentes no estado, puderam atuar na defesa do cuidado em liberdade. O manicômio não é um espaço físico, um reduto. O manicômio é o autoritarismo, é a violência, o silenciamento pela agressão, pelos remédios, pela fome. A instituição pode ser o Eduardo Ribeiro (hospício, colônia, centro psiquiátrico), pode ser o Hospital Pedro II, pode ser o Pinel, a Colônia Juliano Moreira, uma ambulância-carroça (com lembra Lima Barreto), o SRT e o CAPS se não estivermos atentos. Sempre conforme as balizas e entendimentos da própria luta: “a democracia é antimanicomial”. O manicômio é ditadura, mas a democracia ainda está por ser feita. Está ainda em disputa o cuidado em liberdade.

Não há porque tentar enquadrar aqui o que foi visto em Manaus, com o que foi a luta antimanicomial paulista, mineira, carioca, paraense. Cheguei ao tema da luta antimanicomial em Manaus com notícias de rejeição ao Eduardo Ribeiro, com a memória coletiva sobre Rogério Casado. Ao ouvir outros sujeitos, porém, essa memória pôde ser enunciada sob diversos olhares e interpretações. A própria temporalidade foi colocada em xeque, e isso foi um dos primeiros pontos com os quais eu me senti em divergência ou deslocada.

A proposta de pesquisa sobre a luta antimanicomial em Manaus era desafiadora. Tinha clara a noção de que não poderia contar com muitos registros de uma luta organizada, mas refletindo a partir de leituras sobre temas como trabalhadores⁵⁷, busquei romper com um *modus operandis* de buscar algo na realidade e detectar coisas segundo uma imagem universal, neste caso, a imagem que fora construída sobre a histórica luta antimanicomial brasileira. Assim, contextualizo a minha leitura e mesmo a responsabilidade dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa sobre o que eles deveriam ou

⁵⁷ SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: Os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. In: Revista Brasileira de História

não fazer e de que modo proceder em suas ações e narrativas. Claro, isso não me livrou de refletir ainda sobre de que modo escrever sobre essa história. Penso que narrativas de fracasso, incompletude, ingenuidade não estariam de acordo com a análise que pude fazer das fontes.

O trabalho aqui apresentado não pretendeu traçar um panorama do que foi a luta antimanicomial em Manaus ou defender verdades postas à prova sobre o que e como foi esta luta, vitórias ou fracasso, donos de verdade ou pelo menos de movimentos. Mas pensar como diversas experiências compõem um importante quadro de transformações no estado e como estas experiências tocam os princípios do cuidado em liberdade, da dignidade, da recusa à violência, e surtiram efeitos. Tomamos como importante na compreensão deste tema a leitura benjaminiana que Jeanne Marie Gagnebin (2009) faz da História: não descrevemos o passado, mas o articulamos.

Considero importante pontuar que mesmo que a defesa da história oral seja um ponto insistente para seus adeptos, eu que a considero um estilo de vida e uma maneira de estar no mundo como pessoa e historiadora, aquilo que para outros é mera técnica, me parece o fundamental para a realização de uma história que contemple o plural da disciplina, isto é, histórias. Não admitimos outras histórias mutiladas de suas subjetividades, mas a história oral não é apenas sobre a subjetividade do outro, ocultada a da historiadora⁵⁸. E nessa reflexão também cabe rever aquilo que se diz fazer parte da história, ou não (PORTELLI, 2016), de modo que nossa prática de pesquisa possibilite, em vez de restrições e limites, a abertura de espaços, partindo da abertura para a escuta e para o diálogo.

⁵⁸ Reflexões interessantes sobre subjetividades e fontes orais podem ser encontradas em: VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral e multidisciplinaridade. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1994.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica de Oliveira. A Reforma Psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. In: *Ciência & Saúde Coletiva*. 23 (6) jun. 2018.

ALVES, Andreza Michele dos Santos. Comunidades eclesiais de base e Teologia da Libertação: experiências, memórias e resistências (Manaus, 1980/1990). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2023.

ASSIS, Machado de. *O Alienista*. 20. Ed. São Paulo: Ática, 1991.

BARRETO, Lima. *Diário do Hospício; O cemitério dos vivos*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BASAGLIA, Franco. As instituições da violência. In: BASAGLIA, Franco. *A instituição negada: relato de um hospital psiquiátrico*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BASAGLIA, Franco. A utopia da realidade. In: BASAGLIA, Franco. *Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

BASAGLIA, Franco. Carta de Nova York. O doente artificial. In: BASAGLIA, Franco. *Escritos Selecionados em Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica*. Organização Paulo Amarante. Rio de Janeiro: Gramond, 2010.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e a história da cultura*. (Obras escolhidas, vol. I) 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 6ª ed. revista – São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas v.2)

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas v.1)

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória – ensaios de psicologia social*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003.

BRITES, Olga; NUNES, Eduardo Silveira Netto. Experiências e histórias infanto-juvenis. In: *Projeto História*, São Paulo, n.55, jan-abr. 2016.

CANDIDO, Antonio. A verdade da repressão. *Revista USP*, (9), 27-30. 1991.

CARNEIRO, Sueli. *O dispositivo da racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. In: Cad. AEL, v.14., n.26, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CHAUÍ, Marilena. Prefácio In: SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura/ Maria Clementina Pereira Cunha (org.)*. Campinas – SP: Editora Unicamp, Cecult, 2002.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo. 3. ed. Campinas: UNICAMP/IFCH/CECULT, 2022.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Cidades da Ordem. A doença mental na República. 1ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. “Você me conhece?”. Significados do carnaval na belle époque carioca. In: Projeto História, São Paulo, (13). Jun. 1996. p.93-108.

DAVIS, Natalie Zemon. Razões do desgoverno. In: DAVIS, Natalie Zemon. Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) História do tempo presente. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

ESTEVES, Leonardo Leal (2016b). O Maracatu de Baque Solto e o Estado: desafios para salvaguarda de um “brinquedo pesado. Recuperado em 8 fev.2018.

FANON, Frantz. Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos. São Paulo: Ubu Editora. 2020.

FARIA, Nilton de Júlio de; FERREIRA, Felipe Eduardo de Carvalho; PINTO, Júlia Pouzas Straessli. A Medicalização no cotidiano como supressão da iniciativa. Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental, Curitiba, Brasil, v. 9, n. 1, p. 81–94, 2020.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. Proj. História, São Paulo, (10), dez. 1993.

FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloísa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução — Muitas memórias, outras histórias. In: FENELÓN, Déa R.; MACIEL,

Laura A.; ALMEIDA, Paulo R. de.; KHOURY, Yara A. (orgs.) Muitas Memórias, Outras Histórias. 1 ed. São Paulo: Olho d'água. 2004.

FIALHO, Laís Azevedo. O maracatu como ferramenta política e descolonização da cultura. In: Revista NEIAB - UEM. v.01, n.01, jul. 2017.

FIALHO, Laís; SERAFIM, Vanda Fortuna; NAPOLI, Pablo Vinicius; PEREIRA, Giovanna Tolomeotti. O maracatu e Recife: perspectivas analíticas e estado da arte. In: NETO, Joachim Melo Azevedo; KNACK, Eduardo Roberto Jordão; MELO, Alícia Afonso de Albuquerque (Orgs.). Teorias e metodologias de pesquisa sobre história, cultura e cidades. Guarajá - SP: Científica Digital, 2024.

FILHO, Kleber Prado e LEMES, Flavia Cristina Silveira. Uma breve cartografia da luta antimanicomial no Brasil. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v.2, n. 1 jan-jun 2012 pp.45-63.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Infância e pensamento. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. Sete aulas sobre linguagem, memória e história. Rio de Janeiro. Mago Ed, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. “O que significa elaborar o passado?” In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Editora 34, 2009.

GILROY, Paul. O atlântico negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Ed. 34, 2020.

GUERRA-PEIXE, C. Maracatus do Recife. São Paulo /Rio de Janeiro: Irmão Vitale, 1980.

HOBBSAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IGNATIEFF, Michael. Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: Um balanço crítico. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. v.7 n.14, mar./ago.87.

LOBOSQUE, Ana Marta. Intervenções em saúde mental: um percurso pela reforma psiquiátrica brasileira. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. Aula Inaugural, Tempo soc, 15 (1), abr. 2003.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no pedaço: Cultura popular e lazer na cidade/ José Guilherme Cantor Magnani. – 2.^a ed. – São Paulo: Hucitec / UNESP, 1998.

MEDEIROS, Roseana Borges de et al. Maracatu rural: luta de classes ou espetáculo? (Um estudo das expressões de resistência, luta e passivização das classes subalternas). Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, p. 332. 2003.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELÓN, Dea; MACIEL, Lara Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d'água: 2005.

KOSSOY, Boris. Fotografia & História. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LANCETTI, Antonio. Clínica peripatética. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 2016.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto; KHOURY, Yara Aun (orgs). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d'água, 2005.

MÃE, Valter Hugo. Contra mim. 1º ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2020.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Medicalização: elemento de desconstrução dos direitos humanos. Direitos Humanos: O que temos a ver com isso, p. 153-168, 2007.

MUNAKATA, Kazumi. O Lugar do movimento operário. Revista História & Perspectivas, [S. l.], v. 23, n. 43, 2010.

NABUCO, Edvaldo. A Luta Antimanicomial como instrumento de denúncia à violação dos Direitos Humanos. In: Comissão de Direitos Humanos do CRP – RJ [org.] Direitos Humanos? O que temos a ver com isso? Rio de Janeiro: Conselho Regional de Psicologia – RJ, 2007.

PAIM, Jairnilson Silva. O que é o SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol.3, nº6, set, 1983, p.129-149.

PAOLI, Maria Celia. Memória, história e cidadania. O direito ao passado. In: SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/DPH. São Paulo: DPH, 1992.

PARANHOS, Adalberto. Sons de sins e de não: a linguagem musical e a produção de sentidos. In: Projeto História, São Paulo, (20), abril de 2000. pp. 221-226

PARANHOS, Adalberto. A música popular e a dança dos sentidos: distintas faces do mesmo. ArtCultura, Uberlândia, v.6, n.9. p.22-32, dez. 2004.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Transgressão tem cara de criança: o espaço social da infância em Ana Maria Machado. In: Projeto História, São Paulo, (14), fev. 1997.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. E as palavras têm segredos... Literatura, utopia e linguagem na escritura de Ana Maria Machado. In: Outras histórias: memórias e linguagens. Org. MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de.; KHOURY, Yara Aun. São Paulo: Olho d'água. 2006.

PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Ana Maria Machado: inventando o futuro: A utopia de um mundo de paz e tolerância: reflexões sobre a infância e a juventude. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História, v.54, 2016.

PESSOA, A.B. Infância, sociabilidade e disciplinarização na Manaus dos anos 30 e 40. Canoa do Tempo, v.10. nº2, p.103-118

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Histórias do Trabalho no Amazonas: Matrizes, Estudos e Tendências. In: QUEIRÓS, César Augusto B. (Org.). Historiografia amazonense em perspectiva. Manaus: Editora Valer, 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, a.10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELÓN, Dea; MACIEL, Lara Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d’água: 2005.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 14, 2012.

PORTELLI, Alessandro. À beira do genocídio: Os dois dias dos judeus romanos deportados no Colégio Militar da Piazza dela Rovere. In: PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz. 2016.

PORTELLI, Alessandro. História oral: uma relação dialógica. In: PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. Sobre os usos da memória: memória-monumento, memória involuntária, memória perturbadora. In: PORTELLI, Alessandro. História oral como arte da escuta. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. In: Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.7, nº13 jul-dez, 2017.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado em História oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. In: Projeto História, São Paulo, (14), fev. 1997.

PRADO, Juliana de Souza Izidio do Prado; OLIVEIRA, Adriana Rosmaninho Caldeira de. Quebrando muros e construindo arte no ritmo do “baque virado”. In: Anais do 13º Congresso Internacional da Rede Unida. v.4, Suplemento 1, 2018.

RODRIGUES, Leonardo Bentes. Norte resistência: experiências estudantis, cultura política e a Ditadura militar no Amazonas (1964 - 1985). 2022. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra

SANTO, Wanda Espirito; ARAUJO, Inesita Soares de; AMARANTE, Paulo. Comunicação e saúde mental: análise discursiva de cartazes do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, n.2, abr.-jun. 2016, p. 453-471.

SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias: intelectuais, artes e meios de comunicação*. 1 ed. São Paulo: Edusp, 1997.

SILVA, Caio Fábio Pereira da. ANASTÁCIO JUNIOR, Mauro Pereira Amoroso. O Maracatu de Baque Virado como ferramenta musicoterapêutica: a experiência do Maracatu Quebramuro. In: *Brazilian Journal of Music Therapy*, v.24, p.92-109, 2022.

SILVA, Isabel Saraiva. Seguindo os rastros de Domingas: Marcadores sociais presentes no exercício do trabalho doméstico em Manaus. In: MEDEIROS, Mônica Xavier de; SILVA, Patrícia Rodrigues da. (Org.). *Mulheres e História Social do Trabalho no Amazonas*. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2024.

SILVA, Marcos A. da. Faces do Mesmo – Algumas Histórias na Indústria Cultural. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.8, nº15. p.123-137. set.87/fev.88.

SILVA, Marcos A. da. O Trabalho da Linguagem. *Ver. Bras. De His. S. Paulo*. v.6 n.º11. pp45-61. Set. 2985/fev.1986.

SILVA, Marcos A. da. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense. 2003.

SILVA, Patrícia Rodrigues da. *Disputando espaço, construindo sentidos: vivências, trabalho e embates na área da Manaus Moderna. (Manaus/AM – 1967- 2010)*. Manaus: EDUA, 2016.

SILVEIRA, Nise da. *Imagens do Inconsciente*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. História oral e múltiplas temporalidades. In: *Jamaxi, Ufac*, v.1, n.1, 2017.

TEIXEIRA, Carmem Fontes. *Municipalização da Saúde – Os caminhos do labirinto*. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, 44 (1): 10-15, jan./mar. 1991.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria e outros ensaios*. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

THOMPSON, Edward, P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward.P. “O domínio da lei”. In: THOMPSON, Edward P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. 2º ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

TOMELIN, Jr., Nelson. A cultura da loucura na cidade: velhice, memória, saúde e resistência (São Paulo, 1960 – 2004). Curitiba: CRV, 2020.

TOMELIN Jr., Nelson. Cultura, arte e dignidade do trabalho. Nise da Silveira, Fernando Diniz e outros companheiros. ArtCultura (UFU), v.18, p.83-98, 2016.

TOMELIN, Jr., Nelson. Trabalho, memória e o direito à cidade no interior da Amazônia brasileira (Coari, décadas de 1980 à 2000). In: PINTO, Renan Freitas (Org.) Amazônia: apontamentos de história oral. Manaus: Editora Valer/PPGCIC UEA, 2020.

VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade – estatísticas e fontes orais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral e multidisciplinaridade. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1994.

WADI, Yonissa Marmitt. A história de Pierina e as interpretações sobre processos de sofrimento, perturbação e loucura (RS/ Brasil, século XX) Horizontes, Bragança Paulista, 21, p. 81-103.

WILLIAMS, Raymond. A cultura é algo comum. In: Williams Raymond. Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo. 1 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

WILLIAMS, Raymond. O Campo e a cidade: na história e na literatura. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZUMTHOR, Paul. Performance, Recepção, Leitura. São Paulo: Ubu, 2018.

FILMES:

HIRSZMAN, Leon. *Imagens do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Funarte, 1983/1987. (205 min). Episódio I – *Em busca do espaço cotidiano*: Fernando Diniz (80 min); Episódio II — *No reino das mães*: Adelina Gomes (55 min); Episódio III — *A barca do sol*: Carlos Pertuis (79 min).

RATTON, Helvécio. *Em Nome da Razão*. Belo Horizonte: Grupo Novo de Cinema Produções e Distribuições de Filmes Brasileiros/Associação Mineira de Saúde Mental 1979. (25 min).

BONDANZKY, Laís. *Bicho de Sete Cabeças*. São Paulo: Buriti Filmes; Gullane; Dezenove Som e Imagens. Fabrica Cinema, 2001 (84 min).